**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA
DOUTORADO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

MARCOS FÁBIO MARTINS DE OLIVEIRA

**O PENSAMENTO ECONÔMICO DE FRANCISCO SALLES, JOÃO PINHEIRO
E JOÃO LUÍS ALVES E O DESENVOLVIMENTO DE
MINAS GERAIS (1889-1914)**

Versão corrigida

**SÃO PAULO
2012**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA
DOUTORADO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

MARCOS FÁBIO MARTINS DE OLIVEIRA

**O PENSAMENTO ECONÔMICO DE FRANCISCO SALLES, JOÃO PINHEIRO
E JOÃO LUÍS ALVES E O DESENVOLVIMENTO DE
MINAS GERAIS (1889-1914)**

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo como parte das exigências para obtenção do título de Doutor em História Econômica.

**ORIENTADOR: PROF. DR. WILSON DO
NASCIMENTO BARBOSA**

**SÃO PAULO
2012**

Dedicado ao professor Emanuel Soares da
Veiga Garcia, primeira pessoa que me abriu
as portas da Universidade de São Paulo.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço à Universidade de São Paulo pela oportunidade a mim oferecida neste doutorado, bem como no mestrado. A USP, como instituição de reconhecida qualidade internacional, tem fundamental importância em minha formação, assim como na de vários colegas da Universidade Estadual de Montes Claros, de diversos departamentos e áreas do conhecimento. Esperamos poder retribuir através da formação de novos acadêmicos com mais qualidade em nossa Instituição, que caminha cada vez mais para pesquisa, com a criação de programas *stricto sensu*. Agradeço aos professores da USP, aos colegas, ao corpo de técnicos, especialmente os funcionários do Programa de Pós-Graduação em História Econômica.

À professora Vera Ferlini que me acolheu no mestrado, bem como incentivou meu doutoramento.

Como todo trabalho carece de fontes, eu as encontrei em diferentes lugares. Neles, além dos documentos pude contar com o prestativo auxílio dos profissionais ali presentes. Agradeço aos funcionários do Arquivo Público Mineiro, da Imprensa Oficial, do gabinete do deputado Humberto Souto e das bibliotecas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e do Senado Federal.

O trabalho também não se faz sem apoio de amigos. Durante o processo reforçamos os vínculos com alguns e conquistamos novos. Já nos desculpando pelo certo esquecimento de muitos, nos arriscamos a mencionar alguns: a professora Ilva Ruas de Abreu que, além da amizade, apresentou-nos à história de João Pinheiro da Silva, elemento central desta tese; aos colegas Luciene Rodrigues, Márcia Pereira da Silva, Marcos Cordeiro Pires, Regina Célia Lima Caleiro, Antônio Alvimar, Luís Eduardo Simões de Souza, Izabel Cristina de Oliveira e Alisson Mascarenhas Vaz. Agradeço também a Ana Carolina Ferreira Caetano, estagiária da pesquisa.

Aos colegas e amigos da Fundação João Pinheiro pela convivência que tivemos na época da pesquisa, especialmente a Murilo Fahel e Bruno (*“Meu cobrador oficial... agora pode cobrar... a tese foi concluída”*). Ao professor Afonso Henriques Borges Ferreira e a Fundação João Pinheiro, que gentilmente cedeu o espaço para trabalharmos em Belo Horizonte durante a pesquisa; esperamos poder desenvolver trabalhos conjuntos com a Fundação.

Agradecemos a Unimontes pela liberação no período da pesquisa, em especial aos colegas dos departamentos de Economia e de História que assumiram os encargos durante nossa ausência temporária. Aos colegas e amigos das Faculdades Santo Agostinho, o agradecimento pelo apoio oferecido, pela torcida e convivência.

À Cleidis, minha esposa, e meu filho Marcos José, agradeço pelo apoio, pelo tempo, por suportar e apoiar minhas ausências e traumas... (por falar em traumas, agradeço também a Dra. Maria Helena, minha psiquiatra).

Quanto à pesquisa, agradecemos as correções, colaborações e indicações dos membros da banca de qualificação, professores Lincoln Ferreira Secco e José Rodrigues Mão Júnior. Agradecemos também aos pesquisadores que gentilmente aceitaram participar da Banca de Defesa desse trabalho.

Ao professor orientador e amigo Wilson do Nascimento Barbosa, nossos mais profundos agradecimentos, não só pelos significativos conhecimentos transmitidos, mas pela paciência, dedicação, exemplo e apoio, muito mais que acadêmico, também pessoal.

Com todos compartilhamos os méritos deste trabalho. Já aos deslizes e defeitos que certamente existem, são de exclusiva responsabilidade deste autor.

RESUMO

O objeto de análise desta Tese é o pensamento econômico de três estadistas mineiros, na primeira década do século XX. Analisamos como Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves equacionaram protecionismo e diversidade enquanto vias de desenvolvimento para o estado de Minas Gerais, por meio dos discursos e tratados que compuseram o *Congresso Agrícola, Comercial e Industrial* de 1903, realizado em Belo Horizonte. O intuito é demonstrar como a formação acadêmica das personagens mencionadas resultou em proposições próximas do desenvolvimentismo, mas que não surtiram os resultados esperados para o estado mineiro porque não foram e/ou não puderam ser aplicadas por motivos relacionados às ambições políticas de Minas Gerais no período que denominamos de *hegemonia sul-mineira*. Assim, medidas de cooptação política marcaram as administrações de Minas Gerais entre os anos de 1898 e 1914, a ponto de impossibilitarem a adoção do planejamento econômico acordado no mencionado Congresso.

Palavras-Chaves: Francisco Salles, João Pinheiro, João Luís Alves, desenvolvimento, economia, Minas Gerais.

ABSTRACT

The object of analysis of this thesis is the economical thought of three politicians of the Minas Gerais state, in the first decade of the twentieth century. We analyzed how Francisco Salles, João Pinheiro e Joao Luís Alves equated protectionism and diversity, while developing ways to the state of Minas Gerais, through speeches and agreements that made the *Agricultural, Industrial and Commercial Congress* of 1903 that took place in Belo Horizonte.

The intention is showing how the academic formation of the characters mentioned resulted in ideas close to developmentalism. However, they didn't have the expected results to the state of Minas Gerais because, they weren't and/or couldn't been applied for reasons to political ambitions of Minas Gerais, in the period we can call *Hegemonia Sul-mineira*. In this way measures of cooptation policy marked the administrations of Minas Gerais between 1898 and 1914, impossibilitating the adoption of economic planning agreeded in the mentioned *Congress*.

Keywords: Francisco Salles, João Luís Alves, development, economy, Minas Gerais.

SUMÁRIO

Listas

Introdução	10
Capítulo 1 - O pensamento econômico da elite política mineira nos Primórdios da República e a importância do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903	19
1.1. O Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903: história e importância	26
1.2. O Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903: crítica à monocultura e incentivo à diversificação da produção	40
Capítulo 2 - O pensamento econômico de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves e o desenvolvimento de Minas Gerais	60
2.1. Educação em Minas Gerais no século XIX: a ênfase nas humanidades <i>versus</i> as ciências naturais	63
2.2. Incentivos e Protecionismo na visão de Francisco Salles	71
2.3. Incentivos, Protecionismo e progresso econômico para João Pinheiro da Silva	78
2.4. Incentivos e Protecionismo para João Luís Alves	93
Capítulo 3 - A economia mineira até a Proclamação da República: as bases históricas do pensamento de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves	96
3.1. Minas Gerais: da Capitania à Província	96
3.2. A mineração enquanto mola propulsora do desenvolvimento de Minas: um debate	101
3.3. A mineração, o cultivo da terra e a criação de gado nas Minas Gerais	108
3.4. Mão-de-obra, transportes e ensino técnico como elementos identificados como entraves do desenvolvimento de Minas Gerais	115
3.5. A economia cafeeira e a dinamização do mercado interno de Minas Gerais	118
3.6. Subsídios para a compreensão da industrialização em Minas Gerais	126
Capítulo 4 - Enfrentamentos econômicos e políticos no desenvolvimento de Minas Gerais	137
4.1. Estruturas de poder e Desenvolvimento Regional	140
4.2. Caracterização da economia mineira da Primeira República e a efetividade do Congresso de 1903	149

4.3. Projeto econômico X necessidade política: subsídios sobre a explicitação do conflito	171
Considerações Finais	181
Fontes	183
Referências Bibliográficas	185

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Presidentes-Governadores de Minas Gerais na Primeira República (1889-1930)	27
Quadro 2: Formação e atuação de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves	61
Quadro 3: Relação de ministros da fazenda por período de governos da República	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População-Densidade populacional dos Territórios do Brasil	44
Tabela 2: Relação Curso-Procura da Universidade de Coimbra (1772-1773)	65
Tabela 3: Tipo de Formação dos Ministros por períodos (1822-1899)	69
Tabela 4: Produção exportável de café das principais regiões produtoras. (1.000 sacas)	122
Tabela 5: Exportação mineira de café (1876-1915)	124
Tabela 6: Exportação paulista mineira de café (1876-1915)	125
Tabela 7: Média quinquenal da produção de café em Minas Gerais em relação à Colômbia	159
Tabela 8: Produção média de café de minas gerais com algumas das regiões do mundo	160

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Divisão Regional de Minas Gerais (1889/1930)	21
Mapa 2: Divisão Regional de Minas Gerais segundo o uso corrente	22
Mapa 3: Mapa das estradas de rodagem em Minas Gerais (1909)	152
Mapa 4: Malha Ferroviária Mineira discriminada por Companhias – crescimento até 1940	154
Mapa 5: Evolução da malha ferroviária mineira: 1879 – 1898	155
Mapa 6: Evolução da malha ferroviária mineira: 1899 – 1907	155
Mapa 7: Evolução da malha ferroviária mineira: 1908 – 1916	156

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Exportação/Ascensão do Café (em porcentagens)	119
Gráfico 2: Evolução da produção de café de Minas Gerais-médias quinquenais (1850-1924)	123
Gráfico 3: Evolução da produção de café – Rio de Janeiro e Minas Gerais	123

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Águas virtuosas –vista do cassino	177
Foto 2: O Farol representando o “republicanismo” de Américo Werneck	178

Introdução

“No curso de seu desenvolvimento capitalista, o Brasil (...) experimentou várias modalidades de transição política”.¹

“Transição política” é uma expressão conhecida entre nós brasileiros. Afinal, foram muitas desde a colonização: a transferência da Família Real para a Colônia, que então se tornou Reino Unido de Portugal e Algarves; a partida de D. João, quando a população do Reino já parecia acostumada e, por que não dizer, afeiçãoada à monarquia; o processo da Independência, o Primeiro Reinado, a Regência e o Segundo Reinado, período de surpreendente oscilação entre ministérios Conservadores e Liberais; a Proclamação da República, o poder dos militares e a ascensão dos civis; a Revolução de 1930, o Estado Novo, a redemocratização e a volta do ditador, agora chamado populista; desenvolvimentismo, nacionalismo populista e a crise da democracia, materializada na adoção do parlamentarismo em 1961; retorno ao presidencialismo e novamente a crise no governo civil de João Goulart; o Golpe de 1964 e as idas e vindas do autoritarismo nos governos civis-militares que se estenderiam até 1985; as eleições indiretas, a promessa da “democracia” e o falecimento do presidente eleito; os governos civis que se seguiram à abertura e ao *impeachment*. Enfim a democracia, a eleição de um trabalhador e, novamente a crise política fruto da crescente corrupção que se instalou e se escancarou entre nós.

Com tanta instabilidade, não é estranho para ninguém a afirmação de que o Brasil parece estar sempre em transição; permanentemente entre as decepções com o passado e as promessas do porvir. Não por outro motivo, o Brasil ficou conhecido como o “país do futuro”; local de subdesenvolvimento, mas de crescimento promissor; terra de modernidade inconclusa, de modernização inacabada; local em que “a Revolução faltou ao Encontro”. Vários termos e expressões foram utilizados por pesquisadores que se ativeram à História do Brasil em diferentes momentos e variadas cronologias, mas com frequência enfatizando o caráter de possibilidade ainda não concretizado da formação da nação brasileira.

De todos os períodos da História do Brasil, interessa-nos, para este trabalho, o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, época da transição política do período imperial para o republicano.

---

¹ SOLA, Lourdes. **Ideias econômicas, decisões políticas**. São Paulo: USP/FAPESP, 1998, p.18.

Notadamente, esses foram tempos de muitas transformações: a crise do Segundo Reinado, a instabilidade econômica que se instalara, a abolição da escravidão, a Proclamação da República e o advento da economia cafeeira de exportação.

Acreditamos que a segunda metade do século XIX, somada aos primeiros governos republicanos, é época privilegiada de desenvolvimento urbano, crescimento das exportações e debates que fundamentaram o futuro projeto de desenvolvimento nacional, tendo em vista a industrialização do Brasil.

O processo de industrialização no Brasil é atualmente interpretado sob a luz de quatro teorias, sintetizadas na já clássica obra *Origens da industrialização do Brasil*²: Teoria dos Choques Adversos (versões extrema, Simonsen, e amena, Furtado), Teoria do Capitalismo Tardio, Teoria da Industrialização Intencionalmente Promovida por Políticas de Governo e Teoria da Industrialização Impulsionada pelas Exportações.

Um elemento comum a elas é ter como cerne da discussão a questão do café. As políticas, desenvolvimentos e instrumentos giram em torno dessa temática relevante, pois esse produto tornou-se, na segunda metade do século XIX, o principal produto de exportação e formador da renda e da receita pública do país. Um segundo aspecto a ele relacionado é que essa industrialização refere-se particularmente à industrialização paulista, que posteriormente prevaleceria sobre as demais indústrias e regiões do país.³ Soma-se a isso a concentração da discussão sobre os anos trinta, com a interpretação de Celso Furtado sobre a “mudança do centro dinâmico” da economia brasileira.

A conjunção desses fatores desestimula discussões sobre industrializações prévias, mesmo que em ideia, e dissociadas, mesmo que em parte, do café; ao mesmo tempo em que também minimiza a importância de análises de outras regiões. O próprio Suzigan⁴ já apontou para a necessidade de estudos regionais, bem como setoriais, indicando que a história da industrialização brasileira é mais rica e complexa do que os estudos indicam.

No mesmo sentido, Dulci apontou o problema de tomar São Paulo como “modelo” para análises da produção cafeeira brasileira, sobretudo no que tange aos impactos dessa

---

² SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira – Origem e Desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986. SUZIGAN, além destas quatro sugere uma quinta, a Teoria da Base Exportadora. Teoria esta que efetivamente não ganhou maior relevância. Outras possibilidades de recortes são possíveis, mesmo na perspectiva econômica. Luiz Carlos Bresser-Pereira apresenta uma análise mais global, relacionando outras questões que vão além da industrialização, como Estado, classes social e o papel da burguesia. Ver: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Seis interpretações sobre o Brasil”. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v.5, n.3, 1982, pp. 269-306.

³ SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira – Origem e Desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁴ SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira – Origem e Desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

cultura de exportação na indústria e no desenvolvimento (“transição”) capitalista em geral.⁵
Para Anderson Pires, a produção cafeeira paulista,

Do ponto de vista da cadeia global de mercadorias, pode ser entendida mais como exceção do que propriamente uma regra (...) e como existem vertentes historiográficas que insistem em analisar o conjunto das economias agroexportadoras no Brasil meramente a partir do ângulo paulista outras experiências nas quais o café desempenhou papel essencial na transição capitalista são ou desconsideradas ou esvaziadas em sua importância.⁶

Não pretendemos com esta Tese, obviamente, mudar a interpretação da industrialização brasileira, pois a que efetivamente se consolidou teve como centro São Paulo e, em linhas gerais, a interpretação de Furtado pode ser considerada adequada, embora qualificações possam ser feitas. No entanto, a questão da *intencionalidade* apresentada na teoria da “Industrialização produzida por políticas governamentais” pode ganhar reforço⁷, pelo menos para o caso mineiro isso apresenta consistência.

A síntese de Suzigan aponta que o consenso é no sentido de aceitar que as políticas governamentais estimularam a industrialização, especialmente as políticas aduaneiras (tarifas) e administração do câmbio. No entanto, rejeita-se a sua “*intencionalidade*”, ou seja, as políticas teriam o objetivo de proteger e estimular o café, os benefícios à industrialização teriam sido um efeito colateral positivo.

Este trabalho analisa as intenções (**realizadas ou não**) manifestadas em prol da industrialização (e desenvolvimento) e como elas se associam às ideias de **incentivo e diversificação da produção e protecionismo e participação do Estado**. A proposição de Suzigan⁸ sobre pesquisas sobre a industrialização brasileira é mais na linha do concreto e da análise das relações causais entre políticas, ações e seus resultados efetivos. O caminho

---

⁵ DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

⁶ PIRES, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da “*commodity*” cafeeira – 1850/1930. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. vol.3, nº 2, mai/ago de 2007, p. 138. Disponível em: <http://www.rbhdr.net/022007/especial.pdf>. Acesso em: 28 de mai. de 2012. Para opinião semelhante ver: MENDONÇA, Sonia Regina. O Convênio de Taubaté e a Economia Agrícola Fluminense. **II Encontro Brasileiro de História Econômica e 3ª Conferência Internacional de História das Empresas**. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1997.

⁷ VERSIANI, Flávio Rabelo; VERSIANI, Maria Teresa. “A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição”. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, J. R. Mendonça de. **Formação Econômica do Brasil: a experiência da industrialização**. São Paulo: Saraiva, 1978; e VERSIANI, Maria Teresa. **Proteção tarifária e crescimento industrial brasileiro dos anos 1906-1912**. Brasília: Fundação UnB, 1982.

⁸ SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira – Origem e Desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

a ser percorrido neste trabalho, no entanto é o da análise do discurso, da consciência e manifestação de apoio ao desenvolvimento da industrialização e da produção nacional.

Tratar de análise do discurso não significa ficar no terreno das possibilidades, uma vez que o discurso que aqui interessa é o que revela o pensamento econômico brasileiro sobre o desenvolvimento.

O pensamento econômico obviamente relaciona-se com a experiência empírica de desenvolvimento histórico e o planejamento futuro a partir da realidade constatada.

Acreditamos que as bases do pensamento desenvolvimentista nacional podem ser encontradas em projetos de desenvolvimento econômico para o estado de Minas Gerais nos primeiros anos da implantação da República, notadamente em relação à diversificação da produção, ao protecionismo e à industrialização. Todavia, reconhecemos que o projeto não se materializou a contento em Minas Gerais.

Assim a hipótese é a de que houve produção de conhecimento suficiente para propor coerente projeto de desenvolvimento de Minas que mais tarde compôs a ideia do desenvolvimento nacional, mas o promissor projeto mineiro foi de encontro às ambições políticas da elite estadual, incluindo a de seus próprios idealizadores, o que resultou na não adoção das ideias produzidas e/ou no não sucesso destas.

Acreditamos que as instituições políticas impactavam decisivamente na formação e consolidação da política econômica de um dado local. No contexto dessa investigação, as instituições políticas eram frágeis, já que o país acabara de sair do Império para a República. Na ausência de instituições republicanas constituídas, dada a fragilidade do regime recém-proclamado, consideramos o pensamento político daqueles em destaque na administração do estado de Minas Gerais.

Políticos e produtores mineiros estiveram no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 discutindo, marcando posições políticas, fazendo associações, enfim, tentando estabelecer uma política econômica para o estado de Minas Gerais, no sentido do desenvolvimento e progresso. Várias questões foram ali discutidas, algumas frequentemente compreendidas como contraditórias se tomadas conjuntamente: trataram da crise economia mineradora, chegando, naturalmente, à importância tanto da diversificação como da especialização. Debateram a questão da produção exportadora do café, da concorrência da produção mineira com a paulista, bem como as questões do ensino técnico, dos transportes e da industrialização mais diretamente, embora a última esteja relacionada a todos os elementos mencionados anteriormente.

Partidários das ideias defendidas no Congresso de 1903 e diretamente relacionados às tentativas de desenvolvimento de Minas Gerais mais ou menos tributárias do conhecimento difundido durante o evento mencionado, destacamos os políticos e intelectuais Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves.

Por meio da análise do pensamento econômico dos três políticos em questão, este trabalho demonstra e dimensiona o projeto de desenvolvimento mineiro como síntese e subsídios das ideias que mais tarde comporiam o desenvolvimentismo nacional.

As fontes desta investigação são os Anais e documentos produzidos pelo *Congresso Agrícola, Industrial e Comercial*, realizado em Belo Horizonte, em 1903, bem como os discursos de políticos mineiros sobre o desenvolvimento econômico de Minas Gerais e do Brasil, com destaque para Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves, três estadistas já apontados por Nícia Vilela Luz, defensores do movimento protecionista à indústria e à produção nacional.⁹

Às fontes somam-se a imprensa do período em questão, a biografia das três personagens principais desta Tese, o *corpus* documental referente à produção econômica de Minas Gerais, selecionado, principalmente, entre as publicações já disponíveis sobre o assunto e correlatos.

No primeiro Capítulo apresentamos o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, sua história e importância, problematizando as ideias e teses centrais difundidas no tempo de sua realização. Aqui é importante enfatizar como políticos e investidores dos mais diferentes ramos da economia estiveram presentes, junto a representantes oficiais de várias regiões de Minas Gerais e que, todos eles, além de fazerem importante diagnóstico da situação das Gerais no período, também produziram e organizaram conhecimento em nome da diversificação econômica, do protecionismo e da industrialização, obviamente em nome do desenvolvimento do estado mineiro. Nessa etapa do trabalho destacamos a historiografia e os documentos relativos ao Congresso em questão.

No segundo Capítulo tratamos das especificidades do pensamento de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves. Parafraseando Lourdes Sola¹⁰, interessa-nos recuperar a trajetória que correspondeu à formação e consolidação das identidades deles, enquanto homens com formação em Humanidades, Bacharéis, políticos e atores das disputas pelo poder na República Federativa.

---

⁹ LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Alfa ômega, 1978, p. 129.

¹⁰ SOLA, Lourdes. **Ideias econômicas, decisões políticas**. São Paulo: USP/FAPESP, 1998, p.20.

Como estadistas e políticos defensores do movimento protecionista à indústria e à produção nacional, no período da Proclamação da República até a primeira Guerra Mundial, Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves testemunharam muitas de suas ideias sendo debatidas no Congresso de 1903. Assim, para esse Capítulo, interessa-nos as mesmas Atas mencionadas para o Capítulo anterior, bem como a biografia dessas personagens, tendo em vista que o pensamento de um dado indivíduo está relacionado ao contexto que lhe dá significado. Não por outro motivo, dimensionamos nesse Capítulo a Escola de Minas (Ouro Preto) e a Faculdade do Largo de São Francisco, responsáveis, embora em âmbito diferenciados, pela formação de significativa parte dos políticos proeminentes do período.

Em conjunto, os Capítulos 1 e 2 tratam da formação e divulgação do pensamento econômico das três personagens centrais da Tese.

Alcançar o pensamento, os ideais e as concepções de mundo de uma dada pessoa e/ou grupo não é tarefa fácil, mas possível, se o sujeito tiver deixado registros materiais de sua fala, como gravações, livros de memórias, Atas de comunicações, livros publicados ou simples anotações para discursos futuros.

No caso desta investigação, como nos debruçamos sobre o pensamento de três estadistas experimentados na arte da política, dispomos de vários registros escritos sobre diversos discursos que construíram.

O discurso, parte indispensável da política, revela tanto o agente da fala quanto o público ao qual a construção discursiva se destina¹¹, uma vez que sua função é estabelecer comunidade de sentido.¹²

A dimensão política do discurso é evidenciada pelo fato de este se constituir das relações que os sujeitos, individualmente e/ou de forma coletiva,

estabelecem imaginariamente com o real, produzindo uma interface que vem a garantir sua circulação e inserção dentro de certas condições sócio-históricas (...) que são, elas próprias, constitutivas daquelas relações [relações entre os sujeitos da história e da fala]. Nesse sentido, as identidades [em certa medida reveladas pelo discurso] resultam de formas de subjetividade, cujas representações simbólicas são o lugar privilegiado de manifestação ideológica.¹³

¹¹ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

¹² GUIMARÃES, Eduardo. Língua nacional, sujeito, enunciação. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (orgs.). **Discurso, memória e identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2000, p. 30.

¹³ INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (orgs.). **Discurso, memória e identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2000, p. 11/12.

Nesse sentido, por evocar o “imaginário compartilhado” de um dado grupo e/ou sociedade (dependendo da extensão do público alvo), o discurso não se constrói no vazio, mas a partir das vivências concretas de seus formuladores. Por essa razão, acreditamos que o segundo Capítulo desta Tese é importante, porque analisa a formação de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves, arcabouço teórico sobre os quais eles construíram suas ideias acerca do desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

Resta-nos, sobre o capítulo em pauta, informar que nos interessa as ideias do discurso e não sua estrutura linguística.

Por muito tempo, aquilo que denominamos de análise do discurso esteve nos domínios da hermenêutica, da semiótica e das especificidades da linguagem. Quando os discursos passaram a ser fontes de pesquisa para além dos cursos de Letras, ganhando espaço em outras ciências humanas e sociais (como a História, a Sociologia, a Pedagogia e as Ciências Sociais) entrou outra designação: análise de conteúdo.

A análise de conteúdo não se preocupa com os aspectos formais da língua, mas com outros elementos constitutivos das mensagens: os significados e significantes do dito, o escondido, o não latente, aquilo que não se ousa admitir. Em resumo, quem faz análise de conteúdo de mensagens discursivas deve considerar a subjetividade e inferir resultados e, como a própria expressão já revela, interpretar significados.¹⁴

Este trabalho considera os discursos de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves a partir de dois elementos que extrapolam a mensagem, a saber: a formação dos potentes dos discursos e a realidade histórica em que os mesmos estão inseridos. Por isso mesmo, aceitamos o pressuposto de que é na longa duração do povoamento, formação e crescimento de Minas Gerais que encontram-se os elementos que subsidiaram o discurso das personagens dessa investigação acerca das possibilidades de desenvolvimento do território mineiro.

Enquanto o segundo Capítulo debruça-se sobre a formação de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves, o terceiro aborda a formação e o crescimento do estado de Minas Gerais até o Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903.

Acreditamos que a formação escolar, incluindo o curso superior e tudo o que ele significa em termos de aprendizado e relações sociais, não é suficiente para mapear a

---

¹⁴ Para história, aparecimento e consolidação da análise de conteúdo enquanto método de pesquisa ver: BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977. Para artigo que tenta sintetizar as semelhanças e diferenças entre análise do discurso e análise de conteúdo ver: ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Revista Alea**, v.7, n. 2. Rio de Janeiro, UFRJ, julho-dezembro de 2005, pp. 305-322.

formação de um dado indivíduo porque “a história do conhecimento não pode ser contada em (...) trajetória linear, como algo que avança gradualmente”, já que é preciso dimensionar “a relação homem-mundo por intermédio” que extrapola o “mero acúmulo progressivo de saberes”.¹⁵ Nesse sentido, não basta conhecer a formação escolar das personagens centrais desta Tese, mas considerar os muitos caminhos de suas reflexões intelectuais que desembocaram em uma determinada concepção de mundo, em muito oriundas da experiência.¹⁶

Concluindo, do debate entre os adeptos da análise do discurso e os da análise de conteúdo interessa-nos as formulações que recusam “o entendimento do contexto como mero adereço, como moldura da qual se poderia prescindir”, como se pudessemos não articular discurso, história e sociedade.¹⁷

Nesse sentido, o terceiro Capítulo analisa a história econômica de Minas Gerais até o advento da Proclamação da República, porque foi essa realidade que informou os projetos e concepções de desenvolvimento discutidas em 1903, já que todo pensamento é fruto de reflexões empíricas e maturadas, portanto frutos de constatações no registro da longa duração.

No terceiro Capítulo, assim como o fora para o segundo, consideramos importante tratar do modo de inserção dos setores técnicos (e/ou a demanda para estes), da urbanização e da população, tendo em vista a dinâmica da administração e das disputas por cargos políticos em regime republicano.¹⁸

No quarto Capítulo, tratamos de como o projeto para o desenvolvimento de Minas Gerais produzido pelos políticos João Pinheiro, Francisco Salles e João Luís Alves e fomentados durante o Congresso de 1903 encontrou dificuldades para sua concretização. A hipótese que confirmamos era a de que o projeto econômico em questão não resultou em materialidade porque o pensamento econômico expresso em matizes econômicos no

---

¹⁵ ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Revista Alea**, v.7, n. 2. Rio de Janeiro, UFRJ, julho-dezembro de 2005, pp. 305-322.

¹⁶ Para autor que privilegia o papel da experiência enquanto fundante do pensamento, percepções, imaginário e ações concretas de pessoas e/ou grupos ver: THOMPSON. Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. 3 vol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. _____. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

¹⁷ ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Revista Alea**, v.7, n. 2. Rio de Janeiro, UFRJ, julho-dezembro de 2005, p.319.

¹⁸ A crescente importância da população em geral na definição do quadro político republicano é consenso na historiografia que, inclusive, considera a incorporação desses grupos na tônica do chamado “voto de cabresto” e similares.

Congresso de 1903 esbarrou na ambição política dos mineiros, membros de um estado que poderia disputar a centralidade das decisões políticas brasileiras na República que apenas ensaiava seus primeiros passos.

Lourdes Sola já alertou para os frequentes contrastes entre as intenções e os efetivos resultados de uma dada política econômica.¹⁹ No nosso caso, chamaram-nos a atenção as diferenças entre as intenções e/ou pensamentos de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves e as necessidades políticas deles, que disputavam posições na nascente República brasileira.

Destacamos o fato de que as ideias econômicas que aqui apresentamos são de políticos que também disputaram o prestígio, influências e cargos. João Pinheiro, por exemplo, quando escreveu para o tio sobre os motivos que lhe garantiam a ascensão a postos de comando, afirmou “vencem os fortes, os que nunca esmorecem (...) os que estudam sem mesa farta, os plebeus, como eu, que num belo dia, assentaram de ser doutores, e foram pisando, com a grossa sola de seus sapatos burgueses, os enfatuados e delicados filhinhos da estúpida nobreza imbecil”.²⁰

Por fim, deixamos a reflexão de que as ideias acalentadas em Minas Gerais para o desenvolvimento econômico subsidiaram as teorias que compuseram o ideal de desenvolvimento para o próprio país, e poderiam ter resultado na formação de uma Minas Gerais forte porque ali cresceram. Esperamos ter demonstrado, com essa investigação, que mesmo tendo malgrado em virtude de questões mais relacionadas à política (sem desconsiderar a concorrência de economias de maior produtividade) e a ambição mineira de tomar de assalto os destinos da federação, o conhecimento econômico produzido por Francisco Salles, João Pinheiro e João Luis Alves demonstra como as formulações que compuseram o futuro desenvolvimento brasileiro já estavam presentes nos debates em torno do desenvolvimento de Minas Gerais nos primeiros anos da vivência republicana.

---

¹⁹ SOLA, Lourdes. **Ideias econômicas, decisões políticas**. São Paulo: USP/FAPESP, 1998.

²⁰ João Pinheiro, Carta endereçada ao tio Luís Antonio Pinto, 10 de fevereiro de 1883. In: FARIA, Maria Juscelina. O arquivo privado de João Pinheiro. **Análise & Conjuntura**, v.1, n.1, Belo Horizonte, 1996, p.70.

Capítulo 1

O pensamento econômico da elite política mineira nos primórdios da República e a importância do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903

Pouco depois das horas da tarde, deixei a relação do *Movimento*,²¹ onde trabalhavam só os compositores, e fui para casa. Nada de anormal havia pelas ruas que atravessei... até a Água Limpa, onde residia. Às 6 horas comecei a jantar, em companhia de minha família e do (...) Aurélio Pires, que encontrei em nossa casa. Ainda não tinha terminado quando bateram à porta e eu próprio fui receber, na escada, das mãos de um dos nossos empregados da tipografia do *Movimento*, um telegrama assinado por José Augusto Linhaes, diretor dos Telégrafos, no qual se nos comunicava que “O Povo, o exército e a armada haviam proclamado a República”. Era lacônico e expressivo esse despacho telegráfico; - li-o e reli-o de mais de uma vez no decurso de um minuto, e foi tal minha emoção e alegria...²²

O trecho explicita o inusitado da Proclamação da República, da perspectiva da descrição de Antônio Olinto, engenheiro e republicano histórico e mineiro.

Semelhante sensação de descrita de forma semelhante por pesquisadores do período, bem como pela literatura.²³

Mesmo sendo descrita como proclamada inesperadamente, certamente alguns a desejavam e/ou afirmavam que a queriam, como o fez João Pinheiro, político mineiro, ao ressaltar os “defeitos” do regime Imperial:

O governo monárquico, que podemos chamar sem medo de erro, governo do parasitismo e da exploração, constitui uma vasta rede de indivíduos

²¹ Jornal republicano fundado, em Ouro Preto, por João Pinheiro e Antônio Olinto dos Santos Pires em 1889, cujo primeiro número circulou no dia 23 de janeiro.

²² PIRES, Antônio Olinto dos Santos. A Proclamação da República em Minas Gerais – o 15 de novembro em Ouro Preto. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano XXI, 1927, Faz. II, abril-junho, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 154.

²³ Das referências literárias sobre a Proclamação da República, destacamos o romance *Esau e Jacó*, de Machado e Assis e o conto *O Velho Lima*, de Arthur Azevedo. Na trama machadiana, os dois irmãos, Pedro e Paulo, que “brigavam desde o ventre materno” rivalizavam até na política. Um monarquista, o outro republicano, as personagens expunham os dilemas da política brasileira no contexto da transição da Monarquia para a República. No conto de Arthur Azevedo, o “Velho Lima” estranha que, ao chegar na repartição em que trabalhava e da qual ficou ausente entre os dias 14 e 23 de novembro de 1889, recebera tratamento republicano “cidadão”. Sem saber ao certo o que ocorria, pois antes de cair de cama nada de estranho rondava a cena política, a personagem de Arthur Azevedo temia que aquele ambiente acabasse dando “cedo ou tarde” em “república”. MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Esau e Jacó**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994; AZEVEDO, Artur. **Contos fora da moda**. 5. ed. Rio de Janeiro: Prado, 1955.

cuja única função é viverem da renda pública que não chegam nunca para a sua veracidade, de modo que o *déficit* é estado permanente das nossas finanças, o aumento dos impostos, os recursos pesadíssimos, de que lançam mão todos os anos, acontecendo que além deste recurso, ainda empregam o dos empréstimos, tendo se elevado a nossa dívida nacional ao algarismo espantoso de um milhão e duzentos mil contos de réis.²⁴

Entre os pesquisadores que se debruçam sobre a Proclamação da República no Brasil, há quem defenda o inusitado do advento republicano, bem como há os que destacam o papel dos opositores do regime monárquico nos acontecimentos do dia 15 de Novembro.

Em que medida a Proclamação da República tomou de assalto ou não os brasileiros é uma reflexão que certamente está condicionada aos grupos sobre os quais o investigador se debruça. De qualquer modo, o que nos interessa para esta investigação é o fato de que, proclamada a República no Brasil no ano de 1889, um longo caminho de disputas políticas se impôs dentro dos estados que comporiam a nova federação, em termos de grupos de decisão sobre a política e a economia que seriam adotadas pelo país. A ideia era, obviamente, construir uma nação rica e soberana, mas isso não se daria da noite para o dia.

É bem verdade que ideias sobre o Brasil futuro estiveram em disputa nas décadas anteriores à Proclamação da República, mas naquele tempo a tônica era mesmo combater o Império, o que resultou que a maioria dos projetos defendidos para o país-futuro dialogava com a estrutura imperial. A República era perspectiva de mudança, uma vez que acenava com oportunidades de regiões periféricas, pensamentos e políticos antes afastados do centro do poder finalmente ascendem às esferas decisórias da nação.

Minas Gerais era um desses estados, com características e formação próprias, como todos os demais que compunham o país. Se por um lado Minas não estava tão afastada geograficamente da corte Imperial, a exemplo dos estados mais fronteiriços, ela também não desempenhava influência semelhante se olharmos para todas as regiões mineiras, dada a extensão geográfica e as peculiaridades econômicas de cada uma delas.

Nas primeiras décadas do período republicano, podemos dividir Minas Gerais em 07 regiões geopoliticamente distintas, conforme representado no **MAPA 1** (para visão mais detalhada, apenas para comparação, ver também **MAPA 2**).

---

²⁴ SENNA, Caio Nelson. **João Pinheiro da Silva, sua vida, sua obra, seu exemplo (1860 a 1908)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1941, p. 65.

MAPA 1: Divisão Regional de Minas Gerais (1889/1930)

FONTE: VISCARDI, C. M. R. Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico, CD-RUN dos **Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas**, Curitiba: ABPHE, 1999, p.14. Adap. de Maria Efigênia Lage.

Em cada região, políticos, mais ou menos integrados aos representantes das outras localidades, disputavam o poder político.

No início do período republicano, o destaque político do Sul de Minas coube a Silviano Brandão²⁵, no território do Centro o principal nome era Cesário Alvim, seguido de

²⁵ Conhecido como o “senhor absoluto do Sul de Minas Gerais”, Silviano Brandão podia contar com Júlio Bueno Brandão (de Ouro Fino), Wenceslau Brás (de Itajubá), Delfim Moreira (de Cristina). Júlio Bueno Brandão, aliás, atuou como representante de Silviano na região sul, quando o último se dedicou à política em esferas mais amplas. Historicamente, os adeptos de Silviano Brandão ficaram conhecidos como os “silvianistas”.

João Pinheiro e Afonso Pena.²⁶ É importante destacar que Alvim tinha o apoio de Antônio Gonçalves Chaves e João da Mata Machado, políticos que se destacavam na região norte.²⁷

MAPA 2: Divisão Regional de Minas Gerais segundo o uso corrente

As zonas mineiras, segundo o uso corrente.

Fonte: Wirth (1982)

FONTE: SAES, Alexandre Macchione (*et. al.*). Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o século XX. **XIV Seminário de Economia Mineira.** s/d, pp 1-24. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A021.pdf. Acesso em 01 de abr. de 2012.

²⁶ João Pinheiro foi um importante pensador da economia e do desenvolvimento do Brasil nos primeiros anos da República; já Afonso Pena prezava por manter certa independência dos grupos políticos regionalmente adaptados. Ver: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais:** o novo PRM – 1889-1906. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982, p. 99.

²⁷ Antonio Gonçalves Chaves residia em Montes Claros, tinha sido Presidente de Província e membro do Partido Liberal; o Conselheiro João da Mata Machado era de Diamantina e também integrou o Partido Liberal. Ambos ficaram conhecidos como alvinistas, ou seja, apoiadores de Cesário Alvim.

No Triângulo, território pouco denso demograficamente e, portanto, frágil politicamente, destacava-se Joaquim José de Oliveira Pena, político que chegou a comprometer-se com Silviano Brandão, embora atuasse em região que foi cooptada por grupos diferentes ao longo da primeira república no Brasil.

Na Zona da Mata, os políticos estaduais mais influentes eram Bernardo Cysneiros da Costa Reis e Eduardo da Gama Cerqueira. Por ocasião da Proclamação da República, a até então proeminente Zona da Mata ficou fragilizada pela resistência em apoiar Cesário Alvim, político nomeado para a Presidência do Estado e notadamente ligado à antiga Monarquia. A posição da Mata explica-se pela presença, naquela região, de considerável número de “republicanos históricos”. Bias Fortes (cujos adeptos ficaram conhecidos como “biistas”) era, por fim, o principal líder do Campo das Vertentes junto à Henrique Diniz.

A clássica divisão entre adesistas e republicanos remonta às últimas décadas do século XIX. Os primeiros participaram da empreitada republicana há mais tempo que os segundos e estiveram, durante o Segundo Reinado, afastados das divisões políticas centrais, muito mais por falta de oportunidade do que por princípios.

Mesmo reconhecendo que o movimento republicano e tudo o que ele significava, incluindo o pensamento liberal, era recente no Brasil, no ano de 1889, para justificar a alcunha de “republicano histórico” para quaisquer grupos, os homens que já eram, por exemplo, filiados aos Partidos Republicanos ficaram assim reconhecidos.

A expressão “republicanos históricos” foi reivindicada pelos próprios adeptos da causa republicana, ou seja, aqueles que vinham do Manifesto de 1870 ou que já iniciaram suas carreiras na propaganda republicana.²⁸ Já os adesistas foram republicanos de “última hora”, ou porque abandonaram seus postos na administração Imperial momentos antes da proclamação ou porque assim que souberam da Proclamação da República saudaram o novo regime como se há muito o desejassem. O movimento republicano, embora novo, em termos históricos, em todo o país, era mais efetivo em alguns estados em comparação com outros.

---

²⁸ O Manifesto Republicano foi publicado no jornal **A República** em 03 de dezembro de 1870. O documento, influenciado pelo pensamento liberal, continha uma série de questionamentos ao regime monárquico e pode ser tomado como peça fundante do movimento que, ao fim e ao cabo, colocou um ponto final na fase imperial da História do Brasil. Entre os que assinaram o documento estavam: Quintino Bocaiúva, Salvador de Mendonça, Christiano Ottoni, Lopes Trovão, Salvador de Mendonça. Sobre o conteúdo do Manifesto Republicano, ver: PESSOA, Carneiro Reynaldo (org.). **A ideia republicana no Brasil, através dos documentos**: textos para seminários. São Paulo: Alfa Ômega, 1973, p.39-72.

Apesar de Minas ser um estado com significativo movimento republicano, materializado na atuação do PRM – Partido Republicano Mineiro, no clube abolicionista e em vários jornais envolvidos com a propaganda republicana,

(...) é sabido que os destacados republicanos mineiros não estiveram envolvidos diretamente nas conspirações mais imediatas que resultaram no golpe de 15 de Novembro. Mas o dinamismo do seu movimento, aliado à importância política e econômica de Minas no cenário nacional, favoreceu a projeção política do Estado no âmbito do federalismo então implantado.²⁹

Do conflito entre “republicanos históricos” e “adesistas” é importante perceber que: 1) proclamada a República foi natural que os autointitulados “republicanos históricos” esperassem alçar postos de comando; 2) em muitos estados, incluindo Minas Gerais, ocorreu exatamente o oposto do esperado pelos históricos, ou seja, conhecidos adesistas ascenderam ao comando de importante território a significativas funções; 3) descontentes, os “republicanos históricos” mineiros combateram os primeiros governadores indicados e ainda organizaram movimento separatista até que foram derrotados; 4) o que se seguiu ao enfrentamento entre históricos e adesistas em Minas foi uma série de conchavos e cooptações, a conhecida troca de favores políticos caracterizou a política oligárquica brasileira.

A confusão política que marcou as primeiras décadas republicanas em Minas Gerais longe de importar apenas aos interessados em ciência política ajuda, a nosso ver, a compreender a falência das propostas econômicas oriundas do Congresso de 1903. Acreditamos que os projetos econômicos ali defendidos, notadamente as ideias em torno da diversificação econômica, protecionismo e industrialização, esbarraram nos inúmeros conchavos políticos e nas exigências das oligarquias regionalizadas e fragmentadas para compor a tão aclamada hegemonia mineira de bancada coesa.

Embora tenham sido variadas e ricas as disputas políticas em Minas nas primeiras décadas republicanas, interessa-nos para este trabalho a certeza de que Minas Gerais, como qualquer outro estado da nova República, tinha interesse em constituir bancada política mais ou menos hegemônica para fazer frente aos outros Estados na ordem política que se iniciava. Com a República e a consequente e crescente autonomia dos Estados, as

---

²⁹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A nova Minas da “Velha República”. In: **Os Governadores**. História de Minas Gerais. Coleção Hoje em Dia. Belo Horizonte: Lastro Editora, 2008, p. 59.

oligarquias estaduais entraram em conflito por maior influência na política federal, lançando mão de inúmeros artifícios com fraudes eleitorais e violência.³⁰

Quanto mais unido politicamente fosse um estado, mas ele poderia influenciar a política nacional, tendo em vista o pacto federativo. E este era o desafio: era preciso aparar as arestas estaduais para comandar politicamente o Brasil, tendo em vista, obviamente, a efetivação de políticas que promovessem o desenvolvimento, sobretudo o econômico, de cada Estado. Como já afirmou José Murilo de Carvalho, a ideia da federação possibilitou que algumas oligarquias montassem partidos relativamente sólidos que se traduziram em “instrumentos ágeis na manutenção da ordem e na negociação com o governo federal”.³¹

Uma série de acordos, conchavos e medidas burocráticas marcaram, enfim, o desenvolvimento da política nos vários estados brasileiros, incluindo Minas Gerais. Conforme já mencionamos anteriormente, o comando da política federal não era desejado apenas pelo que significava socialmente o poder político *stricto sensu*. Impactar fortemente as decisões da federação significava conseguir divisas para o Estado, garantia de desenvolvimento e modernização, que nem todos os estados se atentassem para tal fato.³²

Embora em perspectivas e importância diferenciadas, a própria República, enquanto se definia politicamente, o fazia em relação a possíveis vias de desenvolvimento e crescimento econômico da nação. Os primeiros anos da República foram marcados por debates em torno da melhor via para o crescimento econômico do País.

Além das teorias sobre a industrialização já concebidas em torno do café e da proeminência do estado de São Paulo (das quais já tratamos na Introdução deste trabalho), acreditamos que muito do pensamento econômico nacional foi produzido no interior dos estados brasileiros nas primeiras décadas do período republicano, a exemplo dos esforços políticos estaduais. Pensamento econômico e disputas e arranjos políticos estiveram intimamente relacionados nos anos que cercaram os debates do Brasil-futuro no período que envolveu o início da República no Brasil.

Em Minas Gerais, três importantes políticos deram o tom dos debates em torno dos fundamentos do crescimento econômico mineiro: Francisco Salles, João Pinheiro e João

---

³⁰ Cf. LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice, 1988.

³¹ CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados**: escrito de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p.181-182.

³² No Capítulo 4 argumentamos como o estado de São Paulo fez do político na Primeira República forma de proteger seus interesses econômicos, ao contrário de Minas Gerais que abriria mão de seu projeto de desenvolvimento em prol da tomada política da federação.

Luís Alves. Como pensadores do desenvolvimento mineiro, os três estadistas e políticos mencionados defenderam o protecionismo à indústria e à produção nacional, debateram o papel do Estado na economia em geral e forneceram subsídios para o próprio desenvolvimentismo. Em outras palavras: é possível afirmar que os elementos que compuseram o projeto de desenvolvimento mineiro forneceram subsídios para as futuras ideias e projetos econômicos nacionais.

O projeto econômico de Minas Gerais foi, no conjunto, discutido no *Congresso Agrícola, Industrial e Comercial*, realizado em Belo Horizonte, em 1903.

1.1. O Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903: história e importância

O Congresso Agrícola, Comercial e Industrial ocorreu no ano de 1903, período em que os primeiros tropeços e enfrentamentos decorrentes da Proclamação já começavam a ficar para trás.

Por ocasião da Proclamação da República, Deodoro da Fonseca nomeou Cesário Alvim para o comando de Minas Gerais, político que fora precedido por Antônio Olinto, até que Alvim chegasse de viagem. Nota-se que nem Deodoro, tampouco Alvim figuravam na lista dos ditos republicanos históricos³³. A adesão de Alvim ao republicanismo antecederia em meses à Proclamação; sua nomeação representou a união dos deodoristas com os alvinistas e dividiu os políticos mineiros. Cláudia Viscardi registra significativo embate entre deodoristas e florianistas em Minas Gerais: 60% para 40%, respectivamente.³⁴

A primeira participação de Cesário Alvim no governo do estado de Minas Gerais chegou ao fim em fevereiro de 1890.³⁵ Sucederam-se vários pequenos mandatos até a volta de Alvim ao governo de Minas em junho de 1891. Todavia, sua nova passagem pelo cargo foi curta. A renúncia veio no início do ano seguinte, 1892. A segunda crise do governo de

³³ Uma possível explicação para a adesão de Cesário Alvim à causa republicana teria sido a indicação do Visconde de Ouro Preto, inimigo declarado de Alvim, para a presidência do Conselho de Ministros em meados de 1889.

³⁴ VISCARDI, Cláudia M. R. Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira: um levantamento prosopográfico. (CD-ROOM) **Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas**. Curitiba: ABPHE, 1999.

³⁵ Cesário Alvim foi convidado pelo presidente Deodoro para ocupar o ministério do Interior no lugar de republicano histórico Aristides Lobo que havia pedido demissão do cargo. A nomeação de Alvim acirrará ainda mais os ânimos entre os mineiros.

Cesário Alvim foi precedida pela tentativa de separação do Sul de Minas, movimento encabeçado pelos autointitulados republicanos históricos que se julgavam traídos pela República.

O movimento separatista de 1892 foi sediado em Campanha, proclamou a separação da porção sul do estado em 31 de janeiro do mesmo ano, resultou na renúncia de Cesário Alvim e foi derrotado. Daí em diante, os até então descontentes republicanos históricos foram cooptados pelo silvianismo (de Silviano Brandão) e/ou desapareceram dos debates políticos estaduais³⁶. Os acordos que se seguiram desembocam na reorganização do PRM e na construção da Hegemonia Sul-Mineira a partir de 1898.

As idas e vindas da política mineira ficam explicitadas no grande número de presidentes/governadores que o estado teve até o ano do Congresso: 1903 (ver **Quadro 1**).

QUADRO 1: Presidentes/Governadores de Minas Gerais na Primeira República (1889-1930)

NOME DO PRESIDENTE	PERÍODO DE GOVERNO	FORMA DE ACESSO AO CARGO
Antônio Olinto	17/11/1889 a 24/11/1889	O nomeado pelo governo provisório foi Cesário Alvim, no entanto, até que este assumisse, Antônio Olinto governou interinamente.
Cesário Alvim	25/11/1889 a 10/02/1890	Nomeado pelo governo provisório de Deodoro da Fonseca.
João Pinheiro da Silva	11/02/1890 a 20/07/1890	Exerceu o cargo interinamente e em julho de 1890 renunciou ao cargo.
Domingos José Rocha	21/07/1890 a 23/07/1890	Foi nomeado vice-presidente de Minas em abril de 1890. Por ocasião da renúncia de João Pinheiro, assumiu o governo de Minas Gerais.

³⁶ Nota-se que não houve apenas uma tentativa de separação do Sul de Minas, embora a de 1892 seja a que teve mais concretude. A história registra 08 tentativas separatistas entre os anos de 1842 e 1892. Para maiores informações ver: ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008; WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; _____. **Minas e a nação: um estudo de Poder e Dependência regional (1889 – 1937)**. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo 3, v.1. São Paulo: Difel, 1975; LAGE, Ana Cristina P. **Professores políticos e alunos grevistas: a Escola Normal e o Movimento Separatista, Campanha (MG), 1892**. In: Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas, Campinas. **Anais do VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas**. Campinas: Unicamp, 2006. p. 15-36. Fonte: *Jornal Minas do Sul* – exemplar do ano de 1892. Localização: acervo do Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort, Campanha/MG (Jornal do movimento separatista).

Bias Fortes	24/07/1890 a 11/02/1891	Indicado por Deodoro da Fonseca
Frederico Augusto A. da Silva	12/02/1891 a 17/03/1891	Indicado por Deodoro da Fonseca
Antônio Augusto de Lima	18/03/1891 a 16/06/1891	Indicado por Deodoro da Fonseca
Eduardo Ernesto	16/06/1891 a 18/06/1891	Indicado por Deodoro da Fonseca
Cesário Alvim	18/06/1891 a 09/02/1892	Eleito
Eduardo Ernesto	09/02/1892 a 13/07/1892	Eduardo Ernesto era 1º vice-presidente do governo Cesário Alvim, e completou o mandato por ocasião da renúncia de Alvim.
Afonso Pena	14/07/1892 a 07/09/1894	Eleito
Bias Fortes	07/09/1894 a 07/09/1898	Eleito
Silviano Brandão	07/09/1898 a 21/02/1902	Eleito
Joaquim C. Costa Sena	21/02/1902 a 07/09/1892	Tornou-se governador em razão da morte de Silviano Brandão.
Francisco A. Salles	07/09/1902 a 07/09/1906	Eleito
João Pinheiro da Silva	07/09/1902 a 25/10/1908	Eleito
Júlio Bueno Brandão	26/10/1908 a 02/04/1909	Com a morte de João Pinheiro, o primeiro vice-governador Bueno Brandão assumiu o governo com a incumbência de promover eleições para que um novo governador completasse o quadriênio iniciado por João Pinheiro.
Wenceslau Braz	03/04/1909 a 07/09/1910	Eleito
Júlio Bueno Brandão	07/09/1910 a 07/09/1914	Eleito
Delfim Moreira C. Ribeiro	07/09/1914 a 07/09/1918	Eleito
Arthur da Silva Bernandes	07/09/1918 a 07/09/1922	Eleito
Raul Soares de Moura	07/09/1922 a 04/08/1924	Eleito
Olegário Maciel	05/08/1924 a 21/12/1924	Assumiu o governo por ocasião da morte de Raul Soares de Moura.
Fernando de Melo Viana	21/12/1924 a 07/09/1926	Eleito para completar o quadriênio de Raul S. Moura.
Antônio Carlos R. de Andrada	07/09/1926 a 07/09/1930	Eleito

O papel da instabilidade política para a economia mineira já foi apontado por Anderson Pires. Em tese de doutoramento, Anderson Pires já demonstrou como, no período da proclamação da República, não havia política suficientemente forte para

integrar economicamente todo o estado de Minas em um conjunto que lhe desse identidade.³⁷

A partir de tal constatação, J.D. Wirth descreve Minas Gerais como um estado em que: 1) é marcante a “longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos” e, 2) há mais relacionamento político e econômico entre suas regiões e as demais unidades da federação do que entre os diferentes territórios que o compunham. Explica-se: o Sul de Minas Gerais e o triângulo têm relações mais próximas com o estado de São Paulo do que com as demais regiões mineiras; já a região da Mata relacionava-se com o Rio de Janeiro; o Norte de Minas Gerais com a Bahia. J. Wirth denominou essa situação de “mosaico mineiro”.³⁸ Obviamente, outros autores, debruçados sobre temas diferentes, já apontaram a importância de atividade de integração entre os territórios mineiros.³⁹

Em 1903, ano da concretude do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais, a situação política já era outra.

Em âmbito federal, o governo Campo Salles (1898-1902) havia conseguido estabelecer uma relativa estabilidade política nos estados através da chamada “Política dos Governadores”. Quando a presidência passou às mãos de Rodrigues Alves, em 1903, mesmo período em que ocorreu o Congresso Industrial em Minas, a atmosfera política já estava mais acomodada.

Contando com certa estabilidade política, faltava promover o desenvolvimento econômico do estado. A produção de conhecimento sobre o desenvolvimento de Minas Gerais ficou registrada nas muitas teses (ideias) que compuseram o Congresso em Belo Horizonte.

O Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903 foi organizado quando Francisco Salles era presidente de Minas Gerais.

Francisco Antônio de Salles nasceu em Lavras, região sul-mineira, no ano de 1863, teve educação primorosa para os padrões da época, estudou no Seminário de Mariana e formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais no Largo de São Francisco em São Paulo.

---

³⁷ PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Bancos**: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930. Tese de Doutorado. São Paulo. USP, 2004.

³⁸ WIRTH, John. D. **O fiel da Balança**: Minas Gerais na federação, 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 37.

³⁹ PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do Século XX**. 1996. 228f. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 1996; PAIVA, C. A.; GODOY, M. M. Território de Contrastes: Economia e Sociedade nas Minas Gerais do Século XIX. In: **Anais do X Seminário de Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR, 2002.

Quando estudante universitário, aderiu ao Clube Republicano Paulista, foi juiz e elegeu-se deputado mineiro para a legislatura de 1891 a 1895. Experienciou largamente as questões da economia mineira quando, por convite de Bias fortes (Presidente de Minas no período de 1894 a 1898) foi Secretário de Finanças do Estado, para depois assumir a pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.⁴⁰

Francisco Salles foi o segundo presidente do Sul de Minas a governar o estado. No governo, organizou o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial e ajudou na formação do Convênio de Taubaté, elaborado em 1906.

As reflexões de Francisco Salles sobre o crescimento e modernização de Minas Gerais ficaram registradas no Congresso de 1903, importante evento de difusão de ideias acerca do desenvolvimento econômico. Constituiu-se num fórum em que foram apresentadas estratégias para soerguimento da economia mineira (questão estrutural) e enfrentamento da crise que se vivia (questão conjuntural, relacionada à queda do preço do café), sobretudo baseadas no aumento e diversificação da produção.

Politicamente, o Congresso lançou a plataforma política que levaria João Pinheiro da Silva à presidência do estado e, em menor escala, Afonso Pena à presidência da República.

João Pinheiro da Silva nasceu em 16 de dezembro de 1860. Foi, quando criança, para Ouro Preto, concluiu o Curso de Humanidades e iniciou a formação de Engenheiro, sem concluí-la. Fez Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, exatamente como Francisco Salles. Ali também se envolveu com o movimento republicano, chegando a presidir o Partido Republicano Mineiro.

João Pinheiro já era conhecido como republicano histórico, quando foi proclamada a República no Brasil.

Os republicanos históricos, de modo geral, ficaram descontentes com a nomeação de Cesário Alvim, logo depois de Olinto, para a Presidência de Minas Gerais, porque aquele tinha rompido com o Partido Liberal às vésperas da proclamação, sendo então reconhecido como adesista, conforme já informamos. Mesmo assim, João Pinheiro tentou intermediar a aceitação do Presidente eleito pelos republicanos históricos, buscando a conciliação com o discurso de que era importante fortalecer o novo regime (o republicano).

Acerca da atuação política de João Pinheiro, escreveu Francisco de Assis Barbosa:

---

⁴⁰ REIS, Milton. **A trajetória do Poder:** de Cesário Alvim a Aécio Neves. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2008.

Governador e depois Presidente Minas Gerais, a sua nação de governante traz a marca inconfundível do propagandista: no restabelecimento do culto à memória de Tiradentes; na posição irredutível de manter separados o Estado e a Igreja; na defesa intransigente da liberdade religiosa, como da liberdade profissional; na difusão do ensino primário, secundário, normal e profissional, notadamente no ensino agrotécnico; na democratização da justiça, não permitindo o aumento das custas judiciais; e, mais do que tudo isso, na mobilização da opinião pública para libertar o País da burocracia e do pauperismo, dinamizando todo o seu imenso potencial de riqueza até então paralisado e inoperante.⁴¹

É notável a contribuição de João Pinheiro para o projeto econômico mineiro, bem como para o futuro projeto desenvolvimentista nacional. Ele esteve no comando do estado de Minas Gerais por duas vezes. Na primeira, de fevereiro a agosto de 1890⁴²:

Aos 29 anos, cabendo-lhe administrar Minas Gerais e fortalecer o incipiente regime, ele demonstrou perfil inovador em seu curto governo. Tornou-se um dos principais patrocinadores do projeto de transferência da capital de Ouro Preto para a planejada Cidade de Minas. Foi responsável pela criação de um serviço de estatística e de um laboratório de análise de terras, anexos à Escola de Minas, instrumentos que ele considerava fundamentais para a agricultura e mineração. E procurou governar com republicanos e monarquistas. Entendia que era preciso unir as elites para erigir a base do desenvolvimento político e econômico que a República vislumbrava: “(...) a República foi sempre um princípio, a Monarquia era apenas um fato”, afirmou em seu *Manifesto aos Mineiros*, divulgado ao assumir o governo.⁴³

Se politicamente o Congresso foi importante para eleger João Pinheiro à presidência do estado, economicamente, significou o mapeamento das condições de várias localidades mineiras (em virtude dos relatórios que os administradores enviaram à comissão organizadora do evento), bem como o traçado das diretrizes para o futuro de Minas Gerais.

O Congresso Agrícola aconteceu em 1903, perfazendo meses desde a preparação até a reunião propriamente dita. Para efeito de apresentação, destacamos três fases: a primeira, constituição e trabalhos iniciais da Comissão Fundamental; a segunda,

⁴¹ BARBOSA, Francisco de Assis. João Pinheiro e sua liderança em Minas. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Análise e Conjuntura**. O centenário da República 1889/1989. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. v.1, nº 1, p. 49.

⁴² Deixou o governo porque foi nomeado diretor da Escola de Minas.

⁴³ Para maiores informações ver: VAZ, Alison Mascarenhas. A República como princípio. In: **Os Governadores**. História de Minas Gerais. Coleção Hoje em Dia. Belo Horizonte: Lastro, 2008, p. 93.

preparação das teses a serem discutidas; e a terceira e última, o Congresso propriamente dito, denominado na época de Congresso Geral.

O Congresso foi uma importante reunião dos líderes “empresariais” de Minas Gerais, sob a liderança de João Pinheiro. Esse evento foi organizado e preparado de maneira sistemática, pelo menos desde o início de 1903, quando a Comissão Fundamental divulgou os temas, quesitos e teses que seriam discutidos e debatidos na plenária principal.

As primeiras notícias sobre o Congresso foram sobre a Comissão Fundamental e circularam em janeiro de 1903.⁴⁴ Possivelmente os trabalhos para a organização da Comissão Fundamental começaram antes de janeiro de 1903, já que o *Jornal Minas Geraes* já noticiava nessa data o envolvimento de diversas representações de agricultores, industriais e comerciantes com o evento, na medida em que estes enviaram sugestões de medidas econômicas convenientes aos seus respectivos setores.⁴⁵

Se em janeiro de 1903 a Comissão já recebia contribuições diversas, dadas as condições de comunicação da época, certamente seus trabalhos iniciaram-se há mais tempo.

A Comissão Fundamental foi constituída dos seguintes membros: José Joaquim Monteiro de Andrade (agricultor), George Chalmers (industrial), Carlos Pereira de Sá Fortes (indústria pastoril), João Pinheiro da Silva (presidente da Comissão), João Ribeiro de Oliveira e Sousa (administrador e banqueiro), Coronel Francisco Mascarenhas (industrial) e Ignácio Burlamaqui (comerciante).⁴⁶

Os membros mencionados anteriormente traçaram a estrutura dorsal do Congresso, selecionando os temas e os quesitos que seriam debatidos. Elaboram as diretrizes do evento e os temas centrais por meio de perguntas diretas que deveriam ser respondidas para esclarecer as principais problemáticas levantadas nos documentos já recebidos. Esta era, aliás, a tônica do evento: soluções práticas, como se dizia à época.

Os próprios membros da Comissão Fundamental se encarregariam de preparar respostas para tais pontos então considerados fundamentais. Quando necessário criavam sub-comissões ou grupos que se responsabilizassem pela apresentação das ditas teses ou propostas de soluções. O trabalho da Comissão Fundamental, que se reunia

---

⁴⁴ Jornal do Comércio de Juiz de Fora. In: Jornal **Minas Geraes** 7 e 8 de janeiro de 1903, p. 3.

⁴⁵ Jornal **Minas Geraes** 14 de janeiro de 1903, p. 2.

⁴⁶ Jornal **Minas Geraes** 7 e 8 de janeiro de 1903, p. 3.

sistematicamente, pelo menos oficialmente, desse o início de janeiro de 1903, foi amplamente divulgado, tendo, inclusive, suas Atas publicadas no jornal Minas Gerais.⁴⁷

Temas como a diversificação da produção, abandono da monocultura, estímulo à policultura (particularmente aos cereais) foram destacados; a industrialização, sobretudo a indústria extrativa, foi apontada como futura riqueza do país (e, portanto do estado mineiro), dentre elas a do ferro.

A Comissão Fundamental pensou então nos membros convidados para a reunião plenária ou Congresso Geral (o Congresso propriamente dito):

Annunciada a discussão do modo por que deverá constituir-se o Congresso Geral, tomaram a palavra varios Srs. membros da comissão, ficando resolvido que o mesmo se comporá de um commerciante e um agricultor de cada municipio, e de industriaes do Estado. O agricultor deverá ser indicado pelo presidente da respectiva Camara; o commerciante pela reunião dos da sua classe em cada municipio, cabendo á ‘Associação Commercial do Estado’ a superior direcção destas eleições. A comissão Fundamental reserva-se o direito de convite aos industriaes.⁴⁸

Por sua composição, o Congresso teve amplo envolvimento e repercussão, já que as *classes produtoras* de todo o Estado tiveram participação. O clima era propício para discussões. Jornais da época noticiaram outros congressos com a mesma finalidade, mas os resultados alcançados pela reunião de maio em Belo Horizonte foram, bem possivelmente, mais promissores. Embora o *Jornal Gazeta Commercial e Financeira* criticasse o Congresso por considerar seu tom de exagerado protecionismo industrial, comparando-o com um realizado em São Paulo, destaca que o de Minas tratou do desenvolvimento econômico com mais “uniformidade”, de maneira mais progressista.⁴⁹ Até o presidente Rodrigues Alves manifestou interesse pelos resultados dos trabalhos.⁵⁰

A repercussão do Congresso foi grande, bem como sua divulgação. Os passos da Comissão Fundamental foram publicados pelo jornal *Minas Geraes*, assim como as deliberações da Plenária Geral. Jornais de Minas reproduziram as discussões do evento,

⁴⁷ Ata da 1ª sessão ocorrida dia 12 de janeiro de 1903, jornal **Minas Geraes** 30 de janeiro de 1903, p. 02; 2ª ata da sessão ocorrida dia 13 de janeiro, jornal **Minas Geraes** 31 de janeiro de 1903, p. 1-2; 3ª ata da sessão ocorrida dia 14 de janeiro, jornal **Minas Geraes** 01 de fevereiro de 1903, p. 13-14.

⁴⁸ Jornal **Minas Geraes**, 01 de fevereiro de 1903, p. 13. Ata da 3ª sessão da Comissão Fundamental Agrícola Industrial Mineira. A sessão ocorreu no dia 14 de janeiro.

⁴⁹ Jornal *Gazeta Commercial e Financeira*. Artigo reproduzido no Jornal **Minas Geraes**, 29 de maio de 1903, p. 1.

⁵⁰ Jornal **Minas Geraes**, 20 de maio de 1903, p. 2.

ampliando seu impacto; posteriormente o Congresso Geral repercutiu também na imprensa nacional.

Interessante observar a atenção que o Congresso despertou: tão logo foram divulgadas suas primeiras ações, chegaram contribuições. Dentre as que merecem destaque, apontamos as do então Deputado Estadual João Luís Alves.

João Luís Alves nasceu em Juiz de Fora e formou-se, como Francisco Salles e João Pinheiro, em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de São Paulo. A essa altura, parece-nos pertinente afirmar que os três políticos e pensadores econômicos de destaque no Congresso em questão tiveram a mesma formação e que, de forma bem semelhante, entraram em contato com ideias progressistas e republicanas.⁵¹

A tentativa de aproximar interesses políticos dos econômicos também fica evidenciada pela presença de João Pinheiro. Ele fora convidado por Francisco Salles para participar do Congresso desde a sua organização e, posteriormente, foi ele o sucessor de Salles no governo mineiro.

Chamou-nos a atenção o fato de o Congresso não só preocupar-se em produzir conhecimento sobre economia, mas articulá-lo com reais possibilidades políticas e ainda com a iniciativa privada, notadamente os empresários mineiros.

O jornal *Minas Geraes*, em abril de 1903, menciona as relações entre membros do Congresso e Serzedelo Corrêa, primeiro presidente do Centro Industrial do Brasil.⁵²

O Centro Industrial do Brasil foi criado em 1904, um ano após o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial:

O Centro Industrial do Brasil (CIB) representou uma importante iniciativa de centralização e encaminhamento das reivindicações e demandas apresentadas pelos industriais estabelecidos na Primeira República brasileira. De acordo com seus estatutos a associação tinha por objetivo promover o desenvolvimento da indústria e incentivar a formação de associações congêneres nas outras federações brasileiras.⁵³

⁵¹ A formação escolar e acadêmica dos políticos mineiros é tema do segundo capítulo dessa investigação.

⁵² Jornal *Minas Geraes*, 11 a 14 de abril de 1903, p. 2. Esta mesma citação recupera e exalta o protecionismo em Ruy Barbosa e critica os impostos interestaduais.

⁵³ HANSEN, Cláudia Regina Salgado de Oliveira. **Para além dos muros da Companhia Brasileira de Energia Elétrica:** os Guinle no Centro Industrial do Brasil e na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/346_abstract.doc. Acesso em: 11 de junho de 2012. Ver também Boletim do Centro Industrial do Brasil, 1904-1905, pp 18-20.

Assim foi formada a primeira diretoria do CIB, que permaneceu de 1904 a 1913: Presidente – Innocêncio Serzedelo Corrêa, primeiro Vice-Presidente – Luiz Raphael V. Souto, segundo Vice-Presidente – M. A. da Costa Pereira, primeiro Secretário – Jorge Street, segundo Secretário – J. M. da Cunha Vasco, primeiro Tesoureiro – Alfredo L. Pereira, segundo Tesoureiro – Júlio Pedroso de Lima.⁵⁴

O Centro Industrial do Brasil teve vários filiados, a saber: integrantes da antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), membros do Centro de Indústria de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro (CIFTA) e empresas do ramo da metalurgia, vidro, cerâmica, bebidas, fumo e madeiras que, junto a outras de menor expressão, totalizavam 338 filiações entre empresas e associações.⁵⁵

Serzedelo Corrêa, junto a Cunha Vasco e Jorge Street, redigiu o projeto de estatuto do centro. O CIB fez intensa campanha de cunho protecionista sobre as tarifas aduaneiras do Brasil. A campanha tinha o intuito de apoiar o Projeto de Lei, também protecionista e voltado à industrialização nacional, do então deputado João Luís Alves. A seguir transcrevemos a apresentação dos estudos que o CIB publicou em apoio ao Projeto do já mencionado deputado:

No estudo que tencionamos fazer sobre o projeto de tarifas do ilustre Deputado Dr. João Luís Alves, ora em discussão na Câmara, procuraremos dar **a orientação a mais prática possível**, valendo-se dos dados e fatos de que dispomos e que julgamos poderem servir para apoiar ou refutar as diversas opiniões emitidas sobre o assunto no **parlamento e na imprensa**.

Não podemos nos alongar sobre as diversas escolas do livre-cambismo e do protecionismo, pois o assunto está por demais debatido e conhecido. O sistema livre-cambista está moribundo no mundo inteiro, e a estupenda progressão econômica da América do Norte, da Alemanha, da Rússia e da Itália, devia unicamente ao decidido apoio e proteção à *outrance* dada por essas nações às suas indústrias, tornou indiscutível a vitória do protecionismo.

Os mais decididos adversários do projeto João Luís Alves, na Câmara, defendem-se cuidadosamente de ser contrários à proteção às nossas indústrias, declarando apenas querer fazer entre elas uma seleção e opondo-se a uma exagerada proteção, que reputam de nocivas

⁵⁴ HANSEN, Cláudia Regina Salgado de Oliveira. **Para além dos muros da Companhia Brasileira de Energia Elétrica**: os Guinle no Centro Industrial do Brasil e na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/346_abstract.doc. Acesso em: 11 de junho de 2012.

⁵⁵ Para maiores informações sobre a formação do Centro Industrial Brasileiro, ver: HANSEN, Cláudia Regina Salgado de Oliveira. **Para além dos muros da Companhia Brasileira de Energia Elétrica**: os Guinle no Centro Industrial do Brasil e na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/346_abstract.doc. Acesso em: 11 de junho de 2012.

consequências. Foi esta a orientação dos dignos Deputados Curvelo Cavalcanti, Paula Ramos e Felisberto Freire, que ilustraram a discussão com discursos realmente valiosos. É, pois, uma vitória para a indústria brasileira ter-se grandemente modificado a linguagem e o modo de pensar daqueles que, há muito pouco tempo, negavam em absoluto a existência da **indústria nacional**, a qual era por eles qualificada de artificial e pouco digna de qualquer proteção (destaques da autora).⁵⁶

Foram significativas as ações do Centro Industrial do Brasil em nome da industrialização nacional.⁵⁷ Para este trabalho, importa-nos mais diretamente as ligações de membros do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903 com o CIB, notadamente com João Luís Alves, político e estrategista econômico mineiro. O CIB foi fundado, insistimos, um ano após o Congresso. Ademais, Francisco Salles era sócio honorário do referido Centro.

O mesmo jornal que registrou contatos de empresários (Serzedelo) também recuperou e exaltou o protecionismo em Rui Barbosa⁵⁸ e criticou os impostos interestaduais.⁵⁹

O Congresso de Belo Horizonte e suas ideias ganharam ainda mais força com sua utilização por Francisco Salles e com o fato de João Pinheiro, após eleito para o governo de Minas, ter tomado as considerações do referido evento como plano de governo. Após o mesmo, e possivelmente animado por ele, Serzedelo Corrêa lançou, ainda em setembro de 1903, livro sobre as questões econômicas do Brasil.⁶⁰

---

⁵⁶ Boletim do CIB. 1 v. (1904-1905). Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1905. In: HANSEN, Cláudia Regina Salgado de Oliveira. **Para além dos muros da Companhia Brasileira de Energia Elétrica: os Guinle no Centro Industrial do Brasil e na Associação Comercial do Rio de Janeiro**, p. 12. Disponível em: http://www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/346_abstract.doc. Acesso em: 11 de junho de 2012.

⁵⁷ Para trabalhos sobre a ação e importância do Centro Industrial do Brasil, ver: CARONE, Edgard. **O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827-1977)**. Rio de Janeiro: CIRJ/Cátedra, 1978; GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e Trabalho**. Rio de Janeiro: Campus, 1979; CORRÊA, Maria Letícia. **As Ideias Econômicas na Primeira República: Serzedelo Corrêa, Vieira Souto e Nilo Peçanha**. Rio de Janeiro/Niterói, UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 1996. (Dissertação de Mestrado).

⁵⁸ As medidas adotadas por Rui Barbosa tinham como objetivo regulamentar a atividade das sociedades anônimas, estabelecer os critérios para os bancos emitirem moeda, impulsionar o crédito agrícola e as atividades industriais no Brasil. Para maiores informações sobre a política fazendária do Governo Provisório ver: PRADO, Luiz Carlos Delorme. **A Economia Política das Reformas Econômicas da Primeira Década Republicana**. Disponível em: <<http://cac-php.unioeste.br/cursos/toledo/historiaeconomica/eeb1-2.pdf>>. Acesso em: 12 de junho de 2012.

⁵⁹ Análise sobre a economia mineira, ver terceiro e quatro capítulos desta Tese.

⁶⁰ CORREIA, Serzedelo. **O problema econômico do Brasil (1903)**. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa/MEC. (originalmente publicado pela Imprensa Nacional em 1903).

O Congresso Geral foi precedido de reunião preliminar, realizada no dia 12 de maio de 1903, que aprovou seu regimento⁶¹, definindo suas estruturas básicas e decisórias. Inicialmente foram criadas as Comissões de Comércio, Agricultura, Indústria e de Redação. Mas a segunda seção as ampliou e assim as redefiniu: Indústria, Comércio, Agricultura, Redação, Curtumes, Tecelagem, Viticultura e vinicultura, Viação férrea e tarifas, Café, Pecuária, Bancária e Estradas de rodagem.⁶²

A Comissão de Indústria, apesar de sua pequena expressividade, contava com várias “sub-comissões” específicas, além de temas de seu interesse também serem tratados na pecuária (indústria de laticínios e carnes), agricultura (processamento) e mesmo na do café. Note-se que, para a época, essas eram indústrias potencialmente importantes e pesavam na pauta de importações. As do café e de agricultura também tratam de indústrias de beneficiamento, processamento e mesmo de transformação dos produtos agrícolas.

Evidentemente o café, principal produto agrícola, também teve sua comissão especial, que analisou sua crise e repercussão sobre toda a economia nacional, ao mesmo tempo em que propôs alternativas e soluções.

Embora os trabalhos do Congresso fossem, pelo menos propagadamente, democráticos, estava assegurado que as teses apresentadas pela Comissão Fundamental necessariamente deveriam ser levadas ao plenário. Várias alterações foram realizadas, mas as linhas dorsais da Comissão Fundamental foram preservadas, dentre elas a posição protecionista.

O Congresso Geral foi um *acontecimento* para Minas Gerais, aproveitou-se a oportunidade para que Belo Horizonte fosse apresentada ao Brasil como a nova imagem do estado, uma capital preparada para o futuro e a modernidade.

Na verdade, o projeto de construção de uma nova capital estava intimamente ligado ao desenvolvimento do estado, já que o que se esperava era que a nova capital passasse a exercer um papel de centro de polarização política e econômica, contribuindo decisivamente para inserir Minas Gerais na trilha do progresso.

Não foi outro o pensamento de senador Afonso Pena, quando defendeu, nos debates sobre a retomada do desenvolvimento regional, que a mudança iria permitir ao governo propiciar desenvolvimento equânime para todas as zonas do estado.

---

⁶¹ Jornal **Minas Geraes**, 11 e 12 de maio de 1903, p. 1.

⁶² Jornal **Minas Geraes** 14 e 15 de maio de 1903, p. 2.

Era fundamental que a transferência da capital não só se efetivasse, como era providência urgente:

Ninguém desconhece que há uma grande emigração de dinheiro e de pessoal para a capital federal e para São Paulo ultimamente. Nós devemos, pois, por todos os meios, provocá-los para o nosso estado, porque aí não ficarão dormentes, hão de entrar em circulação e fermentar a indústria, a lavoura, a viação férrea e tantos outros elementos de riqueza que jazem amortecidos no solo mineiro.⁶³

O que se procurava era adaptar o estado a uma nova realidade que se avizinhava, que era a passagem de uma organização unitária do Império para o federalismo ampliado da chamada Primeira República, uma vez que o país transitava de um regime altamente centralizador para um outro que propiciava uma ampla liberdade aos poderes estaduais, notadamente no que dizia respeito à implantação de políticas econômicas.

Assim, para que a nova capital pudesse cumprir o papel de um centro de integração regional que lhe fora atribuído, seria necessário que ela se transformasse não somente como um articulador do fluxo comercial das diversas regiões do estado, mas servir de centro de um possível desenvolvimento industrial, que era um fim inevitável de todo o processo de crescimento econômico que se pretendia implantar.

Para que pudesse desempenhar o papel para o qual fora criada, a nova capital deveria se transformar em um centro de integração regional, articulando todo o fluxo comercial das diversas zonas do estado, bem como ser o centro de todo o possível desenvolvimento industrial, que, em última análise, era o objetivo do desenvolvimento econômico que se buscava.

Foram inúmeras as autoridades presentes na abertura, seções plenárias e eventos paralelos; dentre eles o Presidente de Minas, Francisco Salles, o Vice-Presidente eleito da República, Afonso Penna, Secretários de Estado (alguns deles futuros presidentes); o Ministro da Indústria e Viação, Lauro Müller. A imprensa mineira e nacional esteve presente, além de representantes de entidades produtoras, como a Sociedade Nacional de Agricultura, Centro de Comércio do Café do Rio de Janeiro, Representante da Praça de Manaus, Senadores, Cônsules e outros.

---

⁶³DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p.41-42.

Pelas notícias da imprensa, a cidade fervilhava, com programação cultural e social paralela. Para dar conta dos acontecimentos, o jornal Comércio de Minas publicava duas edições diárias.

Quanto aos delegados do encontro, representantes da força econômica, mais de 250 estiveram presentes⁶⁴, das diversas regiões e setores. A presença aumentava dia a dia nas seções com delegados registrando suas participações e fazendo questão de relatar e apresentar a situação de seus municípios e/ou problemas e potencialidades de suas atividades econômicas. Além do Congresso propriamente dito, diversos foram os eventos correlatos, jantares, banquetes e até a “inauguração”⁶⁵ da Capital, que, a época, chegou a ser cogitada para ser a futura capital federal.⁶⁶

O Congresso foi importante momento de reflexão sobre as necessidades de estímulo à produção nacional, para isso deveriam ser utilizados incentivos e protecionismo.⁶⁷ Apesar de ser um Congresso rotulado como das forças produtivas, procurou fazer interface, conforme já enfatizamos, com o Estado, sugerindo propostas financeiramente e politicamente viáveis aos governos. Fala-se o tempo todo não só em não onerar as finanças de Minas, ao contrário, a recuperação econômica seria a base para a recuperação do Tesouro.

O elemento comum das conclusões das várias comissões foi remover os obstáculos à produção, ao mesmo tempo em que se procuram estimulá-la e incentivá-la, para tanto,

⁶⁴ Jornal **Minas Geraes** 16 de maio de 1903, p. 5.

⁶⁵ Inaugurada oficialmente. No entanto ficou registrada a data de 1897 como a inauguração de Belo Horizonte, o que na realidade seria a mudança do governo para a nova capital. Do ponto de vista prático e do poder efetivo, 1897 é de fato mais significativo.

⁶⁶ O jurista João Coelho Gomes Ribeiro escreveu em 1907 o projeto intitulado A capital federal e a constituição da república: apello ao Congresso Nacional, sugerindo que a capital fosse transferida para Belo Horizonte, uma vez que “o Rio de Janeiro está, há muito, julgado e condenado, como sede inconveniente do governo central do paiz”. O projeto buscava justificar-se através do argumento que Minas Gerais era o estado mais rico da país, bem como, a mudança atenderia a uma questão de segurança já que o Rio de Janeiro estava “sujeito a invasão inimiga de qualquer potência marítima”. Sobre o assunto ver: RIBEIRO, João Coelho Gomes. **A capital federal e a constituição da república**: apello ao Congresso Nacional. São Paulo: Typographia Falcone, 1907, p.9 e 15. Localização: Biblioteca do Congresso Nacional, seção de Obras Raras.

⁶⁷ A ideia da intervenção e protecionismo da produção industrial não era assim tão nova, uma vez que já tinha sido defendida em outras ocasiões. O conhecido *Manifesto da Associação Industrial* assinado em 1881 é exemplo dessa afirmação. Não por acaso, o presidente da referida Associação era Antônio Felício dos Santos, cuja família, em conjunto com os Mata Machado, foram os pioneiros da industrialização em Diamantina, região com diversificação da economia e protegida pelo isolamento. Protecionismo e desenvolvimento de Minas Gerais e a relação de ambos com o Congresso de 1903 são temas dos próximos capítulos da Tese. MARTINS, Marcos Lobato. A presença da fábrica no “grande empório do norte”: surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. **IX Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina, agosto-setembro de 2000, pp. 281-304; CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)**. Rio de Janeiro: São Paulo: Difel, 1977, pp.19-27.

busca criar mecanismos para se reduzir os custos (geral e privado), desimpedir (e estimular) a circulação de mercadorias, melhorando os meios de comunicação/transporte e minimizando os entraves burocráticos e tributários. Preocupa-se com as condições gerais da sociedade e do Estado, procurando equilibrar os interesses políticos e econômicos. Alguns dos aspectos mais debatidos foram: a) educação, em seus diversos níveis, b) a questão do trabalho (necessidade de regulação e “falta” de braços), c) questão do crédito (melhores condições de acesso e em maior volume).

O Congresso procurou ter caráter *prático* (palavra muito utilizada à época, num sentido de oposição à teoria sem fundamentação na realidade brasileira), sugerindo ideias que pudessem ser implementadas de maneira mais rápida e objetiva, sem, no entanto, perder uma visão de longo prazo, a integração produtiva em Minas Gerais. A ideia era começar pelas oportunidades mais concretas, substituindo importações de maior volume, cuja produção fosse compatível com as condições do estado. O protecionismo e os incentivos assim não seriam restritos à indústria, começariam pela agricultura e agropecuária, base para uma diversificação da economia.

As indústrias existentes, assim como as viáveis economicamente, deveriam ser protegidas e estimuladas. A visão de escala, divisão do trabalho, melhoria da produtividade e competitividade estavam presentes. As iniciativas para consolidar e integrar o mercado interno eram condições para que a produção agropecuária, industrial e extrativa se fortalecesse em moldes capitalistas.

1.2. O Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903: crítica à monocultura e incentivo à diversificação da produção

A noção de *crise* estava impregnada na análise da Comissão do Café e das demais, que relataram como, direta e indiretamente, sofriam seus impactos. A crise era entendida como conjuntural e estrutural: conjuntural pelos problemas tradicionais, câmbio e preço; estrutural pelo quadro progressivo de super produção e pelas condições especificamente mineiras, ou seja, posição de produtor *marginal*.

Aquele que só obtém lucros quando as condições de mercado são excepcionalmente favoráveis é um produtor *marginal*, fadado a ser eliminado da concorrência, devido às

desvantajosas condições do solo, da adaptabilidade do produto ao ambiente, distâncias e custos envolvidos.

Tal percepção fez com que a própria Comissão do Café fosse protecionista e criticasse a monocultura cafeeira.⁶⁸ A solução para Minas não era melhorar as condições do Café (isto também seria defendido), mas sim diversificar, abrir novas fontes de renda. A ideia de crise era presente, mas também era vista como uma oportunidade (menor dependência do café). Vejamos:

Entende a comissão que a causa do abandono da exploração de muitos productos que em outras epochas constituíram grande parte da nossa exportação e que hoje importamos do estrangeiro, foi devido á cultura do café, (...) para o qual, (...) convergiram todas as actividades, dominando, como produção economica, as tres quartas partes do seculo passado e vencendo pela concurrencia de trabalho remunerador todos os outros ramos da actividade nacional. (...)

A crise do café tem como primeiro effeito a deslocação das actividades e forças vivas nelle empregadas, para differentes ramos de exploração.

Occupar, fixar e dirigir estas actividades é o ponto principal da questão.

O que cumpre fazer aos governos é assegurar, contra a concurrencia estrangeira, o nosso mercado interno à produção nacional por meio de tarifas proteccionistas, que na opinião do presidente Roosevelt, são a causa da prosperidade dos Estados Unidos.⁶⁹

A monocultura (café) é colocada no banco dos réus.⁷⁰

As ideias do Congresso repercutiam no estado, por exemplo, no jornal *Gazeta de Minas*, da cidade de Oliveira (Sul de Minas, região de café). A seguir, as causas apontadas para a *ruína* da agricultura:

(...) não é só ao abandono dos poderes publicos que devemos attribuir a decadencia da lavoura e do commercio e o asphyxiamento da industria ao nascer, não; a indole do povo tem contribuido poderosamente para esse fim desastroso: juntemos a isso a falta de immigração de braços aptos para a lavoura, a pernicioso e velha rotina do cultivo das terras, sem preparo nem amanho, **e ainda a triste mania da monocultura, e ahi encontraremos a causa primordial da ruina da agricultura** que, irmã

⁶⁸ Jornal **Minas Geraes** 20 de maio de 1903, p. 3-5.

⁶⁹ Jornal **Minas Geraes** 08 de fevereiro de 1903, p. 2. Repercussão do Congresso no jornal *Vargem-Grandense*, de S. Caetano da Vargem Grande. É interessante que durante o Congresso inúmeros municípios participantes descrevem detalhadamente sua situação econômica. Esta descrição foi solicitada como relatório a ser apresentada pelos delegados à Comissão do Congresso.

⁷⁰ Chegam mesmo a indagar por que não queimar café; embora não se aprove esta recomendação, nem mesmo a proibição de sua produção. Jornal **Minas Geraes** 19 de maio de 1903, p. 2; Jornal **Minas Geraes**, 23 de maio de 1903, p. 2.

gemea do commercio e da industria, havia de fatalmente arrastal-as em sua quéda.⁷¹ (grifos nossos)

Para a crise provocada pela monocultura, a solução era óbvia: a policultura.⁷² Mas antes de avançar na ideia de diversificação, é bom destacar que não se pregava o abandono do café⁷³, seus aspectos positivos eram citados inclusive por outras comissões, a exemplo da geração de renda (ou sua falta na crise, transmitindo para outros setores) e criação de infraestruturas.

Mas, mesmo para aqueles que defendiam o café, o produto mineiro deveria ser reposicionado, com maior produtividade e qualidade (para o que a questão da mão de obra e a da educação eram fundamentais). Quanto à qualidade do café mineiro, chegou-se mesmo a propor (mas não foi aprovado) a proibição de exportação de tipos inferiores (situação de muitos cafés mineiros). A solução se completaria com propaganda, formação de cooperativas e outras formas de controle da comercialização, processamento (industrialização preliminar), facilidades de comercialização, com menos impostos e tarifas mais acessíveis no transporte ferroviário.

A questão do transporte, aliás, tanto ferroviário como rodoviário sempre foi elemento importante para o desenvolvimento de Minas Gerais, dada a extensão do estado e as necessidades de escoamento, naquele tempo em que a exportação era quase exclusivamente pelos portos.

A experiência dos mineiros com o café, a diversificação e os transportes antes do Congresso de 1903 são temas do Capítulo 3, no intuito de apresentar a concretude (vivência) que subsidiou os debates no Congresso em questão.

Na visão dos congressistas, a diversificação da produção se faria principalmente com a cultura de cereais, num processo de substituição de importações agrícolas, assentada em políticas *gradativamente* protecionistas, tarifas ferroviárias mais adequadas associadas ao estabelecimento de culturas ao longo das estradas de ferro e estímulo direto (prêmios) aos produtores.⁷⁴

⁷¹ Jornal **Minas Geraes** 14 de fevereiro de 1903, p. 1.

⁷² Jornal **Minas Geraes** 30 de abril de 1903, p. 2.

⁷³ Muito ao contrário, deveria ser revitalizado. Para um panorama específico do Café, ver Parecer da Comissão no Jornal **Minas Geraes** 18 de maio de 1903, p. 1-5. Nas conclusões gerais do Congresso as deliberações da Comissão do Café, já passadas pelo plenário, seriam integralmente reproduzidas. Jornal **Minas Geraes** 27 de maio de 1903, p. 3 – 5.

⁷⁴ Jornal **Minas Geraes**, 17 de maio de 1903, p. 2.

Diversas outras medidas complementares também seriam demandadas⁷⁵, muitas delas foram posteriormente implantadas e incrementadas por João Pinheiro, como laboratório de análise de terras, fazenda modelo, colônias e serviço de imigração, colônia e penitenciária com oficinas de trabalho, e, principalmente escolas públicas com ensino agrícola prático.⁷⁶

Além dos cereais, foram identificadas outras culturas com potencial de industrialização ou beneficiamento. Dentre elas destacam-se o algodão, a viticultura e a sericultura (para produção de vinho e seda) que tiveram relatórios próprios no Congresso.

A análise apresentada pelo *Jornal dos Agricultores*⁷⁷ foi incorporada pelo Congresso. O aumento do preço do algodão no mercado internacional, devido ao avanço da indústria têxtil americana, gerava oportunidade para exportação brasileira, ao mesmo tempo em que a produção iria estimular e suprir a indústria nacional. A cultura do algodão iria “usar parte das forças hoje [naquele momento] excedentes”.

A diversificação também seria perseguida na pecuária, que se desenvolvia na época e já contava com uma incipiente indústria, carnes, curtumes, e, principalmente, laticínios.

A busca pela diversificação, tendo como pilar a agropecuária, parecia a escolha óbvia para um estado com baixa densidade populacional, população esparsa e ampla base de recursos naturais.

Com efeito, para Augusto Comte, a densidade populacional era um dado fundamental para a análise do desenvolvimento da nação, ideia que defendia em 1848. Dada a publicidade do pensamento comtiano, é possível afirmar que a importância da densidade populacional já estava estabelecida como necessidade para o desenvolvimento de uma dada localidade por ocasião da realização do Congresso de 1903.⁷⁸

Cientes dessa necessidade, os participantes do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Belo Horizonte não se cansavam de lembrar que, embora Minas possuísse a maior população da federação, a ocupação do território ainda era um problema.

A partir dos dados extraídos do *Anuario estatístico do Brazil (1872-1912)*, é possível afirmarmos que, em 1912, Minas Gerais tinha uma densidade populacional de 8,052 habitantes por Km², em contraposição aos estados de Rio de Janeiro, 19,221 e São

---

⁷⁵ Jornal **Minas Geraes**, 17 de maio de 1903, p. 3.

⁷⁶ A efetividade das ideias defendidas no Congresso de Belo Horizonte em 1903, suas aplicações e problemáticas é tema do quarto Capítulo dessa investigação.

⁷⁷ Jornal **Minas Geraes**, 9 de maio de 1903, p.1.

⁷⁸ COMTE, Augusto. **Curso de Filosofia Positiva**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Paulo, 12,721 habitantes por Km². Todavia, o dado mais alarmante era seu crescimento de apenas 0,0186 hab. registrado entre 1872-1912, um dos menores da federação (ver **Tabela 1**).

TABELA 1: População/Densidade populacional dos territórios do Brasil

População, superfície e densidade territorial do Brasil (1912) com crescimento médio anual (1872-1912)				
ESTADOS	POPULAÇÃO (1912)	SUPERFÍCIE Km²	DENSIDADE	CRESCIMENTO (1872-1912)
Alagoas	848.526	58.491	14,507	0,0224
Amazonas	378.476	1.894.724	0,200	0,0429
Bahia	2.746. 443	426.427	6,441	0,0180
Ceará	1.179.197	104.250	11,311	0,0164
Distrito Federal	975.818	1.116.5930	873,925	0,0367
Espírito Santo	362.409	44.893	8,082	0,0384
Goyaz	428.661	747.311	0,574	0,0272
Maranhão	683.645	459.884	1,487	0,0186
Matto Grosso	191.145	1.378.783,50	0,139	0,0272
Minas Geraes	4.628.553	574.855	8,052	0,0186
Pará	809.886	1.149.712	0,704	0,0289
Parahyba do Norte	630.171	74.731	8,433	0,0149
Paraná	554.934	251.940 ⁽¹⁾	2,203	0,0365
Pernambuco	1.649.023	128.395	12, 843	0,0197
Piauí	441.350	301.797	1,462	0,0190
Rio de Janeiro	1.325.929	68.982	19,221	0,0161
Rio Grande do Norte	424.308	57.485	7,381	0,0199
Rio Grande do Sul	1.682.736	236.553	7,114	0,0313
Santa Catarina	463.997	43.535	10,658	0,0256
São Paulo	3.700.350	290.876	12,271	0,0392
Sergipe	426.234	39.090	10,904	0,0158
Territorio do Acre	86.238	152.000	0,570	⁽²⁾ 0,0785
Brazil	24.618.429	8.485.777,0930	2,291	0,0237

(1) Inclusive o território litigioso.

(2) De 1910 a 1912.

FONTE: População, superfície e densidade territorial do Brasil (1912) com o crescimento médio anual (1872-1912). **Anuario estatístico do Brazil (1872-1912)**. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1912.p.251 Exemplar disponível na Biblioteca do IBGE/ Unidade Estadual de Minas Gerais.

Os congressistas apostavam que o problema da baixa densidade poderia ser superado com a diversificação.

Na medida em que avançava o debate em torno da diversificação, crescia também o tema do protecionismo.

O tom protecionista do Congresso de 1903 já se manifestara e repercutira em fevereiro, em sua fase preliminar. Vejamos o que publicou a respeito o jornal *Minas Geraes* em fevereiro de 1903, reproduzindo o periódico *Da Ordem* (de Bom Sucesso):

Quanto ao protecionismo, a verdade é ineluctavel. Os estadistas do imperio nunca disto se lembraram, devendo nós a sua adopção ao primeiro ministro da fazenda da Republica, o grande Ruy Barbosa, que por esse regimen bateu-se esforçadamente.

Pouco conseguiu com a effervescencia do tempo; mas o problema ficou definitivamente posto, esperando apenas a solução.

Tivemos na monarchia meio seculo de pasmaceira e durante esse longo espaço de tempo conseguimos apenas, na phrase proverbial, ficar sendo um paiz essencialmente agricola.

A muralha chinesa da indiferença nos cercava de tal modo que não viamos perto o exemplo dos Estados Unidos. As “felas do throno” ahi estão para dizerem que era a acção do chefe do Estado: documentos incolores, de moldes gastos, accusando invariavelmente *deficits* nos orçamentos.

Precisamos com effeito agir de outro modo para obter outros resultados.

Eis porque a iniciativa do dr. Francisco Salles merece louvores e deve ser apoiada e auxiliada por todos mineiros patriotas.⁷⁹

Certamente o tema do protecionismo não era pauta de debates apenas em Minas Gerais, já que o país também enfrentava a questão. Por ocasião da repercussão do Congresso mineiro, possivelmente até para legitimar as ideias ali defendidas e/ou colocadas em pauta, o Jornal *Minas Geraes* reproduzia trechos publicados em outros órgãos da imprensa nacional. Como exemplo, citamos o excerto da imprensa carioca reproduzido no *Minas Geraes*: “Nas tarifas protectoras está a salvação da economia do Paiz (...) a exemplo dos Estados Unidos”.⁸⁰

O ponto interessante a notar é a inexistência de conflito entre os setores rurais e os industriais em relação ao protecionismo. A questão normalmente é apontada pela literatura como um antagonismo entre um setor rural, liberal, e o industrial, protecionismo. No Congresso, ambos se unem em defesa do protecionismo.

⁷⁹ Jornal **Minas Geraes**, 07 de fevereiro de 1903, p. 3.

⁸⁰ Transcrição de notícias da imprensa do Rio publicadas no Jornal **Minas Geraes** 27 de abril de 1903, p.2. Ver também Jornal **Minas Geraes**, 26 de abril de 1903, p. 2-3. (terceira coluna).

A Comissão de Agricultura defende a substituição de importações e pede tarifas gradativamente protetoras⁸¹. Enfim, a agricultura não poderia sobreviver desprotegida. A mesma proteção era necessária à pecuária, principalmente devido à concorrência dos produtos do Prata. O protecionismo à agropecuária tinha uma clara justificativa, as oportunidades de substituição de importações eram maiores nesse setor (volume financeiramente mais significativo de importações), além de que o estímulo à produção geraria oportunidades para a indústria, com o beneficiamento, processamento e industrialização das matérias-primas.

Quanto ao setor industrial, a posição é reconhecidamente protecionista, defendendo “tarifas moderadamente protecionistas” e ampliando o leque protegido à medida que setores se instalassem e se desenvolvessem. A despeito das manifestações favoráveis ao protecionismo industrial e sua inequívoca prevalência nas deliberações do Congresso, havia algumas vozes discordantes. Pode-se citar como representativo desta divergência o depoimento da delegação de Monte Alegre que, apesar da interessante análise do protecionismo⁸², julgava que se deveria abrir o mercado nacional, caso houvesse compensações para o café, ou seja, trocaria nosso mercado pela redução das tarifas impostas ao café nos países estrangeiros. Mas até mesmo estes reconhecem a força da corrente protecionista, quando afirmam: “(...) faz tempo que legisladores revelam tendência protecionista (...)”.⁸³

O questionamento do protecionismo também aparece na imprensa nacional. O *Jornal Gazeta Commercial e Financeira*⁸⁴, em notícia sobre o Congresso, destaca sua importância, reclama do seu “exagerado protecionismo industrial”; mas afirma que respeita essa posição. O mesmo jornal fala de outro congresso em São Paulo na mesma época, destaca que o de Minas marca um progresso mais uniforme e mais progressista; a tese protecionista havia vencido.⁸⁵

Apesar de eventuais divergências, prevaleceu no Congresso a tese protecionista. Desde fevereiro, a Comissão Fundamental já vinha mantendo essa perspectiva “[positiva]

---

⁸¹ Jornal **Minas Geraes**, 17 de maio de 1903, p. 2.

⁸² Jornal **Minas Geraes**, 19 de maio de 1903, p. 5-6.

⁸³ Jornal **Minas Geraes** 19 de maio de 1903, p. 6.

⁸⁴ Jornal *Gazeta Commercial e Financeira*. Jornal **Minas Geraes** 29 de maio de 1903, p. 1.

⁸⁵ Isto já era festejado por Nilo Peçanha no Rio de Janeiro quanto brindava ao protecionismo (referindo-se as posições da Comissão Fundamental do Congresso). Política Econômica IV. Jornal **Minas Geraes** 27 de abril de 1903, p.4.

de dotar o nosso idolatrado [terrão] mineiro com leis proteccionistas, duradouras, impulsivas do nosso progresso e fecundas em benefícios públicos”.⁸⁶

As esperanças depositadas no Congresso iam além das fronteiras de Minas. Em jantar realizado no Rio de Janeiro em homenagem a Pinheiro Machado, já se fazia “brinde a política protecionista, eco do pensamento da Comissão Diretora do próximo Congresso Industrial a se realizar em Belo Horizonte”, bem como destacava sua importância como centro para regeneração nacional.⁸⁷

Nesse mesmo banquete, Nilo Peçanha apontava a primazia de Minas Gerais na questão do protecionismo, apresentando-a como um retorno às posições de Rui Barbosa.⁸⁸ A ênfase na necessidade do protecionismo também foi dada por Dr. Leite e Oiticica.⁸⁹ Estas notícias e posições do Congresso levaram a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (futuro Centro Industrial do Brasil) a nomear o Presidente de Minas, Francisco Salles, como seu sócio honorário, pelo seu programa econômico e defesa da produção nacional.⁹⁰

A análise crítica sobre a monocultura cafeeira e a alternativa traçada, diversificação da produção, encontrava respaldo na realidade da economia mineira, ou seja, produção em grande parte voltada para o mercado interno e diversificada⁹¹, embora pouco competitiva, pois havia perdido espaço para importações. O *Minas Geraes*⁹² aponta uma série de produtos antes exportados e então importados por Minas⁹³. A estratégia seria promover a produção interna e a substituição de importações. Durante o Congresso, os representantes de Monte Alegre fazem uma longa análise do que poderia deixar de ser importado:

⁸⁶ Jornal **Minas Geraes** 06 de fevereiro de 1903, p. 1.

⁸⁷ Notícias da imprensa do Rio. Jornal **Minas Geraes** 28 de abril de 1903, p. 4 e 5. Nos outros documentos intitulados “Política Econômica” esta discussão é apresentada em mais detalhes.

⁸⁸ Política Econômica IV. Jornal **Minas Geraes** 27 de abril de 1903, p. 1. Política Econômica VI. Jornal **Minas Geraes** 06 de maio de 1903, p.1-2. Rui Barbosa deu ao liberalismo uma interpretação própria, quando Ministro da Fazenda do Governo Provisório de Deodoro da Fonseca, em 1889, ao defender a interferência do Estado na economia, adotando medidas protecionistas à indústria nacional, sendo, portanto “identificado com a tradição liberal anglo-saxônica, o ilustre baiano considerava que o Estado deveria estar a serviço da sociedade”. Logo, Rui Barbosa buscou equacionar a necessidade de uma política de amparo às fábricas nacionais ao mesmo tempo em que pregava a liberdade comercial na exportação do principal produto nacional: o café. Cf. RODRIGUES, R. V. **A propaganda republicana**. Curso de introdução ao pensamento político brasileiro. Brasília, DF: Ed. UnB, 1982. p. 107.

⁸⁹ Jornal do Commercio. In: Jornal **Minas Geraes** 03 de maio de 1903, p. 3.

⁹⁰ Jornal **Minas Geraes** 4 e 5 de maio de 1903, p.5.

⁹¹ Ver trabalho de MARTINS, Amílcar. **O Segredo de Minas**. A origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930). Belo Horizonte, Crisálida. 2009.

⁹² Jornal **Minas Geraes** 02 de fevereiro de 1903, p. 2.

⁹³ Destaque que os termos exportação e importação se referem ao Estado de Minas e não ao país, como atualmente se tornou usual. Mas como Minas era o abastecedor de produtos agrícolas e animais (e seus derivados) para o Rio e São Paulo, possivelmente trata-se de importação (abastecimento pelo mercado externo), embora a exportação fosse para o mercado nacional.

(...) os membros desta municipalidade (...) começaram o exame (...) por aquelles quesitos que mais directamente têm relação com a nossa condição exclusiva de lavradores e criadores. Hoje, os que julgávamos fortes estão abatidos; embora os lavradores e criadores sejam econômicos, previdentes, heroicos, sacrificando a si e a sua família, estão quasi na miséria; gastando o menos possível, limitando as despesas ao puro necessário, ainda assim o que dá o café e o gado é quasi insufficiente para o sustento pessoal, quanto mais para o custeio das fazendas.⁹⁴

Depois de salientar a crise, o Relatório de Monte Alegre prosseguia apontando investimentos que seus representantes acreditavam ser possível em Minas Gerais.

Poderemos dizer que o melhoramento das pastagens, uma alimentação racional e a introdução de bons typos reproductores, hão de forçosamente constituir um fator de melhoramento de nosso gado e pôr nos em condições de apresentar – ao menos nos nossos mercados – productos senão superiores, com certeza eguaes aos estrangeiros, que dizem-nos fazer concorrência em peso e qualidade.

(...)

Como convém encarar e resolver o problema do commercio e a exploração das carnes verdes, e xarques? Podemos indicar a leitura e a meditação das grandes verdades resumidas num folheto sobre este importante assumpto, publicado há pouco pelo coronel Macedo em Uberaba, e quem quizer saber mais sobre este importante assumpto de exploração e commercio das carnes verdes leia o magistral e interessantíssimo trabalho do deputado Padua Rezende, illustrado relator do projecto sobre o imposto do gado estrangeiro importado pelos portos marítimos da Republica, apresentado á comissão de Tarifas em 1901.

Os Estados Unidos e Argentina podem-nos servir de exemplo; um só dos Estados, Minas ou Goyaz, pode, desenvolvida que seja a indústria postoril, crear prodígios como nos oferece a historia dos *Stock Yeardes e dos paching houses de Chigado*.

Se ha vantagens em iniciar se a criação da ovelha e da cabra, respondam por nós exemplos da Argentina e da Australia.

Existe entre nós um preconceito enraizado e é aquelle que o clina não permite a criação dos lanigeros no Brasil, e por muito favor, os que assim se julgam auctorizados a decretar, permitem-nos a criação do carneiro para a exploração da carne.

No entanto, o Brasil, sem falar no Rio Grande creou outr'ora muitos rebanhos, e hoje ainda existe em todos os Estados não pequena criação de carneiros, que são criados quasi á lei da natureza, dormindo em apriscos imundos, nunca tosquiados á não ser pela podridão da lã – constantemente em pastada de immundicie – que pouco á pouco vae cahindo para não mais voltar, formando uma nova espécie de carneiro sem lã, á semelhança dos carneiros chineses.

Entre esses carneiros muitos são de origem especial, que aqui foram introduzidos em melhores tempos.

⁹⁴ Jornal **Minas Geraes**, 19 de maio de 1903, p. 3.

(...)

Em classe das industrias diversas encontramos reunidos as perguntas sobre a exploração das aguas thermaes e mineraes, viticultura e vinicultura, sericicultura e, afinal, sobre syndicatos agricolas, sociedades cooperativas e ensino profissional. – Quanto às aguas thermaes e mineraes, concordamos com as idéas do dr. João Luíz Alves, que as estações hydro-mineraes dever ser exploradas pelo Estado.⁹⁵

Os representantes de Monte Alegre seguiram destacando a importância do ensino técnico e do aumento da educação em Minas Gerais, em nome da formação tanto de mão de obra, como de dirigentes competentes.

Apesar desses dados e da citada análise do protecionismo, os representantes de Monte Alegre⁹⁶ ainda opinam que se deveria abrir o mercado nacional se houverem compensações para o café, ou seja, abertura para o mundo em troca de redução impostos sobre esse produto.

Este era um dos problemas do Brasil (e não só de Minas), estar mais ligado ao exterior que ao próprio país. Isso não se dava apenas por causa de condições “naturais” da economia, mas também da política então vigente. Lembramos do argumento central desta Tese, qual seja, o pensamento econômico subsidiaria o desenvolvimento industrial, tendo em vista que a diversificação e o protecionismo esbarraram nas pretensões políticas da elite mineira, forçada a arranjos e conchavos com oligarquias muito regionalizadas, em nome de comandar a política federal.

Dr. Leite e Oiticica, criticando as condições para o crescimento econômico do Brasil (ou falta delas, da necessidade de mais ferrovias e das elevadas tarifas), comenta as oportunidades da siderurgia e integração com o carvão mineral de Tubarão e das estradas de ferro do Paraná e Central. Parte do problema, segundo ele, eram as tarifas baixas para estrangeiros, ao mesmo tempo em que os impostos eram altos no Brasil. A conjugação de impostos altos no país (para produção nacional), mais transportes baratos para importação e caros para exportação provocavam dificuldades para os produtores e para a economia interna.⁹⁷

Essa questão dos impostos é ponto crucial, criticado de forma generalizada. Exemplo disso é o pronunciamento do representante de Barbacena que defende que “para

⁹⁵ Jornal **Minas Geraes**, 19 de maio de 1903, p. 3.

⁹⁶ Jornal **Minas Geraes**, 19 de maio de 1903, p. 5 e 6.

⁹⁷ Jornal do Commercio. In: Jornal **Minas Geraes**, 03 de maio de 1903, p. 3.

crescer a produção é preciso não tributar. Ele criticou os impostos, especialmente os inter-estaduais, que ameaçavam um Brasil grande e unido”.⁹⁸

A situação era a produção nacional pressionada pelas importações e ao mesmo tempo o produto principal de exportação em dificuldades no mercado externo. A produção nacional internamente tinha sua expansão dificultada pela falta de integração dos mercados regionais e nacionais, ou seja, agravada pelas barreiras à movimentação (impostos inter-estaduais), empecilhos aos ganhos de escala e, portanto, de eficiência para as unidades produtivas brasileiras e o enfretamento da concorrência estrangeira. A solução, como já apontada acima, era o protecionismo.

As deficiências na comercialização e, portanto, integração de mercados, são apontadas também pela Comissão de Comércio⁹⁹, que propõe dentre outras medidas, criar exposição das mercadorias de Minas, abolição de impostos inter-estaduais, equiparação dos fretes (pois os fretes em Minas eram maiores que em outros estados), diminuição de taxas telegráficas (isso pode parecer hoje estranho, mas o custo da informação parecia ser significativo, dada a reclamação geral contra esse item) e abolição dos impostos inter-municipais.

Esse ponto chama a atenção, pois a Comissão chega a propor a supressão de algumas atribuições das Câmaras Municipais¹⁰⁰, propondo alterações constitucionais, como a extinção das Assembleias Municipais e dos Conselhos Distritais¹⁰¹. A intenção era passar para o Tribunal de Contas as atribuições de revisão do lançamento dos impostos. A “excessiva” autonomia política dos municípios (e mesmo distritos) e a tentativa de sua autossustentação econômica faziam com que abusassem (na interpretação dos comerciantes e produtores) dos tributos, dificultando a comercialização e integração de mercados. O mesmo que acontecia no âmbito nacional, se repetia e se agrava internamente em Minas Gerais. A escala de produção se restringia ainda mais para o âmbito local.

A Comissão de Comércio pleiteava ainda a supressão do imposto do sal e redução de seu frete (sendo o sal um insumo, sua taxação prejudicava as “exportações” mineiras), e do imposto de saída para queijo, manteiga, toucinho, carnes, produtos genuinamente mineiros, alguns taxados acima de seu valor real.

⁹⁸ Jornal **Minas Geraes**, 16 de maio de 1903, p. 2

⁹⁹ Jornal **Minas Geraes**, 18 de maio de 1903, p. 2.

¹⁰⁰ Jornal **Minas Geraes**, 18 de maio de 1903, p. 3.

¹⁰¹ O que efetivamente viria a acontecer com o processo de centralização política no Governo do Estado, já em andamento pelas ações do PRM. Ver: RESENDE, Maria Efigênia Lage. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais**: o novo PRM, 1889-1096. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

Pleiteava-se também criar na Capital Federal seção de exposição das mercadorias de Minas.¹⁰² A necessidade de intervenção do governo para a realização de feiras, também solicitada para o âmbito municipal, uma feira em cada município, demonstra a precariedade da comercialização e também a procura por uma produção/comercialização mais racional, ou seja, as feiras promoveriam uma maior divulgação da produção mineira¹⁰³; em termos técnicos, melhor e maior divisão do trabalho em Minas, o que permitiria ganhos de escala.

As condições precárias para a adequada comercialização seriam sentidas noutras reivindicações, como boas estradas de rodagem ligando os centros produtores às estradas de ferro mais próximas, redução de fretes e falta de mão de obra qualificada; a solução para esta última seria a criação de escolas de comércio com subvenção dos governos, sob vigilância e proteção da Associação Comercial.¹⁰⁴ Essas reivindicações, estradas (de rodagem e ferroviárias), redução de frete e educação (geral e profissional) são gerais, são presentes na maioria das comissões e representações municipais.

O problema dos impostos interestaduais era questão grave no período; inclusive as alegações eram de que prejudicavam e ameaçavam a integridade do Brasil. As reações contra esses impostos eram amplas, movimentando as associações comerciais do país, durante o Congresso são relatadas troca de correspondências entre elas. O Congresso é plenamente favorável à sua extinção. O movimento atingia Bahia, Rio Grande do Sul, dentre outros. Minas Gerais aderiu e apoiava a causa.

A abolição do imposto interestadual foi apoiada de maneira unânime pela Comissão de Comércio, bem como pela Comissão de Café (além da plenária geral). Alguns consideram que simplesmente devia ser extinto, sem qualquer sucedâneo, como o imposto de “importação”. Apontam Relatório de David Campista (de 1901) que considerava desnecessário, pois melhor seria a contenção de gastos por parte do Estado.¹⁰⁵ Outros, como a Comissão de Café, propunham uma substituição pelo Imposto Territorial.¹⁰⁶ Mas,

---

¹⁰² Jornal **Minas Geraes**, 18 de maio de 1903, p. 2.

¹⁰³ Ver principalmente proposições do Cel. Burlamaqui. As feiras internacionais eram a inspiração, sempre citadas como exemplo e de onde se tiravam ideias para futuras produções (novos produtos ou aperfeiçoamento dos existentes). Ver Jornal **Minas Geraes**, 24 de abril de 1903, p. 2.

¹⁰⁴ Jornal **Minas Geraes**, 24 de abril de 1903, p. 1-2.

¹⁰⁵ Jornal **Minas Geraes**, 18 de maio de 1903, p. 2 e 3.

¹⁰⁶ Jornal **Minas Geraes**, 18 de maio de 1903, p. 1-2. Este foi um ponto polêmico do Congresso No Congresso, chegou-se a votar a abolição do Imposto Inter-estadual e sua substituição pelo Imposto Territorial. Isto passou na Comissão de Café e Comércio, chegou mesmo a ser votada e aprovada na plenária. Novamente posta em votação foi rejeitada. Esta discussão é interessante e pode ser vista por alguns ângulos (até mesmo divergentes). Pode ser vista como defesa do interesse do Café, principal produto de “exportação”,

apesar das críticas generalizadas, efetivamente não se consegue aprovar sua extinção e sua discussão ficaria relegada à esfera nacional.

A abolição dos impostos inter-estaduais foi mais reclamada por municípios integrados ao abastecimento de Rio e São Paulo. Tais impostos dificultavam a comercialização de sua produção, agravada pelas dificuldades de transporte e seus custos. Aparentemente os de Minas eram mais caros.

A mesma unanimidade era posta contra os impostos inter-municipais, que deveriam ser suprimidos de imediato, pois colocavam “mineiros contra mineiros”¹⁰⁷.

A questão da pecuária chamou a atenção, desde os preparativos para o Congresso. Sejam em problemas específicos, como impostos, transportes, deficiências de comercialização e necessidades de estímulo às feiras até a pecuária como insumo para as indústrias.

A Pecuária como base para exportação (principalmente para a capital federal) já era assunto tratado em artigo de Carlos de Sá Fortes em 14 de março (*Minas Geraes*), apresentando as dificuldades para as carnes verdes e charques, no mercado do Rio de Janeiro. Outra matéria defende a ideia de instalação de matadouro modelo e implantação de usina de carne vegetalizada, carnes líquidas, em pó e comprimida (para a qual pede privilégio e proteção). A ideia era de que, em seu entorno, se desenvolveriam outras indústrias de aproveitamento e exportação de couro para curtumes, pelos (longo e curto) chifres, ossos, cinza de ossos, colas e substâncias colágenas, sebo, “stearina” glicerina, óleo animal e línguas salgadas, além dos restos poderem estimular a criação de aves (e ovos) e piscicultura.¹⁰⁸

Como a fábrica exigiria a produção paralela de mamões (para retirada do suco para produção da carne vegetalizada), seu resíduo promoveria a alimentação de porcos e, portanto, produção de toucinho e banha industrializada.

Sobre os impostos, a pecuária mineira era particularmente prejudicada, pois local de passagem e/ou engorda de gados de outros Estados, o produto era bi-tributado, pois o

---

e, portanto, sujeito a mais impostos inter-estaduais, estes teriam interesse em sua relativa desoneração; visto desta forma seria a manutenção do *status quo*. Por outro lado pode ser vista como elemento de mudança, troca-se a desoneração da produção pela taxa da propriedade; favorece-se assim o elemento capitalista produtivo contra aquele que vivia da “exploração da terra”. A taxa pesaria proporcionalmente mais, quanto menor a produtividade por unidade de terra. Isto pode ser enquadrado na cisão da classe rural nos moldes propostos por Inácio Rangel.

¹⁰⁷ Jornal **Minas Geraes**, 17 de maio de 1903, p. 4.

¹⁰⁸ Jornal **Minas Geraes**, 29 de abril de 1903, p. 5 e 6.

imposto não era por valor agregado. Isso diminuía a competitividade do produto mineiro.¹⁰⁹

Outro problema sério para os produtores era a necessidade de se eliminar intermediários e comissionários “inúteis”; a solução seria a organização de feiras. Ainda sobre a comercialização, os produtores clamavam por proteção contra as Repúblicas do Sul.¹¹⁰

Por fim, a pecuária se ligava à indústria de laticínios, que deveria ser estimulada e aprimorada, inclusive pela educação e desenvolvimento tecnológico. Embora a indústria do queijo fosse mais disseminada, boa parte da discussão se deu em relação à polêmica da margarina, a ideia inicial era a *proibição de entrada*; depois, nos debates, mudou para: *que se dificulte a entrada*, numa conciliação entre pecuária, indústria, comércio e interesses dos consumidores.¹¹¹

No que refere à questão do trabalho, esta era particularmente problemática em Minas; não que faltassem pessoas, mas como convertê-las em mão de obra.¹¹² Se o problema já era sério em São Paulo, em Minas a situação era mais grave, pois, além da migração para outras regiões onde o café era mais competitivo, os sistemas de colonização (estrangeira e nacional) e imigração (tentado e recomendado) ainda não haviam se firmado.

A solução, portanto, também passaria pela utilização do trabalho da população local; isso exigiria reforço da educação geral e da educação profissional (técnica e incorporada ao básico) e para o trabalho (treinamentos), além de atividades extensionistas.

Além dessas posturas, consideradas progressistas, há uma série de manifestações *contra a vadiagem*, tornando a questão do trabalho um caso de polícia.¹¹³ Embora, mesmo aí, possa ser identificado um primeiro avanço; por necessidade, os produtores começam a tratar o problema (antes privado) como algo a ser trazido à esfera pública.

Apesar de a repressão ser a tônica durante o Congresso, algumas manifestações, ainda que marginais, chamavam a atenção, como a do Deputado Estadual João Luís Alves

¹⁰⁹ Pecuária prejudicada pelos impostos, Jornal **Minas Geraes**, 20 de março de 1903, p. 3-4. Impostos Inter-Estadaes.

¹¹⁰ Parecer, Gado/Pecuária, Jornal **Minas Geraes**, 14 e 15 de maio de 1903, p. 6-7.

¹¹¹ Conclusões da Comissão de Pecuária. Jornal **Minas Geraes**, 18 de maio de 1903, p. 3 e 4; e Jornal *Minas Geraes* 27 de maio de 1903, p. 2.

¹¹² Ver LAMOUNIER, Maria Lúcia. “Vadios e indolentes”. **Revista de Estudos Econômicos**, 2007.

¹¹³ Comissão do Comércio. Jornal **Minas Geraes** 18 de maio de 1903, p. 2. Combate a ação perniciosa do jogo de azar e pleiteava leis rigorosas de repressão a vadiagem; Jornal **Minas Geraes** 26 de abril de 1903, p.5; A repressão à vadiagem exigia instalação de colônias correccionais, respeitando o limite da classe operária até o limite do justo; Jornal **Minas Geraes** 06 de maio de 1903, p. 1-2. Repressão a vadiagem deveria ser apoiada por instalação de “colonias orphanologicas” e repressão/penitenciária; Jornal **Minas Geraes** 17 de maio de 1903, p. 3. Repressão à vadiagem. Comissão de Agricultura.

em resposta ao quesito 61 proposto pela Comissão Fundamental do Congresso. Sua posição apontava que a alegada “falta de braços” existia devido à ausência de lei reguladora do trabalho e prevalência do arbítrio nas relações entre proprietários e trabalhadores. Defendia o estabelecimento de lei com as obrigações recíprocas; e que nela fosse garantido aos operários o pagamento de salários e o emprego contra despedidas injustas.¹¹⁴

A posição acima (embora ainda minoritária e também ainda partidária de ações repressivas) já detona uma evolução, além de passar da esfera privada para a pública as relações de trabalho passam a ser vistas como de direitos recíprocos, não mais numa visão unilateral, apenas pró-empregador.

No que se refere à indústria, a síntese das propostas foi apresentada por João Pinheiro ao Congresso. Alguns pontos são importantes: define indústria, como indústria manufatureira, obviamente, como será visto adiante, são estas bem simples, bens de consumo não duráveis, muitas vezes produzidos artesanalmente, mas ao falar das indústrias auxiliares, destaca a importância das de bens de capital. Para ele, o fundamental é o protecionismo, ou seja, garantir o mercado por tarifas proibitivas.¹¹⁵

Outro ponto importante para Minas e para a indústria extrativa (exploração mineral) era a solução prévia dos conflitos jurídicos relativos à propriedade e direitos de exploração.¹¹⁶ Essa mesma questão (propriedade) apareceu no caso das explorações das águas e agrícola, pois era necessário se firmar a pequena propriedade. Era difícil a coexistência das culturas extensivas com o trabalho livre, imprescindível, já que a busca de culturas intensivas se fariam ao longo de ferrovias (desapropriação ou terras devolutas).¹¹⁷

Os problemas da indústria mineira não estavam apenas na questão industrial, mas no contexto econômico mais amplo. No caso da Indústria têxtil, além dos problemas causados pela crise do café, que afetava o seu mercado, o problema adicional eram os impostos que Minas aplicava, os do Rio era metade e São Paulo não os cobrava. A situação se agravava pelos “frete elevadíssimos”, pelos impostos de importação e exportação e

---

¹¹⁴ Jornal **Minas Geraes**, 26 de março de 1903, p. 2.

¹¹⁵ Jornal **Minas Geraes**, 17 de abril de 1903, p. 3.

¹¹⁶ Prevalência dos interesses coletivos e do Estado sobre os interesses individuais e privados. Entendendo-se a exploração e o desenvolvimento econômico como interesse da sociedade. Inclusive as diretrizes do Congresso levariam, através de Pandiá Calógeras, a organização da legislação para aproveitamento do subsolo pelo Código de Minas.

¹¹⁷ Jornal **Minas Geraes**, 22 e 23 de abril de 1903, p. 3-4.

pela falta de lavoura do algodão.¹¹⁸ A situação era mais grave nos municípios limítrofes a outros Estados.

O mesmo problema dos elevados impostos é apontado na indústria da Juta (principalmente sacos para armazenagem de produtos agrícolas) em Juiz de Fora, pois São Paulo e Argentina não o cobram. O único estabelecimento em Minas pede apoio compensatório, reduzindo o frete, para tentar minorar a situação, já que a “indústria era esmagada pelo imposto”.¹¹⁹

Diversas indústrias deveriam ser estimuladas e incentivadas: fábrica de papel, têxteis e fiação, curtume, mineração (ouro, ferro e outros) e siderurgia, sericultura, águas minerais e fábrica de embalagem (vidros e auxiliares), aproveitamento turístico e terapêutico das águas termais, viti e vinicultura, ocre e terras coloridas (corantes), além das ligadas à agricultura e pecuária. Mas, mais importante, os Congressistas queriam incentivar e estimular, pelo menos, as primeiras indústrias de cada tipo a ser instalada em Minas, em especial na nova capital. Belo Horizonte deveria ser não apenas o símbolo de uma nova era política (república), mas também econômica e industrial.¹²⁰

Embora prêmios tenham sido aprovados, a posição de representantes de São Del Rey é interessante: prêmios para eles são inócuos, o que efetivamente interessava era lucro. O Estado deveria criar as condições sob as quais trabalhariam os empresários, a partir daí sua motivação estaria no seu resultado. Se positivo, seu exemplo atrairia e estimularia outros; a própria continuidade da atividade estaria aí assentada.¹²¹

Os industriais pediam proteção, mas garantiam que o protecionismo não afetaria o consumidor, pois manteriam o preço, graças ao aumento de escala. Além de alegar não prejudicar o consumidor, também argumentavam não lesar a Fazenda Nacional, pois a arrecadação também crescería com o aumento da produção.¹²²

As discussões não se faziam sem conflitos com os demais setores, por exemplo entre curtumes e pecuária; os primeiros chegam a propor abolição dos impostos para o

¹¹⁸ Jornal **Minas Geraes**, 14 e 15 de maio de 1903, p. 4.

¹¹⁹ Jornal **Minas Geraes**, 16 de maio de 1903, p. 3-4.

¹²⁰ Jornal **Minas Geraes**, 07 de maio de 1903, p. 7. Jornal **Minas Geraes**, 09 de abril de 1903, p. 1-3. Jornal **Minas Geraes**, 11 a 14 de abril de 1903, p. 1-4. Jornal **Minas Geraes**, 26 de abril de 1903, p. 5. Jornal **Minas Geraes**, 16 de maio de 1903, p. 4. Jornal **Minas Geraes**, 17 de maio de 1903, p. 4-6. Jornal **Minas Geraes**, 1 de maio de 1903, p. 1-3. Jornal **Minas Geraes**, 18 de maio de 1903, p. 4 e 5. Jornal **Minas Geraes**, 27 de maio de 1903, p.3. Jornal **Minas Geraes**, 18 de maio de 1903, p. 3. Jornal **Minas Geraes**, 24 de maio de 1903, p.3; Jornal **Minas Geraes**, 24 de maio de 1903, p. 3.

¹²¹ Jornal **Minas Geraes**, 1 de maio de 1903, p. 1-3.

¹²² Ver o exemplo da fábrica de Ocre e Terras Coloridas. Jornal **Minas Geraes**, 24 de maio de 1903, p.3. Outro fato interessante é que está fábrica situava-se no Rio de Janeiro e seus representantes vieram a Minas para conseguir apoio ao seu pleito (além de possivelmente terem interesses ligados a Minas).

couro importado e para a exportação de solas, ao mesmo tempo que propõem elevar os impostos para a exportação de couros crus.¹²³

Até mesmo conflitos entre setores indústrias existiam, como no caso da indústria de *tecelagem*, que queria facilitar as importações de seus insumos e matéria prima (indústrias à jusante, dentre elas, a fiação), chamadas por eles de indústrias auxiliares. Apesar das tentativas, o pleito foi suprimido, pois feria interesse já estabelecido¹²⁴. Esta será uma tônica do Congresso, priorizar e proteger as indústrias e atividades que começavam e conseguiam se estabelecer por seus próprios méritos, mas que sofriam a concorrência e se viam ameaçadas pelos estrangeiros.

Mas se conflitos existiam, mais abundantes eram os pontos de convergência. Além das questões ligadas ao protecionismo, impostos, redução das tarifas de transportes e outras ações de incentivo e animação dos mercados, havia recomendações específicas unificadoras do setor produtivo, a formação de sindicatos agrícolas e sociedades cooperativas industriais, ou seja, a produção agropecuária deveria ser estimulada, ao mesmo tempo que seu processamento, incorporando novas etapas.¹²⁵

Ambos, indústria e agropecuária, por sua vez, reclamam ostensivamente da posição do comércio, seja por corroer suas margens de lucro pelo uso de práticas monopolistas, daí a necessidade das cooperativas e sindicatos para melhor enfrentá-los. Reclamam também de falsificações e adulterações de produtos, desqualificando os produtos nacionais e/ou promovendo competição desleal.

Embora o projeto de desenvolvimento mineiro apontasse naquela época para a *diversificação*¹²⁶, alguns elementos do projeto de *especialização produtiva* já eram destacados. Se, por um lado, procurava-se resolver os problemas da mineração do ouro, principal indústria do Estado, através da regulamentação do direito de propriedade e uso do solo/subsolo¹²⁷, a indústria do ferro exigia maiores investimentos, como aumento e adequação do material rodante (ferrovias), assim como adequação de estação (porto) marítima, para facilitar os embarques das exportações do minério.¹²⁸

¹²³ Jornal **Minas Geraes**, 14 e 15 maio de 1903, p. 5.

¹²⁴ Conclusões da comissão de tecelagem. Jornal **Minas Geraes**, 18 de maio de 1903, p. 4-5.

¹²⁵ Relatório de Sá Fortes. Jornal **Minas Geraes**, 6 de maio de 1903, p. 1.

¹²⁶ Ver DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

¹²⁷ Jornal **Minas Geraes**, 14 e 15 de maio de 1903, p. 7.

¹²⁸ Jornal **Minas Geraes**, 18 de maio de 1903, p. 3.

Não apenas mineração e exportação foram tratadas, também a generalização da siderurgia e metalurgia (“fazer instrumentos”), mesmo que modestas, como afirma representante de Sacramento: “já não digo altos foros- mas algumas forjas catalãs – (...) modelar o ferro em instrumentos de todas a espécie, aproveitae a sciencia de tantos mineiros educados na Escola de Minas (...)”.¹²⁹ A questão da grande indústria já era colocada por Carlos Wigg, quando trata da Usina Esperança, que viria a se transformar posteriormente num marco da industrialização mineira.¹³⁰

Diversos outros assuntos foram ainda tratados durante o Congresso, dentre eles, educação, importação de estrangeiros, implantação de colônias, tarifas das ferrovias, necessidade de infraestrutura (estradas, etc...), necessidade de reforço de Belo Horizonte como centro econômico, além de centro político. Seguem, abaixo, breves considerações sobre elas, especialmente aquelas relacionadas à produção.

A questão bancária foi detalhadamente tratada no Congresso, apresentados e sintetizados os sistemas bancários e de crédito cooperativo de vários países. Sua preocupação é garantir e estimular a produção e comercialização dos produtos mineiros.¹³¹ O modelo principal seria o alemão e algumas inspirações de Bismark; no Congresso chega-se mesmo a analisar detalhadamente a Lei Torrens e propõe-se a generalização de bancos regionais¹³² e Caixas de Reiffeisen¹³³ e outras (tipos de cooperativas de crédito). Recomenda também a criação de um banco de Minas Gerais, que atuaria fazendo um papel além do bancário, como sindicato agrícola e industrial.¹³⁴

Sobre tarifas, as recomendações são diversas, mas todas no sentido de diminuir e equiparar com outras localidades.¹³⁵ Embora o aumento dos transportes fosse uma solicitação, todos advertiam para o cuidado que o Estado deveria ter com as concessões das ferrovias, pois estas teriam, assim alegavam, recebido favores do estado, mas não retribuía à altura os sacrifícios de toda a sociedade. Alegavam que eventuais reduções e benefícios seriam compensados com o aumento do tráfego provocado pelo futuro desenvolvimento da produção. Independentemente das críticas, havia ampla reivindicação

¹²⁹ Jornal **Minas Geraes**, 17 de maio de 1903, p.3.

¹³⁰ Jornal **Minas Geraes**, 23 de maio de 1903, p. 1-2.

¹³¹ Jornal **Minas Geraes**, 22 e 23 de abril de 1903, p. 3-4.

¹³² Jornal **Minas Geraes**, 24 de maio de 1903, p. 2-3. Para detalhes da Lei Torrens, ver Rui Barbosa. **Obras Completas de Rui Barbosa**. v. XVIII, 1891, Tomo II, Relatório do Ministro da Fazenda. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949.

¹³³ Jornal **Minas Geraes**, 27 de maio de 1903, p. 3.

¹³⁴ Jornal **Minas Geraes**, 13 de maio de 1903, p. 1-4. Jornal **Minas Geraes**, 18 de maio p. 4.

¹³⁵ Jornal **Minas Geraes**, 14 e 15 de maio de 1903, p. 4. Jornal **Minas Geraes**, 18 de maio de 1903, p. 4, Jornal **Minas Geraes**, 27 de maio de 1903, p. 3.

para expansão e a criação de ramais ferroviários, da mesma forma que pleiteavam construção e melhorias das estradas e suas obras de arte.

O tema educação foi outro abordado em praticamente todas as comissões. A habilitação para o trabalho em geral e para a absorção de tecnologias era vista como fundamental para o aumento da produtividade e suporte das atividades produtivas; inclusive isso desencadearia, no futuro, formação do ensino profissionalizante e ampla rede de instituições de ensino superior no território mineiro.

Pelo exposto, nota-se que, antes mesmo da plenária geral, o tom do Congresso já era dado pela Comissão Fundamental que, inclusive, reproduz com sua chancela uma série de artigos intitulados *Política Econômica I a VII*. Neles aparecem algumas ideias: a situação econômica ameaça a independência nacional e a política econômica é a política da honra e do trabalho; desde os tempos coloniais a indústria brasileira vem sendo esmagada, e o período ditatorial (republicano) não fez da organização econômica prioridade, sua ação foi política. Havia chegado a hora; hora da defesa da indústria, ao mesmo tempo em que era a vez de Minas afirmar seu papel na Federação.¹³⁶

No jornal *O Paiz*, repercutiram as deliberações do Congresso:

Depois de um século de café e canna chegamos a triste convicção de que esses dois maravilhosos productos, no seu absovervente exclusivismo, serviriam apenas para determinar o nosso empobrecimento... abandonando-se tudo o mais que palpita... (...)

É essa feição practica e decidida que torna summamente sympathica a iniciativa do povo mineiro, affrontando dignamente a situação, de um modo positivo e claro, com um programa patriótico, qual o de defesa do que já produzimos e do lançamento em largas bases, de industrias em caminho de florescimento.

Certo os fructos desse nobre trabalho que o Congresso Industrial de Bello Horizonte inagura hão de vir, traduzidos na formula real da prosperidade e da riqueza nacionais.¹³⁷

O protecionismo amplo seria o elemento amalgamador desse projeto. A ideia geral é que Minas, unificada pela ação do PRM, apresentaria seu projeto ao país.

Em síntese, o Congresso de 1903 foi o apogeu do pensamento econômico de Minas Gerais, estado que tinha experiência suficiente para alavancar seu próprio

¹³⁶ Jornal *Minas Geraes*, 25, 27 de abril de 1903, 05, 06, 08 e 09 de maio de 1903.

¹³⁷ *O Paiz*, reproduzido no Jornal *Minas Geraes*, 19 de maio de 1903, p. 2.

desenvolvimento, esperava-se, e disputar os altos postos da federação no regime republicano.

Capítulo 2

O pensamento econômico de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves e o desenvolvimento de Minas Gerais

Os valores não são “pensados”, nem “chamados”; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem nossas ideias. São as normas, as regras, expectativas etc necessárias e apreendidas no “habitus” de viver; e apreendidas, em primeiro lugar, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda a produção cessaria.¹³⁸

No fragmento acima, Edward Palmer Thompson qualifica a importância do que ele denomina de experiência para a constituição do pensamento e concepções dos indivíduos sobre si mesmos e os outros, resultando no conhecimento que a sociedade produz e acumula através dos tempos. Utilizamos aqui de Thompson sem o intuito de discutir as críticas que o mesmo fez as tradicionais análises da luta de classes, até mesmo porque esse não é o tema desta Tese. O que queremos é enfatizar que, exatamente como propõe o autor, especificamente quanto à formação do pensamento político e econômico, é no fazer e (re)fazer da experiência que os indivíduos constroem suas concepções sobre quaisquer assuntos.

"Experiência", salientamos, é um conceito que abarca as relações afetivas mais imediatas (como família, amigo e vizinhos), a formação escolar e livresca, o contato com diferentes grupos sociais aos quais se liga um indivíduo e o contexto histórico que o informa (tanto o conhecimento sobre o passado a que tem acesso, a compreensão que faz do presente e as expectativas que constrói para o futuro).

Nesse sentido, acreditamos que a análise do pensamento econômico de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves passa, necessariamente, pelo contexto em que eles cresceram e, sobretudo, formaram-se, pela atuação política que tiveram em Minas Gerais dos séculos XIX e XX. Exatamente por tais motivos, este capítulo apresenta a realidade que os três políticos mencionados experienciaram até a maturidade, especialmente no que diz respeito ao pensamento econômico que construíram.

---

¹³⁸ THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 194. Ver também: _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves foram contemporâneos. Nasceram nos anos de 1863, 1860 e 1870, respectivamente; isso significa que todos eles cresceram, estudaram e tiveram os mesmos princípios educacionais. Para as similaridades de formação intelectual das personagens dessa Tese importa o ano, bem como a localidade em que cresceram e/ou estudaram.

Francisco Salles nasceu em Lavras, estudou no Seminário de Mariana e diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais no Largo de São Francisco; João Pinheiro nasceu em Serro, estudou no mesmo Seminário que Salles e também diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais; já João Luís Alves nasceu em Juiz de Fora, ali cursou Humanidades e dali seguiu para a mesma formação de Salles e Pinheiro.

Em comum, eles tiveram a formação em humanidades, em um período em que Minas investia em cursos técnicos, e a passagem pelo Largo de São Francisco. Importa-nos, portanto, repetimos, a educação e as relações políticas e sociais estabelecidas por Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves para, em seguida, ater-nos às ideias econômicas desses políticos.

O intuito do capítulo é demonstrar como uma determinada ideia cresceu no estado mineiro e influenciou fortemente seus futuros líderes, com formação muito semelhante, a ponto de resultar na produção de conhecimento sobre o desenvolvimento da nação, chegando a compor um projeto para Minas Gerais (ver **Quadro 2**).

Quadro 2: Formação e atuação de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves

	Francisco Salles	João Pinheiro	João Luís Alves
1851 a 1860			
	-----	Nasceu em 16/12/1860 em Serro, região central/nordeste de Minas	-----
1861 a 1870			
	Nasceu em 29/01/1863 em Lavras, região Sul de Minas Gerais	-----	Nasceu em 23/05/1870 em Juiz de Fora, região Sul de Minas Gerais
1871 a 1880			
	Cursou o Seminário de Mariana	Cursou o Seminário de Mariana	Formou-se em Humanidades em Juiz de Fora
	-----	-----	Juiz de Fora -Curso de Humanidades
1881 a 1890			

	Cursou Ciências Jurídicas no Largo de São Francisco	Matriculou-se na Escola de Minas e abandonou o curso antes da matrícula no terceiro ano	Cursou Ciências Jurídicas no Largo de São Francisco
	Juiz de Direito em Lima Duarte/MG	Cursou Ciências Jurídicas no Largo de São Francisco	Promotor de Procurador de Órfãos (1890)
	-----	Advogou em Ouro Preto (1888)	-----
		Secretário de Estado (21/01/1890), também, na mesma data, como 1º.Vice-Governador, ambos no Governo Cesário Alvim, Governador Interino (11/02/1890), vice em exercício, quando o Governador Cesário Alvim tornou-se Ministro do Interior) e posteriormente como Governador (12/04/1890), todos cargos nomeados pelo Governo Provisório da República	
1891 a 1900			
	-----	-----	Juiz Municipal de Órfãos em Campanha (1891)
	Deputado da Constituinte Mineira (1891)	Deputado da Constituinte Federal (1890)	Professor de Legislação de Terras no Curso de Agrimensura (1892-1900)
	Presidente da Câmara dos Deputados de Minas Gerais (1894)	Empresário, vereador e Presidente da Câmara de Caeté (1899) e Agente Executivo do Município.	Chefe do Executivo Municipal de Campanha (1898-1900)
	Secretário de Finanças e Agricultura, Viação e obras Públicas (1894)	-----	Deputado Estadual (1899)
	Secretário de Finanças e Agricultura, Viação e obras Públicas (1898)	-----	-----
	Eleito para o Senado Estadual (1899) – renuncia ao cargo	-----	-----
	Prefeito de Belo Horizonte (1899)	-----	-----
1901 a 1910			
	Governador/ Presidente de Minas Gerais (1902-1906)	Organizador e presidente do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial em BH (1903)	Deputado Federal (1903)
	Eleito Senador da República (1906)	Eleito Senador da República (1905)	Senador pelo Espírito Santo (1906)

	Ministro de Hermes da Fonseca (1910)	Governador/ Presidente de Minas (1906)	-----
	-----	Falecimento (1908)	-----
1911 a 1920			
	Senador Federal (1915)	-----	Secretário de Finanças do Governo de Minas no mandato de Arthur Bernardes (1919)
1921 a 1930			
	Saiu da cena pública (1923)	-----	Ministro de Justiça e Negócios Interiores (1922)
	-----	-----	Ministro do Supremo Tribunal Federal (1924)
	-----	-----	Falecimento (1925)
1931 a 1940			
	Falecimento (1933)	-----	-----

2.1. Educação em Minas Gerais no século XIX: a ênfase nas humanidades *versus* as ciências naturais

A primeira Instituição de ensino superior de Minas Gerais foi criada na cidade de Ouro Preto, então capital da província, no ano de 1832, mas somente foi instalada em 1876: trata-se da Escola de Minas.

A Escola de Minas remonta, portanto, ao período imperial brasileiro, época em que havia o comprometimento com uma possível identidade nacional (em construção), o que passava por um projeto de civilização. Por tal motivo, e talvez também por inclinações pessoais¹³⁹, D. Pedro II incentivou projetos culturais e/ou de formação intelectual. Ele

¹³⁹ Especificamente para o Norte de Minas Gerais, D. Pedro II tinha pretensões de modernidade econômica relacionada ao transporte fluvial: “Após uma prolongada seca que devastou o sertão nordestino (1877-1879) (...) o governo imperial (...) criou uma Comissão Hidráulica com o objetivo de que a mesma fizesse explorações e pesquisas no vale do rio São Francisco que servissem de base para futuros melhoramentos na navegação fluvial. Nota-se que a navegação pelo rio São Francisco era o meio de transporte mais eficaz para se chegar aos locais mais distantes do interior das províncias de Sergipe, Alagoas, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais”. Bem possivelmente o interesse do Imperador pela região fora aguçado pela viagem que realizou aos Estados Unidos da América, “ocasião em que conheceu os projetos de desenvolvimento do vale do rio Mississipi”. SILVA, Márcia P.; DAMÁZIO, Crhistophe B. S. Os retratos do São Francisco e a população ribeirinha vista por Teodoro Sampaio. **Caminhos da História**, v.14, n.1. Montes Claros, Unimontes, 2009, p.115-131. Ilva Ruas Abreu chama a atenção para a relevância das viagens do Imperador para suas concepções sobre o desenvolvimento, marcadas por certo liberalismo. ABREU, Ilva Ruas. A

apoiou, além da Escola de Minas, entre outros, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, o Museu Nacional, o Observatório Nacional e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro.¹⁴⁰

Mas o papel de D. Pedro II na criação e manutenção da Escola de Minas é reconhecidamente maior do que apenas aprovar o projeto de sua implantação. Na publicação intitulada *A Escola de Minas de Ouro Preto – o peso da glória*, José Murilo de Carvalho aponta para a importância do subsídio financeiro de D. Pedro II (“que teria investido recursos próprios”), bem como a defesa que o Imperador fez da Instituição frente à sua concorrente, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro.¹⁴¹

Mais do que o papel de D. Pedro II para o estabelecimento da Escola de Minas, interessa-nos aqui a relação do ensino ali oferecido com a concretude histórica de Minas e do Brasil.

Antes de tudo, é importante lembrar que a reforma pombalina da Universidade de Coimbra, realizada sob os ventos iluministas mudou significativamente a procura por cursos superiores naquela Instituição. A **Tabela 2** demonstra claramente a ascensão da procura por cursos relacionados à história natural, botânica, mineralogia, química, física e matemática, em lugar da teologia e do direito civil e canônico.¹⁴²

Obviamente não desapareceu o Curso de Direito, que também teve aumentada a procura, como também cresceu a importância de se fazer um Curso superior, bem como o acesso a ele. Chamou-nos a atenção a queda da procura por Teologia, o vertiginoso crescimento de Medicina, Matemática e o aparecimento da Filosofia, no período compreendido como História Natural, Física Química e Mineralogia.¹⁴³

---

influência das lideranças políticas no processo de criação das Instituições Federais de Ensino Superior de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2006. Tese de Doutorado.

¹⁴⁰ ABREU, Ilva Ruas. **A influência das lideranças políticas no processo de criação das Instituições Federais de Ensino Superior de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2006. Tese de Doutorado.

¹⁴¹ CARVALHO, José Murilo. **A Escola de Minas de Ouro Preto** O peso da glória. 2ª ed. Ver. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

¹⁴² Sobre as reformas no ensino empreendidas por Pombal, ver: CARVALHO, José Murilo. **A Escola de Minas de Ouro Preto** O peso da glória. 2ª ed. Ver. Belo Horizonte: UFMG, 2002, principalmente da p. 29-66.

¹⁴³ CARVALHO, José Murilo. **A escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória.** 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 31 e ss.

TABELA 2: Relação Curso/procura da Universidade de Coimbra (1772-1773)

CURSOS	ANOS	
	1772	1773
Direito		
(Civil e Canônico)	360	531
Teologia	14	-
Medicina	14	62
Matemática	5	162
Filosofia	-	78
TOTAL	393	833

Fonte: BRAGA: História da Universidade de Coimbra, p. 465-527. In: CARVALHO, José Murilo. **A escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória.** 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 31. O autor adverte para o fato de os dados de 1772 estarem incompletos; mesmo assim é evidente a modificação em relação ao interesse pelas ciências naturais.

À reforma de Pombal houve resistência e protestos. As humanidades em geral e o Curso de Ciências Jurídicas retomaram rapidamente seu prestígio que, aliás, nunca fora perdido de fato. Sobre o impacto da Reforma na formação de políticos brasileiros escreveu José Murilo de Carvalho:

Apesar de ter sido severamente prejudicada pela reação, chamada Viradeira, que se seguiu à queda de Pombal, a reforma produziu um dedicado grupo de cientistas. Muitos desses cientistas eram brasileiros que atuaram no país a partir da última década do século XVIII e estavam ainda presentes à época da Independência. Entre seus principais José Bonifácio da Andrada e Silva e Manuel Ferreira da Câmara Bitencourt.¹⁴⁴

Acerca da formação de brasileiros por ocasião da Reforma em Coimbra, Maria Odila Dias registrou 430 em ciências e 262 em Humanidades, sobretudo em Direito.¹⁴⁵

Muitos indivíduos dessa geração de cientistas estudaram as riquezas naturais do Brasil (vegetais e minerais), não raro para produzir relatórios que, enviados a Portugal, poderiam subsidiar políticas para gerar riquezas que recuperassem as finanças do Reino.

¹⁴⁴ CARVALHO, José Murilo. **A escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória.** 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 30.

¹⁴⁵ DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n.278, p. 105-170.

A reforma pombalina da Universidade de Coimbra ajuda a demonstrar os primórdios da vocação científico/empírica da formação superior, mas não é suficiente para explicar a Escola de Minas de Ouro Preto, inaugurada apenas em 1876. Se, por ocasião da reforma em Portugal (1772), é compreensível que entendidos em mineração pudessem resolver as complicações da extração de metais na Colônia, na inauguração da Escola de Minas a afirmação deixa de ser tão simples, dada a situação da economia aurífera (que já vivia a sua fase de declínio) e a promissora cafeicultura, inclusive em Minas Gerais.

Embora sem correspondência óbvia com a realidade econômica de Minas Gerais e do Brasil, a Escola de Minas atraiu a atenção da elite mineira, significou *status* social de imediato, além de progressão para filhos de famílias não tão bem estabelecidas política e economicamente.

É possível que os mineiros, ressentidos do final da era de proeminência do ouro, desejavam reviver o passado. Com efeito, realizavam discursos e tentativas em prol da especialização desde anos anteriores. A intenção de reviver o *fausto*¹⁴⁶ das minas aparece, por exemplo, na manifestação do naturalista mineiro José Vieira do Couto.

(...) residente em Diamantina, escreveu, em 1799, uma *Memória*, em que sugeria a implantação de grandes usinas de produção de ferro, além da construção de estrada para o escoamento da produção. (...) Já anteriormente, governadores portugueses da Capitania haviam sugerido medidas para a melhoria da mineração do ouro e para a implantação de fábricas de ferro.¹⁴⁷

Em outra ocasião, no ano de 1804, o bispo Azeredo Coutinho manifestou-se em favor de pesquisas na área mineralógica; segundo ele, era necessário investir na pesquisa de “outros minerais que não o ouro. Mas para isso seria necessário conhecimentos da mineralogia”.¹⁴⁸

Essas manifestações do *saudosismo* do apogeu da extração aurífera passaram a constituir o imaginário social que associava a mineração à opulência dos tempos de outrora.

¹⁴⁶ Termo tomado de empréstimo de SOUZA, Laura de Mello. **Os Desclassificados do Ouro:** a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1986, principalmente no primeiro capítulo.

¹⁴⁷ CARVALHO, José Murilo. **A Escola de Minas de Ouro Preto:** o peso da glória. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 32.

¹⁴⁸ Idem, Ibidem.

Todavia, quando finalmente foi criada a Escola de Minas de Ouro Preto¹⁴⁹, segundo José Murilo de Carvalho, “difícilmente se poderia dizer que havia demanda por geólogos e engenheiros de minas na economia exportadora e escravocrata de 1876”. E qualificando o pensamento do autor:

A economia brasileira de 1875 não pedia engenheiros de minas, metalurgistas e geólogos. Estávamos em pleno ciclo cafeeiro. Os técnicos exigidos por essa economia eram engenheiros civis construtores de estradas de ferro e diretores de obras públicas, engenheiros agrônomos e, pode-se acrescentar, engenheiro sanitaristas para debelar a peste e a febre amarela que dificultavam a vinda de imigrantes. Nesse sentido, é mais correto afirmar que o café precisava mais de Oswaldo Cruz do que de Gorceix, mais da Politécnica do que da Escola de Minas.¹⁵⁰

Assim, ainda para José Murilo de Carvalho, a criação da Escola de Minas foi, "antes de tudo, um ato de vontade política, orientado em boa parte por motivos de natureza antes ideológica do que econômica".¹⁵¹

Ora, mesmo que a realidade de Minas Gerais e a do Brasil não explique a fundação da Escola de Minas em Ouro Preto por si só, é fato que ela evidencia a preocupação com a especialização e o investimento em tecnologia, enquanto elementos importantes para o desenvolvimento econômico.

Sobre a importância da Escola de Minas e sua ênfase nas ciências naturais, concluiu José Murilo de Carvalho: "embora os efeitos desse voluntarismo tenham sido limitados por restrições econômicas, não há dúvidas de que eles se fizeram sentir com nitidez e exerceram impacto sobre o próprio desenvolvimento econômico e tecnológico do país".¹⁵²

Acreditamos que Escola de Minas é fruto do discurso em prol da especialização e da tecnologia em muito acalentado pelos mineiros desde a sua fundação. Insistimos no fato de que a criação da Escola também foi bem anterior à sua efetivação. Tal constatação é importante neste capítulo do trabalho, porque Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves estavam se preparando para o ensino superior em um momento de retomada do

¹⁴⁹ Em viagem a Europa D. Pedro II conheceu a Escola de Minas de Paris. O contato com o saber e as pesquisas ali produzidas inspiraram o governante brasileiro a implementar uma escola com fins semelhantes no Brasil.

¹⁵⁰ CARVALHO, José Murilo. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 181.

¹⁵¹ CARVALHO, José Murilo. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 22.

¹⁵² CARVALHO, José Murilo. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

discurso geral em prol dos técnicos e cientistas em Minas Gerais, materializado, entre outros, na Escola de Minas.

João Pinheiro chegou a iniciar a formação de engenheiro na Escola de Minas¹⁵³, mas não completou o curso, abandonando-o antes da matrícula do terceiro ano, atitude que justificou ao tio, em carta, argumentando que tinha dúvidas da facilidade de colocação para técnicos àquela altura da economia mineira: “(...) incerteza do futuro de tal Eschola é o exemplo de estarem todos os ahi formados, com pouca exceção, desempregados”.¹⁵⁴ Assim, João Pinheiro abandonou a Escola de Minas para dedicar-se ao Curso de Ciências Jurídicas e Sociais do Largo de São Francisco. A Faculdade de Direito em São Paulo era o destino natural para quem concluía as Humanidades e ambicionava futura colocação política.¹⁵⁵

Enquanto discutia-se a formação técnica, a especialização e a necessidade de formados em várias especificidades das ciências naturais, a maioria daqueles que ambicionavam a vida política cursavam mesmo a então renomada Ciência Jurídica. A **Tabela 3** exemplifica a relevância que o curso de Ciências Jurídicas tinha na carreira dos políticos nacionais.

Sobre a relevância específica da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, Ilva Ruas de Abreu chama a atenção para o fato de a maioria dos presidentes brasileiros em exercício da Proclamação da República até o Golpe de 1930 ter-se graduado em Direito no Largo de São Francisco. A pesquisadora destaca ainda que Rodrigues Alves e seu sucessor

¹⁵³ Para conversas de João Pinheiro sobre a Escola de Minas e seus professores ver: RACHE, Pedro. **Homens de Minas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947, p. 134 ao final.

¹⁵⁴ João Pinheiro. Carta de 10 de fevereiro de 1883, endereçada ao tio Luís Antônio Pinto. Arquivo Público Mineiro, Doc. N.21, 1883, caixa 2, p.2.

¹⁵⁵ Francisco Salles e João Pinheiro estudaram no Seminário de Mariana antes de ingressarem no Curso Superior. O seminário de Nossa Senhora da Boa Morte foi criado em 1750 pelo bispo de Mariana, D. Frei Manuel da Cruz. Com sua fundação, o bispo buscava respeitar a orientação da Reforma Católica de aprimorar a formação dos clérigos, evitar as despesas que os moradores de Minas faziam "para mando darem seus filhos aos estudos do Rio de Janeiro e da Bahia", bem como superar o que ele, Bispo, considerava como a rudeza e a ignorância local. Segundo Auguste Saint-Hilaire, viajante do século XIX, a instituição foi a responsável pela cultura apresentada por aqueles que enriqueceram e que residiam nas Comarcas de Sabará e Vila Rica. Em resumo, o conhecido Seminário de Mariana significou às elites locais acesso mais fácil às humanidades com ênfase em teologia, bem como simplificou, em termos de despesas e itinerário à vida daqueles que queriam cursar Universidades e similares. Sobre o papel do Seminário de Mariana na formação da elite mineira, ver: VILLALTA, Luiz Carlos. **A criação do Seminário de Mariana, a Contra-Reforma e as elites de Minas**. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/acriacaodoseminariodemarianaacontrareformaeaselitesdeminas.pdf>>. Acesso em: 17 de junho de 2012. Enquanto Francisco Salles e João Pinheiro frequentaram o referido Seminário, João Luís Alves fez Humanidades em Juiz de Fora, cidade em que residia quando criança e adolescente. Ora, Juiz de Fora era importante em termos políticos e econômicos em Minas Gerais. A formação no Seminário de Mariana era próxima das opções oferecidas em Juiz de Fora.

Afonso Pena, eram da mesma turma (de 1870); e que Delfim Moreira e Wenceslau Braz concluíram o curso em 1890.¹⁵⁶

TABELA 3: Tipo de Formação dos Ministros, por Períodos - 1822/1899

FORMAÇÃO	PERÍODO					TOTAL
	1822/31	1831/40	1840/53	1853/71	1871/89	
Direito	51,29	56,67	85,00	77,09	85,73	72,50
Ciências Exatas	20,51	13,33	5,00	2,08	0,00	7,00
Militar	28,20	20,01	10,00	18,75	7,93	16,50
Medicina	0,00	6,66	0,00	2,08	6,34	3,50
Religiosa	0,00	3,33	0,00	0,00	0,00	0,50
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	(N=39)	(N=30)	(N=20)	(N=48)	(N=63)	(N=200)

FONTE: CARVALHO, A construção da ordem, p. 4; _____. **A Escola de Minas de Ouro Preto:** o peso da glória. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 43.

Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves também integram o grupo de ex-alunos do Curso de Direito de São Paulo.

A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco foi fundada em São Paulo no ano de 1827. A formação do século XIX, conforme já informamos, era bacharelesca e preocupada com discursos relacionados à formação da nação.

As academias de Direito fomentaram um tipo de intelectual produtor de um saber que se sobrepôs aos temas exclusivamente jurídicos e que avançou sobre outros objetos do saber. Um intelectual educado e disciplinado do ponto de vista político e moral, segundo teses e princípios liberais.¹⁵⁷

¹⁵⁶ Para maiores informações acerca da influência da faculdade de Direito do Largo de São Francisco na formação dos presidentes brasileiros da Primeira República, ver: ABREU, Ilva Ruas. **A influência das lideranças políticas no processo de criação das Instituições Federais de Ensino Superior de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2006. Tese de Doutorado.

¹⁵⁷ ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder:** o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 79.

Sobre o currículo e as ideias que marcaram a formação dos egressos do Curso de Ciências Jurídicas de São Paulo, informou Sérgio Adorno:

Perfilando a tradição de Coimbra, o curso compunha-se de nove cadeiras nas quais se ensinavam: Direito Natural, Direito Público, Análise da Constituição do Império, Direito das Gentes e Diplomacia, Direito Pátrio Civil, Direito Pátrio Criminal, Direito Mercantil e Marítimo, Teoria e Prática do Processo adotado pelas Leis do Império e Economia Política. Influenciada pelo jus-naturalismo, essa estrutura curricular testemunha o modo ambíguo pelo qual se acreditava, àquela época, superar o passado imediatamente colonial, formando, através do ensino jurídico, uma elite intelectual aberta à modernidade.¹⁵⁸

A preocupação com a capacidade dos ali formados em avaliar a realidade comprova-se pela inclusão da cadeira de Economia Política no quinto ano.¹⁵⁹

A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco foi, portanto, berço de formação e ação política entre os paulistas e aqueles que ali estudaram, tornando-se, em fins do século XIX, importante para os debates sobre o republicanismo e o liberalismo no Brasil. Nomes, como Campos Sales, Bias Fortes e Assis Brasil estiveram entre os que participaram dos debates ali promovidos que revelam, em larga medida, as concepções jurídicas, políticas e econômicas que tiveram lugar no Brasil republicano.

A Questão Republicana é identificada por Luiz Gonzaga da Rocha (...) desde a fundação do Partido Republicano até a do jornal *A República* e do *Clube Republicano Acadêmico da Faculdade de Direito de São Paulo*, como (...) ponto de irradiação do republicanismo.¹⁶⁰

Da passagem pela Faculdade de Direito de São Paulo, Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves herdaram a vocação política, a capacidade discursiva, muitas relações sociais que propiciaram futuros acordos que lhes garantiram significativas colocações políticas. Da formação anterior em Minas Gerais, interiorizaram o imaginário

¹⁵⁸ ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder:** o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 95.

¹⁵⁹ Economia política foi, aliás, uma disciplina em alta com crescimento do mundo burguês e liberal, cuja presença curricular foi inspirada na Revolução Francesa. No entanto, a inclusão da disciplina nos cursos superiores brasileiros foi anterior à própria França. Sobre a inserção da disciplina de economia política na grade curricular francesa, ver: HOBBSAWM, Eric J. **Revoluções:** Europa (1778-1848). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹⁶⁰ Como referência a tese que advoga a Faculdade de Direito de São Paulo como berço do republicanismo verificado a partir dos anos 1870, ver: ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **O Ensino Jurídico, a Elite dos Bacharéis e a Maçonaria no século XIX.** Universidade Gama Filho: Rio de Janeiro, 2005, p. 76. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Direito, Estado e Cidadania. 180 fls. Disponível em: <http://ebooksbrasil.org/adobeebook/bachareis.pdf>. Acesso em 11 de junho de 2012.

sobre a opulência mineradora, conheceram a realidade econômica do ouro, a ênfase na especialização e a realidade da diversificação.

A seguir nos dedicamos a analisar a especificidade do pensamento sobre o desenvolvimento econômico de cada um deles.

2.2. Incentivos e Protecionismo na visão de Francisco Salles

Apesar da importância e destaque político que Francisco Salles teve em vida, sua relevância tem sido relegada. Mesmo assim, Maria Efigênia Lage de Resende e Nícia Vilela Luz o apontam como um dos políticos e estadistas importantes para o pensamento em prol do desenvolvimento nacional. A primeira autora afirma que Salles foi um dos precursores da ideia de diversificação da produção como estratégia de crescimento da economia, e a segunda destaca suas ponderações em nome do protecionismo.¹⁶¹

As proposições político-econômicas de Francisco Salles datam do período em que ele foi Secretário de Estado da Fazenda até sua fase como Ministro, passando por diversos cargos públicos, incluindo o de governador (presidente de Estado), além de sua experiência como produtor rural.

Nascido em Lavras, em 1863, conforme já informamos, Francisco Salles era neto de lavradores e filho do Tenente Firmino Antônio Salles. Para Daniel de Carvalho¹⁶², o Tenente Firmino figura também como "industrial", por ter tido lavouras de cana e fabricado açúcar, rapaduras e aguardentes; esse tipo de fazenda, mista, teria influenciado as diretrizes econômicas de Salles.¹⁶³

A formação e contato de Salles com o movimento republicano em São Paulo, oriundos de sua formação no Largo de São Francisco, contribuíram para o engajamento de Salles na política onde atuou no Clube Republicano de Lavras e em municípios vizinhos, além de profissionalmente ter exercido também o ofício de advogado.

¹⁶¹ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982; LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Alfa ômega, 1978.

¹⁶² CARVALHO, Daniel de. **Francisco Salles: um político de outros tempos**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1963, p.135.

¹⁶³ CARVALHO, Daniel de. **Francisco Salles: um político de outros tempos**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1963, p. 71.

Iniciado como propagandista, após a Proclamação da República, Salles seguiu a carreira da magistratura. Com a criação da justiça estadual, foi nomeado juiz municipal de Lima Duarte. Trabalhou assessorando a elaboração da Constituição Federal, sendo posteriormente eleito deputado estadual para o Congresso Constituinte Mineiro. Depois assumiu a presidência da Câmara dos Deputados e em 1894 acumulou o cargo de Secretário das Finanças com a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Como secretário de Finanças, Francisco Salles procurou imprimir mais rigor na elaboração do orçamento público para evitar *déficit*, o que, por muitas vezes, gerou conflito com Francisco Sá (Secretário de Agricultura).¹⁶⁴

No Relatório da Secretaria das Finanças referente ao ano de 1894, já é possível perceber, por meio do discurso de Francisco Salles, sua característica de defensor do incentivo e da diversificação da produção. Salles ressalta que, apesar da prosperidade da economia do estado, a receita é limitada porque é dependente do café. Para que a receita e a economia não fiquem vulneráveis, segundo ele “os esforços dos poderes do Estado devem convergir, pois, para desenvolver a produção”.¹⁶⁵ Para tal, o secretário acredita que o Estado dispõe de três recursos principais: “immigração e colonização, ensino agrícola e redução das Tarifas da Estrada de Ferro”.¹⁶⁶

No governo seguinte, de Silviano Brandão, Salles permaneceu na Secretária de Finanças e Agricultura, Viação e Obras Públicas até outubro de 1898 (as secretarias foram reunidas em uma só). Em 1899 foi eleito senador estadual, mas renunciou antes de tomar posse, por ter sido nomeado prefeito de Belo Horizonte por Silviano Brandão. Salles ocupou a Prefeitura entre janeiro de 1899 e setembro do mesmo ano. Depois do seu curto mandato, foi para a Câmara Federal, na época considerado um pré-requisito para cargos executivos eletivos de primeiro escalão.

As relações entre Silviano Brandão e Francisco Salles merecem destaque. Ambos nasceram no Sul de Minas Gerais e estiveram em São Paulo na segunda metade do século XIX, o primeiro para estudos preparatórios para o curso superior, o segundo na Faculdade de Direito. Silviano Brandão formou-se em Medicina no Rio de Janeiro e voltou para o Sul de Minas, local de onde organizou sua futura base eleitoral. Já tinha se formado e já era Deputado Federal em 1881, ano em Salles apenas começava o Curso de Ciências Jurídicas.

---

¹⁶⁴ CARVALHO, Daniel de. **Francisco Salles: um político de outros tempos**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1963, p. 25.

¹⁶⁵ Relatório da Secretária de Finanças de 1895. **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais**, p. 30.

¹⁶⁶ Relatório da Secretária de Finanças de 1895. **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais**, p. 30.

A formação tecnicista de Silviano Brandão, sua relação com a terra e a influência que exercia no interior de Minas fizeram dele um dos principais articulistas da política dos governadores, o que lhe rendeu, futuramente, a eleição como Vice-Presidente do Brasil.¹⁶⁷

A eleição de Silviano Brandão para presidente de Minas Gerais no ano de 1898 marca o início da chamada Hegemonia Sul-Mineira, período que duraria até 1918.

Hegemonia Sul-Mineira é a expressão utilizada pelos pesquisadores da política de Minas Gerais e do Brasil na Primeira República para identificar um período em que os políticos das diferentes sub-regiões do estado votaram em bloco, em concordância com a porção Sul liderada por Silviano Brandão, que dominava também a Comissão do PRM - Partido Republicano Mineiro. De 1898 a 1918, o Sul de Minas fez quatro dos cinco presidentes de Estado (Francisco Salles, Wenceslau Brás, Júlio Bueno Brandão, Delfim Moreira), além de ter subsidiado a eleição de Wenceslau Brás à presidência da República.¹⁶⁸ Nesse período, o único Presidente de Minas que não era propriamente Sul-mineiro foi João Pinheiro, mas as relações do último com a porção Sul de Minas Gerais, bem como com Francisco Salles remontam à experiência da adolescência e à formação intelectual, conforme já explicitamos anteriormente.

Voltemos ao papel de Francisco Salles. No governo de Silviano Brandão, Salles esteve à frente da Secretaria de Finanças e Agricultura, Viação e Obras Públicas, também foi prefeito de Belo Horizonte, por indicação do primeiro.

Ora, conhecido como "senhor de barão e cutelo", voltado mais para a prática do que para o bacharelismo, entendido como formação política ideal para o período, era natural que Silviano se cercasse de conhecidos que, senão amigos, eram bem próximos de sua experiência e opinião.¹⁶⁹

O apoio de Silviano Brandão foi importante para futuras indicações do Partido Republicano Mineiro.

---

¹⁶⁷ Silviano não chegou a tomar posse porque faleceu em 25 de dezembro de 1902, aos 54 anos, interrompendo, inclusive seu mandato de governador/presidente de Minas Gerais.

¹⁶⁸ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República. **Locus**: Revista de História. Juiz de Fora, v. 5, n. 2, jul. – dez. 1999.

¹⁶⁹ Cf. RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

A Comissão Executiva do PRM¹⁷⁰, presidida por Bias Fortes, indicou Francisco Salles à política Federal. Em 1899, Salles foi eleito deputado federal. Nesse período, fez parte da Comissão do Reconhecimento de Poderes e foi líder da Bancada Mineira. Para Maria Efigenia Lage de Resende “Francisco Salles, eleito em 1899 deputado federal ao novo esquema político, com objetivo de garantir o processo de “degola”¹⁷¹ segundo os interesses do silvianismo (...)”.¹⁷² Logo depois renunciou aos dois cargos em virtude do seu estado de saúde, que exigia repouso.

Para suceder Silviano Brandão na Presidência do Estado no ano de 1902, ameaçou haver uma cisão na política mineira e no PRM, já que parte dos políticos era a favor da candidatura de Bernardo Monteiro, político e administrador que ainda se encontrava no término do cargo de Prefeito de Belo Horizonte, após ter sucedido Salles. “Mas não vinha da propaganda da República, pertencia a um grupo de tendência exclusivista e o Estado necessitava manter a união obtida pela mão de ferro de Silviano”.¹⁷³

Assim, Francisco Salles foi indicado à candidatura do Estado, principalmente por suas convicções republicanas e por poder dar continuidade à política “silvianista”. Mas Silviano Brandão, então eleito Vice-Presidente da República, veio a falecer. O primeiro ato de Salles na Presidência de Minas seria a conciliação política, trazendo para o PRM os que se afastaram por alguma ocasião, sejam os oposicionistas de Silviano Brandão, sejam os alvinistas.¹⁷⁴

Compondo o governo de Salles e orientando-o no sentido do desenvolvimento econômico, encontrava-se na Vice-Presidência, médico, fazendeiro, industrial, antigo deputado geral do Império e constituinte da República em 1891, Pacífico Gonçalves da

¹⁷⁰ A Comissão Executiva do PRM elegeu Francisco Salles e mais 6 membros para sua composição no ano de 1898, a saber: Chispim Jacques Bias Fortes, Carlos Vaz de Mello, Júlio Bueno Brandão, Antonio Martins Ferreira da Silva, Sabino Barroso Júnior e Francisco Bressane. *Jornal Minas Geraes*, 21 de outubro de 1898, p. 3. Como membro, Salles “sua opinião foi sempre ouvida com o maior acatamento, tendo contribuído eficazmente para a harmonia, coesão e boa direcção do partido”. *Jornal Minas Geraes*, 7 de setembro de 1902, p.1. No ano de 1901 Salles foi reeleito para a comissão em 15 de novembro de 1901. *Jornal Minas Geraes*, 16 e 17 de novembro de 1901, p. 2 e 3.

¹⁷¹ Para a autora, o período compreendido entre 1898 e 1906 houve o predomínio do silvanismo e do salismo, em que “institucionalizaram-se os instrumentos de manutenção do sistema oligárquico (...)”. RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982, p.152. Assim, quem fosse contra a essas políticas estaria fora do partido, ou acabava perdendo ou não recebendo cargos políticos.

¹⁷² Idem, p. 175.

¹⁷³ CARVALHO. **Francisco Salles: um político de outros tempos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, p. 29.

¹⁷⁴ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um estadista da República**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, p. 317.

Silva Mascarenhas¹⁷⁵. Francisco Salles convidou João Pinheiro para o planejamento futuro da economia mineira. Convém lembrar que as relações entre Salles e João Pinheiro remontam à formação escolar, assunto com o qual iniciamos este capítulo.

Daniel de Carvalho ressalta que o principal objetivo do governo de Salles foi concretizado no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, ocorrido em 1903, organizado por ele e presidido por João Pinheiro da Silva, seu sucessor no governo de Minas:

Desse Congresso saíram as diretrizes para a nova política econômica de Minas e do país – protecionismo (João Luís Alves), a legislação de águas (Alfredo Valadão), o aproveitamento do subsolo pelo Código de Minas (Pandiá Calógeras), a valorização do café (Convênio de Taubaté) e a estabilização da moeda nacional com a Caixa de Conversão (Davi Campista).¹⁷⁶

Teoricamente, os rumos traçados por Salles no Congresso de 1903 possuíam o caminho ideal, na época, para o desenvolvimento do estado, isto é, “animar e estimular as energias productoras”, a diversificação da produção, industrialização progressiva e protecionismo.

A defesa da produção nacional, por meio do proteccionismo aduaneiro prudente e conveniente applicado, tendo em consideração os nossos interesses em face do commercio internacional, é medida imprescindível para o exito do plano geral de reorganização econômica. Sem applicação das medidas proteccionistas dos productos nacionaes, para que elles conquistem os mercados e se firmem nelles pelas relações commerciaes que se estabelecerão entre os productores e os commerciantes directores do mercado, como hoje existem entre os productores estrangeiros e o commercio em grosso, serão quase improficuos os esforços energéticos para desenvolver a produção e crear a riqueza nacional. É resultado de observação atenta dessa anomalia (...) que gerou em meu espirito essa convicção, que hoje domina a todos que encaram patrioticamente o problema econômico em nossa Pátria.¹⁷⁷

---

¹⁷⁵ Natural de Curvelo, Minas Gerais. Estudou Humanidades no Colégio do Caraça e em São João del Rei, formando-se, em 1870, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (**mesmo de Silviano Brandão**). Foi deputado pelo Partido Liberal à Assembleia Geral na 20ª. Legislatura (1886-1889); proclamada a República, foi Deputado Federal Constituinte e na 1a. Legislatura (1891-1895), pelo PRM, e Vice-Presidente do Estado de Minas Gerais (1902-1906). Retirando-se da política, dedicou-se ao exercício da clínica médica em Curvelo, participando ainda da direção da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, em sociedade com seus irmãos. MONTEIRO, Norma de Góis. **Dicionário Biográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1994, v. 2, p. 401.

¹⁷⁶ CARVALHO, Daniel de. **Francisco Salles**: um político de outros tempos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, p.31.

¹⁷⁷ Mensagem ao Congresso Mineiro em 1903. Jornal **Minas Geraes**, 16 de junho de 1903, p. 6.

Articulada com este pronunciamento em defesa da produção nacional, a mensagem acentuava a enorme carência de transportes em todo o território, o que tornava mais precária a situação da produção.

No decorrer de seu governo, Salles procurou implementar tais medidas (diversificação, industrialização e protecionismo), embora o retorno aos mesmos temas em posteriores Mensagens ao Congresso denotavam que estas não resolveram a contendo os problemas apontados ou não foram implementadas no seu conjunto.

Apesar dos avanços na economia, a crise econômica continuava e Francisco Salles via a causa dessa persistência “em consequência da grande e excessiva produção de café e com relação a outros gêneros de nossa produção, devido á concorrência principalmente dos productos estrangeiros, similares aos da produção nacional (...)”.¹⁷⁸ Contudo, o Presidente, na mesma Mensagem, destacou o aumento da produção de outros gêneros, como o arroz, o algodão, a viticultura e, a de maior desenvolvimento, a indústria de laticínios, embora fosse necessário tornar a produção desses produtos mais eficientes.¹⁷⁹

Na mensagem de 1904, assim como fez na anterior, 1903, defendeu a necessidade da intervenção “indireta” dos poderes públicos na economia por meio de medidas estimuladoras da capacidade produtora que “se compreendem na política proteccionista em sua ampla significação”.¹⁸⁰ O protecionismo era, na visão de Salles, a medida mais eficaz para o desenvolvimento industrial. Ao citar produtos de consumo nacional similares aos do estrangeiro e que conseguiram se desenvolver, Salles afirma que essa é “a prova da efficacia da proteção, a cuja sombra se iniciaram, se desenvolveram e se consolidaram essas industrias [indústria pastoril e da agricultura em geral] em nossa Pátria”.¹⁸¹ Embora incentive a industrialização, Salles procurou deixar claro que indústria para ele era produção, já que a agricultura era “a única fonte segura e constante de riqueza das nações”.¹⁸²

Em 1905, continuou Salles a favor da, assim chamada por ele, política “protecionista”, através da redução de impostos. “A redução dos impostos, que oneram o productos, e a redução das tarifas para a diminuição do custo do transporte e de que tem

¹⁷⁸ Mensagem ao Congresso Mineiro em 1904. **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais**, p. 75.

¹⁷⁹ Mensagem ao Congresso Mineiro em 1904. **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais**, p. 83.

¹⁸⁰ Fora da acção individual, da iniciativa privada, só resta o recurso da indirecta intervenção dos poderes públicos por meio de medidas estimuladoras da capacidade productora, que se compreendem na política proteccionista em sua ampla significação. É essa a política que vai orientando o meu Governo (...). Mensagem ao Congresso Mineiro em 1903. **Jornal Minas Geraes**, 16 de junho de 1903, p. 6.

¹⁸¹ Mensagem ao Congresso Mineiro em 1904. **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais**, p. 85.

¹⁸² Mensagem ao Congresso Mineiro em 1904. **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais**, p. 74.

lançado mão, são os meios mais directos de que dispõem os poderes públicos para proteger a agricultura e a industria”.¹⁸³

Nesse mesmo ano (1905), embora operacionalmente o orçamento fosse superavitário, o pagamento das dívidas anteriores o tornava deficitário. Assim, as finanças continuam a preocupar o governo. Houve, inclusive, discussão sobre crédito agrícola a favor do amparo ao café. Foi aprovado o projeto que autorizava o presidente do Estado a entrar em acordo com o governo federal e com os outros Estados cafeeiros – São Paulo e Rio de Janeiro – “para adoção de medidas que tivessem por fim elevar o valor do produto, regularizar a sua exportação e normalizar o seu comércio”. Além disso, “a disposição inovada lançava um imposto proibitivo sobre as novas culturas”. Foi com a inclusão deste complemento que o projeto se transformou na lei nº 400, de 13 de setembro de 1905¹⁸⁴. Afonso Arinos de Melo Franco ressaltava que essa lei foi precursora do Convênio de Taubaté, que seria assinado no início do ano seguinte, 1906, pelos presidentes estaduais de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, respectivamente Jorge Tibiriçá, Francisco Salles e Nilo Peçanha. “Era a intervenção franca do estado no domínio da iniciativa particular no que ela tinha de mais sagrado para aquela geração liberal: o uso da terra”.¹⁸⁵

Com o fim de seu governo em 1906, Francisco Salles foi eleito para o Senado Federal, com mandato até 1911. Em 1910, renunciou ao cargo de Senador para ser ministro da Fazenda do governo de Hermes da Fonseca.

Durante seu mandato, Salles foi defensor do equilíbrio orçamentário, que não acontecia devido ao déficit existente em progressão crescente desde 1908. Para tal, acreditava que era necessário reduzir as despesas e aumentar a receita. Mesmo com essa situação, o Ministro via a economia do país como “relativamente promissora”¹⁸⁶, já que a produção aumentara. Mas Salles alertou para o perigo de se ter apenas dois grandes produtos para exportação, no caso, o café e a borracha. Assim como no governo de Minas, o Ministro Salles sugeriu uma política econômica pautada no estímulo à diversificação da

¹⁸³ Mensagem ao Congresso Mineiro em 1905. **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais**, p.47.

¹⁸⁴ “Auctoriza o governo a promover a criação ou organização de um banco para operar sobre credito agricola em termos que especifica. Arquivo Público Mineiro”. **Collecção das leis e decretos do Estado de Minas Geraes**, 1905, Bello Horizonte, Imprensa Official de Minas Geraes.

¹⁸⁵ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um estadista da República**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, p. 445.

¹⁸⁶ Relatório I do Ministro da Fazenda Francisco Salles de 1910 e 1911. **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais**, p. 5.

produção. Para o sucesso dessa medida, o governo federal deveria fomentar o desenvolvimento e não ficar à mercê apenas de investimentos privados¹⁸⁷.

No mesmo relatório, o Ministro Salles discutiu os principais produtos exportados pelo Brasil nos anos de 1910 e 1911, ressaltando como a revalorização do café possibilitou o investimento em outras indústrias. Assim, no período de sua administração no Ministério da Fazenda, reorganizaram-se a Caixa de Conversão e a Delegacia do Tesouro Nacional em Londres; regulou-se a emissão e a circulação do cheque. Realizaram-se operações crédito no exterior e autorizou-se a emissão de papel-moeda e de apólices para resgatar compromissos do Tesouro Nacional.

Salles retornou ao Senado Federal em 1915, cumprindo seu mandato até 1923. Em consequência das desavenças entre sua ala (salismo) e a de Artur Bernardes (bernadismo), acabou renunciando à Presidência do partido e à condição de membro da Comissão Executiva do PRM.

Ao abandonar a política, dedicou-se às atividades agrícolas e industriais das quais não se afastou até seu falecimento. Essas atividades foram desenvolvidas em uma fazenda mista e diversificada¹⁸⁸, ideal que foi defendido no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial em 1903, em Belo Horizonte.

2.3. Incentivos, Protecionismo e progresso econômico para João Pinheiro da Silva

Nascido na cidade do Serro (1860), João Pinheiro da Silva iniciou sua vida política em Minas Gerais como militante republicano, tão logo retornou de São Paulo, graduado (1887) em Ciências Jurídicas e Sociais. Estabeleceu-se em Ouro Preto como advogado (1888) e como *propagandista*¹⁸⁹ da causa republicana. Na mesma cidade, participou ativamente como um dos líderes da fundação do Partido Republicano.

¹⁸⁷ Relatório I do Ministro da Fazenda Francisco Salles de 1910 e 1911. **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais**, p. 7.

¹⁸⁸ CARVALHO, Daniel de. **Francisco Salles**: um político de outros tempos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, p. 71.

¹⁸⁹ O termo *propagandista* é muito utilizado por João Pinheiro como autorreferência, identificando os republicanos históricos, aqueles defensores da causa ainda como bandeira na época em que ela não trazia, no dizer de suas palavras, bônus, mas sim ônus e riscos. A militância, ainda como estudante no Largo de São Francisco (Faculdade de Direito), em São Paulo, já havia começado, onde teve a oportunidade de conhecer os republicanos históricos, sobretudo paulistas.

Com o advento da República, João Pinheiro ascendeu rapidamente como Secretário de Estado, 1º Vice-Governador, Governador Interino e Governador. Todos os cargos nomeados pelo governo provisório da República.

Posteriormente, Pinheiro renunciou ao cargo de Governador e candidatou-se a Deputado Constituinte. Eleito, tornou-se membro da *Comissão dos 21*, encarregada de centralizar as discussões e sistematizações na elaboração da nova Carta Constitucional. Finda a Constituinte, continuou suas funções como deputado, ao mesmo tempo em que iniciou estudos para a implantação de uma cerâmica em Caeté. Não se candidatou à reeleição e passou a dedicar-se integralmente à administração da recém-criada *Cerâmica Nacional de Caeté*. Tal experiência trouxe repercussões no pensamento econômico de João Pinheiro, criando e/ou reforçando suas convicções.

O retorno de João Pinheiro ao cenário estadual ocorreu por ocasião do *Congresso Agrícola, Comercial e Industrial* de 1903, do qual foi o presidente a pedido e por designação do então Presidente do Estado de Minas, Francisco Salles¹⁹⁰. Logo após, candidatou-se (1905) ao Senado Federal. Já como Senador, teve seu nome indicado pelo PRM à Presidência do Estado; eleito, tomou posse para o período 1906-1910. Seu mandato, no entanto, não terminou em virtude de seu falecimento outubro de 1908.

Sua experiência empresarial ajuda a entender suas ideias econômicas. Profissionalmente, João Pinheiro atuou como professor, advogado e político. Sua vida empresarial esteve intimamente ligada a Caeté, local em que fundou a Cerâmica Nacional. Lá também desenvolveu atividades ligadas à produção agropecuária, pois ao longo dos tempos adquiriu novas terras nas redondezas.

A escolha de Caeté para investimentos pessoais explica-se por vários motivos: 1) Caeté era a terra de sua família materna; 2) Em 1891, decide-se pensar em uma nova capital para Minas Gerais, exatamente quando ele começou os estudos sobre a qualidade do barro para a produção de cerâmica; 3) a opção por Belo Horizonte para a nova capital se deu em 1893, mesmo ano da criação da Cerâmica (implantada efetivamente um ano depois); 4) a proximidade entre Caeté e Belo Horizonte certamente atrairia investimentos para o local, além de inúmeras construções para preparar a nova capital mineira, o que significaria garantia de mercado para a cerâmica.

---

¹⁹⁰ As relações pessoais, políticas e ideológicas entre Francisco Salles e João Pinheiro já foram apontadas no primeiro tópico deste capítulo.

Para dinamizar a Cerâmica, João Pinheiro recorreu ao Banco da República, apresentando memorial que informava sobre o mercado, as técnicas de fabricação e os insumos utilizados em uma cerâmica.¹⁹¹ João Pinheiro iniciou os estudos sobre a viabilidade e importância da cerâmica porque tinha informações políticas sobre a nova capital e bons relacionamentos.¹⁹²

Na busca por financiamento, João Pinheiro enfatizou os possíveis mercados para sua indústria: Belo Horizonte, obviamente o governo de Minas Gerais e os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. João Pinheiro prometia ainda utilizar matéria-prima e combustível nacionais. À época, alguns problemas e/ou dificuldades já eram reconhecidos: o fato de os estrangeiros não pagarem impostos e a oscilação frequente de mercado interno, principalmente pela produção da indústria/fábrica em questão estar relacionada com obras públicas.¹⁹³

João Pinheiro dedicou-se por um tempo a investimentos pessoais. Quando finalmente voltou à cena política estadual¹⁹⁴, suas experiências e vivências no meio empresarial já eram significativas. A Cerâmica certamente fez João Pinheiro pensar sobre a diferença entre interesses individuais e coletivos, conchaves e acordos políticos e necessidades para o desenvolvimento econômico. Em carta à Calógeras, em 25 de fevereiro de 1905, logo após sua candidatura ao Senado, escreveu João Pinheiro:

Esta política é um grande mal para minha fabrica; (...) está quase tudo dependendo de minha direcção pessoal (...). Entretanto há de parecer um paradoxo que seja a fabrica que me empurra com mais violência para a ingratidão da luta partidária. Por que? Muito simples. Fazer indústria nova, produzir, custa sacrifícios inauditos, e, ainda há dificuldade superior a todos estas: - é a d. vender a mercadoria feita. Ah! Meu caro amigo, nunca plantaste batatas! Caí uma vez nessa asneira, cultivei uma quarta d. chão, obtive colheita estupenda, remiti-a nuns balaies e fui pessoalmente ao Rio de Janeiro, vender os meus formosos tubérculos (salvo seja)! É ainda com ódio, que me lembro da peregrinação

¹⁹¹ Provavelmente o empréstimo no Banco da República não foi bem sucedido, haja vista que João Pinheiro recorreu posteriormente ao Banco Real de Minas Gerais. Cf. SENNA, Caio Nelson. **João Pinheiro da Silva, sua vida, sua obra, seu exemplo. 1860 a 1908**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1941, p. 129.

¹⁹² Para conversas de João Pinheiro sobre a fertilidade das terras próximas de Belo Horizonte e o potencial de lucro dos investimentos naquela região ver: RACHE, Pedro. **Homens de Minas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947, p. 134 ao final.

¹⁹³ SENNA, Caio Nelson. **João Pinheiro da Silva, sua vida, sua obra, seu exemplo. 1860 a 1908**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1941, pp. 134-138.

¹⁹⁴ Mesmo antes desta volta há relatos de contatos com o Congresso sobre temas protecionistas: “Vi, com effeito, que estivestes na Câmara dos Deputados energicamente protestando perante a respectiva comissão contra a escandalosa isenção de direitos para material cerâmico importado do estrangeiro. Applaudi o teu acto.” Carta (Lilixo) de 17 de agosto de 1903. SENNA, Caio Nelson. **João Pinheiro da Silva, sua vida, sua obra, seu exemplo**, 1941, p. 133.

humilhante, de português em português, batateiros d. profissão e como o cérebro também entufado d. batatas e me disseram desaforos e me não quiseram comprar minha linda mercadoria e offereceram um preço vil e afinal me obrigaram a entregar a colheita quase dada. (...) E o **proteccionismo nasceu como a solução salvadora dos que trabalham** dos que querem aproveitar as nossas terras desertas e os nossos braços desocupados, dos que sendo **donos de seu paiz devem também ser senhores do seu mercado**, e, para vender tubos foi a mesma luta para vender a louça será a mesma humilhação e d. novo ver agora claramente como o plantador de batatas e fazedor d. panelas foi empurrado para a luta ingrata da politica. (grifos nossos) ¹⁹⁵.

No fragmento anterior, destaca-se o discurso que reconhece a semelhança de dificuldades entre os que investiam na mesma produção, uma espécie de consciência de classe. Desde essa experiência, João Pinheiro parece ter começado a diferenciar as várias possibilidades da política, o que ele denominou de política seguida e qualificada por termos e adjetivos variados:

Ha política estéril e há política fecunda. Ha politica inútil e pernicioso, a das pessoas, e ha politica elevada e nobre, a das idéias e dos princípios, para o fim positivo do benefício do povo. (...) Mas, e as luctas pessoas? E as luctas das vaidades? Substituamos as competências sem objectivo pela emulação fecunda do trabalho. Cumpre que o criador e o industrial mais inteligentes possam ver o seu mérito reconhecido e proclamado nas exposições regionaes, e os prêmios de emulação virão manter um pleito de vaidade, mas vaidades de utilidade real para o que lucta, e para o que testemunha essa lucta, tirando della ensinamentos (grifos nossos). ¹⁹⁶

Como Governador, João Pinheiro refere-se à sua experiência empresarial como credenciais para reforçar e defender seus argumentos nos Congressos das municipalidades, ocasião em que se colocou como representante direto das classes produtoras no poder. ¹⁹⁷ Ele argumentava que merecia credibilidade, pois não era ali empenhada a palavra de “*um político*”, mas de alguém que veio do trabalho austero e custoso e que conhecia as dificuldades do trabalho direto do produtor. ¹⁹⁸ Tal descrição ele também utilizou quando da

¹⁹⁵ Carta a Calógeras. APM doc. n. 1620, 25 de fevereiro de 1905, p. 8, caixa 12.

¹⁹⁶ **Minas Geraes**, edição 22/09/1907. Anno XVI n. 224, p. 6. Resumo do pronunciamento de João Pinheiro no Congresso das Municipalidades no Norte (Diamantina).

¹⁹⁷ Jornal **Minas Geraes**, edição 14-15/10/ 190, ano XVI, n. 242, p. 4.

¹⁹⁸ Jornal **Minas Geraes**, edição 18/10/ 1907, ano XVI n. 245, p. 5.

*Primeira Exposição Geral do Estado*¹⁹⁹ e a repetiu na *Segunda* (e última) *Mensagem ao Congresso Mineira*.²⁰⁰

A questão econômica foi ganhando relevância no discurso de João Pinheiro, quando este se candidatou ao Senado da República; expôs sua visão sobre as prioridades a serem abordadas pelos governos e fez uma retrospectiva dos primeiros anos da República:

(...) tinha eu a firme convicção de que o **primordial dever dos governos** em paizes novos é antes de tudo, **cuidar do ser progresso material e do desenvolvimento de suas riquezas**. (...) Parecia, pois, que a **preocupação economica devesse ser**, de todas as que se agitavam, **a questão capital a estudar e solver. Assim não foi. Aos programmas sem sinceridade, na monarchia, succederam os partidos sem programma**, na Republica; **a conquista do poder**, antes como depois, foi o ponto culminante de extremação partidária, na mais desmoralizadora das pugnas, a da **baixa politicagem, constituindo mesmo uma industria, - a de viver do orçamento**. E por isto, passados quinze annos de regimen republicano, verifica-se que, com a mudança de fórma de governo, apenas de nome se mudou, **continuando, talvez aggravada a mesma situação economica e social do paiz** (...). Soou enfim a hora da acção (Grifos nossos)²⁰¹.

Para João Pinheiro, a esfera econômica era o “terreno util e fecundo dos progressos reais”, enquanto o jogo tradicional era “a luta aviltante da politica das personalidades”²⁰². Seu governo procuraria, em seu entendimento, dar novos rumos a Minas e à política.

2.3.1. O protecionismo

Ainda em seu primeiro governo, em 1890, João Pinheiro já havia mostrado preocupação com a proteção à *indústria* (entendido o termo como produção) mineira e nacional. Na exposição de motivos para melhor regulamentar impostos e taxas, defendeu a proteção às indústrias nascentes para que estas pudessem concorrer com os similares

¹⁹⁹ Discurso pronunciado no jantar oferecido aos criadores que concorreram à Exposição de Animais, em Belo Horizonte, a 28/2/1908. **Minas Geraes**, n. 53. Bello Horizonte, 29 de fevereiro de 1908. Caixa 31, caderno n.3, doc n. 67, página 58.

²⁰⁰ **Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro**. 15/06/1908. APM – Mensagens dos Presidentes, microfilme (rolo 2). Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1908, p. 54.

²⁰¹ Manifesto Candidatura ao Senado. **Minas Geraes**, anno XIV, n. 21, p. 6, 25/01/1905 (Hemeroteca).

²⁰² **Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro**, 1907, p. 37.

importados.²⁰³ Para promover o desenvolvimento dessas *indústrias*, aprofundou-se cada vez mais na ideia do protecionismo.

No Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903, João Pinheiro reiterou suas convicções acerca do potencial de Minas Gerais e da necessidade de protecionismo: “(...) importação do que não temos querido produzir (...) condenados em nome de uma liberdade comercial absurda a sermos um povo pobre no seio da mais rica das pátrias”.²⁰⁴

O Protecionismo para João Pinheiro não era um dogma, mas uma oportunidade a ser aproveitada em prol do desenvolvimento de Minas e do país. Ele deveria ser estabelecido quando a indústria nacional tivesse condições de suprir a demanda satisfeita com produtos importados, até que a produção nacional pudesse competir em condições de igualdade (ou vantajosas) com a estrangeira.²⁰⁵

Questionado por um repórter de *O Paíz*, na época de sua posse (1906), se o protecionismo não seria um benefício a um indivíduo e prejuízo ao consumidor, João Pinheiro deixou claro que o protecionismo, em sua opinião, visava ao interesse do País, de toda a cadeia produtiva e do Estado.²⁰⁶

Ele identificava a República com o protecionismo, enquanto o Império seria livre cambista²⁰⁷, política esta que explicaria, como uma das causas, a pobreza do país.

Em seu *Manifesto Programa* (1906), João Pinheiro tratou da lógica que levou ao protecionismo por ele proposto. Este nasceu de uma necessidade empírica (a arrecadação), mas avançava para a defesa explícita, intencional, da produção e do mercado nacional.²⁰⁸

Abrimos aqui breve parêntese sobre os impostos interestaduais. No *Congresso Agrícola. Comercial e Industrial* de 1903, há inúmeras referências críticas à sua existência e prática, inclusive colocando-o como ameaça à continuidade da Federação Brasileira. Esta não era apenas uma posição dos mineiros presentes, mas um sentimento nacional expresso pelas associações comerciais (no congresso faz-se relato das manifestações contra esses

²⁰³ **Cobrança de Imposto de Exportação.** Decreto n. 82, de 24 de maio de 1890. Dá instruções para a cobrança de impostos de exportação, p. 114 – 143. Collecção dos Decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Geraes: expedidos desde 3 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1890. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1903.

²⁰⁴ Discurso proferido na sessão de encerramento Congresso Agrícola, Comercial e Industrial. BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **Idéias Políticas de João Pinheiro:** cronologias. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa (MEC), 1980, p.155.

²⁰⁵ Novo Governo de Minas, I. Entrevista com João Pinheiro publicada no jornal **O Paíz** (19/7/1906). **O Paíz**, n. 8.019, p. 1. APM - caixa 32, caderno n.1, p. 31/ n. 43, ano 1906, 17 de setembro.

²⁰⁶ O Novo Governo de Minas, I. Entrevista com João Pinheiro publicada no jornal **O Paíz**, n. 8.019, caixa 32, caderno n.1, p. 31/ n. 43, ano 1906, 17 de setembro, APM.

²⁰⁷ **Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro**, 1907, p. 15.

²⁰⁸ Manifesto Programa, candidato presidência de Minas Gerais. Publicado no **Minas Geraes**, ano XV, n. 37, p.3, 12-13/02/1906.

impostos). O sentido de nação (enquanto Federação) seria complementado com o de mercado nacional, este sim protegido, mas da concorrência estrangeira, enquanto internamente haveria maior liberdade.

Mas protecionismo apenas não bastava; seriam necessárias outras medidas para estimular diretamente a produção do país.²⁰⁹ Tal fato ajuda a compreender que, apesar de sua postura protecionista, isso não significa restrição ao capital estrangeiro, ao contrário, este poderia ser utilizado para reforçar a produção no Brasil, seja promovendo substituição de importações ou promovendo exportações²¹⁰; João Pinheiro trabalha inclusive com a perspectiva de atrair capitais estrangeiros para mineração.

Algumas vezes ele criticou o comércio nas mãos dos estrangeiros quando a atividade comercial dificultava ou inibia o processo produtivo, sua acumulação e desenvolvimento: “É assim [despertando o interesse da iniciativa particular] que tem procurado eliminar muitos intermediários inúteis, verdadeiramente parasitários, que, ao lado dos úteis e indispensáveis, surgem graças à ignorância geral dos produtores e consumidores”.²¹¹

Nessa postura, critica não só os estrangeiros, mas também os nacionais. Daí uma grande ênfase na organização de cooperativas de produtores para beneficiamento da produção. Apesar dessa visão, reconhece os perigos da ação do capital estrangeiro, mas principalmente para aqueles povos que não conseguirem efetivar suas potencialidades econômicas.

2.3.2. Prioridade para a agricultura (e agropecuária)

O tema agricultura e agropecuária esteve presente em quase todos os pronunciamentos de João Pinheiro; não só pela reincidência dos argumentos, mas pela sua ênfase, deixando claro que esta era sua prioridade.

Reafirmando a primazia do econômico, durante entrevista ao jornal *O País*, em 1906, João Pinheiro não deixou dúvidas sobre o que priorizaria em seu governo:

²⁰⁹ **Manifesto Programa**, candidato presidência de Minas Gerais, 1906, p.1.

²¹⁰ Aqui não se está usando a expressão “substituição de importações” nos moldes do PSI, programa de substituição de importações, que seria historicamente e conceitualmente definido.

²¹¹ **Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro**. 15/07/1908. APM – Mensagens dos Presidentes, microfilme (rolo 2). **Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Geraes, Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1908, p. 6.

O meu pensamento capital, V. sabe-o, é a reorganização economica. Dizendo isto, devo accrescentar que o **facto principal para mim não é a questão industrial, mas a questão agrícola**, e dentro desta o desenvolvimento da pequena agricultura. A questão industrial é importante, não resta duvida, e eu sou partidario decidido da protecção do Estado á indústria, emquanto esta não se acha bastante forte para lutar com vantagens com as industrias estrangeiras (...), mas, tratando-se de reorganizar o trabalho como base da fortuna publica, **o que se impõe naturalmente**, sobre tudo, é a reorganização daquelle que representa a parte maior dessa fortuna. Essa é, incontestavelmente, em nosso paíz, a agricultura; a industria manufactureira beneficia um certo numero de habitantes, mas a agricultura é que beneficia a grande massa (...) (**grifos nossos**).²¹²

A agropecuária se impunha naturalmente naquela época, principal fator de geração de divisas, de ocupação do trabalho, de receitas públicas, enfim, da riqueza nacional. Além do mais, era atividade tradicional e de fácil modernização; portanto uma forma eficiente e rápida (*prática*, diria João Pinheiro) para se obter melhores resultados econômicos.

A crise do café, causada pela superprodução, abriu um leque de oportunidades de substituição de importações. Em sua *fase expansiva*, esse produto atraiu os melhores recursos de terra, capital e trabalho, abrindo brechas para a importação de vários produtos primários e/ou de baixo processamento (como os agropecuários processados), os quais o país estava apto a produzir. Não o fazia devido à drenagem de recursos feita pelo café, pois este último apresentava maior rentabilidade.

Na abertura do *Congresso, Agrícola, Industrial e Comercial* de 1903, Pinheiro destacou que vários dos itens da pauta de importações brasileira eram desse tipo, muitos deles anteriormente ou ainda em produção em Minas e no Brasil; com a adequada política, definiu João Pinheiro que estes poderiam deslanchar sua produção. Essa era a realidade econômica de seu tempo (crise do café).

Embora João Pinheiro colocasse a agricultura (e agropecuária) como prioridade de ação, ressaltava as indústrias manufatureiras que beneficiam as matérias-primas e produtos daquela, colocando-as em igualdade de importância²¹³. Isso explica as inúmeras iniciativas de implantação de cooperativas durante o seu governo.

²¹² **O Novo Governo de Minas**, I. Entrevista com João Pinheiro publicada no jornal *O Paíz*, n. 8.019, caixa 32, caderno n.2, p. 31/ n. 43, ano 1906, 17 de setembro.

²¹³ **Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro**, 1908.

É importante salientar que essa priorização não equivale a dizer que a agricultura seja efetivamente prioridade absoluta sobre a indústria: *a realidade objetiva e base produtiva* do país de então “*impunham*” essa opção.

2.3.3. A indústria e o urbano como um ideal

Embora João Pinheiro priorizasse explicitamente a agropecuária (e as indústrias a ela relacionadas), em seu projeto de desenvolvimento chamava a atenção para a indústria:

A exemplo da capital do Estado, as outras municipalidades deverão **favorecer, por todos os meios, a criação destes centros de trabalho industrial**, de que resultam uma **civilização mais adiantada e vida mais intensa** como a que as cidades oferecem, com **superioridade, relativamente ao campo**. Os fundamentos, entretanto, do trabalho generalizado e remunerador para todos, dada a **nossa situação especial**, estão preferencialmente na agricultura: a população das cidades em comparação com a dos campos é muito diminuta (**grifos nossos**).²¹⁴

Essa situação especial justificava-se pelo atraso em que o país vivia; inclusive devido à política descuidada que, até então, (embora esta começasse a mudar) se praticava.

João Pinheiro antevia o processo de industrialização dentro de uma lógica, partindo do mais simples para o composto, em etapas gradativas, em suas palavras, numa *marcha natural das coisas*. Embora a *natureza das coisas* devesse ser estimulada e protegida. Em entrevista ao jornal *O Paíz*, antes de sua posse, sintetizou seus argumentos, apontando que o avanço gradativo da indústria libertaria o país das importações *até sua completa nacionalização*. A tarifa seria o elemento indispensável; com sua proteção aumentaria o trabalho operário nacional e se acentuaria a independência industrial do Brasil.²¹⁵

Anteriormente, na abertura no *Congresso Agrícola, Industrial e Comercial*, em 1903, já se perguntava: “Não seria mais conveniente a importação das manufaturas, ao invés dos objetos manufaturados?”. A resposta era clara: incentivar as manufaturas pelo protecionismo e por outros meios. Mas por onde começar?

²¹⁴ **Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro**, 1907, p.11.

²¹⁵ O Novo Governo de Minas, I. Entrevista com João Pinheiro publicada no jornal **O Paíz**, n. 8.019, caixa 32, caderno n.2, p. 31/ n. 43, ano 1906, 17 de setembro.

A ideia que predominou era a da proteção à indústria nascente. Mesmo que fosse uma indústria incipiente, o caminho era incentivar e estimular aquelas que comessem a florescer por iniciativas particulares. De acordo com João Pinheiro, o ideal seria dar “(...) amparo às manufacturas incipientes na luta desigual com productos estrangeiros, fructos amadurecidos de uma actividade secularmente systematisada”.²¹⁶

No *Manifesto Programa* de 1906, no item sobre a indústria mineradora, João Pinheiro apresenta a lógica do que deveria priorizar e incentivar.

São estes os trabalhos e industrias já constituidos em nosso sólo que o governo deve olhar e proteger de preferencia. (...) estes ramos da actividade fecunda, brotados como que espontaneamente, e devendo de preferencia ser auxiliados. Para iniciativa particular, em todos os ramos de actividade humana, offerece a nossa patria um campo vasto e sem limites, (...) Em todo caso é sempre mais prudente olhar para o que já existe.²¹⁷

Seu posicionamento pró-industrialização era inequívoco. Indagado sobre importante ponto acerca do processo de industrialização brasileiro, a polêmica sobre indústrias naturais e artificiais, João Pinheiro descartou essa classificação e explicou seus argumentos:

Não. Isto é um erro que corre e que se firma, que muitos espalham por interesse e a maior parte aceita por irreflexão. **Não ha indústrias artificiaes, O que faz a indústria não é a matéria prima, é a mão de obra, é o trabalho do operário.** (...) o que valoriza o artefacto é o trabalho industrial, é o esforço para chegar àquelle resultado. Não pesa absolutamente isto que allegam para essa falsa classificação de indústrias artificiaes, de que a matéria prima é importada; os paizes manufactureiros por excelência não produzem, na maioria dos casos, a matéria prima (...). (...) e seria ridículo dizer que as suas indústrias são artificiaes.²¹⁸

Embora preocupado com a questão da indústria e com o desenvolvimento da agropecuária, sua ideia sobre a indústria de bens de capital era relativamente limitada. Essa conclusão decorre do fato de João Pinheiro pouco ter explicado sobre as implicações que a

²¹⁶São inúmeras as referências a estas indústrias. Esta é citada no Manifesto Candidatura ao Senado (1905). **Minas Geraes**, ano XIV, n. 21, p. 6, 25/01/1905 (Hemeroteca).

²¹⁷ Manifesto Programa do Candidato à Presidência de Minas, 1906. **Minas Geraes**, ano XV, n. 37, p.2, 12-13/02/1906.

²¹⁸O Novo Governo de Minas, I. Entrevista com João Pinheiro publicada no jornal **O Paíz**, n. 8.019, caixa 32, caderno n.2, / n. 43, ano 1906, 17 de setembro., p. 31.

instalação desse tipo de indústria teria sobre os demais ramos da atividade econômica. Sua ênfase era no microeconômico, na unidade produtiva enquanto geradora de emprego e renda. Não abordou a questão da interligação setorial, nem do estímulo que uma indústria de bens de capital simples poderia trazer à agricultura (embora defendesse a mecanização). A interpretação acima é reforçada por suas ações de governo, quando estimulou e importou máquinas e equipamentos agrícolas.

O político mineiro não antecipou o papel estratégico da indústria de bens de capital, nem na geopolítica (embora se manifeste sobre imperialismo, onde “nações mais fracas serão sacrificadas (...) o desenvolvimento é uma questão de sobrevivência”), apesar de citar algumas vezes Japão e Alemanha como paradigmas, nem enquanto estimulador de outros setores, como, por exemplo, no caso das ferrovias, quando *sugeriu* que elas deveriam se antecipar e estimular a criação de demanda: “ellas têm que crear, tanto o tráfego como a produção”.²¹⁹

Assim, em seu programa de *substituição de importação*²²⁰ parece clara a intenção de João Pinheiro em priorizar aqueles setores incipientes, nascidos da iniciativa particular, a qual deveria ser estimulada e incentivada.

2.3.4. O progresso econômico em geral

Na realidade, seja na agricultura, agropecuária ou indústria, a preocupação de João Pinheiro era com o aumento da produção e com a produtividade. Mesmo a educação estava associada com essas linhas de ação. Para alcançar o objetivo do crescimento econômico (progresso), lançaria mão de todos os instrumentos já descritos: protecionismo, incentivos e promoções de feiras e exposições, com intuito de divulgar os produtos regionais.

Também era intenção de João Pinheiro atrair mão de obra estrangeira para Minas Gerais. Com esse objetivo, chegou mesmo a propor doação de terras devolutas para a implantação de colônias agrícolas²²¹. Pinheiro acreditava que as colônias poderiam tornar-

²¹⁹ Manifesto Programa do Candidato à Presidência de Minas (1906). **Minas Geraes**, anno XV, n. 37, p.2, 12-13/02/1906. O mesmo argumento é reiterado em O Novo Governo de Minas I, jornal **O Paiz**, 17/9/1906, p. 39.

²²⁰ Aqui o termo é usado num sentido largo; não pode ser confundido com o Programa de Substituição de Importações (PSI) desenvolvido a partir dos anos 1930 ou 50.

²²¹ Lei 455 de 11 de setembro de 1907. “Auctoriza o Governo a conceder gratuitamente aos estrangeiros que constituírem família no Estado, lotes de terras devolutas e contem disposições sobre legitimação de posses,

se fator essencial de desenvolvimento. Em seu projeto, não só os estrangeiros teriam acesso às terras, os brasileiros também seriam contemplados com lotes. Essas colônias teriam a função de promover um reordenamento fundiário. Com a divisão das propriedades acreditava, inclusive, na viabilidade de instalação de colônias particulares²²².

A modernização dos processos produtivos era questão central para João Pinheiro, pois percebia que os problemas da agricultura (e outros setores em menor escala) não estavam apenas na questão dos mercados externos, mas também na inadequada transição para o trabalho livre.

João Pinheiro via Minas Gerais como tendo elevado potencial não aproveitado, como no caso dos recursos naturais. O Estado tinha grande população (em relação ao país, mas de baixa densidade), mas esta era aproveitada de maneira inadequada, seja pela não concretização do potencial econômico, seja pela sua baixa produtividade, o que nos remete para a questão da educação, tema do próximo tópico.

2.3.5. Educação como Fator de Progresso

Para João Pinheiro, a educação seria desenvolvida através de duas vertentes: a primeira como fator de cidadania, como direito, consolidando a democracia e a República; a segunda, mais especificamente, como preparação para o trabalho, fonte de aumento de produtividade.

Nesse sentido, destacamos primeiramente uma ampla reforma realizada por João Pinheiro com vista à implantação de um sistema de educação em Minas Gerais. A primeira iniciativa foi a constituição e consolidação dos *grupos escolares* (ensino primário), visando acabar com as salas multisseriadas. Tal reforma propiciou dobrar o número de alunos matriculados em seu governo; mas tal não era motivo para festejar, pois, em suas palavras: “Cumpre, entretanto, assinalar que, das 800 mil crianças do Estado, em idade escolar, a 700.000 não se dá ainda o devido ensino”.²²³

---

vendas directa de terras devolutas e dá outras providencias”. APM – **Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes de 1907**. Bello Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, p. 11 e 12.

²²² O Novo Governo de Minas, II. Entrevista com João Pinheiro publicada no jornal **O Paiz** (19/09/1906), n. 8.021, caixa 32, caderno n.2, p. 39/ n. 55, ano 1906, 17 de setembro.

²²³ **Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro**. (15/06/1908), p. 40. A mesma preocupação já havia dito na **Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro**.

Assim, pela autocrítica acima, pelos seus discursos e campanhas que fazia em prol da educação, sua postura e meta pareciam ser a universalização do ensino primário. Aliada ao tema econômico, junto aos congressos das municipalidades, a educação era um de suas metas centrais. Conclamando os municípios a aderirem a essa causa, reclamava que eram poucos os recursos nela investidos. Com a Instrução Pública, os municípios só despendiam 6,90% da receita, com o funcionalismo, 21,24%, e com a dívida, 13,67%.²²⁴

A educação deveria ser base para o trabalho, desde as séries iniciais, conjugada com o primário e o ensino agrícola. A partir daí, em todos os níveis, secundário e superior, a parceria entre educação para o trabalho e a instrução formal (e também de maneira independente desta, ou em paralelo, com práticas de extensão) deveria prosseguir. De acordo com João Pinheiro:

Ensino Secundário – Ao lado da instrução primaria remodelada e de modo a corresponder-lhe, cumpre reformar a instrução secundaria, de sorte que, na luta pela vida, satisfaça ás novas necessidades sóciaes, e, na agricultura, na industria, no commercio, abra indefinido horizonte ao trabalho intelligente, esclarecido pelos princípios da sciencia e pelos preceitos da arte²²⁵.

A educação para o trabalho estava ligada ao problema anteriormente abordado da consolidação do trabalho livre. Por meio do modelo idealizado por João Pinheiro, o sistema educacional serviria para “retirar-lhes dos olhos os antigos instrumentos de trabalho aviltados pela escravidão (...) razão da pobreza dos homens livres de agora”. Na escola, os alunos aprenderiam o uso de novas técnicas e novos maquinismos.²²⁶ Também para os adultos haveria possibilidades de aprendizagem, nas Fazendas Modelos (muito difundidas em seu governo), que serviriam ao mesmo tempo de escolas e campos de demonstração e experimentação.

Na concepção de João Pinheiro, os recursos públicos deveriam ser concentrados nos níveis iniciais do processo educacional e posteriormente aos demais. Propunha também que os melhores alunos de cada nível deveriam ter estímulo para prosseguir nos estudos, recebendo, inclusive, recursos públicos (bolsas) até concluírem o ensino superior no Brasil e/ou no Exterior.

²²⁴ Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro, 1907, p. 38.

²²⁵ Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro, 15 de junho de 1908, p. 40.

²²⁶ Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro, 15 de junho de 1908, p. 40.

A proposta era priorizar a formação técnica e para o trabalho. Além desse ponto, chamou-nos a atenção o processo de seleção, em que os mais capazes deviam prosseguir seus estudos; a ascensão se daria tendo como base a meritocracia, valor caro para João Pinheiro e que o acompanha desde os tempos da juventude.

2.3.6. O Papel do Estado e da Iniciativa Privada

Nesse quesito, há uma mistura de ideologia (*capitalista*) e pragmatismo na posição de João Pinheiro. A visão capitalista (de um *capitalismo em construção*) se expressa na busca do incentivo e primazia das iniciativas particulares, o despertar de consciência e de ação da classe produtora, da qual João Pinheiro se fazia porta voz. Uma segunda visão se sustenta nas necessidades do Estado, que, sem desenvolvimento econômico, não conseguiria fazer face às necessidades que se lhe apresentava.

A ideia das funções governamentais frente à iniciativa privada pode ser assim enunciada: “Ha nellas, é certo, a acção do Governo, mas acção **em busca das iniciativas particulares**, animando-as, fazendo-as convergir, premiando-as” (grifos nossos).²²⁷

A mesma concepção, despertar o interesse da iniciativa particular, foi reiterada no mesmo ano de 1908, na *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*, em que explicita sua orientação geral de Governo.

Era favorável à participação dos produtores e empresários na política, esse era seu chamamento. Mas as intervenções públicas deveriam ser na linha da emancipação do produtor, emancipação dos comerciantes (em relação aos atravessadores nacionais e estrangeiros), dos métodos tradicionais e arcaicos. O fim da tutela se daria pela organização dos produtores, nisso o Estado deveria atuar e estimular, pois é “um negócio que é deles”.²²⁸

Soluções fáceis não existiam, descartava aumentos de impostos, pois acreditava que eles já eram altos e seu aumento prejudicaria a economia e, por conseguinte, o próprio

²²⁷ Discurso pronunciado no jantar oferecido aos criadores que concorreram à Exposição de Animais, em Belo Horizonte, a 28/2/1908. **Minas Geraes**, n. 53. Bello Horizonte, 29 de fevereiro de 1908. Caixa 31, caderno n.3, doc n. 67, página 58.

²²⁸ Maior produção de cereais. Editorial do **Minas Geraes** (12/01/1908). Atribuído a João Pinheiro. BARBOSA, Francisco de Assis (org). **Idéias Políticas de João Pinheiro**: cronologias. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa (MEC), 1980, p. 331 e 333.

Tesouro. Reduções de despesas e investimentos (apesar de suas iniciativas de racionalização dos gastos e gestão pública) seriam muito difíceis. As despesas com pessoal não seriam comprimíveis dada à baixa remuneração do servidor e da necessidade de aumento de seu quadro, principalmente para segurança e educação. Os investimentos em obras públicas, especialmente viárias, eram necessários e deveriam aumentar, assim como crescentes funções estatais, como a justiça. Como resolver essa questão? Embora o exercício de 1908 projetasse um déficit, isso não era uma estratégia deliberada, ele seria coberto com empréstimos honrados pelo Estado, e o equilíbrio aparentemente era um valor importante a ser perseguido. Assim, as finanças públicas passam a se relacionar cada vez mais com o estado geral da economia. Aquelas só poderiam melhorar de maneira sustentável com base no aumento do fato gerador, ou seja, crescimento e desenvolvimento econômico.

Para ele, este era um problema fundamental: “É preciso não perder de vista que o problema capital para o Estado de Minas, que a questão premente, que lhe pode resolver a crise de penúria particular e de deficiência das rendas publicas é o problema da produção”.²²⁹

Assim, fecha-se a equação, une-se sua visão de empresário, com a preocupação da produção (e produtividade), e a de estadista, com o adequado funcionamento do Estado (finanças e eficiência). Mas a iniciativa caberia às *classes produtoras* (e estas estimuladas pelo governo), pois somente o despertar da iniciativa privada poderia levar ao progresso. As ações de João Pinheiro são, neste sentido: consolidação da ordem burguesa, capitalista e busca pelo desenvolvimento econômico. Para que isso acontecesse, caberia ao Estado contribuir com políticas públicas de justiça, segurança, infraestrutura e protecionismo, ao mesmo tempo em que estimulasse as iniciativas privadas. A estas (classes produtoras), caberia assumir seu papel de liderança, inclusive, participando da política partidária (o jogo político formal, embora ele o criticasse), contribuindo para seu aprimoramento, com sua racionalidade de eficiência e busca por resultados. João Pinheiro colocava-se como representante dessas ideias e dessa classe, ou seja, da implantação da nova ordem, republicana e capitalista.

---

²²⁹ Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro, 1908, p. 7.

2.4. Incentivos e Protecionismo para João Luís Alves

O último agente a ser analisado neste capítulo é João Luís Alves. Ele teve destacada ação política, tendo iniciado como promotor e juiz, depois deputado estadual e federal (1903), senador (1908), Ministro da Justiça e Negócios Interiores e Ministro do Supremo Tribunal Federal (1924).

Interessa-nos especificamente sua ação como Deputado Federal, quando se tornou porta-voz de Minas e de seus interesses e apresentou na Câmara dos Deputados projeto sobre as tarifas.

João Luís Alves foi eleito em vaga extemporânea para Deputado Federal, Inicialmente interagiu ativamente como Deputado Estadual junto ao Congresso Agrícola e industrial de 1903 e, ao assumir seu novo posto no Rio de Janeiro, já o faz em papel de destaque, com sua posse e discursos previamente anunciados.²³⁰

O projeto, tido como francamente protecionista, foi assim resumido por Nícea Vilela Luz:

O seu projeto era, realmente, o reflexo fiel das tendências nacionalistas da época – defesa e amparo da produção nacional por meio de uma tarifa protecionista. Neste sentido João Luís Alves propunha uma extraordinária elevação dos direitos sobre os produtos agropecuários e sobre as matérias-primas similares às nacionais. Assim, o gado vacum sofreu elevação de 100 por cento, o suíno de 200 por cento, a banha 33 por cento, o que vinha favorecer, particularmente, o estado de Minas Gerais; os cereais também sofreram aumento: arroz, farinha de trigo e o trigo em grão, 100 por cento; o feijão 66 por cento; o milho 50 por cento. Como exemplo de matérias-primas cujos direitos foram consideravelmente elevados, podemos citar as madeiras, algumas, como o pinho, apresentando um aumento de 165 por cento. Não estava, porém, imbuído do preconceito a respeito de indústrias artificiais e o seu projeto dispensava proteção a certas indústrias assim consideradas, como perfumaria. Diante da alternativa de escolher entre uma indústria “artificial” e uma “natural”, João Luís Alves, como bom nacionalista, preferia, entretanto, as que utilizavam matéria-prima nacional.²³¹

Um dos argumentos de Alves era a concorrência desleal e predatória das mercadorias estrangeiras que, algumas vezes, além de isentas, eram preferidas (e até

²³⁰ O que é feito nos mesmos jornais que publicaram o Congresso Agrícola e Industrial. **Minas Geraes**, 23 (p.2) e 24 (p.3) de maio de 1903.

²³¹ LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Alfa ômega, 1978, p. 133

exigidas) em compras governamentais, ou seja, eram protegidos os estrangeiros!²³² Uma síntese de seu pensamento pode ser expressa da seguinte forma:

Analisando esse ambiente de concorrência desleal e de enfraquecimento econômico interno, pelo abandono das fontes de produção e pela contínua evasão de divisas, clamava João Luís Alves no Congresso em 1903: ‘Eu desejava que, em vez de enviarmos para o estrangeiro a borracha bruta dos seringais do Pará, do Amazonas e do Acre, deixando às manufaturas estranhos lucros de mão de obra superiores ao custo da matéria prima, pudéssemos auferir também esse lucro; eu queria que, em vez de exportarmos o nosso café mal preparado, para ser melhor beneficiado fora do país, dando resultados – pudéssemos nós lucrar o preço desse beneficiamento; eu queria que em vez de exportarmos 36 milhões de quilos de couros e peles em bruto, que depois reimportamos preparados em obras de toda especie, pudéssemos prepará-los no paiz, ganhando os lucros dessa manufatura; eu queria que, em vez importarmos arroz do Japão e da Italia, garantíssemos ao lavrador os nossos mercados e aparelhassemos com os precisos maquinismos de beneficiamento’. E clamaria também, mas enfático e decidido: ‘Não sou jacobino, mas desejo que, pela sua produção e não pela sua importação, se avalie a expansão econômica do meu país’.²³³

Especificamente na questão propriamente industrial articulava suas posições com Serzedelo Corrêa (e com a Associação Comercial e também com grupos que viriam a ser o Centro Industrial do Brasil). No caso dos fósforos (uma indústria bastante debatida na época), o aumento foi de 1150% sobre os palitos e 400% nas caixinhas.²³⁴ O projeto de Alves sofreu forte oposição por interesses regionais, pelos fiscos, do café e de certas indústrias. O café opunha-se ao projeto com a argumentação de represálias sobre as exportações do produto:

Esta oposição crescente de certos interesses urbanos [que acusavam o protecionismo como culpado pelo elevado custo de vida] veio reforçar a tradicional resistência da lavoura, dos interesses regionais e do fisco para derrubar definitivamente o projeto protecionista de João Luís Alves. Com o projeto Luís Alves estava morta a ofensiva protecionista, iniciadas com o Congresso de Belo Horizonte, em 1903. Inaugurar-se-ia para indústria nacional uma fase, sobretudo defensiva (...).²³⁵

²³² BASTOS, Humberto. **O Pensamento Industrial no Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1952, p. 51, 54 e outras.

²³³ BASTOS, Humberto. **O Pensamento Industrial no Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1952, p. 51-52.

²³⁴ LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Alfa ômega, 1978.

²³⁵ LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Alfa ômega, 1978, p. 141-142. O projeto protecionista de João Luís Alves posteriormente viria a ser rejeitado.

Apesar da oposição da lavoura, o projeto de Alves não opunha indústria e agricultura, pois uma reforçaria a outra. Embora afirmasse que:

(...) A tese que o Brasil é antes de tudo é um país destinado à agricultura, não pode ser mais afirmada seriamente, porque por fim de contas isso importar em dizer que o Brasil não é destinado a atingir jamais um alto grau de civilização.²³⁶

A luta para a implantação do projeto protecionista de João Luís Alves durou de 1903 a 1907.²³⁷ Depois de 1908, não volta a ser discutido, pois já vinham surgindo outros mecanismos de proteção à produção (e indústria) nacional pela elevação do imposto-ouro sobre direitos de importação (mais 50 e 35%) e a Caixa de Conversão, que mantinha a estabilidade monetária (com moeda desvalorizada), o que satisfazia simultaneamente indústria e cafeicultores. A partir daí, a questão das tarifas passa (ou volta) a ser considerada pelo ponto de vista fiscal. Apesar disso, a industrialização avançaria, principalmente no período da Primeira Guerra Mundial.²³⁸

---

²³⁶BASTOS, Humberto. **O Pensamento Industrial no Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1952, p. 134.

²³⁷ Também apresentou, como Senador, outro projeto de tarifa defensiva.

²³⁸ Um aspecto importante assinalado em 1915 é que a indústria (fabril) já produzia naquele ano valor superior ao da produção exportável da agricultura e indústria extrativa. Ver: BASTOS, Humberto. **O Pensamento Industrial no Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1952, p. 95.

Capítulo 3

A economia mineira até a Proclamação da República: as bases históricas do pensamento de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves

“O homem é fruto do seu tempo e só pode ser entendido como tal”.²³⁹

Acreditamos, como Lucien Febvre sinalizou, que a produção do conhecimento humano é resultante de reflexões sobre a realidade que cerca os homens, desde a materialidade do cotidiano, às concepções imaginárias e simbólicas de uma dada sociedade.

No Capítulo 2 desta investigação, já analisamos a formação intelectual de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves, o que determinou a forma como pensavam e analisavam um determinado assunto. No entanto, a formação pode impactar na forma de construção do pensamento, mais não em seu conteúdo, já que os caminhos do pensamento dizem respeito ao como, mas não estabelecem sobre o que um indivíduo debruça sua atenção.

Acreditamos firmemente que é a história de Minas Gerais, notadamente a busca por desenvolvimento econômico e importância política, o marco fundante das ideias de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves. Os três estadistas em questão tomaram para si a história de Minas, refletiram sobre seus percalços e desenvolveram um corpo de concepções sobre as possibilidades do crescimento das Gerais, tendo em vista o desenvolvimento econômico do território.

O texto que se segue apresenta a história de Minas Gerais, no intuito de demonstrar como as grandes questões do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903 já estavam postas (e/ou se impuseram) na própria história do território mineiro.

3.1. Minas Gerais: da Capitania à Província

Quando o assunto é povoamento e desenvolvimento de Minas Gerais, a primeira coisa que ocorre àqueles minimamente informados é a descoberta do ouro e a política

---

²³⁹ FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Presença, 1977, p. 159.

mercantilista europeia. Alguns destacam a superexploração das Minas em virtude da política metalista portuguesa, outros acham curioso e ainda se lamentam pelo fato de tanto ouro não ter resultado em um país desenvolvido ainda no século XIX. De qualquer modo, as condições que marcaram o povoamento e a produção no Brasil em diferentes tempos históricos é tema privilegiado da História Econômica.

A História Econômica, desde os primórdios preocupada em explicar o subdesenvolvimento do Brasil, deu frutos na primeira metade do século XX.

A formação do Brasil, em especial no seu aspecto econômico, foi analisada por Roberto Simonsen, no final da década de 30 do século XX, como início, apogeu e decadência de ciclos econômicos, a saber: o ciclo do pau-brasil (com mão de obra indígena), o da economia açucareira (com monocultura e mão de obra escrava) e o da mineração (mão de obra escrava).²⁴⁰ No início da década de 40 do mesmo século, Caio Prado Júnior construiu e consolidou o que denominou de “sentido da colonização”. A ideia central era perceber a colonização e formação do Brasil a partir de uma lógica mais ampla e externa: a exploração colonial, como economia agroexportadora destinada ao comércio e enriquecimento Europeu.²⁴¹ Trabalhos posteriores seguiram a mesma tônica, aprimorando, aqui e acolá, visões que privilegiavam a formação do outro e as necessidades externas à América na compreensão do Brasil colonial.²⁴²

Em fins do século XX, antigas proposições foram revistas, pelo menos em parte, no sentido de considerar aspectos políticos e culturais da sociedade brasileira colonial como impactantes na sociedade, restrita não apenas às condições do “exclusivo mercantil”.²⁴³ Desde então vários trabalhos de cunho mais regional possibilitaram repensar a História Econômica do Brasil, tanto na Colônia como no período Imperial, apontando a herança cultural Ibérica, os grupos sociais formados no próprio território brasileiro e as relações

²⁴⁰ A ideia dos ciclos sucessivos ainda hoje encontra adeptos para a interpretação da economia colonial e imperial. SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil (1500-1820)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

²⁴¹ PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. Não desconsideramos que Caio Prado já começou a valorizar o mercado interno para a compreensão da economia brasileira. Para o papel do mercado interno no desenvolvimento de um dado território ver: PEREIRA, Laurindo M; OLIVEIRA, Marcos F. Produção de alimentos, abastecimento e mercado interno no Brasil Colônia. **Revista Alpha**, Patos de Minas, Unipan, n.5, 2004, pp.265-274.

²⁴² Ver: NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777/1808)**. São Paulo: Hucitec, 1985; FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1982; CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis, Vozes, 1979.

²⁴³ FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. **Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988; _____. FLORENTINO, Manolo Garcia. **O arcaísmo como projeto – mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro – 1790-1840**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

entre as diversas regiões do Brasil como elementos importantes na compreensão dos primórdios e do desenvolvimento da economia nacional.²⁴⁴

Assuntos que, até recentemente, pouco haviam ocupado a atenção dos estudiosos, - como o sistema escravista mineiro do século XIX, as unidades produtivas rurais voltadas para a produção de gêneros para o mercado interno, a camada dos pequenos proprietários livres, etc -, foram privilegiados em abordagens que trouxeram de volta o interesse por temas e/ou por métodos de História econômica.²⁴⁵

As considerações sobre a história econômica de Minas Gerais até a Proclamação da República que tecemos neste trabalho têm como objetivo mapear a realidade que forneceu subsídios para as reflexões dos políticos personagens desta Tese.

Assim, procuramos apresentar, de modo geral, a produção de bens e riquezas no território mineiro para explicar qual a base concreta do projeto de desenvolvimento econômico que marcou o Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903. Em outras palavras: qual realidade vivenciaram os políticos mineiros em questão (João Pinheiro, João Luís Alves e Francisco Salles), da perspectiva da experiência, e quais referências marcaram a compreensão de mundo que refletiram nos saberes econômicos que desenvolveram?

Em resposta à questão anteriormente anunciada, interessa-nos menos os grandes modelos explicativos e mais a produção historiográfica mais recente que se voltou para as peculiaridades das várias regiões mineiras, bem como para questões da diversificação da economia, as relações entre as províncias e suas clivagens regionais e a formação de uma elite capaz de promover o desenvolvimento nacional.

Parte do território que hoje conhecemos como o estado de Minas Gerais foi visitado em meados do século XVI por bandeiras de preação e procura de metais.

---

²⁴⁴ MARIUTTI, Eduardo Barros; NOGUEIRÓL, L.; NETO, M. D. Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Fragoso e Manolo Florentino. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 31, n. 2, pp. 369-393. ALMEIDA, Carla M. de Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: 1750-1850**. Niterói: ICHF/UFF, 1994 (Dissertação de Mestrado). ANDRADE, Leandro Braga de. **Senhor ou camponês? Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana 1820-1750**. Belo Horizonte: UFMG, 2007. (Dissertação de Mestrado). FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006 (Col. Estudos Históricos).

²⁴⁵ GONÇALVES, André Lisly. **Algumas perspectivas da historiografia sobre Minas Gerais: História e documentação**. Mariana: História e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998; ANDRADE, Leandro Braga de. **Senhor ou camponês? Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana 1820-1750**. Belo Horizonte: UFMG, 2007. (Dissertação de Mestrado).

As expedições de exploração e as bandeiras abriram caminhos oficiais para o sertão, tomado aqui como dialética da civilização litorânea, e foram capazes de informar homens no reconhecimento e extração de riquezas maiores. “As lavras de São Paulo, Parnaíba, Curitiba e, principalmente, de Paranaguá, apresentam-se como fase preparatória e necessária da verdadeira Idade do Ouro no Brasil.”²⁴⁶ No século XVII, o ouro foi descoberto na região que passou a ser conhecida, entre outras denominações, como “descobertos” ou “minas”, naquela oportunidade administrada pelo Rio de Janeiro: era uma área de difícil acesso, inóspitos sertões, fronteiras indefinidas e distintas nomenclaturas”.²⁴⁷

Encontradas as primeiras jazidas não tardou para que outras fossem reveladas, com destaque para as do sertão de Minas, resultando numa série de providências jurídicas com vistas a organizar a exploração.

No início,

o ouro das primeiras “gerais” não chega a alterar, pelo menos diretamente, a fisionomia política do planalto paulista. Enriquece os bandeirantes, que podem até pretender comprar a capitania; mas enriquece em maior escala o tesouro real: a Côrte de D. João V (1706-50) será uma das mais faustosas da Europa.²⁴⁸

Mesmo antes da formação da capitania havia legislação para controle metropolitano sobre a mineração, disposta nas Ordenações Filipinas²⁴⁹:

Título XXXIV

Das Minas e Metaes

Havemos por vem, que toda a pessoa pssa buscar vêas de ouro, prata e outros metaes. E fazemos mercê de vinte cruzados a cada pessoa, que novamente descobrir vêas de ouro, ou prata, e dez cruzados, sento de outro metal. As quaes mercês haverão do rendimento dos Direitos das ditas vêas que acharem, aindaque sejam em terras de pessoas particulares, ou em que pessoas Ecclesiasticas ou

²⁴⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque. **A Época Colonial**: administração, economia, sociedade. Tomo I, Volume 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960, p. 259. Col. História Geral da Civilização Brasileira.

²⁴⁷ ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Angela Vianna. Verbete Capitania das Minas Gerais. **Dicionário Histórico das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.68.

²⁴⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque. **A Época Colonial**: administração, economia, sociedade. Tomo I, Volume 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960, p. 34. Col. História Geral da Civilização Brasileira.

²⁴⁹ A legislação portuguesa, de modo geral, foi composta pelas **Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas**, todas divididas em livros I, II, III, IV e V. Somavam-se às ordenações às **Leis Extravagantes**, o **direito Romano** (para coisas temporais), o **direito Canônico** (para questões espirituais), a **Glosa de Acúrsio** e a **opinião de Bartolo**. Caso um determinado assunto ou querela não fosse mencionado e/ou resolvido pelos dispositivos legais anteriormente mencionados, a questão deveria ser examinada pelo Soberano que decidiria sobre a matéria.

seculares tenham jurisdição, como sempre se usou nestes Reinos. Porém, na Comarca de Tras-os-Montes ninguém buscará as ditas vêas, nem trabalhará nas descobertas, sem nosso special mandado.

(...)

E sendo o descobrimento em terras aproveitadas, o não farão sem primeiro pedir licença ao provedor dos metaes (...) irá logo demarcar (...) Trinta varas de cinco palmos por diante do lugar em que a vêa for assinada e outros trinta por detraz, e quatro varas de largura para a banda direita, e quatro para a esquerda.

(...) E da dita demarcação a dous mezes, será obrigado a trabalhar nella continuamente. E não apresentando a dita certidão, ou mandado, ou não começando nos ditos termos, ou deixando de trabalhar quadro dias, não tendo impedimento, que justificará ao dito Provedor, perderá a vêa, e ficará pas Nós provermos nella.

(...) E de todos os metaes que se tirarem, depois de fundidos e apurados, nos pagarão o quinto em salvo de todos os custos. E sendo as veas tão fracas, que nao sofram pagar o dito direito, nos requererão, para provermos, como fôr nosso serviço.²⁵⁰

Somaram-se às Ordenações Filipinas os Regimentos das terras minerais de 1603 e 1618. Ambos alteraram bem pouco o que já estabelecia as Ordenações sobre a extração do ouro. O fato é que tal legislação foi pouco aplicada, uma vez que a extração de ouro foi modesta durante o século XVII. Com a chamada “Idade do Ouro”, propiciada pela multiplicação das lavras de Minas Gerais, a Coroa incrementaria o controle fiscal e policial sobre a extração.²⁵¹

No século XVIII, por volta de 1709, após a Guerra dos Emboabas²⁵², foi criada a Capitania de São Paulo e das Minas de Ouro, então independente da Capitania do Rio de Janeiro. “Para evitar alterações entre os governos, o primeiro governador nomeado para a recém-criada Capitania, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, é instruído a não ter outra subordinação mais que ao governador e capitão-geral da Bahia”. A notícia do ouro se espalhou e os problemas com jurisdições e demarcações da Capitania de São Paulo e das Minas de Ouro não só continuavam como tendiam a aumentar. Assim, “em 1720 a Carta Régia de 21 de fevereiro determina que a Capitania de São Paulo se separe das Minas, e nesse ano, após a sedição de Vila Rica, é criada a Capitania de Minas Gerais”.²⁵³ Pelo

²⁵⁰ Para consultar as Ordenações Filipinas, acessar <www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>.

²⁵¹ Para maiores informações sobre o início da economia de Minas Gerais, ver: VERGUEIRO, Laura. **Opulência e miséria das Minas Gerais**. São Paulo: Brasiliense, 1981; SOUZA, Laura de Mello. **A pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

²⁵² Uma das principais consequências da Guerra dos Emboabas foi a criação da Capitânia de Minas Gerais, que passou a ser vinculada diretamente à metrópole. Ver ainda a questão da criação dos impostos e os benefícios que isso trouxe para a coroa.

²⁵³ ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. Verbete Capitania das Minas Gerais. **Dicionário Histórico das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 68 e 89.

menos, durante o século XVIII, paulistas ainda brigavam pelo poder em porção das terras em que foi descoberto o ouro, arrastando-se a questão da fronteira entre os dois estados pelo século XIX.²⁵⁴

A economia da mineração teve seu auge na segunda metade do século XVIII, marcou o início do povoamento de Minas Gerais e trouxe consigo uma série de necessidades.

A exploração do ouro impôs a produção de conhecimento sobre a extração e o cultivo de culturas e a criação de animais, tendo em vista o abastecimento das Minas.

Em fevereiro de 1821, Minas tornou-se Província, posteriormente a denominação mudou para estado, tendo em vista a Proclamação da República, ocasião em que o café já tinha se tornado principal cultura do país.

3.2. A mineração enquanto mola propulsora do desenvolvimento de Minas: um debate

“Desde finais do século XVII a descoberta do ouro de aluvião nas cercanias de Vila Rica, Sabará, Mariana e Caeté provocou a migração de homens brancos e livres de todas as partes do Império português para as Minas Gerais”.²⁵⁵

Variadas formas de exploração do ouro foram utilizadas, desde serviços de rio, de tabuleiro e sistema de catas para o ouro de aluvião.

No caso de exploração dos rios, a jazida de onde se extrai o ouro (a lavra) era feita em três lugares: as *grupiarias*, *guapiaras* ou *gupiaras*, depósito de cascalho no interior e nas encostas dos morros; os *veios*, “aluviões que formam o leito propriamente dito dos rios”; e os *tabuleiros*, depósitos que ocupam as margens dos rios, “em nível ligeiramente superior as do depósito precedente” (destaques do autor).²⁵⁶

²⁵⁴ Em 1804 correspondência trocada entre os governadores de Minas e de São Paulo falava da pequena esperança que tinham em resolver a contenda. Ver: ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Angela Vianna. Verbete Capitania das Minas Gerais. **Dicionário Histórico das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.89.

²⁵⁵ RODRIGUES, André Figueredo. **A fortuna dos Inconfidentes**: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850). São Paulo: Globo, 2010, p. 139.

²⁵⁶ RODRIGUES, André Figueredo. **A fortuna dos Inconfidentes**: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850). São Paulo: Globo, 2010, p. 139.

Com o tempo, se desenvolveram alguns procedimentos para a exploração do ouro mesmo que superficial, já que a extração subterrânea quase nunca foi utilizada porque exigia tecnologia bem mais complexa.²⁵⁷

Quanto mais os procedimentos aumentavam, mais materiais eram necessários, e eles não custavam pouco. Portanto, a ideia é que os mineiros que recebessem as datas fossem capazes de explorá-las do melhor modo possível, condição medida, inclusive, pelo número de escravos que aqueles dispunham para o trabalho.²⁵⁸ Assim, os grandes mineradores dedicavam-se mais à extração do ouro, os pequenos e médios investidores diversificavam a produção, uma vez que ainda podiam abastecer as Minas.

Em investigação sobre a Devassa e os Autos de Sequestro, por ocasião do desmantelamento da Inconfidência Mineira, André Figueiredo Rodrigues levantou os bens confiscados dos inconfidentes e de suas famílias, e demonstrou como entre suas posses não estavam apenas “datas minerais”²⁵⁹ e “serviços minerais”²⁶⁰, mas sesmarias, matos de capoeira, já que se dedicavam a outras atividades.²⁶¹

Assim, contrário à historiografia que acreditava que as áreas da mineração produziam apenas o suficiente para otimizar a exploração do ouro, atualmente, a historiografia reconhece que na região das minas, durante o período da mineração, formou-se uma sociedade complexa.

Para Júnia Furtado, a formação social e as atividades econômicas em Minas Gerais, mesmo que periféricas em relação à mineração, originaram uma sociedade que “não era expressão direta do Reino”. A autora toma a sociedade colonial como fruto da interiorização dos valores metropolitanos, não negando, portanto, a formação do Brasil, mas para ela, o comércio, em muito oriundo e dinamizado pela economia mineradora,

---

²⁵⁷ REIS, Flávia Maria da Mota. **Entre faisqueiros, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano das Minas do século XVIII (1702-1762)**. Belo Horizonte: UFMG, 2007. Dissertação de mestrado.

²⁵⁸ Para maiores detalhes relacionados à extração do ouro, ver: RODRIGUES, André Figueiredo. **A fortuna dos Inconfidentes: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850)**. São Paulo: Globo, 2010, p. 139-204.

²⁵⁹ “Designação da área de terra concedida pela Coroa Portuguesa a indivíduos dispostos a praticar a mineração”. In: ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Angela Vianna. **Verbete Datas. Dicionário Histórico das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.97.

²⁶⁰ “Em um serviço podem existir várias datas de exploração mineral”. Cf. RODRIGUES, André Figueiredo. **A fortuna dos Inconfidentes: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850)**. São Paulo: Globo, p. 86.

²⁶¹ Para maiores detalhes sobre o assunto ver: RODRIGUES, André Figueiredo. **A fortuna dos Inconfidentes: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850)**. São Paulo: Globo, 2010.

“integrou o interior e permitiu que o colonizador aí procurasse reproduzir seu mundo, seus valores, suas relações”.²⁶²

Os grandes atacadistas estabelecidos nas Minas tornaram-se importante linha de crédito interno, o que fez com que o pequeno comércio recorresse a esses em busca de financiamento. Um dos expedientes comuns era o adiantamento de dinheiro a comerciantes volantes que traziam do litoral as mercadorias necessárias a seus negócios. O alferes José Teixeira de Macedo, morador do sertão do Papagaio, comerciava gado, cavalos e entregou a Domingos Fernandes Moreira, comboieiro na Bahia, duzentas oitavas para comprar negros, que depois vendeu nas Minas. Outro, era o empréstimo direto de dinheiro, como fez o importante *homem de negócio* em Vila Rica, Manuel de Albuquerque e Aguiar, que passou um crédito a Manuel da Costa Espadilha, tendeiro. Ventura Rodrigues, velho comerciante em Ouro Preto, emprestou para muitos negociantes pequenos, como Manuel da Costa, mercador. Já Manuel Gomes de Carvalho, comerciante de molhados, devia a Manuel Marques por carne que lhe vendera mas tinha com ele um crédito de um empréstimo. Devia também para Ventura Rodrigues, por fazendas e vinagres.²⁶³

Inspirados no universo metropolitano ou não, o que destacamos no pensamento do autor é que a mineração em Minas Gerais, em seu significado mais amplo, determinou a formação de uma sociedade com dinâmica própria, e não em mera extensão da economia Portuguesa. A perspectiva de Júnia Furtado trata do universo mineiro no período colonial, mas intensifica-se durante o Império, aplicando-se ao território mineiro da Capitania à Província.²⁶⁴

Assim, o desenvolvimento das Minas Gerais até o Congresso de Belo Horizonte de 1903 deve ser compreendido para além dos interesses da exploração mercantil, mas também como dotado de particularidades.

Quando o assunto é desenvolvimento econômico, são muitos os que o relacionam ao crescimento industrial de uma dada localidade.

Vários estudiosos e especialistas elaboram diversificadas análises sobre o desenvolvimento, abordando o papel que a diversificação e a especialização ocupam no processo. Ao que parece a concretude que antecede o debate é uma certeza bem simples: o processo de ocupação e crescimento econômico de um dado território tem duas

²⁶² FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócios**: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006. (Coleção Estudos Históricos), p. 21.

²⁶³ Idem, p. 124.

²⁶⁴ FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócios**: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006. (Coleção Estudos Históricos), p. 21.

extremidades, quais sejam a produção agrícola para subsistência e desenvolvimento industrial propriamente dito. *A priori*, a diversidade estava mais para o subdesenvolvimento inicial, enquanto a especialização seria a via para que o território alcançasse o desenvolvimento. No entanto, em termos de ocupação humana do território, organização do espaço, sociabilidades, modo de produção e desenvolvimento nada é tão simples.

No intuito de qualificar o debate, partimos de B. W. Hodder.²⁶⁵ O primeiro estágio corresponderia ao da ocupação do território, ocasião em que é baixa a densidade demográfica e os que ali passam a viver dedicam-se à “agricultura errante”. O autor entende por “agricultura errante” toda a produção não permanente, porque não pensada de conformidade com a vocação do solo e da população e que, por isso mesmo, exige grande quantidade de terras disponíveis para que a recuperação do solo possa ocorrer enquanto se cultiva, por exemplo, um alqueire adiante. Interessante notar que Hodder acredita que mesmo sendo a etapa inicial do crescimento, “a agricultura errante” é mais aconselhável em grandes extensões com baixa densidade populacional do que a agricultura permanente, uma vez que a última exigiria estrutura para emprego de mão de obra compatível com o segundo estágio (como transporte, comunicação, abastecimento, organização de produção, todos em fase inicial).²⁶⁶

Uma vez que a densidade populacional atinge um determinado nível que torna possível um adequado pousio de terra, aí o sistema de agricultura errante torna-se impraticável, devendo ser substituído por um outro que permita que pelo menos a mesma quantidade alimentos possa ser produzida a partir de uma área menor, em cultivo permanente.²⁶⁷

Em resumo, o segundo estágio seria o da implantação da agricultura permanente, marcada pela aceleração do povoamento, com a “utilização da maior parte da mão de obra no setor agrícola” e “com baixa utilização de bens de capital”.²⁶⁸

O terceiro estágio discutido por Hodder seria o aparecimento da indústria e a captação de mão de obra da agricultura para o setor industrial. O advento do elemento

²⁶⁵ A exemplo do que fez ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti; NICOL, Robert. **Economia agrícola**. São Paulo: McGraw Hill, 1987. Ver: HODDER, B. W. **Economic Development in the Tropics**. London: Methuen & Co, 1968.

²⁶⁶ HODDER, B. W. **Economic Development in the Tropics**. London: Methuen & Co, 1968, p. 100.

²⁶⁷ HODDER, B. W. **Economic Development in the Tropics**. London: Methuen & Co, 1968, p. 102.

²⁶⁸ ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti; NICOL, Robert. **Economia agrícola**. São Paulo: McGraw Hill, 1987, p. 5.

técnico estender-se-ia para além da indústria, permitindo também o avanço tecnológico da agricultura, no sentido do uso das máquinas e da diminuição de mão de obra necessária à produção agrícola. Por fim, o quarto estágio é discutido por Hodder como caracterizado por “uma agricultura extremamente sofisticada, pouco absorvedora da mão-de-obra e que, quanto aos métodos da organização e distribuição de sua produção, pouco diferiria das outras indústrias”.²⁶⁹

Do primeiro ao quarto estágio, um território teria partido da economia de subsistência para uma agricultura perfeitamente integrada à especialização e à industrialização.

Mas pensemos as etapas de Hodder em relação a Minas Gerais.

O território foi incorporado às preocupações de exploração do Brasil por ocasião da descoberta do ouro (estando as Minas vinculadas, no início, ao interesse dos paulistas e estes aos da Coroa portuguesa). A mineração, cada vez mais, sugeria a especialização, mas a baixa densidade demográfica, a grande extensão de terras disponíveis e as necessidades de subsistência da população aproximavam-se mais do primeiro estágio de desenvolvimento identificado por Hodder.

Até aqui esperamos ter deixado claro que o dilema entre diversificação/ agricultura e especialização/ indústria estava posto em Minas Gerais desde sua ocupação, segundo as necessidades e características impostas pela história da região. Durante o período da Capitania e da Província, os dois modelos (diversificação e especialização) ganharam lugar em diferentes porções de Minas, dada à diversidade dos tipos e condições das terras disponíveis.

Com o tempo, aqueles que pensavam o desenvolvimento de Minas Gerais, a exemplo de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves, tentavam decidir entre as duas vias de crescimento capitalista ou encontrar formas de equilibrar ambos.

“Em linhas gerais”, defende-se “a ideia de que a especialização produtiva baseada em vantagens comparativas, qualquer que seja a sua natureza, é uma solução superior na promoção do bem-estar da sociedade”.²⁷⁰

Nessa concepção, a especialização é o que define ou não o desenvolvimento de uma dada localidade.

---

²⁶⁹ ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti; NICOL, Robert. **Economia agrícola**. São Paulo: McGraw Hill, 1987, p. 6.

²⁷⁰ CARVALHO, Laura Barbosa. **Diversificação ou especialização: uma análise do processo de mudança estrutural da Indústria brasileira nas últimas décadas**. Rio de Janeiro: BDNES, 2010, p. 19.

Mais recentemente, a literatura vem explorando uma questão de natureza um pouco distinta.

Ao menos em economias que ainda estão nas fases iniciais do desenvolvimento, algumas razões justificariam o fato de a especialização não ser a melhor trajetória de mudança estrutural em termos de seu impacto no desenvolvimento econômico, sendo a diversificação produtiva um caminho alternativo mais eficaz.²⁷¹

Da citação anterior, três considerações são importantes: 1) porque às vezes (sobretudo em locais de menor desenvolvimento) a diversificação é uma solução melhor do que a especialização; 2) a diversificação e a especialização são mesmo autoexcludentes em caso de mudança estrutural rumo ao desenvolvimento econômico; e 3) como podemos qualificar a expressão “mudança estrutural” em vista da realidade de crescimento econômico de Minas Gerais.

Para a compreensão das possíveis razões que fazem da especialização uma via de solução ruim de desenvolvimento, se comparada com a diversificação em territórios ainda em seus primeiros estágios de desenvolvimento, lembramos, antes de qualquer coisa, que o objetivo mais importante do crescimento econômico de um lugar é melhorar as condições de vida naquela localidade, se não de toda a população (como seria ideal), mas pelo menos de boa parcela dela. Assim, em regiões de subdesenvolvimento, como era o caso de Minas Gerais (inclusive por sua pequena densidade populacional) é preciso primeiro aumentar a renda *per capita* para depois investir em especialização. A diversificação da produção é solução para o crescimento da renda, e não a especialização. Aliás, como a especialização exige, em síntese, capital disponível para investir em maquinário e produção de conhecimento, teoricamente a diversificação seria condição para o especializar. Corroboram para tal afirmação estudos sobre o crescimento de países já desenvolvidos que demonstraram como estes primeiro diversificaram para, então, chegarem à especialização.²⁷²

Não desconhecemos o fato de que a ideia da especialização como fruto de desenvolvimento precedente também tem seus opositores. “A visão ricardiana tradicional”,

²⁷¹ CARVALHO, Laura Barbosa. **Diversificação ou especialização:** uma análise do processo de mudança estrutural da Indústria brasileira nas últimas décadas. Rio de Janeiro: DNES, 2010, p. 20.

²⁷² IMBS, J.; WACZIARG, R. Stages of diversification. **American Economic Review**. v. 93, n. 1, 2003, p. 63-86; RODRIK, D. **Industrial policy for the twenty first century**. John H. Kennedy School of Government, Harvard University, 2004. Disponível em www.ksg.harvard.edu/rodrik.

por exemplo, “vê a própria especialização como causadora do desenvolvimento econômico”.²⁷³

David Ricardo, economista inglês, considerava a agricultura enquanto fator limitado ao desenvolvimento industrial, na medida em que o cultivo de terras menos férteis, em virtude da necessidade de aumentar a produção dado o crescimento da população, diminuiria os rendimentos marginais que, decrescentes, teriam na tecnologia sua única saída. O que Ricardo teria apontado é o papel da tecnologia aplicada à agricultura como impulsionadora da industrialização, inclusive de outros setores.²⁷⁴ Análise semelhante faz John Mellor, para quem a agricultura desempenha papel fundamental no incentivo à industrialização em países subdesenvolvidos, em que a maior parte da força de trabalho está voltada para o setor agrícola.²⁷⁵ Ora, mesmo que tenha alguma lógica pensarmos a especialização enquanto motor de crescimento e, portanto, não como fruto de desenvolvimento anterior precedido por diversificação, quando consideramos Minas Gerais e a natureza da exploração do território (extração mineral) vimos que ali as necessidades se mesclavam, sobretudo e na medida em que o ouro da superfície foi-se esgotando.

Mas voltemos às reflexões anteriormente mencionadas. Da primeira (porque a diversificação às vezes é uma solução melhor do que a especialização, sobretudo em territórios subdesenvolvidos) já tratamos. Falta-nos abordar as outras duas, repetimos: se são a diversificação e a especialização mesmo excludentes em nome do desenvolvimento, tendo em vista a necessidade de mudança estrutural da economia; e como podemos qualificar a expressão “mudança estrutural” em relação ao crescimento de Minas Gerais.

Começemos pelo conceito de mudança estrutural. Por mudança estrutural da economia compreendemos o processo que, a longo prazo, altera desde a concretude até o imaginário da produção material de uma dada sociedade, modificando profundamente as relações social e de trabalho (a passagem de uma agricultura de subsistência para uma sociedade industrializada, por exemplo). O contrário da mudança estrutural seria melhorias

---

²⁷³ CARVALHO, Laura Barbosa. **Diversificação ou especialização: uma análise do processo de mudança estrutural da Indústria brasileira nas últimas décadas.** Rio de Janeiro: DNES, 2010, p. 20.

²⁷⁴ ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti; NICOL, Robert. **Economia agrícola.** São Paulo: McGraw Hill, 1987.

²⁷⁵ MELLOR, J. W. **The Economics of agricultural development.** Ithaca: Cornell University Press, 1966. Para alternativas interpretativas sobre a equação indústria *versus* agricultura ricardiana ver: LEWIS, W. A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada da mão-de-obra. In: ARGAWALA, A. N., SINGH, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro-São Paulo: Forense, 1969; ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti; NICOL, Robert. **Economia agrícola.** São Paulo: McGraw Hill, 1987.

conjunturais, as quais denominamos (para fins didáticos desta investigação) de mudanças ocasionais.²⁷⁶ Vejamos um exemplo: se o grupo de pecuaristas que abastece a região mineradora demanda do Estado o aprimoramento do transporte que leve a carne e o couro até os mineiros e são atendidos, houve mudança ocasional que pode aumentar os lucros dos criadores, mas a economia, estruturalmente, permanece a mesma. Para que houvesse mudança estrutural, a pecuária teria que se especializar a ponto de o produto (gado e decorrentes) tornar-se competitivo no mercado nacional e internacional, alterando substancialmente as condições de vida dos criadores e a pecuária em geral.

Consideramos que, enquanto mudança estrutural, a especialização deve ser buscada, mesmo que a custo de “abrir mão” da diversificação por um certo tempo. No entanto, garantir a diversificação (por meio de demandas de melhorias ocasionais) era garantia de crescimento político de Minas Gerais, fator que pode ter impedido o desenvolvimento satisfatório do Estado, conforme se esperava pós-Congresso de 1903.

Na medida em que a especialização se apresentava como saída para a crise da mineração e posteriormente para a produção cafeeira em concorrência com o oeste paulista, a diversificação apresentava-se como decorrência natural da produção de um estado com baixa densidade demográfica e de condições geográficas e humanas tão diversificadas. A seguir analisamos como tentativas de especialização e a realidade da diversificação antecederam o Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903, constituindo-se em importante base de reflexão para o pensamento de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves.

3.3. A mineração, o cultivo da terra e a criação de gado nas Minas Gerais

Por natureza geograficamente óbvia a agricultura e a pecuária, enquanto atividades extrativas ainda com técnicas rudimentares, fizeram do Brasil um país que sempre pôde recorrer a essas atividades.

Manter a terra produtiva seja por plantação, extração ou criação sempre foi preocupação da Coroa Portuguesa.

---

²⁷⁶ Ver: ROMERO, João Prates. **Desenvolvimento econômico e mudança estrutural**: teoria e vivência a partir de um enfoque multisetorial. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. (Dissertação de Mestrado).

A lei de 1375 do Direito Português disciplinou a doação de terras, as denominadas sesmarias, a quem tivesse meio de cultivá-las. O objetivo da legislação ao que parece, era garantir a produção, desenvolver a agricultura, diminuir a necessidade de importações de grãos e, enfim, minimizar a crise de abastecimento em Portugal, que no final do século XIV já era bem grave.

A Coroa usou o mesmo sistema de sesmaria nas colônias portuguesas, evidenciando preocupação com a produção, ao incluir cláusula que relacionava a manutenção da doação à capacidade de fazê-la desenvolver-se.

As sesmarias ainda revelam o temor com a ocupação e produção não Colonial, porque

pela doação da carta de sesmaria, as autoridades legalizavam a posse de terras já ocupadas com atividades agrícolas e pastoris, permitindo que estas práticas se voltassem para o mercado interno que, ao lado do comércio exterior, formava uma intensa rede de abastecimento no interior da colônia, baseada na agricultura de alimentos, na criação de animais em engenhos de cana-de-açúcar e de aguardente e na produção de tecidos grosseiros, entre outros produtos²⁷⁷.

Francisco Iglésias afirma que mesmo na fase da capitania, ou ainda quando a metrópole só pensava na extração de metais, a agricultura de subsistência apareceu, segundo a necessidade de se alimentar a população. O autor cita como produções mais importantes da época as culturas de cana-de-açúcar, tabaco e algodão, sendo o último a produção mais significativa.²⁷⁸

A chegada da cultura da cana em Minas Gerais remonta aos primeiros povoadores que para lá se dirigiam, levando consigo a tecnologia da lavoura e da destilação da gramínea. Os colonos, vindos da Bahia e de Pernambuco, ao norte, e de São Paulo e Rio de Janeiro, ao sul, plantavam a cana-de-açúcar nas proximidades de todos os centros de mineração e

---

²⁷⁷ RODRIGUES, André Figueredo. **A fortuna dos Inconfidentes**: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850). São Paulo: Globo, 2010, p. 85-86. Para obras que discutem a rede comercial estabelecida em Minas Gerais o autor ainda sugere: ZEMELLA, Mafalda O. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 2 ed. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1990; LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da corte na formação política do Brasil: 1808-1848; 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993; FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; CHAVES, Cláudia M. das Graças. **Perfeitos negociantes**: mercadores das Minas setecentistas. São Paulo: Anablume, 1999.

²⁷⁸ IGLÉSIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

nas regiões em que as pessoas se fixaram ou por onde passavam os viajantes que atravessavam a capitania. Eles construíram pequenos engenhos para a produção de cachaça e rapadura, de acordo com o aumento da população e do consumo. Nessa época era comum o proprietário das lavras de ouro fornecer cachaça para seus escravos, pois acreditava que a pinga os fazia trabalhar com mais dedicação, por horas a fio, principalmente nos meses chuvosos do verão e no frio úmido do inverno.²⁷⁹

E completa o autor: “diferentemente do que ocorria nas plantações açucareiras da Bahia, especializadas e voltadas para o mercado externo, em Minas a cana e seus subprodutos eram destinados ao comércio local”.²⁸⁰ Ora, a produção do café, bem como de outros gêneros voltados para o mercado interno, no caso de Minas Gerais, explica-se segundo a lógica da “abordagem do produto principal”. Ou seja, mesmo que a sociedade no Brasil tenha se organizado segundo particularidades não explicadas apenas pelas concepções tributárias do “exclusivo mercantil”, não podemos desconsiderar completamente que os incentivos de Portugal certamente levaram em conta o produto mais rentável de cada capitania/província/estado.

A produção de açúcar voltada para o mercado interno nas Minas Gerais certamente ajudou o argumento de historiadores e economistas que interpretavam a economia da “Era do Ouro” somente voltada para o acúmulo de riquezas da Coroa, deixando apenas miséria no território explorado. No entanto, documentos analisados mais recentemente sobre outras perspectivas teórico-metodológicas revelam a diferença entre os grandes produtores e os demais. Se os grandes preocupavam-se especialmente com a produção de açúcar, o mesmo não era possível para os “agricultores” com recursos mais modestos: pequenos e médios agricultores tinham mais chances com a rapadura e a cachaça.²⁸¹

²⁷⁹ RODRIGUES, André Figueredo. **A fortuna dos Inconfidentes**: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850). São Paulo: Globo, 2010, p. 105.

²⁸⁰ RODRIGUES, André Figueredo. **A fortuna dos Inconfidentes**: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850). São Paulo: Globo, 2010, p. 106.

²⁸¹ Sobre informações acerca da produção e consumo de rapadura e cachaça escreveram Clotilde Andrade Paiva e Marcelo Magalhães Godoy: “O consumo de açúcar, principalmente sob a forma de rapadura, e da aguardente faziam parte da dieta alimentar dos mineiros desde a expansão da atividade de mineração, no início do Século XVIII. A aguardente era largamente consumida pela população escrava que buscava na bebida um suprimimento energético para enfrentar os trabalhos extrativos e como lenitivo diante da realidade e condições muitas vezes subumanas de existência. (...) Durante décadas, a produção de cachaça expandiu não só em Minas mas em todo o Brasil, quando deixou de ser consumida apenas nas senzalas e tomou caminhos das casas, reuniões e encontros dos senhores de engenhos, colonizadores e da população branca, concorrendo com a bagaceira importada de Portugal. (...) A redução das importações de bagaceira e da arrecadação de direito cobrados sobre os gêneros importados pela capitania ocasionaram violenta reação da coroa. Sob o pretexto de preservação da ordem, ameaçada pelos escravos embriagados, a iniciação moralizante da expansão do vício e a preocupação com desvio de mão-de-obra da atividade de mineração, já na primeira

Mesmo os maiores investidores preocupavam-se com a diversificação. Mais uma vez citamos o trabalho de André Rodrigues sobre o confisco dos bens dos inconfidentes: as correspondências trocadas entre eles e entre os que ficaram com as propriedades depois da Devassa comprovam que eram grandes os investimentos em outras atividades, além da extração do ouro.

Quatro comarcas formavam a capitania de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, a saber: a Comarca de Vila Rica, a do Rio das Velhas, a do Rio das Mortes e a de Serro Frio.

A Comarca do Rio das Mortes destacou-se como território abastecedor desde o início, situado ao Sul de Minas Gerais, fronteira com São Paulo e Rio de Janeiro, “passando pelo rio Paraibuna e parte da Zona da Mata até o rio Pomba. Tinha como sede político-administrativa a vila de São João del-Rei”.²⁸²

Segundo R. Van der Borgh, a finalidade da política econômica, o que para o autor é sua própria definição, é “a de proteger e incrementar as fontes de riqueza, como meio de assegurar e incrementar a robustez do Estado e o bem-estar dos cidadãos”.²⁸³

Com o passar do tempo, autoridades e produtores locais já sentiam problemas com o desenvolvimento econômico da região.

Para a agricultura da segunda metade do século XIX em Minas Gerais (portanto depois do auge e da decadência da mineração), falava-se em processos antiquados, bem semelhantes ao que eram no período da descoberta do metal: “o lavrador entre nós é ainda o rotineiro dos antigos tempos, cultiva-se hoje em Minas precisamente como se cultivava nos tempos dos paulistas e emboabas”.²⁸⁴

Chamou-nos a atenção, como já estava posto entre os políticos e os produtores mineiros, a dialética da diversidade *X (versus)* especialização. Se por um lado a extração do ouro motivava a diversidade da produção (mesmo que esse não seja o seu objetivo

---

metade do século XVIII passa a vigorar legislação restritiva à montagem de engenhos, além de medidas fiscais que variavam entre a perseguição, restrição e/ou tributação da aguardente. Um decreto régio de 24.02.1774 proíbe expressamente a produção de aguardente na Capitania da Bahia, região que antecedeu Minas na produção de cachaça. Contudo, os engenhos disseminaram-se pela capitania de Minas, suprimindo o mercado interno e, em alguns momentos, exportando açúcar, rapadura e aguardente para outras capitanias. OLIVEIRA, Luís Carlos Ferreira de Souza (Coord.). Diagnóstico da Cachaça de Minas Gerais. **Relatório SEBRAE**, Belo Horizonte, Julho de 2001, Anexo 1, p. 1.

²⁸² RODRIGUES, André Figueredo. **A fortuna dos Inconfidentes**: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850). São Paulo: Globo, 2010, p. 105.

²⁸³ BORGHT, Van der. *Política econômica*. 3 ed. Barcelona: Editorial Labor, 1949, p.5.

²⁸⁴ Rodrigo José Ferreira Bretas, José Cesário de Farias Alvim e Ovídio João Paulo de Andrade *apud* IGLÉSIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, p. 62.

central) e revelava a necessidade de especialização, por outro lado também impediu, na visão de autores (como Francisco Iglésias), que conhecimento técnico fosse utilizado para racionalizar a produção agrícola. Pelo menos é assim que pensavam aqueles que estavam vivenciando e refletindo sobre o desenvolvimento de Minas Gerais em meados do século XIX. Em outras palavras: a ênfase no ouro não teria permitido a transposição de conhecimento para plantações e/ou criações.

As dificuldades da produção agrícola de Minas Gerais foram temas de correspondências oficiais desde as primeiras décadas do século XIX.

Das queixas e solicitações de autoridades mineiras depreendem-se que vários problemas eram identificados, mas três deles aparecem nas correspondências mais insistentemente: a especialização, a diversidade e a necessidade de investimento técnico. Sobre a diversificação, enquanto solução para possíveis crises escreveu Quintiliano José da Silva: “o chá, o vinho, o anil, a cochonilha e outros muitos produtos só esperam a mão benéfica do homem calculista e ativo para se tornarem em outros tantos ramos de riqueza”.²⁸⁵

Sobre a necessidade de técnica e conhecimento, destacamos duas providências já anotadas por Francisco Iglésias: 1) a primeira é a constante lembrança do ensino técnico, materializada na interessante sugestão descrita a seguir:

já em 1837, ao assinalar os processos de rotina e destruição que tudo entravam, o presidente afirma que os vereadores das Câmaras Municipais não têm condição para procedimento certo, pois são negociantes ou lavradores acanhados. E sugere a idéia do estabelecimento de uma fazenda normal, para teoria e prática: os órfãos pobres, que aí estivessem, poderiam ser bons feitores²⁸⁶;

2) a segunda é o fato de ter o governo da Província se preocupado em distribuir manuais, compêndios e memórias para informar o agricultor. Dentre eles, Iglesias destaca o *Manual do Agricultor Brasileiro* e do *Auxiliar da Indústria Nacional* e o *Manual de agricultura dos gêneros alimentícios*, do Padre Antônio Caetano da Fonseca.

Durante a primeira metade do século XIX, exatamente quando estão formando e organizando sua própria compreensão de mundo, os três políticos aos quais damos ênfase

²⁸⁵ Quintiliano José da Silva, Mensagem 1845. In: IGLÉSIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, pp. 35/36.

²⁸⁶ Antonio da Costa Pinto. Mensagem, 1837. In: IGLÉSIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, p.25.

nesta investigação, uma série de documentos foram produzidos em Minas Gerais, apontando as dificuldades do desenvolvimento e sugerindo medidas variadas. Ao analisar a mensagem das autoridades provinciais à capital do Império, Francisco Iglésias revelou como os problemas apontados incluíam “má distribuição de terra”, “monocultura”, “falta de população” (povoamento), “falta de conhecimento”, “falta de tecnologia” e “falta de transporte”. Já as soluções propostas apontam para a mesma direção daquilo que posteriormente será bem melhor formulado no Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903, ou seja, informação, cursos técnicos, variedade e qualidade nos insumos, diversificação dos investimentos, melhoria dos transportes e comunicações e protecionismo, o último lembrado por ocasiões às várias queixas pela desvantagem que os produtos mineiros tinham em relação aos do Rio de Janeiro. Sobre o dito protecionismo:

Vendo-nos (...) obrigados a abandonar inteiramente a cultura, já do açúcar, já do café, já do algodão e de todos os outros ramos que nos vão dando interesse; porque, por essa mesma justa reciprocidade, ninguém recebe os nossos gêneros ou os carregam de tais tributos que equivalem a exclusão.²⁸⁷

Muito embora a mineração tenha propiciado crescimento do mercado interno nas Minas do século XVIII, as altas taxações para os produtos agrícolas e a permanência do regime escravista ainda eram fatores limitadores do mercado interno no século XIX.

Enquanto registra-se a dificuldade da produção agrícola, a criação teve papel de destaque no desdobramento das regiões mineiras.

A ideia de que ao criador é que cabe a primazia no povoamento de Minas foi fortalecida por diversos estudiosos. Vegetação e salinas permitiram a atividade pastoril ao norte da Capitania²⁸⁸, onde não se verificavam as secas rigorosas de certos trechos da Bahia. Ainda não se descobrira o ouro e já havia criadores – portugueses, baianos e até paulistas – nas terras setentrionais mineiras. Estabelecera-se a criação. Depois, na zona mineradora, para abastecimento das populações, estava o gado trazido do norte em movimento constante que assusta o governo português, que

²⁸⁷ Francisco José de Souza Soares de Andréia. Mensagem 1844. In: IGLÉSIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, p. 44.

²⁸⁸ A ocupação precedente de Minas pelo vetor norte foi reconhecida pelo Estado através da PEC (Projeto de Emenda Constitucional) 21/2011, que incorporada pelo artigo 256 da Constituição Mineira, transfere simbolicamente a capital para a cidade de Matias Cardoso (primeira povoação de Minas) em 08 de dezembro de cada ano (dia dos Gerias). Anteriormente tal transferência era feita para Ouro Preto (dia de Tiradentes) e Mariana (dia de Minas).

chegou a proibir as ligações das minas com o sertão criador, a fim de evitar o contrabando do ouro. No comércio de carnes e no choque de interesses entre paulistas e baianos e portugueses temos agravamento da tensão que constituía a regra nas minas, culminando na guerra dos emboabas. Nas terras centrais o gado encontrava preço compensador, daí a atração de rebanhos também do sul.²⁸⁹

Posteriormente, o gado mineiro, destinado ao corte, abasteceu a província, bem como São Paulo e Rio de Janeiro. Nos séculos XVIII, XIX e XX ganha notoriedade a indústria de laticínios. No oeste chamava a atenção a criação de suínos.²⁹⁰

Nas estatísticas de exportação das primeiras décadas do século XIX é a pecuária que se adianta (...) nos exercícios financeiros de 1839/40 ou 1842/43, a exportação do gado vacum, suíno e cavalos, toucinho, queijos e couros é mais rendosa que a do café, fumo e açúcar.²⁹¹

Em fins do século XIX, o café superaria quaisquer outras produções e/ou investimentos.

Como ocorreu com a agricultura, as autoridades mineiras também buscaram soluções para problemas com o gado e demais criações. Documentos analisados por Francisco Iglésias fazem referência a solicitações de fazenda modelo para multiplicar as melhores raças e depois distribuí-las entre os criadores mineiros, a compra de um cavalo alemão adquirido pelo Império e de carneiros pelo ministério da agricultura. Depois de apresentar os documentos, Francisco Iglésias conclui que tais providências não tiveram o efeito necessário, segundo relatório do então ministro José Fernandes da Costa Júnior:

As raças “vão degenerando até nas províncias que mais se distinguem pelo desenvolvimento da indústria pastoril”. Por iniciativa do governo “tem sido importados cavalos árabes, dromedários do Egito, carneiros das raças Negreti e Rambouillet, cabras, alpacas, lhamas e distribuídos a pessoas que pareciam idôneas para trata-los e promoverem, em benefício da indústria nacional, a generalização daquelas proveitosas espécies. Quase improfícuas têm sido estas tentativas, e a rotina dos tempos

²⁸⁹ Francisco José de Souza Soares de Andréia. Mensagem 1844. In: IGLÉSIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, p. 44

²⁹⁰ Ver: PRADO JR. Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 93.

²⁹¹ Francisco José de Souza Soares de Andréia. Mensagem 1844. In: IGLÉSIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, p. 44.

coloniais continua a imperar em referência a este importante ramo da indústria”.²⁹²

A criação, a agricultura e a mineração eram atividades, conforme explicitamos anteriormente, vivenciadas e discutidas pelos políticos e produtores mineiros como promissoras, mas que esbarravam em problemas vários: a falta de especialização não compensada por diversificação significativa, o transporte, a mão-de-obra e a ausência de ensino técnico que subsidiasse a produção de conhecimento necessário para a solução dos problemas anteriormente mencionados.

3.4. Mão de obra, transportes e ensino técnico como elementos identificados como entraves do desenvolvimento de Minas Gerais

A grande atração exercida pela possibilidade de enriquecimento com a extração do ouro levou muito migrantes para a região das Minas. “vencido o interesse pela mineração já era relativamente populosa a Capitania Central”.²⁹³

A expressão “relativamente populosa” certamente foi utilizada tendo em vista a extensão do território mineiro, condição geográfica que, por si só, significava problemas de povoamento e, por extensão, de mão de obra suficiente para a exploração satisfatória do Estado.

Com efeito, na primeira metade do século XIX, as autoridades provinciais tentavam amenizar o problema populacional. Como exemplo, mencionamos o projeto apresentado ao Conselho Geral de Província no ano de 1831, segundo o qual se concediam terras a quaisquer estrangeiros que se dispusessem a trabalhar na agricultura. A esse respeito, Francisco Iglésias cita Mensagem oficial de 1837, na qual Antônio da Costa Pinto escreveu: “Sem população proporcional à vasta extensão do nosso território, incertos e tardios serão nossos passos na carreira dos melhoramentos tardios”.²⁹⁴

---

²⁹² Francisco José de Souza Soares de Andréia. Mensagem 1844. In: IGLÉSIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, p.44.

²⁹³ Francisco José de Souza Soares de Andréia. Mensagem 1844, p. 44. In: IGLÉSIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, p. 119.

²⁹⁴ Mensagem de Antônio da Costa Pinto, 1837, p. 20. IGLÉSIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, p. 121.

O problema que autoridades políticas e produtores viam na pequena quantidade de população relacionava-se ao que identificavam como precariedade de mão de obra. Há registros de que, em meados do século XIX, já se vislumbrava a crise, e por que não dizer, o fim da escravidão²⁹⁵, bem como já se tinha construído (há tempos) o discurso da inabilidade indígena²⁹⁶. Sabia-se que, com a crise da mineração, o ouro já não era tão atraente para a imigração, o que deixava, no limite, duas possibilidades, a saber: ou se apostaria nos imigrantes, ou se investia em atividades diferentes. Na verdade, ambas as soluções significavam uma providência: a ideia era fazer de Minas Gerais um território suficientemente interessante em termos de investimento que atraísse pessoas de outras regiões do país e/ou do estrangeiro.

Em 1836, o ministro do Império fala nas vantagens da presença do estrangeiro, para exemplo dos nacionais, enquanto o presidente da Província, em 1838, assinala a necessidade de imigração e colonização.²⁹⁷

Em busca de tornar-se território atrativo para terceiros, a “industrialização”, guardadas as proporções que o termo significava naquela época, foi elemento privilegiado.

O primeiro movimento de vulto em favor da imigração para Minas foi o da empresa do Mucuri, idealizado e realizado por Teófilo Ottoni. Várias autoridades se manifestaram pela participação do governo no empreendimento, o que afinal se efetivou, com a compra de ações da Companhia. A empresa teve campo muito vasto, cuidando da navegação do Mucuri e da construção de estradas.²⁹⁸

²⁹⁵ Como já é conhecimento consolidado na historiografia, a primeira Lei que impactou o regime escravocrata no Brasil foi a *Bill Aberdeen*, aprovada em 1845 pelo parlamento inglês, segundo a qual a Inglaterra poderia apreender quaisquer navios negreiros. Definitivamente, o tráfico de escravos negros foi proibido no Brasil no ano de 1850. Seguiu-se a *Lei do Ventre-Livre*, em 1871, e a *Lei dos Sexagenários*, em 1885. Finalmente, a *Lei Áurea* foi assinada em 1888. Para livros sobre o assunto ver: COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. São Paulo: Unesp, 2008, QUEIROZ, Suelly R. R. de. *Escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Ática, 1987, LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Eduardo F. *A escravidão no Brasil: relações sociais, acordos e conflitos*. São Paulo: Moderna, 2000.

²⁹⁶ Por muito tempo o nativo foi considerado inapto para o trabalho, tendo em vista os adjetivos aos mesmos imputados, como preguiça, indolência, espírito livre, excentricidade. Nos séculos XVIII, XIX e na primeira metade do século XX, estes ainda não eram considerados como potenciais satisfatórios de mão-de-obra, dado que os estudos que (re)significaram a participação nativa na ocupação e desenvolvimento brasileiros são mais recentes. Para interessante estudo sobre a identidade, o imaginário e a produção acadêmica e literária sobre o indígena ver: THIEL, Janice Cristine. *Pele silenciosa, pele sonora: a construção da identidade brasileira e norte-americana na literatura*. Universidade Federal do Paraná, 2006. Tese de Doutorado.

²⁹⁷ IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, p. 122.

²⁹⁸ Idem, Ibidem.

Apesar dos esforços, a atração de imigrantes para Minas Gerais não foi o esperado. Afinal, como observou Francisco Iglésias,

se o Brasil pouco atraía, Minas ainda menos. O censo de 1890, que consigna a população de 3 184 099, dá 3 137 312 brasileiros natos e 46 787 estrangeiros, enquanto S. Paulo, com 1 384 753 habitantes, tem 75 030 estrangeiros (o país, em um total de 14 333 915 habitantes, tem 351 545 estrangeiros). O esforço dos administradores para chamar imigrantes produz resultados. O europeu não vem facilmente para a Província: se outras áreas o desejam, é razoável que ele se fixe no Rio de Janeiro, em S. Paulo, no sul. Também aí a posição central de Minas, com a distância, vai constituir obstáculo ao seu desenvolvimento.²⁹⁹

Quanto ao transporte, convém notar que as reivindicações dos habitantes e produtores de Minas Gerais iam desde a navegação até estradas de rodagem e ferrovias. O problema dos transportes e das comunicações arrastava-se em Minas Gerais, bem como em todo o território brasileiro, desde longa data:

Considerando o tamanho do país e que a população estava mais ou menos dividida pela metade entre o Nordeste e o Sul, o papel do sistema do transporte e de comunicações se torna crucial no desenvolvimento de uma economia integrada. (...) para evitar a evasão tributária, a administração colonial penava severamente o desenvolvimento de canais apropriados de transportes e comunicações.³⁰⁰

Além do transporte, a importância do ensino técnico e da produção do conhecimento que auxiliasse no desenvolvimento da economia de Minas Gerais também estava na pauta das demandas dos agricultores e/ou demais produtores nacionais. As possibilidades do ensino de Humanidades, o ensino superior e os cursos técnicos anteriores ao Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903 já foram assunto privilegiado no Capítulo 2 desta Tese. Já o transporte e as comunicações serão analisados no próximo Capítulo, por terem se desenvolvido significativamente após o Evento de Belo Horizonte.

Para o momento, basta-nos enfatizar que vários elementos que se sobressaíram nas teses de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves já estavam em pauta nas

²⁹⁹ IGLÉSIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, p. 129.

³⁰⁰ ALBUQUERQUE, Marcos Cintra C; NICOL, Roberto. **Economia agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira**. McGraw-Hill, 1987, p. 74.

discussões sobre a economia mineira antes do Congresso de 1903, época em que o café já era a cultura de maior preocupação nacional.

3.5. A economia cafeeira e a dinamização do mercado interno de Minas Gerais

Ainda são difusas as informações sobre a chegada do café em terras brasileiras. As primeiras mudas teriam chegado ao Brasil muito antes de se instalar, entre nós, a produção extensiva. Bem antes da produção cafeeira para a exportação, o café já servia como ornamentação, agrado (presente) e bebida exótica (para inspiração de mentes letradas).

Enquanto cultura destinada à produção extensiva teria sido introduzida no Pará, por volta do ano de 1727. Seguiram-se várias tentativas malogradas até que a planta chegou ao Rio de Janeiro em 1770.³⁰¹

É sabido que a cultura cafeeira entre nós enfrentou diversas fases, entrecortadas, muitas vezes, por crises de maior ou menor porte. Carlos Bacha dividiu em quatro as fases da produção cafeeira brasileira até 1929: 1) de 1727 à 1810, fase de adaptação; 2) de 1811 a 1870, fase de expansão do café no Vale do Paraíba; 3) de 1871 à 1896, fase de expansão do café no Planalto de São Paulo; 4) de 1897 à 1929, expansão acelerada e desordenada da cafeicultura.³⁰²

Para esse trabalho, especificamente nesse Capítulo, interessa-nos a cultura do café desde o início do cultivo em Minas Gerais até 1903, por ser esse o período em que os políticos e produtores mineiros estão pensando o desenvolvimento de Minas e do Brasil, vivência e conhecimento refletidos no Congresso Agrícola Comercial e Industrial.

No decorrer do século XIX, as plantações de café, cultura de fronteira móvel, estenderam-se da Província do Rio de Janeiro para o Vale do Paraíba; das encostas da

---

³⁰¹ BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e Política Agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004. Ver também: ALBUQUERQUE, M. C. C.; NICOL, R. **Economia agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira**. McGraw-Hill, 1987.

³⁰² BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e Política Agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004, pp 110-117.

Mantiqueira ainda no Rio de Janeiro rumou para a Província de Minas, com destaque para a Zona da Mata.³⁰³

Na segunda metade do mesmo século o café avançou para o chamado oeste paulista, notadamente para sua porção de “terra roxa”, onde encontrou as condições propícias para se tornar o principal produto de exportação nacional (ver **Gráfico 1**).

GRÁFICO 1: Exportação/ Ascensão do Café

FONTE: DOIN, Evaldo José de Mello: **O capitalismo Bucaneiro**: gráficos, tabelas, iconografia e anexos. Franca, 2001. Tese de Livre Docência, v.2, p.1. Gráfico elaborado, originalmente, a partir de dados obtidos em SODRÉ, Nelson W., **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964; PINTO, Vigílio Noya, “Balanço das transformações econômicas no século XIX”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969, p. 134. **Adap**

O principal produtor mineiro foi, indubitavelmente, a Zona da Mata. No período da descoberta do ouro, fato que marcou a povoação e interesse oficial pelo território mineiro, a Zona da Mata não existia economicamente falando, sua ocupação foi, segundo Valverde, inclusive, proibida, bem como outras regiões de Minas Gerais, para evitar desvios na usurpação do ouro.³⁰⁴

³⁰³ FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: _____ (dir). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III – O Brasil Republicano, pp. 191-248.

³⁰⁴ VALVERDE, O. O Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 20, nº1, pp. 3-82, Rio de Janeiro, jan/mar. de 1958.

“Outras são as raízes históricas da Mata mineira”.³⁰⁵ A região da mata foi mesmo dinamizada economicamente pelas exigências do capital em vista da produção cafeeira:

Aqui temos um exemplo típico da forma em que se deu a incorporação de diferentes regiões da América Latina ao mercado internacional do século XIX, na base do liberalismo e do “*laissez-faire*”, de uma re-elaboração e metamorfose da relação entre centro e periferia do já consolidado mercado internacional capitalista. Seu processo de desenvolvimento econômico este atrelado completamente à expansão capitalista que ocorreu ao menos em parte da periferia do sistema mundial no século XIX: a industrialização, a eletricidade, as estradas de ferro, a expansão e consolidação do trabalho assalariado, urbanização capitalista, “modernização” social e cultural.³⁰⁶

Nesse sentido, as peculiaridades da produção e economia da Zona da Mata sugerem ao pesquisador o afastamento das tradicionais análises generalizantes que consideram a referida região apenas como extensão do desenvolvimento da produção fluminense. O argumento geral dos adeptos de tal análise é o de que, por ser a região afastada dos interesses do exclusivo mercantil na “Era do Ouro”, bem como das culturas que abasteceram as minas e depois se desenvolveram, a Zona da Mata foi “desde o início, um enclave exportador que não teve praticamente nenhum impacto na vida econômica do resto da província. Ela era uma extensão da cafeicultura fluminense e todas as suas ligações eram com o mercado do Rio de Janeiro”.³⁰⁷

Ora, trabalhos recentes já trataram da dinamização da produção daquela região. Anderson Pires, em interessante pesquisa, apresenta convincentes argumentos em defesa da peculiaridade da sociedade e da produção cafeeira da Zona da Mata. Afastando-se das análises que pressupõem aquela região mineira como extensão do Rio de Janeiro e,

³⁰⁵ PIRES, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da “*commodity*” cafeeira – 1850/1930. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. vol.3, nº 2, mai/ago de 2007, p. 131. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/022007/especial.pdf>. Acesso em: 28 de mai. de 2012.

³⁰⁶ PIRES, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da “*commodity*” cafeeira – 1850/1930. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. vol.3, nº 2, mai/ago de 2007, p. 131. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/022007/especial.pdf>. Acesso em: 28 de mai. de 2012.

³⁰⁷ MARTINS, R. **A economia Escravista em Minas Gerais no Século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1982, p. 39; MARTINS, R; MARTINS, A. “Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited” **Hispanic American Historical Review**, n. 63, v.3, 1983, p. 537-568. Análise semelhante em OLIVEIRA, M. T. **The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: Beginnings and Early Development, 1868-1906**. PhD. Thesis, London: University College, 1991, p.17. Citado por PIRES, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da “*commodity*” cafeeira – 1850/1930. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. v. 3, nº 2, mai/ago de 2007, p. 131. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/022007/especial.pdf>. Acesso em: 28 de mai. de 2012.

portanto, não integrada às outras porções de Minas Gerais, Anderson Pires chama a atenção para diferenças na cultura do café na Zona da Mata em relação à outras regiões produtoras, visíveis aos pesquisadores que se preocuparem em olhar mais de perto:

Sua notória delimitação como espaço econômico, o comportamento singular de seu ciclo produtivo e a dinâmica de sua produção agroexportadora, a organização das relações de produção no pós-abolição, a natureza específica de seu processo de industrialização, de expansão comercial e financeira, denotam uma variação estrutural e setorial que refletia, na verdade, a internalização e retenção de boa parte dos fluxos de recursos gerados em sua produção em seu espaço próprio.³⁰⁸

O fato de a produção cafeeira mineira ter gerado recursos aplicados, pelo menos em parte na própria região da Zona da Mata, é muito importante para explicar a posterior indústria nascente, o que também corrobora com o argumento desta Tese de que o desenvolvimento de Minas foi pensado por João Pinheiro, Francisco Salles e João Luís Alves a partir da realidade em que viveram.

A identificação da economia cafeeira de exportação de Minas com a do Rio de Janeiro, além de impedir interpretações mais particulares da cultura do café da Zona da Mata, também ofusca a compreensão do papel da economia mineira frente à produção nacional de café. Explica-se: a produção cafeeira da Zona da Mata (e, por extensão de toda Minas Gerais) foi tomada, enquanto processo geral, conforme o comportamento da produção do Rio de Janeiro: “com um apogeu definido em meados do século XIX e um processo de crise e declínio que começa a se delinear nos anos 1880”, definindo-se, inclusive, pelos problemas da abolição e da crise dos preços do café do início do século XX.³⁰⁹

Ora, se atermo-nos à **Tabela 4** vemos que a produção cafeeira fluminense caiu na medida em que cresceu a paulista. Ao contrário, a produção de café em Minas Gerais permaneceu em ascensão.

³⁰⁸ PIRES, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira – 1850/1930. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. vol.3, nº 2, mai/ago de 2007, p. 164. Disponível em: <http://www.rbhdr.net/022007/especial.pdf>. Acesso em: 28 de mai. de 2012.

³⁰⁹ PIRES, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira – 1850/1930. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. vol.3, nº 2, mai/ago de 2007, p. 133. Disponível em: <http://www.rbhdr.net/022007/especial.pdf>. Acesso em: 28 de mai. de 2012. Ver também: COSTA, Emília Viotti. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Ciências Humanas, 1982; e STEIN, Stanley. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1969.

TABELA 4: Produção exportável de café das principais regiões produtoras (1000 sacas)

MÉDIA ANUAL DO PERÍODO	SÃO PAULO		RIO DE JANEIRO		MINAS GERAIS		ESPÍRITO SANTO		SOMA	
	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%
1876-1880	925	24,3	1987	52,2	767	20,2	124	3,3	3803	100,0
1881-1890	2138	37,1	2176	37,8	1200	20,8	250	4,3	5764	100,0
1891-1900	4775	60,5	911	11,5	1787	22,7	416	5,3	7889	100,0
1901-1910	9252	68,0	995	7,3	2772	20,4	579	4,3	13598	100,0
1911-1920	9303	70,2	812	6,1	2446	18,4	700	5,3	13264	100,0
1921-1930	11131	66,5	945	5,6	3445	20,0	1210	7,2	16731	100,0

FONTE: PIRES, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da “*commodity*” cafeeira – 1850/1930. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, vol.3, nº 2, mai/ago de 2007, p. 133. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/022007/especial.pdf>. Tabela feita com base nos dados de CANO, Wilson. “Padrões Diferenciados das Principais regiões cafeeiras. **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 15, n.2, maio/agosto de 1985, p. 293.

Interessante notar que o pesquisador Wilson Cano apresenta os mesmos números, mas tende a interpretá-los de modo a assemelhar a produção cafeeira mineira à do Rio de Janeiro, bem possivelmente em decorrência das interpretações usualmente aceitas no período em que desenvolveu seus estudos. Munido de outros referenciais e arcabouços teóricos, que atualmente têm libertado o pesquisador dos grandes modelos teóricos quanto ao desenvolvimento nacional, propiciando-lhe maior mobilidade de análise, Anderson Pires se utiliza dos mesmos dados para propor reflexão oposta, notadamente direcionada à ênfase nas particularidades do café na Zona da Mata.

Os **gráficos 2 e 3** demonstram, suficientemente, que o comportamento da cultura cafeeira foi discrepante nas regiões mineira e fluminense. As **tabelas 5 e 6** oferecem quadro comparativo para a exportação do café paulista e mineiro.

GRÁFICO 2: Evolução da produção de café de Minas Gerais – médias quinquenais 1850/1924

FONTE: PIRES, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira – 1850/1930. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. vol.3, nº 2, mai/ago de 2007, p. 133. Disponível em: <http://www.rbhdr.net/022007/especial.pdf>.

GRÁFICO 3: Evolução da produção de café – Rio de Janeiro e Minas Gerais

FONTE: PIRES, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira – 1850/1930. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. vol.3, nº 2, mai/ago de 2007, p. 136. Disponível em: <http://www.rbhdr.net/022007/especial.pdf>. Acesso em: 28 de mai. de 2012

TABELA 5: Exportação Mineira de Café (1876-1915)
(mil arrobas)

ANO	QUANTIDADE	ANO	QUANTIDADE
1876	2.000	1896	7.100
1877	2.600	1897	9.800
1878	2.400	1898	8.500
1879	4.000	1899	9.200
1880	2.800	1900	6.600
1881	5.300	1901	12.500
1882	4.100	1902	11.800
1883	5.600	1903	12.400
1884	3.500	1904	8.600
1885	5.300	1905	8.000
1886	5.700	1906	9.500
1887	4.900	1907	10.600
1888	5.000	1908	9.800
1889	4.600	1909	11.100
1890	3.800	1910	7.900
1891	6.300	1911	6.800
1892	6.400	1912	8.800
1893	5.100	1913	10.100
1894	6.800	1914	8.800
1895	6.700	1915	9.300

FONTE: LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais: 1870-1920.** Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Dissertação de Mestrado, p.43.

TABELA 6: Exportação Paulista de Café (1876-1915)
(mil arrobas)

ANO	QUANTIDADE	ANO	QUANTIDADE
1876	<u>2.900</u>	1896	<u>20.400</u>
1877	<u>2.600</u>	1897	<u>24.600</u>
1878	<u>3.900</u>	1898	<u>22.300</u>
1879	<u>4.700</u>	1899	<u>22.800</u>
1880	<u>4.600</u>	1900	<u>31.800</u>
1881	<u>5.400</u>	1901	<u>40.600</u>
1882	<u>6.800</u>	1902	<u>33.400</u>
1883	<u>7.800</u>	1903	<u>25.500</u>
1884	<u>7.400</u>	1904	<u>29.700</u>
1885	<u>6.600</u>	1905	<u>27.900</u>
1886	<u>10.300</u>	1906	<u>61.500</u>
1887	<u>10.300</u>	1907	28.800
1888	10.400	1908	38.100
1889	<u>9.100</u>	1909	45.900
1890	11.600	1910	32.400
1891	14.600	1911	39.800
1892	12.800	1912	34.300
1893	<u>6.900</u>	1913	43.400
1894	15.900	1914	37.900
1895	18.800	1915	46.900

FONTE: LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais: 1870-1920.** Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Dissertação de Mestrado, p.44.

Reconhecemos, convém acrescentar, que os números, em termos absolutos e por si só, não dão conta de todas as qualificações do debate, também porque a produção no Rio de Janeiro cai em virtude de se voltar principalmente para o exterior e a de Minas abastecer o mercado interno, inclusive em virtude dos incentivos fiscais estaduais. O mercado interno também explica a pequena exportação de Minas se comparada com São Paulo. Assim, o fato é que a produção da Zona da Mata foi capaz de criar acúmulo de capital e fluxo suficiente para subsidiar futuros projetos de diversificação e industrialização. Se somarmos a isso a tendência para a futura especialização oriunda da experiência mineira com a mineração, melhor poderemos compreender a tônica das ideias defendidas no Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903, realizado em Belo Horizonte.

3.6. Subsídios para a compreensão da industrialização em Minas Gerais

“o país das Minas é, e sempre foi, a capitania de todos os negócios”

Com essa epígrafe, a pesquisadora Júnia Furtado abre capítulo da obra intitulada “Homens de negócio”, em que apresenta o comércio nas Minas como importante para a formação de uma sociedade local voltada para o consumo e o comércio. A historiografia já demonstrou como era rentável o comércio ali praticado, seja pela compra do que vinha de outras regiões, seja pela riqueza que ali se extraía ou ainda pela quantidade de impostos que a coroa cobrava para cada negociação que ali se fizesse. Para exemplificar como eram vultosas as negociações nas Minas, Júnia Furtado comparou os dados publicados por Antônio Delgado Silva³¹⁰ com os de André João Antonil³¹¹ e conclui que “enquanto em 1789, o Rei determinava que, no Reino, um par de sapatos seria vendido por 550 réis (...) no início do século XVIII, custavam cinco oitavas, ou seja, por volta de 7\$000 réis³¹²”. Ainda sobre os impostos afirmou a autora: “Entre 1735 e 1750, quando vigorou o imposto da capitação, todos os negros, negras, mulatos, mulatas, forros, pessoas que tivessem ofícios, lojas, vendas, tavernas, estalagens, boticas, cortes de gado e mascastes foram obrigados a pagar um imposto *per capita* e convocados a matricularem-se para efetivar sua cobrança”.³¹³

Em resumo, é sabido que, nas Minas, o comércio foi vigiado e mantido sob consecutiva legislação:

Origem de recurso para o poder metropolitano e para as próprias Câmaras, o abastecimento dos gêneros foi taxado e sobretaxado várias vezes. Essencial para manter a população em ordem, o controle sobre esta atividade foi também forma de estender o poder metropolitano para o interior das Minas.³¹⁴

³¹⁰ SILVA, Antônio Delgado. **Coleção de Legislação portuguesa**. Lisboa: Tipografia de Luiz Correa da Cunha, 1842, v.(1750-1762) e (1763-1790).

³¹¹ ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

³¹² O preço da arroba na época variou entre 1\$200 a 1\$500 réis. FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 199.

³¹³ FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 207.

³¹⁴ FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 216.

O início da industrialização de Minas Gerais deve ser mesmo compreendido em relação à economia mineradora.

Já em 1817 foram organizadas algumas empresas para a exploração de minas de ouro, sendo a mais importante delas a Sociedade Mineralógica criada por Eschwege para explorar a mina da Passagem.

A decadência da mineração acaba por propiciar a passagem da produção têxtil de artesanal para a industrial com o surgimento de fábricas, principalmente na zona metalúrgica. É bem verdade que o movimento não era novo na Província, já que em 1838

a Companhia Industrial Mineira organizada pelo cidadão Antônio Luiz Avellar, depois de ter obtido por decreto de 23 de novembro de 1837 a propriedade e uso exclusivo de uma machina de fiar e tecer algodão e lã, que em parte inventou e em parte melhorou começou seus trabalhos preparatórios a 2 de julho último [1838] no Distrito das Neves do termo de Sabará e consta-me que além do Edifício, estão prontas 3 machinas de aprontar algodão, 28 fusos para fio grosso e seis teares de tecer colchas de algodão e lã, devendo a Fabrica começar a trabalhar regularmente dentro de 2 ou 3 meses próximos.³¹⁵

O próprio presidente da Província, em sua *Falla* de 1840 nos dá parcas notícias do funcionamento desta fábrica, dizendo apenas que ainda não completara todo o maquinismo que estava previsto para entrar em funcionamento; os relatórios dos próximos Presidentes da Província não a mencionam mais. O que parece ter acontecido é que ela funcionou durante um curto espaço de tempo, não chegando a ter papel significativo como produção industrial, mas sim melhorando um pouco o pano que vinha sendo fabricado artesanalmente.

Passados quase dez anos, uma nova tentativa é feita em Conceição do Serro, pelos ingleses Pigot e Cumberland, que criaram a fábrica Cana do Reino. O Presidente da Província, Antônio Luiz Affonso de Carvalho, em Relatório de 1870, comenta a situação do setor têxtil afirmando que a fábrica em questão fora fundada em 1851.

Esta nova tentativa de fundação de uma fábrica de tecidos em Minas Gerais representa algo novo para o desenvolvimento econômico da Província, uma vez que ela

---

³¹⁵ Bernardo Jacintho da Veiga. *Falla*, 1839, p. XL. In: VAZ, Alisson Mascarenhas. **Cia. Cedro e Cachoeira – história de uma empresa familiar – 1883-1987**. Belo Horizonte, 1990, p. 21.

teve um início promissor, e recebeu auxílio oficial. No entanto, seu funcionamento foi efêmero:

Pouco depois, como prova de eficiência dos trabalhos a primeira autoridade [José Ricardo de Sá Rego] é presenteada com duas dúzias de guardanapos e uma toalha, ali fabricadas. Embora contasse com auxílio do governo provincial, a empresa falhou com a morte de um de seus donos (...).³¹⁶

Mas ainda se tentou reerguer a referida fábrica de tecidos, durante o governo do vice-presidente em exercício Luiz Antônio Barbosa de Almeida (04 abril de 1851 a 13 de janeiro de 1852): a “Cia. Manufatureira estabelece fábrica de tecidos, no lugar denominado Cana do Reino, no município de Conceição do Serro; eram diretores da Companhia Bento Alves Gondim, Felicíssimo dos Santos e Simplicio Manoel Moreira Netto”.³¹⁷ A nova tentativa também não obteve êxito. Embora tenha havido apoio governamental, com a concessão de créditos para sua instalação, a fábrica não teve sucesso. Sua liquidação definitiva se arrastou por um bom tempo, segundo os relatórios de presidentes de Província. Nesses relatórios, as autoridades insistiam que as atividades têxteis não floresciam em Minas Gerais na década de 1870 porque “as condições internas em Minas Gerais eram desfavoráveis para o aparecimento de atividade industrial”.³¹⁸

Sobre o assunto, vejamos trecho do Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, Antonio Luiz Affonso Carvalho, no ano de 1871:

... a Companhia Filatoria da Cana do Reino, fundada em maio de 1851, ... nenhum resultado tem dado ate o presente, attribuindo-se seu estado, não a ma vontade ou descuido do seu diretor, Major Simplicio Moreira Netto, mas ao lugar em que foi colocado o estabelecimento, onde vantagem alguma pode oferecer, não so por ser pouco populoso, como principalmente pela deficiência de matéria-prima, e a sensível falta de pessoal idoneo .... Pela lei nº 570 de 10 de outubro de 1851 foi-lhe concedido um empréstimo no valor de Rs. 20:000\$000 entregue em duas prestações de Rs. 10:000\$000. Pelo artigo 18 da lei nº 1145 de 3 de outubro de 1862 foi o total do empréstimo convertido em 200 ações, vindo a Província a tornar-se accionista; e em virtude do artigo 8 da lei nº

³¹⁶ IGLÉSIAS, Francisco. **Política Econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, p.107.

³¹⁷ VAZ, Alison Mascarenhas. A República como princípio. In: **Os Governadores**. História de Minas Gerais. Coleção Hoje em Dia. Belo Horizonte: Lastro, 2008.

³¹⁸ IGLÉSIAS, Francisco. **Política Econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, p.22.

1374 de 14 de novembro de 1866 as ações ficariam pertencendo ao Hospital de Caridade da Vila do Curvelo. A directoria declara que o Hospital, ..., se tem recusado a aceitar as acções, na importancia de Rs. 10.000:000... a Presidência em 6 de junho de 1968 mandou informar a Comarca da Conceição, a esta nomeando uma comissão para examinar a fabrica a emitir seu juízo, declarou que, há perto de 5 anos não trabalhavam com machinas, que achavam se ainda em bom estado, menos o tear, e entendia que a Cia. esta em decadência a ponto de nada valerem suas acções. ... . A fabrica realmente não tem pessoal idôneo, e por isso conserva se parada, mas esta circunstancia deveria ter sido prevista pela Companhia, e quanto a falta de materia-prima, não tem cunho de realidade, por serem férteis n'este gênero muitos dos municípios vizinhos.³¹⁹

Três anos depois, informou outro Relatório:

O fundo da Companhia, segundo os Estatutos, devia ser de Rs. 30.000\$000, divididos em 300 acções, cada uma de Rs. 100\$000. Destas, foram vendidas apenas 187 e meia, recebendo a Companhia o valor de 182 somente, ... De um memorial do presidente da Companhia datado de 21 de setembro de 1869, consta o seguinte: a fabrica não trabalhava regularmente por falta de pessoal habilitado, sendo indispensável fazer a aquisição ao menos de dous emnpregados estrangeiros, um machinista e outro pratico do filatorio. A fabrica compõem se de dois filatorios, hum com 240 fusos, e outro com 60, de uma carda, 3 cabeças de puxadores, 5 descaroçadores, uma urdideira, um tear mecânico, um caneleiro, 3 machinas de tornear ferro e huma de furar. O mesmo presidente da como razão de não terem os accionistas auferido lucro o fato de não se ter realizado o capital necessário, pela falta de compradores de acções.³²⁰

Os dois Relatórios argumentavam a falência das iniciativas industriais, sobretudo pela falta de capitais e de mão de obra especializada. Mesmo assim, a indústria floresceu em Minas Gerais.

Para o desenvolvimento industrial, apesar das dificuldades, contribuíram políticas nacionais: a tarifa Alves Branco, em 1844, e a extinção do tráfico de escravos, em 1850. O fim do liberalismo tarifário foi decisivo para a implantação de uma política de proteção aduaneira, enquanto o fim do tráfico liberou capital e provocou mudanças significativas nas relações de trabalho. A essas duas medidas somaram-se um importante crescimento demográfico e nas finanças públicas, enquanto a rede de transporte melhorava e o sistema bancário começava a se estruturar.

³¹⁹ Antonio Luiz Affonso Carvalho. **Relatório**, 1/10/1871. In: VAZ, Alisson Mascarenhas. Op. cit., p. 22

³²⁰ Francisco Leite da Costa Belém. **Relatório**, 1/10/1874. In: VAZ, Alisson Mascarenhas. Op.cit., p. 22.

Mas um dos parâmetros que servia para medir o desenvolvimento que se avizinhava era o comportamento do setor exportador, que mostrava saldo na balança comercial:

Considerada em conjunto a economia brasileira parece haver alcançado uma taxa relativamente alta de crescimento na segunda metade do século XIX. Sendo o comércio exterior o setor dinâmico do sistema, é no seu comportamento que está a chave do processo de crescimento nesta etapa. Comparando os valores médios correspondentes ao[s] anos noventa com os relativos ao decênio dos quarenta, depreende-se que o *quantum* das exportações brasileiras aumentou 214 por cento. Esse aumento do volume físico da exportação foi acompanhado de uma elevação nos preços médios dos produtos exportados de aproximadamente 46 por cento. Por outro lado, observa-se uma redução de cerca de 8 por cento no índice de preços dos produtos importados, sendo, portanto, de 58 por cento a melhora na relação de preços do intercâmbio externo. Um aumento de 214 por cento do *quantum* das exportações, acompanhado de uma melhora de 58 por cento na relação de preços do intercâmbio, significa um incremento de 396 por cento na renda real gerada pelo setor exportador.³²¹

Questões como financiamento e possibilidade de empréstimos também devem ser consideradas quando o assunto é a industrialização nascente:

Um esboço da história da vida bancária mineira (...) irá lançar as suas raízes na fundação do Banco de Crédito Real, surgindo no fim do século passado e atendendo ao surto de industrialização nascente, tanto quanto ao poderio rural então consolidado. Sua sede em Juiz de Fora coincide precisamente com a concentração ali de um núcleo de grandes pioneiros da indústria (...).³²²

Apesar de um dos principais fundadores do banco e seu primeiro presidente ter sido Bernardo Mascarenhas, pioneiro da implantação da indústria têxtil em Minas Gerais, não parece que a ideia de sua criação se deveu ao surto industrial, mas sim ao desenvolvimento do café, tanto no Sul de Minas Gerais como em Juiz de Fora. Pode-se mesmo suspeitar que o movimento de industrialização deveu-se a uma acumulação de capital do setor agrícola, principalmente no cafeeiro.

Mas o que foi determinante para que a indústria têxtil fosse implantada na Província, e mesmo se firmado no resto do país, foi a crise atravessada pelo setor na Inglaterra, como consequência da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, quando é

³²¹ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1982, p.142.

³²² ALBINO, Washington. *Perspectivas Atuais da Economia Mineira*. **Segundo Seminário de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte, 1956, p. 168.

suspensão o fornecimento de algodão, fazendo com que a indústria têxtil inglesa entrasse em crise.

Embora a produção de algodão no Brasil se encontrasse em decadência, ela se reorganizou rapidamente, inclusive vivendo uma fase de grandes exportações que durou até o término do conflito norte-americano, como nos informa Daniel de Carvalho:

(...) em 1837, já o algodão estava decadente em Minas Nova ... . Se foi notável a diminuição do plantio, não se deu, todavia, o desaparecimento da cultura. Minas, como o Brasil, persistiu em plantar algodão, embora em escala muito reduzida e assim se achou preparada para dar novo impulso as plantações, por ocasião da revolta dos estados do sul da América do Norte.³²³

Assim, uma série de fatores contribuiu para a implantação do setor têxtil brasileiro:

A guerra civil nos Estados Unidos havia produzido um surto notável na cultura algodoeira do País o que, por sua vez, propiciou o renascimento da indústria têxtil. A guerra do Paraguai, a inflação, a disponibilidade de capitais antes empregados na agricultura, foram outros fatores que, inegavelmente, criaram as condições de expansão industrial.³²⁴

Segundo Mata-Machado, a implantação da Fábrica do Cedro, em Taboleiro Grande (posteriormente Caetanópolis) marcou o início da industrialização e/ou do avanço do capitalismo em Minas Gerais, em termos de ampliação de mercado e adoção de trabalho realmente assalariado.³²⁵ Quem nos informa sobre este empreendimento é o próprio Bernardo Mascarenhas, o criador da fábrica do Cedro, em duas cartas, uma de 1879 para Cândido de Figueiredo Murta e outra de 1887, para Luiz Eugênio Horta Barbosa, que governou Minas Gerais de 20 de agosto de 1887 a 1º de junho de 1888.

Na carta a Cândido de Figueiredo Murta, escreve: “a indústria têxtil, depois do malogro da Companhia Cana do Reino, já não existia na Província como indústria

³²³ CARVALHO, Daniel de. **Notícia histórica sobre o algodão em Minas**. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1916, p.18.

³²⁴ BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. **A indústria têxtil em Minas Gerais** – Condições e reequipamento, 1965, p.23.

³²⁵ MATA-MACHADO, B. “Notas para uma história do capitalismo em Minas Gerais”. **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, v.15, n.78, set./dez. de 1985. Em 1879, outro exemplo, uma Fábrica de Tecidos foi inaugurada em Montes Claros, região Norte de Minas Gerais, em nome da Sociedade Rodrigues, Soares, Bittencourt, Veloso e Cia. Para mais informações ver: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **O processo de desenvolvimento em Montes Claros (MG) sob a orientação da SUDENE (1960-1980)**. Universidade de São Paulo, 1996 (Dissertação de Mestrado).

autônoma propriamente, e sim como indústria doméstica, que pelos processos primitivos não podia fornecer ao mercado fazendas regulares com que pudesse concorrer com as melhores estrangeiras.”³²⁶ Ao presidente da Província Luiz Eugênio Horta Barbosa escreveu Bernardo Mascarenhas:

(...) foi a indústria têxtil que desde 1868 tem acordado os mineiros do letargo em que jaziam, animando-os a novos empreendimentos, e que pela sua variada e já avultada produção tem também conseguido fixar na Província grandes capitais, que de outra sorte teriam emigrado para o estrangeiro em pagamento de fazendas que teriam de ser importadas e é inegável que esses capitais tem fomentado a indústria e o comércio.³²⁷

A partir de 1872 a Província vai conhecer um importante movimento de fundação de fábricas de tecidos, com capitais que variavam de 150 contos de réis a 600 contos, o que vai permitir que no final do século XIX seja este o setor econômico mais dinâmico de nossa economia que, além de abastecer o mercado mineiro, atingia o norte da Bahia, o interior do Rio de Janeiro e São Paulo.

A economia da Província passou então a ser direcionada para a diversificação da produção. No início, as grandes propriedades produziam para consumo, destinavam parte do excedente para um mercado interprovincial, do qual recebiam produtos acabados, principalmente os têxteis ingleses e outros artigos de luxo que abasteciam a burguesia rural. Agora, podiam comprar parte dos têxteis em Minas Gerais, mas permanecia certo isolamento de uma região para outra, dentro do próprio território mineiro. É o que informa Amílcar Vianna Martins Filho:

em boa parte da primeira metade do século XX, manteve características já apresentadas desde meados do século XVIII: isolamento e dispersão das unidades produtivas; falta de especialização e grande variedade de produtos; fragmentação estrutural das atividades econômicas, dispersa em grande número de pequenas unidades produtivas e, por fim, forte tendência para a auto suficiência.³²⁸

³²⁶ MASCARENHAS, Nelson Lage. **Bernardo Mascarenhas – o surto industrial de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1954, p.30.

³²⁷ MASCARENHAS, Nelson Lage. **Bernardo Mascarenhas – o surto industrial de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1954, p. 31.

³²⁸ MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. **O segredo de Minas – a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)**. Belo Horizonte: Crisálida, p. 15.

A dispersão, ao que parece, ajudou o desenvolvimento das indústrias ao norte, em crescimento antes da Zona da Mata (beneficiada com a acumulação do capital cafeeiro).

Em nossa Dissertação de Mestrado, já fornecemos subsídios para pensarmos o problema da industrialização em Minas Gerais, normalmente atribuído à falta de energia elétrica em toda a região e à precariedade dos transportes. Chamou-nos a atenção o fato de que na própria indústria nacional era comum a utilização do vapor até os anos 20 do século XX. Ora, é bem verdade que os transportes facilitariam, por um lado, o crescimento industrial, mas por outro também trariam a concorrência da indústria de outros territórios brasileiros. Na verdade, ao que parece, o relativo isolamento de várias regiões mineiras foi positivo para o aparecimento das indústrias em Minas Gerais, notadamente para as que não estiveram nas tradicionais áreas de cultivo de café.³²⁹

Urbino Vianna escreveu sobre o benefício do referido isolamento das regiões mineiras:

(...) As fábricas locais compravam algodão em rama ou em capucho e depois de manufatura-lo vendem, quer no comércio, quer aos tropeiros, que levam assim os tecidos para o norte do Estado e para o sul e interior da Bahia, de onde trazem matéria prima. É de grande futuro o comércio de Montes Claros, pois abrange zona vasta e inexplorada por outros centros, vindo estes de abastecerem na cidade.³³⁰

Nesse sentido, a integração pela ferrovia impactou no desenvolvimento industrial do Norte de Minas Gerais, bem como das regiões mais fragilizadas em termos de capital aplicado à indústria. Sobre o assunto escreveu Hermes de Paula (1957, p.118): “(...) O comércio desenvolveu-se extraordinariamente em todos os setores. A importação é quase ilimitada, principalmente de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Rio e São Paulo, por estrada de ferro, caminhões e avião”.³³¹ Encontramos argumento semelhante em Orlando Carvalho: “(...) Com pesar, eu vi toneladas de caldeirões e panelas de ferro sabarense enchendo os porões e matando irremediavelmente a cerâmica ribeirinha tão original”.³³²

³²⁹ OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **O processo de Desenvolvimento em Montes Claros (MG) sob a orientação da SUDENE (1960-1980)**. Universidade de São Paulo, 1996 (Dissertação de Mestrado). Ver também: GIROLETTI, Domingos. **Fábrica: convento e disciplina**. 2 ed. Brasília: UnB, 2002.

³³⁰ VIANNA, Urbino de Souza. Monographia do Município de Montes Claros. **Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1916.

³³¹ PAULA, Hermes de. **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p.118.

³³² CARVALHO, Orlando M. **O rio da unidade nacional – O Rio São Francisco** (Reportagem Ilustrada). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. (Brasiliana, Série 5ª., v.91), p.78.

Assim, a indústria têxtil em Minas primeiro se desenvolveu na região Centro-Norte, mas na medida em que ocorria a integração por meio dos transportes e comunicação, o centro industrial foi-se deslocando para as áreas de produção cafeeira (e, portanto, mais beneficiadas pelos mesmos transportes e comunicações).³³³

Mesmo que a Zona da Mata tenha posteriormente se destacado em termos de desenvolvimento industrial, o que queremos enfatizar, para o momento, é que, por ocasião do Congresso de 1903, uma série de “iniciativas de industrialização” já eram concretude no território mineiro. Oferecemos, a seguir, um breve panorama das atividades desenvolvidas, mais ou menos isoladamente, no vasto território mineiro, tomando emprestadas as considerações de Urbino Vianna sobre Montes Claros (sertão de Minas): A Charutaria Maia, que objetivava a produção de presuntos e similares inicialmente, para depois confeccionar barris e outras embalagens, bem como extrair óleos; uma indústria extrativa de salitre, relatada por diferentes viajantes, pelo menos desde o início do século XIX; 28 curtumes para a produção de peles e solas; selarias, sapatarias e oficinas de correeiros; fabricação de utensílios de barro; indústrias de fibras e tecidos de taquara; ferrarias e ourivesarias; mercearias e laticínios rudimentares; fabricação de sal e extração de areia; vários tipos de beneficiamento agrícola como moagem de trigo, milho e arroz em moinhos acionados por água; fábrica de farinha de mandioca, milho, fubás, gomas, beijos; elaboração de açúcar, rapadura e cachaça; investimentos menores em mamona, sabão e pólvora. Somam-se ainda várias produções artesanais, como a de vinho, que podiam ter-se desenvolvido para indústrias mais acabadas.³³⁴

O discurso do Deputado Nelson Coelho de Sena, durante a primeira Sessão da quinta legislatura do ano de 1907, descreveu em detalhes a situação do desenvolvimento da região Norte de Minas. Reproduzimos o referido discurso por ser este uma detalhada versão de como pensavam os estadistas mineiros acerca das vias de desenvolvimento para o estado.

---

³³³ Ver: GALVÃO, Olimpio de Arrouxelas. A integração regional: um estudos dos efeitos da integração econômica e o comércio sobre as desigualdades regionais (parte 1). **Revista Pernambucana de Desenvolvimento**, v.7, n.1, janeiro/julho de 1980; _____. A integração regional: um estudo dos efeitos da integração econômica e do comércio sobre as desigualdades regionais (parte 2). **Revista Pernambucana de Desenvolvimento**, v.7, n.2, julho/dezembro de 1980; MATA-MACHADO, B. Notas para uma história do capitalismo em Minas Gerais. **Fundação João Pinheiro**, Belo Horizonte, v.15, n.7 e 8, setembro/dezembro de 1985.

³³⁴ VIANNA, Urbino de Souza. Monographia do Município de Montes Claros. **Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1916. Para importante estudo sobre as peculiaridades da industrialização e do desenvolvimento capitalista na região Centro-Norte de Minas Gerais ver: GIROLETTI, Domingos. **Fábrica: convento e disciplina**. 2 ed. Brasília: UnB, 2002.

Ocupa a Sexta Circunscrição Eleitoral essa enorme área de oito mil, quatrocentos e quarenta e seis léguas quadradas, representada por 15, na sua maioria enorme, municípios com só 103 distritos de paz. Entretanto, é preciso completar e conceder ainda a autonomia distrital, a que fazem jus dezenas de povoados do norte, datados das regulares condições para obterem essas franquias.

O telégrafo federal é o melhoramento mais evidente de que o norte goza no presente momento em suas principais cidades, á exceção apenas as de São Francisco, Rio Pardo, Salinas, Tremedal, Grão Mogol e Peçanha, sendo que para esta última as vistas benevolentes do governo da União se dirigiam, mandando prolongar a linha telegráfica de Guanhães a Teófilo Otoni, passando pela feraz região agrícola do Peçanha.

Em viação férrea, só possui o norte o trecho mineiro da estrada Bahia E Minas, em tráfego regular, da estação do Aimoré á cidade de Teófilo Otoni, com 233 km e 870m, através do vale ubérrimo do Mucuri, nas matas da antiga Filadélfia. Em matéria de colonização, Senhor presidente, a região setentrional do estado só pode apontar o núcleo dos alemães, vindos há algumas dezenas de anos para o dito município do Teófilo Otoni, que foi criação desse legendário chefe democrata, nosso inesquecível patrício.

A colonização indígena está ali reduzida ao único aldeamento do Itambacuri, onde os beneméritos capuchinhos mantêm o seu apostolado de catequese dos silvícolas.

No serviço dos correios, malgrado os esforços de um distinto filho do norte, que há dez anos superintende a contendo geral, administração postal do estado, não satisfazem ainda as linhas até agora criadas ás legítimas aspirações de muitas localidades que precisam ter comunicações mais freqüentes com o resto do estado.

Até 1904, somente 118 agências, subordinadas á subadministração dos correios de Diamantina serviam a zona norte mineira.

Em matéria industrial, o norte tem se desenvolvido um pouco, e isto apesar das dificuldades apostas pela sua região alpestre ao transporte dos maquinismos a dorso de burro ou em carros, pelos caminhos que varam esse maciço colossal do Espinhaço que se prolonga até as últimas ramificações da terra mineira, nos confins com Bahia. O mineiro daquela zona, senhor presidente, com a mesma resistência orgânica dos nossos antepassados, tem para ali conduzido turbinas, rodas, máquinas, caldeira e teares, e desde Itinga, desde Montes Claros e Jequitaiá, até o Biribiri, até Santa Bárbara, até a Gouveia, até a perpétua e até a brilhante, culta e populosa cidade de diamantina. Em todos esses lugares a indústria de tecelagem de panos, a manufatura de chapéus, a fiação de algodão, a de lapidação de diamantes se têm instituídos, formando centros fabris bem importantes.

Não é pequeno, devo dizê-lo aos Srs. deputados, para uma região como aquela o capital empatado em indústrias.

Darei á câmara somente três dados rápidos.

A Companhia Industrial do Biribiri, fundada por uma distinta família norte – mineira – a família Felício dos Santos, sob o patrocínio desse velho e saudoso bispo que foi o antístite da caridade, d. João Antônio dos Santos – tem um capital de 600 contos. E o Biribiri, assim como a Palha, a Formação, a Gouveia, o Jequitaiá, são também centros de lapidação diamantina afamados.

A fábrica de Santa Bárbara, onde há preciosas águas termais, foi fundada pelo esforço de um dos maiores mineiros que a nossa terra já produziu o conselheiro Dr. João da Mata Machado. e só essa fábrica conta um capital de 636 contos de réis nela empregados.

A fábrica de fiação e tecidos de São Roberto, na Gouveia, que é um próspero arraial e um invejável núcleo de trabalho e de indústria, onde somente se acham aplicados capitais nacionais (chamo a atenção da câmara para esse fato), essa fábrica conta um capital de 595 contos.

Quanto á produção de norte de minas nos três reinos da natureza, eu cansaria em vão a paciência e a atenção da câmara se viesse repetir tudo aquilo de que tenho conhecimento, e que todos os colegas igualmente o têm, porque as publicações estatísticas não mentem.³³⁵

Em suma, parece-nos claro que a diversidade de possibilidades de investimentos em um território tão vasto e tão diferenciado em condições naturais como era (e ainda é) Minas Gerais, certamente inspirava a adoção de políticas de desenvolvimento econômico pautadas na diversificação.

---

³³⁵ Discurso intitulado “O transporte na região Norte de Minas, proferido por Nelson Coelho de Sena, Deputado, durante a primeira Sessão da quinta legislatura durante o ano de 1907. In: Anais da Câmara dos Deputados. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerias, 1907. In: GUSTIN, Fádua Maria de Sousa; LANNA JR, Mario Cléber Martins. **Memória Política de Minas Gerais – Nelson Coelho de Sena**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Fapemig, 2006.

Capítulo 4

Enfrentamentos econômicos e políticos no desenvolvimento de Minas Gerais

Nos Capítulos anteriores, vimos as ideias e os projetos econômicos para o desenvolvimento de Minas Gerais debatidos no Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903, sobretudo os defendidos por Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves. Resta-nos analisar como o pensamento sobre desenvolvimento foi de encontro às necessidades políticas de Minas Gerais, estado que conseguiu grande importância nos primeiros anos da República no Brasil.

Atemo-nos aos governos de Rodrigues Alves, Afonso Penna, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca, sucedido por Wenceslau Brás (ver **Quadro 3**).³³⁶

---

³³⁶ Apenas para fins de contexto, julgamos importante, nesse momento, fazer a síntese que se segue: Durante o século XIX, é possível afirmarmos que o produto real brasileiro *per capita* cresceu a taxas abaixo do comércio mundial. A política monetária e a estrutura financeira adotadas pelos ministérios da fazenda no segundo império, de inspiração metalista, pouco estimulava o desenvolvimento industrial ou comercial. Para os republicanos, ainda que de maneira pouco clara, impunham-se reformas econômicas e instituir o federalismo. A República foi instituída através de um golpe militar, com a proposta de construir uma nova ordem política e econômica no país. O governo de Deodoro da Fonseca efetivou política econômica baseada em princípios papelistas gerando um *boom* especulativo e uma grave crise financeira em 1891, no entanto as reformas geraram condições para a criação de um moderno setor industrial no país. Os três anos de governo Floriano Peixoto foram marcados por profunda instabilidade política, gerando deterioração das contas públicas, pressões inflacionárias e instabilidade cambial. Prudente de Moraes foi o primeiro presidente civil da república. Seu governo caracterizou-se pela progressiva superação da instabilidade política no país, causada por revoltas regionais, no plano econômico enfrentou grandes dificuldades. Os gastos com a guerra civil no Sul e a queda do preço do café no mercado internacional deram a tônica do governo. O jornal carioca *Jornal do Comércio* nos permite uma ideia sobre o período “desde a proclamação da República nunca houve concurso igual de transtornos, políticos, financeiros e comerciais, como se desenrolou para nós em 1897.” (*Retrospecto Comercial de 1897, Jornal do Comércio – 30/12, p. 10*). Campos Sales assumiu num cenário político econômico desfavorável, com baixas receitas de exportações e os elevados serviços da dívida externa. Em seu governo as políticas de estímulo ao crescimento econômico através da expansão do crédito seriam definitivamente interrompidas. No campo político alcançou estabilidade através da política dos governadores. O paulista e ex-ministro da Fazenda Rodrigues Alves teve um governo marcado por uma razoável estabilidade econômica, impulsionada pelo “boom” da exportação de borracha da Amazônia e a possibilidade de contar com capitais estrangeiros. No campo político inaugurou a “política de valorização do café”. O governo de Afonso Pena deu continuidade a “política de valorização do café”, implementou políticas de incentivo à indústria nacional com o aumento das taxas alfandegárias, incentivo a imigração e realizou investimentos no setor ferroviário. O mandato de Hermes da Fonseca ficou marcado pela crise econômica capitaneada pela queda nas exportações do café e da borracha o que levou a renegociação da dívida externa: o segundo *Funding Loan*. Ver: PRADO, L. C. D. **Commercial Capital, Domestic Market and Manufacturing in Imperial Brazil: The Failure of Brazilian Economic Development in the XIXth Century**, Ph.D Thesis, Univeristy of London, 1991; CARONE, Edgar. **A República Velha**, Difel, 4a ed., 1983; FRANCO, Gustavo. “A primeira Década Republicana”. In: ABREU, M. P. **A Ordem do Progresso**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990; PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Para o caso de Juiz de Fora ver: CROCE, Marcus Antônio. **O Encilhamento e a economia de juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura**. Juiz de Fora: Funalfa edições, 2008.

QUADRO 3 – Relação de Ministros da Fazenda por período de Governos da República

PRESIDENTE MARECHAL DEODORO DA FONSECA (11.1889 a 02.1891 a 11.1891)	
Vice-Presidente: Marechal Floriano Vieira Peixoto	
Rui Barbosa	Novembro de 1889 a janeiro de 1891
Tristão de Alencar Araripe	Janeiro de 1891 a julho de 1891
Henrique Pereira de Lucena	Julho de 1891 a novembro de 1891
Antão Gonçalves de Faria	novembro de 1891
PRESIDENTE MARECHAL FLORIANO PEIXOTO (11.1891 a 11.1894)	
Francisco de Paula Rodrigues Alves	Novembro de 1891 a dezembro de 1891
Antão Gonçalves de Faria	Dezembro de 1891 a janeiro de 1892
Francisco de Paula Rodrigues Alves	Janeiro de 1892 a agosto de 1892
Inocêncio Serzedelo Corrêa	Agosto de 1892 a abril de 1893
Felisberto Firme de Oliveira Freire	Abril de 1893 a agosto de 1893
Alexandre Cassiano do Nascimento	Agosto de 1893 a novembro de 1894
PRESIDENTE PRUDENTE JOSÉ DE MORAIS E BARROS (11.1894 a 11.1898)	
Vice-Presidente: Manuel Vitorino Pereira	
Francisco de Paula Rodrigues Alves	Novembro de 1894 a novembro de 1896
Bernardino de Campos	Novembro de 1896 a junho de 1897
PRESIDENTE MANUEL FERRAZ DE CAMPOS SALLES (11.1898 a 11.1902)	
Vice-Presidente: Francisco de Assis Rocha e Silva	
Joaquim Duarte Murtinho	Junho de 1897 a setembro de 1902
Sabino Alves Barroso Junior	Setembro de 1902 a novembro de 1902
PRESIDENTE FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES (11.1902 a 11.1906)	
Vice- Presidente: Afonso Augusto Moreira Pena	
José Leopoldo de Bulhões Jardim	Novembro de 1902 a novembro de 1906
PRESIDENTE AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA (11.1906 a 06.1909)	
Vice-Presidente: Nilo Procópio Peçanha	
Davi Moretzsohn Campista	Novembro de 1906 a junho de 1909
PRESIDENTE NILO PROCÓPIO PEÇANHA (06.1909 a 11.1910)	
José Leopoldo de Bulhões Jardim	Junho de 1909 a novembro de 1910
PRESIDENTE MARECHAL HERMES RODRIGUES DA FONSECA (11.1910 a 11.1914)	
Vice-Presidente: Wenceslaw Braz Pereira	
Francisco Antonio de Salles	Novembro de 1910 a maio de 1913
Rivadavia da Cunha Correia	Maio de 1913 a novembro de 1914

FONTE: Quadro feito a partir de dados de LIMA, Heitor Ferreira. **História do pensamento econômico do Brasil.** Companhia Editora Nacional. Coleção Brasileira, v.360, apêndice.

O marco final da Tese é a eleição de Wenceslau Brás para Presidente da República, porque esta marca o sucesso da hegemonia sul-mineira e também sua queda. Enfatizamos que a hegemonia sul-mineira marcou um tempo em que o projeto de desenvolvimento de Minas Gerais foi, por vezes, preterido em nome da formação de política forte e, em certa medida, hegemônica, para que o estado fizesse frente às demais regiões da federação, em nome do domínio político. A ideia geral é analisar como, em nome de favores e políticas

econômicas extremamente regionalizadas dentro do próprio estado de Minas Gerais, políticos mineiros fizeram inúmeros acordos e conchavos que culminaram com a chamada *hegemonia sul-mineira*. Notadamente da região sul, Minas conseguiu bancada forte no Congresso, mesmo que tal intuito solapassem algumas ideias já consagradas no Congresso de 1903 como necessárias para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

Quando afirmamos que a eleição de Wenceslau Brás pode ser compreendida como o apogeu e a crise da hegemonia sul-mineira, o que queremos é enfatizar este acirrou discórdias que até então tinham sido superadas por favorecimentos econômicos entre as várias facções que compunham o Partido Republicano Mineiro.

Ao vencer as eleições, Wencesleu Brás fez alguns discursos cuja tônica era a “conciliação”, aliás, como o tinha feito Silviano Brandão, anos antes, no início da composição da hegemonia sul-mineira.

O discurso da necessidade da união de Minas Gerais esteve presente desde a proclamação da República e difundido como essencial para a sobrevivência de um estado no rol dos importantes para as decisões da federação. Claudia Viscardi, ao tratar da relevância das diferentes regiões do Brasil para as eleições nacionais, somou aos mecanismos de exclusão popular (a proibição de voto dos analfabetos e as correntes fraudes eleitorais, notadamente marcadas pela violência), a participação desequilibrada dos estados, em virtude de bancadas mais numerosas. Destacou ainda a autora que os estados mais significativos também eram aqueles que podiam fazer o discurso de que contavam com economias regionais mais ou menos autossuficientes. Para Cláudia Viscardi, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul eram os estados de primeira grandeza; Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco vinham logo atrás dos primeiros.³³⁷

Do pensamento de Cláudia Viscardi, destacamos dois elementos: 1) a ideia de bancada mais numerosa e, 2) o que a autora chamou de “princípio da renovação dos atores”. A bancada numerosa dava maior poder ao estado de Minas Gerais, mas também complicava a efetiva união de todos eles, uma vez que alguns interesses poderiam ir ao encontro de outros. Para resolver a questão, foi preciso muito conchavo político e, não raro, a adoção de medidas não muito democráticas. Já o “princípio da renovação dos autores” reconhece a importância das alianças entre os estados (e da política das oligarquias), na medida em que a ideia era que se renovasse o nome em um determinado

---

³³⁷ VISCARDI, C. M. R. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da política do café com leite. Belo Horizonte: Arte, 2001.

cargo, desde que o pacto inicial ficasse mantido. Ora, isso impediu que políticos da mesma região (e/ou estado da federação) disputasse livremente o jogo democrático das eleições e aumentou consideravelmente a importância dos conchavos para manter a bancada unida em Minas Gerais.

Nos tópicos que se seguem, procuramos analisar como as particularidades da política mineira influenciaram enormemente nas possibilidades de adoção de uma via de desenvolvimento, a ponto de a política, em Minas Gerais, ofuscar os interesses econômicos do estado.

4.1. Estruturas de poder e Desenvolvimento Regional

No Capítulo terceiro, já tratamos de como tomamos o conceito de desenvolvimento, ou seja, algo *continuum* que resulte em melhoria de vida para os habitantes de uma dada localidade, segundo modelo de crescimento, que caminha da subsistência para a industrialização. Já argumentamos também que o desenvolvimento não se dá da mesma forma em todos os lugares e que, às vezes, a melhor via, ao invés da especialização, é mesmo a diversificação produtiva. Por fim, também conforme já abordamos, o desenvolvimento, dado por vontade e ação política ou por condições externas à escolha dos habitantes da região, geralmente resulta de mudanças estruturais, para além das ocasionais. Essa reflexão é importante: se no Capítulo anterior a tratamos de forma geral, agora é preciso aplicá-la na realidade do estado de Minas Gerais que, como membro de uma federação variada e geograficamente enorme, tinha as possibilidades de desenvolvimento marcadas pelo desequilíbrio regional, tanto em relação ao país, como em relações às várias porções do território mineiro.

Segundo Dulci³³⁸, o desequilíbrio regional ocorre quando uma economia nacional transita para a fase industrial. Essa transição consiste na concentração de investimentos industriais em determinada área, como é descrito pelo modelo centro-periferia, em que uma região central industrializada impõe ao resto do espaço “o papel de área tributária que é drenada de seus recursos, mão-de-obra e capital”. Essa estrutura dual adquirirá

---

³³⁸ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

eventualmente o cunho de grave problema político no plano nacional. Na visão do autor, o modelo centro-periferia é bastante generalizável, pois em inúmeros países existe certo contraste – centro econômico e regiões tipicamente periféricas. Além disso, o modelo sugere uma percepção homogênea de periferia-espço em que se percebe diferenças e variações.

Assim, Dulci apresenta um argumento que reelabora/qualifica o modelo anteriormente explicitado, mas não o contradiz:

Consideremos, de início, que a noção de desenvolvimento desigual aplicada a um dado país envolve o entendimento de que esse país é um sistema (de regiões) estratificado, segundo certas dimensões de desenvolvimento. A posição nele ocupada pela unidade equivale ao seu grau de desenvolvimento relativo. Nessa medida, o desenvolvimento desigual significa que as diversas regiões do país encontram-se, a cada momento, em estágios distintos do avanço industrial, de acordo com a forma de expansão espacial da indústria – do centro para a periferia. Tal expansão, em princípio, segue a lógica do mercado: uma estrutura industrial constitui-se em geral por aglomerações, descentralizando-se com o tempo num esquema de divisão espacial do trabalho que favorece algumas áreas em detrimento de outras. Sobre o prisma estritamente econômico, portanto, as alternativas de uma região retardatária são escassas em relação às de uma região avançada, a qual tende a concentrar cada vez mais recursos pelo fato mesmo de estar à frente.³³⁹

O autor enfatiza que existe um elemento essencial, definidor do desenvolvimento e que deve ser considerado: a estrutura regional de poder. Esta exerce influência nos fatores políticos sobre a lógica de distribuição espacial do capital, condicionando ou modificando sua trajetória mais provável. Assim, em vez de a ótica de mercado definir o caminho dos recursos, as oportunidades econômicas de determinada região, assim como o perfil de sua estrutura produtiva, podem ser incrementadas ou restringidas a depender da força e organização da estrutura regional de poder.

Dulci reflete teoricamente sobre o desenvolvimento desigual e propõe duas abordagens: a primeira, de cunho mais político e econômico e a segunda, de cunho mais sociológico.

A primeira abordagem do autor parte de reflexões de trabalhos de outros pensadores, a exemplo de Trotski e de Gerschenkron.

---

³³⁹ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p.19.

Trotsky, inspirado na experiência da Rússia (mais especificamente após a Revolução de 1905), elabora sua teoria do “desenvolvimento desigual e combinado”, que relaciona o grau de atraso com o ritmo do avanço, propondo que dessa relação resultam combinações específicas de diferentes fases da evolução histórica. “Um país atrasado assimila os avanços dos mais adiantados, mas não repete as etapas do seu passado”, assim, “a vantagem do atraso (noção que se cristalizou ao longo do século XX) consiste na possibilidade ou mesmo necessidade de queimar [etapas,] atalhando o caminho para a modernidade”.³⁴⁰

Alexander Gerschenkron, em revisão profunda da tese de similaridade dos processos de industrialização, assim resume sua análise do desenvolvimento em regiões atrasadas: 1) “Quanto mais tardio o desenvolvimento industrial de um país, mais explosivo o surto de sua industrialização e mais descontínuo o desenvolvimento; 2) Quanto maior o grau de atraso, mais forte a tendência para empreendimentos de larga escala e para a criação de monopólios de vários graus de intensidade; 3) Quanto mais atrasado o país, maior a probabilidade de que sua industrialização se processe sob alguma direção organizada (grau de politização); 4) Dependendo do grau de atraso, o eixo dessa direção pode se encontrar em bancos de investimento, operando sob a égide do Estado ou em controles burocráticos.”³⁴¹

Dos estudos de Trotsky, Dulci aproveitou a ideia de que o desenvolvimento de uma região pode ser desigual e combinado, ou seja, pautar-se pela especialização produtiva em algumas partes do território e pela diversificação em outros; das proposições de Gerschenkron, ele toma a importância crescente da política para o desenvolvimento econômico de regiões atrasadas. Assim, quanto maior o hiato econômico a ser superado, maior o grau de politização de que se reveste o processo de sua superação. Ou seja, maior o contraste político com o modelo originário de industrialização, baseado essencialmente em fatores de mercado.

O estudo de Gerschenkron inova ao fazer ligações entre o grau de atraso e os chamados “pré-requisitos da industrialização”. Trata-se das condições a serem geradas ou dos obstáculos a serem removidos em economias de capitalismo tardio, como a acumulação prévia de capital privado, ou a eliminação das relações servis. Assim, Dulci

---

³⁴⁰ Trotsky apud DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p.22.

³⁴¹ Alexander Gerschenkron apud DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p.22.

sugere que o grau de atraso é definido como termos de ausência de tais requisitos. Outra maneira de enunciar o tema é analisando as possibilidades de substituições e quais os padrões de substituição dos fatores ausentes podem ocorrer em cada caso do processo de capitalismo tardio, já que o andamento da industrialização tardia é condicionado pelos elementos substitutivos. “Precariedades e lacunas podem ser superadas em função da existência mesma de países mais avançados, os quais servem de fontes de assistência técnica, trabalho especializado e bens de capital”. Dessa forma, a ausência de capital acumulado pode ser atenuada pela importação deste, enquanto deficiências da força de trabalho se compensam por meio da concentração em setores tecnologicamente mais avançados. Além disso, mudanças na estrutura agrária, que incrementam a produtividade agrícola e a oferta de alimentos podem, por exemplo, ser substituídas por modalidades de exploração mais intensa do campesinato.

A segunda abordagem de Dulci sobre o desenvolvimento desigual, a de cunho mais sociológico, “amplia o foco para abranger as tensões e arranjos entre atores sociais relevantes ao longo da trajetória de modernização”. Tem em comum com a primeira abordagem a mesma crítica à hipótese de homogeneidade. Contudo, “ao passo que Gerschenkron e seus antecessores se debruçaram sobre os padrões institucionais, essa segunda perspectiva busca estabelecer as diferenças e semelhanças entre experiências concretas em termos de suas configurações sociopolíticas”. Nessa abordagem, a dimensão institucional é situada no arcabouço dos interesses de classes e das estratégias de elite.³⁴² Segundo o autor, ao longo do século XX, “um número expressivo de países transitou para o capitalismo industrial sem romper com as estruturas tradicionais de poder, isto é, seguiu uma rota não-revolucionária (ou contrarrevolucionária)”. Esse padrão “trata-se de um tipo de modernização adaptativa, em que os possíveis antagonismos entre interesses tradicionais e emergentes cedem lugar a formas de composição pelas quais políticas modernizantes são introduzidas, com o endosso ou mesmo por iniciativa de grupos estabelecidos. Em consequência, o sistema de poder se amplia, incorporando seletivamente novos setores e contemplando novos interesses”. Essa via é a conhecida como “modernização conservadora”.³⁴³

---

³⁴² DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p.23.

³⁴³ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p.24.

A existência de experiências desse tipo sugere relações com o atraso econômico. E a rota da mudança rumo ao êxito supõe certas condições propícias, relacionadas, sobretudo, à vigência da coalizão de interesses que a sustenta. “Trata-se, tipicamente, de uma composição entre aristocracia/oligarquias rurais e burguesias, articuladas a (coordenadas por) burocracias estatais. Nesse arranjo, por sua natureza eminentemente política, torna-se crucial a ação das elites – políticas, empresariais, técnico/burocráticas etc. – que lideram e representam os grupos coligados.”³⁴⁴ A eficácia desse modelo de transição adaptativa está atrelada à dinâmica e força dos grupos dirigentes.

“Em síntese, podemos considerar que o elemento central do modelo de modernização conservadora é a primazia de fatores políticos sobre fatores de mercado”.³⁴⁵ Vejamos como isso se deu, de forma bastante simplificada, na história econômica e política do Brasil. Tomemos como exemplo o período de auge da cafeicultura.

No início do período republicano brasileiro, o café se tornou o principal produto de exportação, em torno do qual se construíram as expectativas de modernização do país. Os fazendeiros do oeste paulista, sobretudo o das regiões de terra roxa, enriqueceram rapidamente (entre investidores nacionais e imigrantes) e entraram em contato com as benesses que a chamada modernidade (ecoada da Europa e dos EUA, sobretudo da França) poderia significar. Ansiavam por aquilo que entendiam ser a modernidade: vida urbana, acesso a bens de consumo, palacetes e ornamentos inspirados em Paris, cassinos, teatro e arte. Em outras palavras, o oeste paulista investiu dinheiro do café na urbanização do interior de São Paulo, normatizou o cotidiano e vigiou antigos hábitos da população rural, tudo em nome da modernização. Mas a modernidade não é somente isso, ser moderno significaria, também em tese, melhor distribuição da riqueza e divisão das decisões políticas com o grupo de trabalhadores/operários e cidadãos que aumentava. Modernidade deveria significar republicanismo.

O republicanismo poder ter deixado de ser revolucionário (como o foi nas chamadas revoluções burguesas), entretanto não perdeu sua motivação crítica. Não perdeu, certamente, o traço conceitual e histórico que o caracteriza, o de balizar, para além das diferenças de posses, riquezas, influências e talentos, um espaço comum equalizador, definido pela

³⁴⁴ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p.26.

³⁴⁵ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p.26.

implicação de todos os cidadãos no sistema das decisões políticas. Pois o regime republicano não supõe apenas essa integração de todos, ele a promove; e carrega, inevitavelmente, no bojo de sua efetivação, ou radicalização, como democracia política, também a democratização econômica, social e cultural, operada pela universalização dos direitos e da participação.³⁴⁶

Nesse aspecto, especificamente o político, a modernidade não agradava a elite cafeeira, já que a ideia era continuarem a manter os privilégios políticos por meio de eleições e sociabilidades que em nada se aproximavam da democracia. Esse processo já foi identificado em diferentes regiões por variados pesquisadores que já lhes atribui uma variedade de nomes: capitalismo bucaneiro, *belle époque caipira*, modernização pelo avesso, modernidade inconclusa, dentre outros.³⁴⁷

O processo de modernização paulista não foi muito diferente do da Zona da Mata. A diversificação econômica incentivada no Congresso de 1903 é levada a efeito nas primeiras décadas do regime republicano em Minas Gerais e esteve intimamente ligada à produção de café da Zona da Mata: “formou-se (...), no interior da Mata uma hierarquia urbana responsável pela colocação de Juiz de Fora como o principal núcleo da região, o espaço mais importante em que irá se concretizar a diversificação econômica e setorial típica da transição capitalista”.³⁴⁸ Os dois exemplos são semelhantes no tocante ao conservadorismo político, mas diferem-se economicamente porque a riqueza do café do oeste paulista deveu-se mesmo às exportações, enquanto Minas voltou-se ao mercado interno. As relações pessoais necessárias para a manutenção da política dependente tiveram outro resultado, visível muito mais em Minas, bem como em outros estados, do que em São Paulo.

Essas características da democracia burguesa brasileira – ausências de critérios eleitorais censitários, leque reduzido de direitos civis e políticos gozado pelas classes trabalhadoras – não constituíram a única, nem a

³⁴⁶ CARDOSO, Sérgio. Que República? Notas sobre a tradição do “governo misto”. In: BIGNOTTO, Newton (org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: UFMG, 2008, pp. 27-48, p. 29.

³⁴⁷ DOIN, José Evaldo de Mello et al. **A Belle Époque caipira**: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização do mundo do café (1852-1930) – a proposta do CEMUNC. **Revista Brasileira de História**, v.27, n.53, São Paulo, jan./jun. de 2007; _____. **O Capitalismo Bucaneiro**: Dívida externa, materialidade e cultura na saga do café. Tese (Livre Docência - História) Faculdade Estadual Paulista, 2 volumes, Franca, 2001; _____. Olhar, desejo e paixão: Lazer e prazeres nas terras do café (1864 – 1930). **Revista Art Cultura**, Universidade Federal de Uberlândia, NEHAC, nº2, volume 1, pág. 40-53. Uberlândia, 2000. BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução Marcos Penchel. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

³⁴⁸ PIRES, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira – 1850/1930. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. vol.3, nº 2, mai/ago de 2007, p. 138. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/022007/especial.pdf>. Acesso em: 28 de mai. de 2012, p.141.

mais importante particularidade do Estado burguês nascente. A particularidade fundamental esteve em que esse Estado se implantou numa formação social onde relações de produção “servis” eram dominantes. Ora, formas de trabalho como o colonato, a moradia, a meação, a terça e a quarta implicavam a existência de uma **dependência pessoal** do trabalhadores para com o proprietário que lhe cedia o uso da terra e (frequentemente) da moradia; essa **dependência pessoal** excluía a possibilidade de que a relação econômica entre proprietário dos meios de produção e produtor direto assumisse a forma de **contrato entre iguais**.³⁴⁹

Na medida em que a Zona da Mata produzia e retinha parte do lucro, então reaplicado na própria região, termos como urbanidade e consumo começavam a compor o universo das relações ali estabelecidas. Investimentos geram oportunidades de trabalho e a mão de obra empregada resulta em procura por bens manufaturados que se reverterem, novamente, em aumento da produção desses bens (industrialização): esse é o trânsito econômico do capitalismo em desenvolvimento. A Companhia Têxtil Industrial Mineira, localizada em Juiz de Fora, em Relatório de 1905, reconheceu a importância dos próprios habitantes da redondeza como consumidores.

O que queremos é enfatizar que Dulci parece ter razão, quando aponta que o desenvolvimento econômico, nos primeiros anos do período republicano, nem sempre obedeceu aos fatores do mercado e às intenções de crescimento, mas esteve, em muito, resignado a fatores políticos:

Quanto mais diversos os interesses em cena, maior a necessidade de negociação e arbitragem, impondo a institucionalização de uma esfera pública como arena da regulação e da promoção do interesse geral. Daí resulta, por sua vez, a centralidade da burocracia, que neste modelo adquire especial relevo em virtude da própria posição estratégica que nele ocupa o Estado.³⁵⁰

Dessa forma, para Dulci, em situação de modernização conservadora, a dinâmica da estrutura de poder prevalece em detrimento da dinâmica do desenvolvimento baseado apenas nas leis de mercado.³⁵¹

³⁴⁹ SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.351.

³⁵⁰ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p.26.

³⁵¹ A economia mineira, como vimos, embora diversificada, apresentava inúmeras experiências industriais, em que pese o reduzido tamanho de suas unidades. Tal fato seria decisivo para a pouca competitividade quando da integração econômica nacional. A integração via mercado, levou ao favorecimento das unidades

Dulci faz uma adaptação do modelo de desenvolvimento dos Estados nação, ou seja, dos processos nacionais de modernização para o plano das relações inter-regionais. No caso brasileiro, chama a atenção para os diversos estudos que propõem a dinâmica do desenvolvimento brasileiro como um processo homogêneo, do centro econômico para a periferia, sendo o centro econômico e polo de industrialização brasileiro o estado de São Paulo. Vários estudos mostram que a industrialização que prevaleceu nos demais estados nada mais era que um complemento da indústria paulista, já que esta “invadiu” os mercados nacionais com seus produtos.

Para o autor, esse tipo de generalização é até certo ponto aceitável. Mercados regionais, antes debilmente articulados, foram integrados por meio da política de substituição de importações, via de progresso do país no estágio propriamente industrial. E por certo, os fatores econômicos que haviam feito de São Paulo o polo da industrialização brasileira continuavam quando o desenvolvimento industrial se transformou em prioridade para o poder central. “Além disso, o sistema produtivo paulista se irradiou, de fato, para áreas adjacentes que evoluíram como extensões do centro econômico”³⁵² Contudo, o autor faz uma crítica a essa posição ao dizer que, apesar dos fatos descritos acima, esses não significam que as condições políticas que intervieram na evolução da economia paulista possam ser extrapoladas para o país como um todo.

Apesar de alguns estudos sobre o tema ajudarem na ampliação do foco de análise, saindo da visão de desenvolvimento homogêneo para a análise das peculiaridades regionais, para Dulci, a dimensão política é pouco considerada pelos economistas. Por exemplo, Martins Filho defende a tese de que a elite política mineira não representava nenhum interesse específico de qualquer classe do estado.³⁵³

Dulci parte da proposição de que a história da industrialização brasileira envolve uma pluralidade de experiências regionais irredutíveis à via paulista, fruto de condições

---

produtivas maiores e mais competitivas, como demonstrou Wilson Cano para o caso de São Paulo, e o mesmo também é válido para cidade do Rio de Janeiro, maior mercado nacional. O estado mineiro então opta pela especialização produtiva nos anos vinte a trinta do século XX, a especialização à siderurgia. O Estado atuaria (como defendido por Dulci e Diniz) como força de planejamento, mas reforçando a via do mercado, pois então Minas era economia complementar as economias dominantes nacionais. DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999; DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981; CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.

³⁵² DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p.30.

³⁵³ MARTINS FILHO, Amílcar V. **O Segredo de Minas: A origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)**. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

muito próprias no espaço e no tempo. Dessa forma, existe uma via de desenvolvimento regional calcado em fatores de mercado, definido como modelo paulista pelo motivo de o parque industrial originalmente implantado em São Paulo diversificar-se e evoluir de maneira consistente, avançando consideravelmente em relação às demais regiões produtoras.³⁵⁴

Entretanto, o atraso relativo dessas “demais regiões”, inclusive o estado de Minas Gerais, é o motivo para a adoção de outros modelos de desenvolvimento. Dulci acredita que, apesar de haver vários caminhos subsequentes à fase pioneira da industrialização, todos tiveram como característica comum o uso de recursos políticos: correspondeu a projetos de modernização em que assumiu crescente importância a ação do poder público (sob a forma de planejamento, suporte financeiro ou mesmo investimento direto), como contrapeso a desvantagens comparativas.³⁵⁵

No caso brasileiro, as políticas federais para o Nordeste e para a Amazônia são principais exemplos de projetos de desenvolvimento por iniciativa externa. Em ambos os casos a motivação foi fundamentalmente política, partida do poder central. Já no caso mineiro, assim como diversas experiências do Centro-Sul, após a estagnação do primeiro surto industrial, o esforço interno de mobilização política no sentido do soerguimento da economia regional foi fundamental para a continuação do desenvolvimento, segundo Dulci.³⁵⁶

A nosso ver, a economia mineira foi atravancada pelas necessidades políticas durante a vigência da chamada hegemonia sul-mineira. Acreditamos que o não desenvolvimento de Minas Gerais segundo manifesto no Congresso de 1903 deveu-se a políticas geradas no interior do próprio estado: 1) o interesse pela supremacia da bancada, 2) a crença dos políticos mineiros de que deveriam fazer frente ao estado de São Paulo e, portanto, a ênfase que deram à especialização produtiva, enquanto que a melhor via (pelo menos na visão dos Congressistas) era a diversificação, 3) o fato de que mesmo quando a diversificação foi imposta pela realidade e enorme quantidade de particularismos do imenso território mineiro, as taxas e impostos que subsidiaram os conchavos políticos da

---

³⁵⁴ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p.30.

³⁵⁵ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p.32.

³⁵⁶ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

dita hegemonia sul-mineira fizeram com que a produção não se alavancasse para além daquela voltada para os inúmeros mercados locais, internos ao próprio estado.

4.2. Caracterização da economia mineira da Primeira República e a efetividade do Congresso de 1903

Não existe um consenso na historiografia mineira a respeito do direcionamento das atividades produtivas durante o século XIX no estado. Segundo Júnia Furtado, em estudo a respeito das obras sobre a história mineira, até a década de 1970 predominou a interpretação de que o século XIX da economia mineira era o período da “idade das trevas”, onde na região teriam predominado as atividades de subsistência, praticamente imóvel.³⁵⁷ Dessa forma, esse período foi negligenciado como objeto de estudo³⁵⁸.

Contudo, após a década de 1970, surgiram outras interpretações da economia do período colonial. Ainda segundo Júnia Furtado, o trabalho intitulado *Growing in the silence: the slavery economy of nineteenth-century in Minas Gerais*, defendido como PHD por Roberto Martins nos Estados Unidos, demonstrou que era possível o crescimento e desenvolvimento de uma economia não-exportadora durante o século XIX. Além disso, Douglas Cole Libby, em *A Economia escravista de Minas Gerais no século XIX* demonstrou haver compatibilidade entre mão de obra escrava e manufatura nas minas oitocentistas.³⁵⁹

Concordando com a ideia do dinamismo da economia mineira, Paiva, através do estudo de relatório de viajantes que visitaram Minas Gerais no século XIX, descobriu fluxos comerciais internos e externos da Província, sugerindo a presença de um consolidado setor exportador “formado de unidades produtivas que enviam parcela considerável de sua produção para fora dos limites provinciais”.³⁶⁰

³⁵⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. Historiografia mineira: tendências e contrastes. **Varia História**, Belo Horizonte, n° 20, Março de 1999, pp. 45-59.

³⁵⁸ Essa interpretação é uma herança das análises que priorizavam a economia e a administração instaladas pelos portugueses. Expoente dessa tradição, Celso Furtado, conforme já informamos em capítulo anterior dessa Tese, toma os ciclos econômicos exportadores como referência obrigatória para o estudo da mineração aurífera ou diamantífera.

³⁵⁹ FURTADO, Júnia Ferreira. Historiografia mineira: tendências e contrastes. **Varia História**, Belo Horizonte, n° 20, Março de 1999, pp. 45-59.

³⁶⁰ PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do Século XX**. 1996. 228f. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 1996, p.112.

Segundo a autora, fluxo considerável de bens eram “exportados”, vendidos para estados como Rio de Janeiro e Bahia, embora não seja possível quantificar esse fluxo. Predominavam produtos dos gêneros da agricultura e pecuária, simples ou transformados além do extrativismo mineral.³⁶¹ Paiva e Godoy acreditam que essa produção voltada para atender a outros estados é a confirmação da existência de uma estrutura produtiva diversificada. Nas palavras dos autores:

Dentre os atributos da economia de Minas Gerais no século XIX, a tendência à diversificação da base produtiva ocupava lugar de destaque. A típica grande *fazenda mineira* caracterizava-se por pauta produtiva diversificada, inclinava-se para a mais ampla auto suficiência, para a menor dependência possível de fatores externos e para a maior flexibilidade na alocação de seus fatores produtivos. Propendia, portanto, a complexificação da agenda agrícola, a expansão dos investimentos no sentido de alargar a capacidade de beneficiar e transformar sua produção da agricultura e pecuária, a formação de mão-de-obra apta ao desempenho de múltiplas atividades e, ao mesmo tempo, capaz de atender às necessidades impostas por tarefas especializadas, a progressiva incorporação de atividades subsidiárias que reduziam a dependência de importações e intermediários e a adaptação do consumo interno às restrições que o isolamento e o nível reduzido de capitalização impunham. A eleição de produto ou produtos orientados para mercados externos, determinada pela combinação da influência de fatores naturais com aspectos mercadológicos, sempre processava-se em regime de semi-especialização.³⁶²

Dessa forma, além da produção para a subsistência, parte dessa mesma produção era excedente, direcionada para atender o mercado dentro do próprio estado e mercados “externos”³⁶³, retratando uma economia dinâmica.³⁶⁴

Agora, é claro que permaneceram os problemas de interação dentro do próprio estado e deste com os demais, inclusive para a exportação, tendo em vista fatores como a geografia do estado. Sua imensidão territorial, seu relevo cheio de serras e até seus inúmeros rios contribuíam para manter as dificuldades de interação econômica que já foi denominada pela historiografia de o isolamento das regiões do estado. Nesse sentido, a

³⁶¹ PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do Século XX**. 1996. 228f. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 1996.

³⁶² PAIVA, C. A.; GODOY, M. M. **Território de Contrastes: Economia e Sociedade nas Minas Gerais do Século XIX**. In Anais do X Seminário de Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 2002, p.33-34.

³⁶³ Mercados de outros estados brasileiros, como Bahia, Rio de Janeiro e Goiás.

³⁶⁴ Essa interpretação contrasta com a de autores que afirmam que com o declínio da mineração em Minas Gerais, a economia local sofreu involução para atividades econômicas voltando-as para a subsistência e, dessa forma, deixando de abastecer os mercados externos a suas fronteiras. Ver: DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

questão dos transportes e comunicações é elemento chave para entendermos o desenvolvimento de Minas Gerais, nas duas primeiras décadas do século XX, afinal, “a modernização dos transportes, que tem as ferrovias e os navios a vapor como grandes ícones, se mostrou indissociável da expansão capitalista nos países centrais e também nos periféricos”.³⁶⁵

Vejamos o desenvolvimento dos transportes em Minas Gerais e sua relação com o desenvolvimento do estado. Argumentamos que o investimento de Minas em transporte e comunicações não obedeceu somente às necessidades econômicas para o desenvolvimento do estado, mas a fatores essencialmente políticos que, por muitas vezes, privilegiaram grupos isolados e não significaram muito para o crescimento de Minas Gerais em seu conjunto.

O processo de abertura das vias de comunicação em Minas Gerais está intimamente ligado à questão do ouro. Os esforços, desde o período colonial, estavam na construção de caminhos que possibilitassem os fluxos de mercadorias e de metal precioso conectando o litoral e a região mineradora, compreendida nas localidades de Vila Rica, São João del Rey, Sabará, Vila do Carmo e, posteriormente, o Tejuco. As primeiras rotas surgiram no século XVII, que ficou conhecida como *Caminho Paulista*, ligando a Capitania de São Paulo as Minas Gerais através de um caminho que levava, dependendo das condições climatológicas, aproximadamente setenta dias.³⁶⁶ Posteriormente, no início do século XVIII, surgiram o *caminho velho das Minas* que ligava Minas ao porto de Parati, cujo trecho terrestre podia ser feito em bem menos dias que no primeiro percurso e o caminho novo ou *estrada Real do Rio de Janeiro para Vila Rica*, percurso que levava aproximadamente vinte e cinco dias.³⁶⁷

O primeiro plano de estradas de rodagens em Minas Gerais surge com a lei nº 18 de 1º de abril de 1835. O projeto previa a construção de quatro estradas partindo de Ouro Preto em direção ao Rio de Janeiro com o objetivo de viabilizar a comunicação de cidades e vilas, no curso, com as capitais da província e do Império. No entanto, devido às dificuldades do relevo mineiro e, sobretudo, à falta de recursos, a primeira estrada de

---

³⁶⁵ BATISTA, Felipe de Alvarenga, BARBOSA, Lidiany Silva Barbosa, GODOY, Marcelo Magalhães. **Transportes, modernização e formação regional**: subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012, p. 7.

³⁶⁶ COSTA, Antônio Gilberto (Org.). **Os caminhos do ouro e a Estrada Real**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

³⁶⁷ PIMENTA, Demerval José Pimenta. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

rodagem aberta em território mineiro foi somente em 1850, a afamada estrada *União Indústria*, considerada no Brasil a mais moderna da época. Seu trajeto obedecia à expansão cafeeira ligando Petrópolis (RJ) a Juiz de Fora (MG). A extensa malha rodoviária do Brasil, bem como a de Minas Gerais (Ver **Mapa 3**) nunca foi suplantada por outros meios de transporte, embora a ideia da ferrovia fosse dar agilidade, eficiência e modernidade aos transportes.³⁶⁸

MAPA 3: Mapa das estradas de rodagem em Minas Gerais - 1909

O aprimoramento da rede de transportes em território mineiro se deu a partir da segunda metade do século XIX, época de significativo crescimento das ferrovias. Com efeito, o período que compreende os anos de 1870 a 1940 já foi chamado de “era ferroviária mineira”.³⁶⁹

³⁶⁸ LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. Petrópolis: Vozes, 1981.

³⁶⁹ BATISTA, Felipe de Alvarenga, BARBOSA, Lidianny Silva Barbosa, GODOY, Marcelo Magalhães. **Transportes, modernização e formação regional: subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPALAR, 2012, p. 6.

A primeira ferrovia a entrar no território mineiro foi a Estrada de Ferro Central do Brasil (denominada de Pedro II até a Proclamação da República), na segunda metade do século XX:

(...) a *linha do centro de Minas* da Pedro II partia de Entre Rios e seguia para o interior de Minas. Passava pelas estações de Serraria e Paraibuna, inaugurada em 1874; atingia Juiz de Fora no ano de 1875; Barbacena, em 1880; chegava a Ouro Preto em 1887; Belo Horizonte, em 1895; Corinto, onde sofria bipartição, em 1905; Pirapora, em 1910; Montes Claros, em 1926. Tremendal, ponto de entroncamento com a Estrada de Ferro Leste Brasileiro, é alcançado em 1950, quando a Companhia possuía 2.061,808 km de extensão.³⁷⁰

Posteriormente, foi organizada a Companhia Estrada de Ferro Rio Verde que transferiu seus privilégios à outra Companhia em 1880: a *Minas and Rio Railway*. Esta também passaria seus direitos à Estrada de Ferro do Vale do Sapucaí, nos primeiros anos do século XX. Independentemente da Companhia responsável, os trilhos passaram por Caxambú, Itajubá, Pouso Alegre e Sapucaí, Soledade, Baependi, Lavras a Santa Rita do Jacutinga. Houve ainda a Estrada de Ferro Oeste de Minas, o prolongamento da Ferrovia Mogiana (de Companhia paulista) em trechos do estado de Minas Gerais, a Estrada de Ferro Bahia a Minas, a Leopoldina e a Estrada de Ferro Vitória a Minas (ver **MAPA 4**).

Felipe Batista, Lidiany Barbosa e Marcelo Godoy, sobre o crescimento das ferrovias em Minas, enfatizam o caráter de pequeno ou nenhum planejamento das mesmas, ora ligando regiões produtivas aos portos ora priorizando setores da economia que investiam em comércio dentro do próprio estado. À afirmação dos autores acrescentamos a informação de que a referida “desordem” deu-se, a nosso ver, em razão dos favorecimentos políticos otimizados pela administração do estado em nome da formação de um grupo forte o suficiente para disputar os altos cargos da Federação. A propósito, os autores já mencionados apresentam, no trabalho intitulado *Transportes, modernização e formação regional: subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940*, uma série de exemplos de concessões e/ou construção de trilhos que beneficiava pequenos grupos e, acrescentamos, cooptava-os para o grupo político da situação.

³⁷⁰ BATISTA, Felipe de Alvarenga, BARBOSA, Lidiany Silva Barbosa, GODOY, Marcelo Magalhães. **Transportes, modernização e formação regional: subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPALAR, 2012, p. 11.

MAPA 4: Malha Ferroviária Mineira discriminada por Companhias – crescimento até 1940

FONTE: BATISTA, Felipe de Alvarenga, BARBOSA, Lidiany Silva Barbosa, GODOY, Marcelo Magalhães. **Transportes, modernização e formação regional:** subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPALAR, 2012, p. 34.

A expansão da ferrovia conforme ela se deu atendia aos interesses das diferentes regiões de Minas Gerais, no sentido do desenvolvimento econômico? Essa é uma pergunta para a qual os administrados do estado não tinham resposta, tampouco se interessavam por ela, uma vez que não foi o planejamento econômico que guiou a concessão dos subsídios. Em outras palavras: “a modernização dos transportes em Minas Gerais” atuou “em desarmonia com a estrutura econômica.”³⁷¹ Assim, o efeito (da expansão ferroviária) foi, não raro, ruim para muitas atividades de diferentes territórios mineiros.³⁷² Se comparamos

³⁷¹ BATISTA, Felipe de Alvarenga, BARBOSA, Lidiany Silva Barbosa, GODOY, Marcelo Magalhães. **Transportes, modernização e formação regional:** subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPALAR, 2012, p. 6.

³⁷² Caso semelhante em que a ferrovia significou o atraso de algumas atividades econômicas com a chegada da ferrovia foi descrito por Marcos Lobato Martins. O autor analisa como a chegada da ferrovia acabou (após um breve período de dinamização) com a importância de entreposto comercial de Diamantina, já que os viajantes e comerciantes em trânsito que ali permaneciam, por conta da facilidade do transporte, apenas passavam pela cidade. MARTINS, Marcos Lobato. A presença da fábrica no “grande empório do norte”:

o **Mapa 4**, com o **5, 6 e 7** fica claro como a expansão dos trilhos foi, aos poucos, atingindo as regiões em que as indústrias nascentes estavam protegidas pelo isolamento.

MAPA 5: Evolução da malha ferroviária mineira: 1879 – 1898

FONTE: BATISTA, Felipe de Alvarenga, BARBOSA, Lidiany Silva Barbosa, GODOY, Marcelo Magalhães. **Transportes, modernização e formação regional:** subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPALAR, 2012, p. 36.

MAPA 6: Evolução da malha ferroviária mineira: 1899 – 1907

FONTE: BATISTA, Felipe de Alvarenga, BARBOSA, Lidiany Silva Barbosa, GODOY, Marcelo Magalhães. **Transportes, modernização e formação regional:** subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPALAR, 2012, p. 37.

MAPA 7: Evolução da malha ferroviária mineira: 1908 – 1916

FONTE: BATISTA, Felipe de Alvarenga, BARBOSA, Lidiany Silva Barbosa, GODOY, Marcelo Magalhães. **Transportes, modernização e formação regional:** subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPALAR, 2012, p. 38.

Com a expansão das ferrovias, os grupos da política estadual ao mesmo tempo em que agradavam àqueles que conseguiam as concessões, bem como as regiões de maior concentração urbana e de produção para a exportação intraestadual, cooptava também os habitantes das regiões mais periféricas que saudavam a chegada dos trilhos como o advento da modernidade.

Simone Lessa, ao comentar a chegada da ferrovia em Montes Claros, região do Norte de Minas Gerais, escreveu:

A ferrovia era, desde o final do século passado (XIX), a maior reivindicação da elite do Norte de Minas ao governo da União. Ela se apresentava então como símbolo/metáfora do progresso. O trem de ferro era em si a máquina de grande porte, a tecnologia, a velocidade, o tempo linear e abstrato do relógio. O que o tornava a própria presença do progresso, personificando-o.³⁷³

³⁷³ LESSA, Simone Narciso. Montes Claros – uma cidade nas principais vias do sertão. **Caminhos da História**. v.4, n.4, Montes Claros: Unimontes, 1999, p.101-102.

É interessante notar que nas conclusões do Congresso Industrial, Agrícola e Comercial de Minas Gerais de 1903 não foram poucos os que solicitavam vias ferroviárias para as mais diferentes e longínquas regiões do estado.³⁷⁴

A relação (mesmo que imaginária) entre a expansão dos trilhos, a locomotiva e a modernidade já foi apontada por inúmeros autores, incluindo pesquisadores que trataram do Brasil e de Minas Gerais.³⁷⁵

Embora ao longo de toda a *era ferroviária mineira* vozes dissonantes tenham alertado para o padrão de expansão que se adotava, certo véu alienante manteve a crença nos supostos benefícios imanescentes à ferrovia até meados do século XX, quando, desarticulada, com baixo sentido econômico e altamente custosa para os cofres públicos, a malha foi progressivamente desativada.³⁷⁶

Assim como as estradas de rodagem a construção da malha ferroviária teve estreita relação com as atividades agroexportadoras. Em Minas Gerais entre o último quartel do século XIX até a primeira década do século XX foram construídos 4.048 quilômetros de estradas de ferro em tráfego.³⁷⁷

As linhas de navegação fluvial em Minas Gerais, no início do século XX, articulavam a malha ferroviária e rodoviária, divididas em três troncos: I – O *tronco do Sapucaí*, ligava os rios Verde e Sapucaí à estrada de ferro na Barra do Piraí, II – O *tronco do Rio Grande*: interligava o Rio Grande e Rio Vermelho às estradas da região de Lavras e Araxá, III – O *tronco da União Indústria*: conectava o Rio das Velhas com a estrada de rodagem União Indústria e a estrada de ferro D. Pedro II.³⁷⁸ Apesar desses esforços, é notável como as ferrovias que mais cresceram em termos de expansão do estado via ampliação de mercados promissores efetivaram-se mais em São Paulo. Em Dissertação de Mestrado defendida no ano de 1977, João Heraldo Lima já alertava para o que significou economicamente o investimento de capital privado paulista na malha ferroviária:

³⁷⁴ Jornal **Minas Geraes** 27 de maio de 1903, p. 1-5.

³⁷⁵ LESSA, Simone. **Trem de ferro**: do cosmopolitismo ao sertão. Universidade de Campinas, 1993 (Dissertação de Mestrado).

³⁷⁶ BATISTA, Felipe de Alvarenga; BARBOSA, Lidiany Silva Barbosa, GODOY, Marcelo Magalhães. **Transportes, modernização e formação regional**: subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPALAR, 2012, p. 6.

³⁷⁷ HOMEM DE MELLO, Francisco. **Atlas do Brasil**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Companhia, 1909.

³⁷⁸ GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Lidiany Silva. Uma outra modernização. Transportes em uma província não exportadora – Minas Gerais, 1850-1870. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 17, n. 174 2 (33), p. 159-186, ago. 2008.

Em 1910 São Paulo Contava com 20 ferrovias. Somente 03 eram de propriedade do governo (2 do governo federal e 1 do governo estadual) e 1 do capital estrangeiro, sendo que as 16 restantes pertenciam ao capital nacional privado. É por demais conhecida a ampla vinculação do capital cafeeiro paulista – principalmente de fazendeiros, com esses empreendimentos, notadamente com a Mogiana e a Paulista. Até essa data (1910) o capital total investido nas ferrovias ultrapassava largamente todos os capitais empregados na indústria de transformação do Estado de São Paulo. (...) esse setor desempenhou um importante papel no tocante às perspectivas de diversificação das possibilidades de inversão dos lucros obtidos com o café.³⁷⁹

De maneira semelhante, Wilson Cano já tinha apontado dois importantes papéis desempenhados pelas ferrovias quanto ao desenvolvimento de São Paulo: “Um, por se tornar uma nova e rentável oportunidade de inversão a parcelas do excedente gerado pelo complexo cafeeiro, tornando-se destino para parte desses capitais; outro, refere-se a sua lucratividade alta, que lhe confere o caráter de origem de novos capitais que permitem uma nova ampliação do excedente do complexo”.³⁸⁰

As dificuldades do transporte em Minas Gerais e seus custos contribuíram para o redirecionamento das atividades para dentro do estado foi sanada com a expansão das ferrovias e, sobretudo, da malha rodoviária, mas outros problemas vieram. Conforme já salientamos, os trilhos celebrados como progresso e sempre no sentido positivo também significaram concorrência e falência para as cidades menores.

De qualquer modo, uma das produções mais beneficiadas com a expansão ferroviária foi o café.

Depois do ouro, o café foi o grande item da produção mineira. O café, que aparece na pauta de exportação de Minas pela primeira vez em 1819; em 1829-1830 torna-se o principal item de exportação, superando o algodão. Contudo, o estado nunca foi o maior produtor de café do país, ficando atrás de Rio de Janeiro e, quando a produção desse estado estava em decadência, São Paulo surge como o maior produtor do país, em posição similar a de Minas no ano de 1880, mas produzindo seis vezes mais que Minas já em 1906.³⁸¹

³⁷⁹ LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais: 1870-1920**. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Dissertação de Mestrado, p.61-62.

³⁸⁰ CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977, p.53.

³⁸¹ DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981, p. 101.

A historiografia tratou com algum descaso a produção cafeeira mineira, pelo menos até a década de 80 do século XX, ocasião em que apenas registrava tentativas isoladas de se considerar alguma particularidade da cultura cafeeira da Zona da Mata.

Nas últimas décadas do século XX, a produção do café, para a exportação ou não, em regiões não paulistas, ganhou importância em novas análises em muito beneficiadas pela crise dos paradigmas interpretativos que privilegiavam ciclos e modelos (portanto pré-concepções) em estudo de História econômica. Imbuído desse esforço, Anderson Pires demonstra, por exemplo, como a produção de Minas era extremamente significativa, mesmo se pensarmos na América do Sul. Vejamos as tabelas que tomamos de empréstimo de Anderson Pires.

TABELA 7: Média quinquenal da produção de café de Minas Gerais em relação à da Colômbia

QUINQUÊNIO	Produção do Café em Minas Gerais (em arrobas)	Produção do Café em Minas Gerais (em milhares de toneladas)	Produção da Colômbia (em milhares de toneladas)
1851/54	711.732	11.84	—
1855/59	809.780	11.85	—
1860/64	1.150.152	16.83	—
1865/69	1.973.591	28.89	—
1870/74	2.313.954	33.87	—
1875/79	2.797.420	40.95	—
1880/84	4.444.583	65.06	6.47
1885/89	5.477.724	80.19	10.78
1890/94	5.583.195	81.73	19.51
1895/1899	8.399.271	122.96	26.78
1900/04	10.492.749	153.61	35.05
1905/09	10.791.343	157.69	37.06
1910/14	8.529.278	124.86	56.96
1915/19	10.412.385	152.43	78.42
1920/24	12.519.504	183.28	127.62

FONTES: PIRES, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da “*commodity*” cafeeira – 1850/1930. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. vol.3, nº 2, mai/ago de 2007, p. 139. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/022007/especial.pdf>. Adap.

TABELA 8: Produção média de café de Minas Gerais com algumas das principais regiões do mundo (1851-1924) (em milhares de toneladas)

QUINQUÊNIO	Produção da América Central e México	Produção do Caribe	Produção da América do Sul	Produção de Minas Gerais
1881-1885	54.84	48.12	44.64	65.06
1886-1890	48.61	50.96	48.86	80.19
1891-1896	72.86	51.90	64.87	81.73
1896-1900	90.93	42.47	80.66	122.96
1901-1905	114.28	37.06	80.77	153.61
1906-1910	129.48	35.02	82.88	157.69
1911-1915	129.79	40.82	120.56	124.86
1916-1920	122.87	41.11	141.46	152.43
1921-1925	157.21	44.56	190.22	183.28

Fontes: PIRES, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira – 1850/1930. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. vol.3, nº 2, mai/ago de 2007, p. 140. Disponível em: <http://www.rbgr.net/022007/especial.pdf>. Adap.

Partindo das **Tabelas 7 e 8**, é notável como a produção mineira é maior do que a da Colômbia (considerando todo o país), bem como de toda a América Central e México juntos no período que se estende do ano de 1881 a 1925. Se considerarmos o **Gráfico 2** (Seção 3.5), em que fica demonstrada a crescente evolução da produção cafeeira da Zona da Mata, em conjunto com as **Tabelas 7 e 8**, teremos boa ideia da quantidade de recurso que essa região mineira conseguiu mobilizar.

Os Congressistas, em Belo Horizonte em 1903, já falavam da necessidade de incentivos ao café, reconheciam que produziam muito, mas com preço inferior a São Paulo, o que impôs a defesa da tese da diversificação.

Obviamente a diversificação não foi unanimidade, porque não era do interesse de significativa quantidade de produtores da Zona da Mata que, mesmo não exportando, podiam vender em território mineiro e manter suas vantagens econômicas. Assim, o Congresso admitiu as duas coisas, revelando de forma clara o mosaico mineiro.

São Paulo se destaca devido às terras mais produtivas e à adoção do trabalho assalariado, criando condições para o desenvolvimento capitalista. Em Minas, as condições eram desfavoráveis, com relevos acidentados nas terras mais apropriadas para a produção (Zona da Mata). Segundo Diniz, essa situação diferencial forneceu condições para que o estado de São Paulo desenvolvesse com rapidez uma agricultura mercantilizada, com trabalho assalariado e, conseqüentemente, de natureza capitalista. Essas condições seriam

cruciais para induzir e sustentar o desenvolvimento de outras atividades produtivas no estado. Inicialmente eram atividades voltadas para o escoamento e financiamento da atividade cafeeira, o que permitia a acumulação de capital, essencial para o posterior nascimento da indústria, além de mercado consumidor.

Em Minas Gerais, esse desenvolvimento de outras atividades produtivas não ocorreu devido, dentre outros fatores, à falta de um centro comercial de exportação e ao adiamento da adoção de trabalho assalariado, que impediam a criação de um mercado de consumo.

Wilson Cano também evidencia as peculiaridades da produção cafeeira em Minas. Segundo o autor, o café em Minas sempre foi produzido em pequenas e médias propriedades, mesmo no período escravista. E após a abolição, não foi o regime de trabalho assalariado que predominou, e sim o de parceria.³⁸²

Dessa forma, as condições embrionárias para o nascimento e desenvolvimento da indústria foram distintas em Minas. Segundo Diniz, a experiência industrial mineira apresenta características próprias que a distingue da experiência do restante do país por diversas circunstâncias. Ainda para o autor, a estrutura produtiva e a geografia são singulares, assim como o tempo econômico: ela é secularmente atrasada em relação à economia brasileira, além de retardatária industrialmente.³⁸³

Dessa forma, enquanto uma interpretação acredita no dinamismo das atividades produtivas em Minas devido à vocação de atender o mercado externo, outra interpretação faz comparações do desenvolvimento da indústria de Minas com a indústria de São Paulo, chegando à conclusão de que aquela era relativamente atrasada. Uma interpretação não entra em total confronto com a outra, uma vez que a primeira evidencia as atividades produtivas da região – ressaltando a pequena manufatura e indústria praticamente artesanal, enquanto a segunda compara industrialização nos moldes da moderna indústria com o caminho traçado pelo estado de São Paulo.

A literatura a respeito do desenvolvimento da economia mineira da Primeira República apresenta diversos caminhos e versões para o desenrolar das atividades econômicas do estado. Enquanto alguns autores, como Dulci e Diniz afirmam que o desenvolvimento regional de Minas Gerais foi resultado do campo de ação de políticas de

---

³⁸² CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985, p.59. Ver também: MARTINS FILHO, Amílcar V. **O Segredo de Minas: A origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)**. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

³⁸³ DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981, p.17.

desenvolvimento do Estado, outros autores, a exemplo de Martins Filho, afirmam em sua tese que os rumos tomados foram resultados de circunstâncias econômicas, histórica e geográficas.³⁸⁴ Para este último, a elite política mineira, formada de bacharéis profissionais liberais e funcionários públicos, tinha o cargo político como um fim em si mesmo, provedor de renda e ascensão social, e não como representantes de interesses de classe. Já para Diniz, a presença do Estado em Minas foi precoce e determinante da dinâmica industrial do estado, se fazendo presente onde a iniciativa privada não oferecia as respostas desejadas através das empresas estatais.

Mas ambas as visões são convergentes quanto aos prognósticos a serem seguidos pela estrutura produtiva do estado: uma indústria “tradicional”, baseada em pequenas fábricas espalhadas pelo estado e na produção rica em bens oriundos de transformação agrícola, chamada de diversificação produtiva; e outra opção, baseada na “moderna” e grande indústria urbana principalmente de bens intermediários, chamada aqui de especialização produtiva. Contudo, essa especialização produtiva começou a ganhar contorno especialmente após a crise de 1930.

Assim, até lá, e, sobretudo até a eleição de Wenceslau Brás, marco da hegemonia sul mineira, o que defendemos é a precariedade da implantação de uma política econômica para Minas Gerais, ao menos a preconizada pelo Congresso de 1903. Ela existia em ideia, intenção consolidada durante o Congresso de 1903, mas na prática a opção de Minas Gerais foi primeiro chegar ao poder na federação, para depois debruçar-se significativamente nas economias do estado, dado que uma coisa inviabilizaria a outra até 1914. Mesmo assim, registramos algumas ações concretas para a aplicação daquelas ideias.

Em vista das recomendações do Congresso, o governo do Estado de Minas Gerais promulgou a Lei nº 363, de setembro de 1903, que oficializou uma política de diversificação proposta nas conclusões do conclave. A lei propunha prêmios aos produtores, tanto para a produção como para seu aperfeiçoamento.

Mas uma das principais medidas preconizadas pela lei foi a introdução do sistema de extensão rural através de instrutores itinerantes, que teve peso significativo na modernização da economia de Minas Gerais e chegou a servir de modelo para o Brasil. A

---

³⁸⁴ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999; DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981; MARTINS FILHO, Amílcar V. **O Segredo de Minas: A origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)**. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

grande ênfase dada à assistência técnica aos produtores mineiros resultou na compra de sementes selecionadas, pelo governo, para serem fornecidas aos agricultores e, em 1904 criou-se a *Revista Agrícola, Comercial e Industrial Mineira*, de distribuição gratuita.

Nas próximas eleições de Minas Gerais, a candidatura de João Pinheiro parecia significar que as ideias debatidas no Congresso ganhariam concretude. Afinal, o Congresso dera visibilidade ao político. É interessante notar que João Pinheiro era um dos poucos estadistas mineiros que afirmavam acreditar que o bom desempenho econômico de um governo era fundamental para se atingir o equilíbrio político. Enquanto se discutia a sucessão de Rodrigues Alves, o nome de João Pinheiro ganhava projeção no meio político que iniciava as conversações para a indicação do candidato do PRM que iria substituir Francisco Salles na presidência do Estado. Antes, porém, com a morte do senador federal Carlos Vaz de Mello, no Rio de Janeiro em 3 de novembro de 1904, a direção partidária tinha indicado o nome de João Pinheiro para disputar a eleição que iria preencher a vaga daquele. A eleição realiza-se em 19 de fevereiro de 1905. Eleito, João Pinheiro assume a cadeira em 7 de setembro de 1906.

Em seguida, João Pinheiro inicia a campanha para as eleições ao governo de Minas Gerais. Sua candidatura foi lançada através de um documento intitulado *Manifesto ao Eleitorado Mineiro*. Tal manifesto constitui-se em um balanço de sua vida pública, e não propriamente em uma plataforma de governo. No referido documento, ao falar dos motivos que o fizera abandonar a vida pública, afirmou João Pinheiro:

Retirado há dez anos, desse cenário brilhante e difícil no modesto recanto mineiro, onde vim estabelecer a minha tenda de trabalho, supunha encerrado para mim o período de vida pública, além das fronteiras do pobre município. Dela me afastara sem ressentimentos ou descrença no futuro da República ou da minha Pátria e sem a banalidade das alegações de que *não fora esta a República de meus sonhos*. As lutas pessoais, a política constituída em profissão, os agrupamentos feitos em torno de nomes sem programas de idéias, com o único objetivo da conquista das posições eram males que somente o tempo e as decepções poderiam remover e que me alhearam de tais pleitos.³⁸⁵

João Pinheiro teve que justificar também a posição de conciliação que assumiu entre republicanos históricos e adesistas por ocasião da proclamação da República. Conforme já informamos no primeiro Capítulo desta investigação, João Pinheiro era

³⁸⁵ Manifesto ao Eleitorado Mineiro, 19/01/1905. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **João Pinheiro**: documentário sobre sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p.133.

conhecido como liberal e republicano desde os tempos do Curso de Bacharelado, mas não se opôs à indicação de Cesário Alvim (político intimamente relacionado com a elite política imperial) para presidente de Minas por Deodoro da Fonseca. A indicação de Alvim indignou os republicanos chamados de históricos, já que eles esperavam alçar (por justiça, inclusive, enfatizavam eles na esfera do discurso) a reconhecidos postos de comando no novo regime, que se surpreenderam também pela posição adotada por João Pinheiro.

Assim, João Pinheiro, no referido *Manifesto*, justificou a política de conciliação que adotou desde a proclamação da República, em oposição aos ditos republicanos históricos mineiros:

A vitória republicana não podia, certamente, operar de chofre a mudança da viciada educação que nos legara o Império. Era preciso amainar as paixões violentas que as crises revolucionárias sempre despertam, pacificar os espíritos para empreender a construção democrática. E foi assim que a maioria do Partido Republicano Mineiro, na data solene de 15 de novembro [de 1889], teve a nítida intuição política do momento, negando-se a adstringir em âmbito cerrado os direitos, que a propaganda lhe dera, traçando a orientação conciliadora e aceitando o concurso dos antigos monarquistas para a remodelação democrática do País.³⁸⁶

Chamou-nos a atenção o fato de João Pinheiro ter manifestado seu alinhamento político com Francisco Salles, afirmando que foi o então governador de Minas Gerais que o indicou para sucedê-lo por suas ideias e não por predileções políticas:

[O] movimento nacional, que fez do problema econômico brasileiro um programa de governo dominante e definido, uma bandeira a cuja sombra se reúne os patriotas sem descrimens partidários e pessoais. (...) É a este pensamento que julgo dever a honra da indicação de meu nome, a qual aceito dentre destes precisos limites.³⁸⁷

Mas a escolha do sucessor de Francisco Salles não foi tranquila, pelo contrário, houve acirrada disputa entre os políticos do sul e os do centro minerador. Os sulistas temiam perder o Palácio da Liberdade, como acontecera com o afastamento de Silviano Brandão, em 21 de fevereiro de 1902, antes do término de seu mandato, por motivo de saúde e sua consequente morte em 28 de setembro.

---

³⁸⁶ Idem. Ibidem.

³⁸⁷ Manifesto ao Eleitorado Mineiro, 19/01/1905. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **João Pinheiro**: documentário sobre sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p.137.

Sem consultar lideranças de outras regiões do Estado, Delfim Moreira e Bueno Brandão passam a articular o nome de Wenceslau Brás, que havia sido secretário do Interior de Silviano Brandão, e que gozava de prestígio entre os políticos mineiros, em virtude de ter sido líder de Rodrigues Alves, na Câmara dos Deputados, no tumultuado período da vacina obrigatória. Mas Afonso Pena, político do centro minerador, que recebeu um apoio decisivo de Bias Fortes, quando de sua indicação para ser o candidato a presidente da República, não aceitou as articulações dos sulistas e apoiou o líder de Barbacena (Bias Fortes), que já havia governado Minas Gerais por quatro curtos períodos³⁸⁸, para disputar a sucessão de Francisco Salles. Com a colocação dos nomes de Wenceslau Brás e Bias Fortes, cria-se um impasse na cúpula do PRM, obrigando o presidente do Estado, Francisco Salles, a interferir decisivamente no processo, indicando o nome de João Pinheiro. Embora político da zona mineradora, por encontrar-se afastado das disputas políticas, não tinha atritos com os grupos dos dois centros cafeeiros, o Sul e a Mata.

Para não acirrar uma divisão política do Estado, indicou-se, para a vice-presidência, Bueno Brandão, político do sul. Em 13 de novembro de 1905, a chapa João Pinheiro e Bueno Brandão foi homologada pela convenção do PRM, em reunião realizada em Belo Horizonte. A briga interna pela indicação demonstra, mais uma vez, o que já explicitamos sobre a política na primeira década do Brasil republicano, quando tratamos dos estudos de Claudia Viscardi: o mais complicado não era ganhar a eleição, dada a não concorrência democrática propriamente dita, a verdadeira disputa dava-se no momento das indicações.³⁸⁹

Na concepção de governo de João Pinheiro, o que devia ser alcançado era o crescimento econômico, que traria em seu bojo não só a estabilidade política, mas também a justiça social. Podendo ser considerado, para sua época, um *desenvolvimentista*³⁹⁰,

---

³⁸⁸ Bias Fortes havia governado Minas Gerais, durante o Governo Provisório, entre 24 de julho e 5 de agosto de 1890; de 14 de agosto a 3 de outubro de 1890; de 18 de outubro a 27 de dezembro de 1890 e, finalmente, entre 7 de janeiro a 11 de fevereiro de 1891.

³⁸⁹ VISCARDI, C. M. R. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da política do café com leite. Belo Horizonte: Arte, 2001.

³⁹⁰ PAULA, João Antonio de. Raízes do desenvolvimentismo: pensamento e ação de João Pinheiro. **Pesquisa & Debate**, v.15, n.2, São Paulo, 2004, pp.257-282; OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. João Pinheiro da Silva, um Desenvolvimentista nos Primórdios da República? Um diálogo com as fontes. **Revista de História e História Econômica**, Ano 5, n.5. Dezembro de 2008, pp. 51-105; _____; Caetano, Ana Carolina Ferreira. A trajetória de um propagandista no início da República: o discurso de João Pinheiro da Silva em prol do desenvolvimento. **Temporalidades**, v.1, n.1, março de 2009, pp.147- 172.

mesmo assim não acreditava em mudanças bruscas, mais em um “progresso realizado por movimentos que não abalem, operando reformas e não ruínas”.³⁹¹

Assim, era na agricultura que se centrava a principal atividade econômica para promover o desenvolvimento do Estado que, ainda segundo João Pinheiro, era a que traria benefícios que poderiam atingir um maior número de pessoas. Segundo ele, “tratando-se da reorganização econômica do País, a proteção maior, o cuidado que mais exige a nossa atenção deve ser para a agricultura. Em indústria sou um protecionista, mas sob condição (...)”.³⁹²

Como seu programa econômico para o Estado estava calcado na agricultura, foi ela que recebeu maior atenção, com ideias e planos mais elaborados que atenderiam a todas as culturas e medidas setoriais destinadas a atender produtos específicos, como o café e alguns cereais e, finalmente, medidas estruturais que buscavam uma exploração mais racional da terra e sua melhor divisão.

Mas eram as medidas gerais que iriam dar novo impulso à agricultura, já que ela passaria a ser praticada em moldes mais modernos do que aqueles que vinham sendo praticados até então. Essas medidas visavam

o estudo do solo, os prêmios de animação, o estímulo da iniciativa particular, solicitada por todos os modos, a educação técnica, o abaixamento das tarifas ferroviárias, a emulação do trabalho, as estatísticas exatas, a criação de estabelecimentos modelos, as exposições periódicas agrícolas e industriais – eis as medidas que devem ser decretadas como condições indispensáveis de êxito.³⁹³

Não desconhecemos o fato de que algumas das proposições de João Pinheiro não representavam grande novidade, uma vez que já estavam em pauta desde sua primeira passagem pelo governo de Minas Gerais entre abril e julho de 1890. Durante essa ocasião, João Pinheiro chegou a criar um serviço de estatística e uma exposição permanente de produtos naturais, agrícolas e industriais, além de um laboratório de análises de terras, anexo à Escola de Minas de Ouro Preto, que visava atender tanto a atividade agrícola como a de mineração. As outras medidas eram aquelas sugeridas pelo Congresso de 1903, que ele presidiu.

---

³⁹¹ Manifesto ao Eleitorado Mineiro, 19/01/1905. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **João Pinheiro**: documentário sobre sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p.144.

³⁹² Primeira Entrevista, 20/9/1906. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **João Pinheiro**: documentário sobre sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p.166/167.

³⁹³ Ao Povo Mineiro, 12/2/1906. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **João Pinheiro**: documentário sobre sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p.146.

Para a cultura do café, que representava a principal fonte de receita orçamentária, mas que atravessava uma crise de âmbito nacional, deveriam ser tomadas medidas de cunho particular. João Pinheiro acreditava na criação de um crédito móvel, com juros subsidiados, fornecidos aos produtores para o custeio das lavouras já existentes, enquanto propunha uma propaganda no exterior para aumentar o consumo do café.³⁹⁴

Uma atenção especial deveria ser dada à cultura de cereais, que seria feita através da colonização, com integral apoio do governo, inclusive para apoiar uma possível imigração de mão-de-obra estrangeira. Deveria, também, haver uma seleção das culturas que seriam praticadas, dando-se preferência para o aumento das produções de milho, arroz e feijão, para ficarmos livres das importações de tais produtos da Argentina e da Índia.³⁹⁵

Mas não era necessário apenas dar uma maior ênfase para a agricultura e mesmo para a produção de certos produtos, mas sim reorganiza-las, modernizando seus métodos. Para que isso ocorresse, era importante a fixação do trabalhador no solo, a educação profissional e mesmo apoiar e promover o crescente povoamento do território mineiro.

Quanto a fixação do trabalhador, João Pinheiro acreditava que ela se daria naturalmente em um futuro não muito distante, pela partilha das grandes propriedades através de herança, que seria facilitada por uma maior praticidade da justiça:

Uma família trabalha numa fazenda indivisa, até que o chefe morre um dia; os herdeiros passam a trabalhar todos na mesma fazenda, (...) mas sem uma divisão regular das terras. (...) A divisão não se faz porque a justiça é caríssima, o povo tem medo da justiça que não fique nos complicados processos, com advogado e foro, o pouco que lhe resta e foge das soluções judiciais. (...) a justiça da maneira por que é hoje distribuída embaraça a garantia da propriedade agrícola. Como solver este caso? Tornando a justiça barata. Tornar barata a justiça é tornar efetiva a fixação do trabalhador ao solo e é resolver o problema econômico pela agricultura e é essa uma das preocupações do meu governo.³⁹⁶

Mas nem todas as propriedades deveriam ser divididas entre os herdeiros. Aquelas que utilizavam métodos modernos de produção não seriam repartidas, permanecendo intactas. Para tanto, haveria necessidade de uma reforma no direito de sucessão, cabendo

---

³⁹⁴ Idem, Ibidem.

³⁹⁵ O novo governo de Minas, 20/9/1906. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **João Pinheiro:** documentário sobre sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p.174.

³⁹⁶ Idem, p. 171.

ao pai, ainda em vida, escolher o mais apto para ficar com a propriedade. João Pinheiro assim explicou seu curioso sistema:

Casos há, entretanto, em que se faz necessário garantir a grande propriedade. É o fato de uma grande fazenda, provida de certo núcleo de aparelhos destinados a beneficiar a produção de certa área. Morto o dono, a divisão traz a ruína, porque, não se podendo dividir aparelhos (...), não se podendo dividir a água que move esses aparelhos, não tendo meio um dos herdeiros de comprar a parte dos outros, não se aproximando eles de um acordo para a exploração da fazenda, fica um com aparelhos inúteis (...), e os outros com terras sem as máquinas precisas para o beneficiamento. É a história da maior parte das fazendas abandonadas em ruína, (...) a solução é a liberdade de testar. O pai fica com o direito de escolher dos filhos o mais capaz e de entregar a ele o futuro da propriedade. (...) o morgadio é o privilégio do mais velho, do mais estúpido, às vezes, e aqui é a seleção do mais apto. Ademais, o pai tem sempre o sentimento da prole e escolhe o de mais provadas qualidades morais, a quem possa confiar o conforto dos outros.³⁹⁷

Registramos que para João Pinheiro, o maior obstáculo para a prática de uma agricultura moderna e eficiente era a ignorância do agricultor,³⁹⁸ que não permitia sua evolução por desconhecer as técnicas e os equipamentos modernos, permanecendo apegado a práticas tradicionais e arcaicas. Tal posição é facilmente compreendida se nos lembrarmos da cultura bacharelesca em voga em Minas Gerais e da formação de João Pinheiro que discutimos no Capítulo 2. A solução estava na educação técnico-agrícola, que deveria funcionar em dois níveis: na escola convencional, começando na primária, e nas fazendas-modelo, que seriam instaladas em zonas pré-estabelecidas, e para onde seriam encaminhados os trabalhadores que já estavam trabalhando na terra e os alunos da escola secundária.

Esse ensino técnico-secundário seria função das fazendas-modelo, equipadas de aparelhos e máquinas modernas, dirigidas por técnicos experientes recrutados nos Estados Unidos, que também seriam responsáveis pela formação dos futuros professores. Em cada uma dessas fazendas, seriam feitas culturas experimentais, utilizando-se das técnicas mais modernas de cultivo. Os alunos dessas fazendas-modelo seriam selecionados dentre os melhores das escolas-primárias. Como cada fazenda estaria localizada em áreas de importantes culturas, o agricultor local também a frequentaria.

³⁹⁷ O novo governo de Minas, 20/9/1906. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **João Pinheiro**: documentário sobre sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p.171.

³⁹⁸ Idem, Ibidem.

Finalmente, a instrução agrícola do agricultor terminaria, para aqueles que o desejassem, na escola técnico-superior, mantida pelo governo federal, que funcionaria, preferencialmente, agregada às escolas de engenharia já em funcionamento no estado e no país. Assim, para João Pinheiro, o problema agrário estava intimamente ligado à educação, mais especificamente à técnico-profissional:

E justamente porque a instrução é um fato capital, entendo que se deve a proteção à inteligência. Será um dos pontos de meu governo a educação dos rapazes pobres que revelem inteligência e aptidão, principalmente os que se destacarem nas escolas técnicas. Será isso um prêmio de seleção: e assim o distinguido na escola primária será mandado para a técnica secundária, do mesmo modo que desta poderão ir, à custa do Estado, estudar nas faculdades superiores, na América e na Europa.³⁹⁹

Completando o que ele intitulou a *reorganização da agricultura*, seriam criados núcleos de colonização, em áreas escolhidas pelo Estado, com lotes de 25 hectares e toda a infraestrutura necessária. Vale a pena vermos, nas palavras de João Pinheiro, como seriam e como funcionariam esses núcleos:

No centro do lote faço construir a casa do colono e junto dele o paiol e o chiqueiro. O pasto estende-se deste lado⁴⁰⁰, vindo terminar junto a casa; deste outro está o terreno da cultura, ficando ainda um trato de terra, de reserva ao colono. Este chega encontrando a casa feita, o chiqueiro construído, o pasto determinado, e junto a casa os instrumentos precisos para o seu trabalho agrícola. (...) Ele chega só tendo o ônus de começar a trabalhar, porque a distribuição do lote obedeceu a um cuidado rigoroso, e a situação da casa foi estudada convenientemente; as terras de cultura, do pasto e o capoeirão de reserva foram determinados por um conhecimento exato das suas condições, tendo sido a terra de cultura analisada quimicamente e estabelecida qual a composição a dar-lhe por meio dos adubos cientificamente determinados. Além disso, a administração da colônia encarrega-se de instruir, ao colono que chega, quais as culturas do País, os processos dotados no meio, os produtos de maior venda e qual os seus resultados, as culturas favoráveis à terra do seu lote e o meio de compensar as perdas ou falhas dessa terra. (...) Para os quais [poços artesianos] já estão em Miguel Burnier os tubos e a máquina de perfuração. (...) nos lugares onde não puder ser obtida a água por esse meio, eu a obtenho por meio do moinho de vento, como se emprega para a drenagem do subsolo. A água obtida é posta perto da casa, onde (...) é também construído o bebedouro; do bebedouro ela é

³⁹⁹ O novo governo de Minas, 20/9/1906. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **João Pinheiro**: documentário sobre sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p.171.

⁴⁰⁰ Na medida em que explicava ao jornalista como seriam as colônias, ele desenhava a localização de cada uma das partes que comporiam o núcleo.

canalizada para o chiqueiro, passa por dentro dele e sai do outro lado, indo, distribuída em regos, fazer a irrigação da lavoura.⁴⁰¹

Assim, além de ser o responsável pela implantação de toda a infraestrutura da colônia, caberia ao Estado o fornecimento de equipamentos e insumos, além de cuidar de toda a comercialização da produção, se esse fosse o interesse do colono. Depois de instalada a colônia, o colono passaria a ser proprietário da gleba recebida – depois de cinco anos ele se tornaria o dono pagando-a com parte de sua produção – e o Estado retirava-se de sua administração, passando apenas a controlar seu funcionamento e dando-lhe assistência técnica.

Chamou-nos a atenção como as ideias de João Pinheiro acabaram ficando mais na esfera das possibilidades do que na da concretude. Pequena quantidade de suas ideias foram implantadas em seu curto período governamental.

A disputa por efetivar seu projeto permanecia latente, mas a morte prematura de João Pinheiro, em 25 de outubro de 1908, não só interrompeu um movimento de renovação, tanto política como econômica, em Minas Gerais, como apressou uma cisão dentro do Estado entre a velha e a nova geração de políticos.

Uma aparente unidade da política mineira, na realidade, tinha em João Pinheiro seu principal esteio e era respeitada nacionalmente. Com sua morte, ao que vamos assistir, segundo Afonso Arinos de Melo Franco, é “a queda do edifício político mineiro, que era muito mais majestoso do que sólido”.⁴⁰²

Depois do curto período do governo de João Pinheiro, não só a política, mas também a economia do Estado sofreram duro golpe. Quando parecia que o Estado viveria uma nova realidade, tanto econômica como política, principalmente esta, com o surgimento de novas lideranças que se formaram em torno do presidente de Minas, tais como Carlos Peixoto (deputado federal entre 1903-1911), David Campista (1903-1908), Gastão da Cunha (1900-1905), João Luís Alves (1903-1908) e Estevão Lobo (1900-1905), dentre outros, a morte de João Pinheiro determinou o fim desse movimento de renovação que se ensaiava.

Somente nos anos de 1930, Minas Gerais conheceria um novo sopro de desenvolvimento, provocado pelo interventor Benedito Valadares ao nomear para

⁴⁰¹ Segunda entrevista, 23/9/1906. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **João Pinheiro**: documentário sobre sua vida. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966, p.177.

⁴⁰² FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um estadista da República**: Afrânio de Melo Franco e seu tempo. 3ª ed. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1977. p. 486

secretário dos Negócios da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas, Israel Pinheiro, filho de João Pinheiro, em 21 de dezembro de 1933.

4.3. Projeto econômico X necessidade política: subsídios sobre a explicitação do Conflito

Até aqui repetimos à exaustão, e de diferentes formas, que acreditamos que o projeto de desenvolvimento econômico para Minas Gerais discutido no Congresso de Belo Horizonte de 1903 não se efetivou também em virtude dos interesses políticos que resultaram naquilo que a historiografia denomina de hegemonia sul-mineira. Embora alguns autores, dos quais já tratamos no decorrer deste capítulo, tenham apontado a política como elemento dialético em relação ao planejamento econômico de Minas Gerais, parece-nos que nenhum deles debruçou-se realmente sobre o assunto, pelo menos não de forma clara. Já vimos como as ferrovias foram construídas sem muito sentido econômico e acabaram por servir à cooptação de políticos da oposição. Também já informamos sobre as taxas intermunicipais que encareciam o comércio interno do estado mineiro a ponto de fazer com que, às vezes, comprar de outros lugares fosse menos oneroso. As taxas e impostos interestaduais foram assunto corrente no Congresso de 1903:

Além das medidas gerais que são de interesse comum (...) constitui-se ideia vencedora em todo o mundo, sob o sábio princípio de que não deve nunca sofrer peias o commercio interno em sua liberdade, devendo expandir-se livremente sem o estorvo de impostos entre indivíduos da mesma família, além da necessária equiparação de fretes nas estradas de ferro (...).⁴⁰³

E mais: reclamavam dos impostos de exportação sobre produtos manufaturados mineiros que provocavam “atraso e falta de competitividade”⁴⁰⁴ e solicitam abolição dos impostos

⁴⁰³ Jornal **Minas Geraes**, 16 de maio de 1903, p. 2.

⁴⁰⁴ “o nosso Estado exige dois impostos ao mesmo tempo, esquecendo-se de que, suprimindo o de sahida, suas rendas deviam crescer indubitavelmente, pois que a importância de mercadorias, vendidas para o Estado do Rio, cresceria enormemente, avolumando o imposto de importação arrecadado pelo Estado (...) A manutenção do duplo imposto importa no engrandecimento dos commerciantes estabelecidos do outro lado, ao passo que fecha mais um importante mercado, qual o dos municípios limítrofes do vizinho Estado, aos commerciantes de Minas estabelecidos (...)”. Jornal **Minas Geraes**, 16 de maio de 1903, p. 2.

intermunicipais e interestaduais⁴⁰⁵. Nas conclusões do Congresso Industrial, Agrícola e Comercial do Estado de Minas Gerais foi constante a reclamação de tarifas e taxas, incluindo as relacionadas à ferrovia. Sobre as tarifas ferroviárias diziam os documentos:

Deve-se solicitar do Governo da União o aumento do material rodante na Estrada de Ferro Central do Brasil, para o transporte de minérios destinados à exportação, bem como a organização do serviço na Estação Maritima para facilitar o embarque dos mesmos.⁴⁰⁶

Convém do Estado representante ao da União pedindo equiparação dos fretes na Estrada de Ferro Central, nos ramaes de Minas e São Paulo, e bem assim a equiparação dos fretes da Estrada de Ferro Oeste de Minas aos da Estrada de Ferro Central.⁴⁰⁷

Ha necessidade de uma reforma geral na tarificação das estradas de ferro mineiras, devendo especialmente estatuir:

- a) a inteira publicidade das tarifas feitas ao alcance de todos;
- b) a completa uniformidade da classificação e tanto quanto é possível a das taxas acessórias e kilometricas;
- c) a ampliação das tarifas por wagons completos feita para a exportação de generos de produção exclusivamente mineira, cujo o desenvolvimento deva ser protegido, assim como para mercadorias de pequeno valor e as materias as materias primas importadas para a industria e agricultura;
- d) para as grandes distancias total percorrida e não para cada uma estrada de per si, como é feito actualmente;
- e) as tarifas de viajantes devem differir de acordo com a velocidade de transporte e o mesmo e o mesmo principio terá logar para as mercadorias;
- f) a obrigação de trafego mutuo e a criação de uma repartição especial organizada e custeada pelas empresas, para o calculo da distribuição das receitas.⁴⁰⁸

Nesse sentido exemplificaremos uma última vez nosso argumento (sobre os favorecimentos políticos que não eram pensados em termos de desenvolvimento econômico) em três linhas gerais, com o intuito de evidenciar o caso de Águas Virtuosas: as primeiras disputas para a ascensão de Silviano; a vitória de Silviano e a incorporação dos oponentes; as estratégias para a manutenção da Hegemonia sul-mineira por meio do exemplo de Campanha. Chamamos de Hegemonia sul-mineira os anos compreendidos entre 1898 e 1918, período em que os presidentes de Minas Gerais, com exceção de João

⁴⁰⁵ “É imprescindível ações enérgicas do governo para que sejam já abolidos os impostos intermunicipais”. Jornal **Minas Geraes**, 18 de maio, p.2-3. O Jornal **Minas Geraes**, de 11 a 14 de abril revela união de comerciantes e industriais de Minas para o final dos impostos interestaduais.

⁴⁰⁶ Jornal **Minas Geraes**, 27 de maio de 1903, p. 1-5.

⁴⁰⁷ Idem, Ibidem.

⁴⁰⁸ Idem, Ibidem.

Pinheiro, eram representantes do Sul de Minas. Mais do que isso, esse foi um tempo em que o estado mineiro influenciou fortemente a política da federação, muito em virtude do grande número de políticos que elegiam e pelo fato de estes (denominados de “a carneirada”⁴⁰⁹), votarem “unidos” em diversos assuntos em pauta em diferentes ocasiões.

A história da ascensão de Silviano Brandão começou em torno do ano de 1893, época em que ele (Silviano) era Secretário do Interior do governo de Afonso Pena e pretendia sucedê-lo nas próximas eleições. Para tanto, era preciso construir alianças. O quadro político ainda era de disputas entre adesistas e republicanos históricos. De acordo com Resende, Silviano teria compreendido que era melhor adiar seus planos de assumir o governo de Minas Gerais, em favor de um candidato que não o colocasse no centro das divergências entre as lideranças das diferentes regiões mineiras.⁴¹⁰ O principal político estadual que representava os adesistas era Cesário Alvim, já o líder dos históricos era Antônio Olinto.⁴¹¹ Silviano Brandão, por sua vez, dominava quase todo o Sul de Minas Gerais: seu primo, Bueno Brandão, era chefe político de Ouro Fino; e ele ainda contava com correligionários em Itajubá, Cristina, Pouso Alegre e outros.⁴¹² No sul, apenas em Campanha a oposição era maior ao silvianismo então nascente.

Silviano apoiou Bias Fortes, político do Campo das Vertentes. Cesário Alvim, por sua vez, apoiou Francisco Bernardino, da Zona da Mata. Chamou-nos a atenção como era clara a intensão de Silviano Brandão: como Alvim e Bernardino eram opositores de Afonso Pena, Silviano, ao apoiar Bias Fortes, ganharia o apoio do Campo das Vertentes (e dos biistas) e dos políticos aliados de Afonso Pena, sem necessariamente se candidatar; Brandão ainda ganharia adeptos dos desafetos de Cesário Alvim e Bernardino na Zona da Mata, arregimentando pequenas lideranças em uma região em que ele ainda não tinha grandes influências. De fato, a eleição de Bias Fortes em 1894 reuniu todos no PRCM – Partido Republicano Constitucional Mineiro. Desse partido, fazia parte também Antônio Olinto, republicano histórico que passou a ser o principal oponente de Silviano Brandão no Partido. Antônio Olinto perdeu as disputas internas do partido para Silviano Brandão, sendo inclusive exonerado do cargo no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas

⁴⁰⁹ Ver: WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁴¹⁰ RESENDE, M. E. L. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906**. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982.

⁴¹¹ Lembramos que João Pinheiro, republicano histórico, esteve afastado dos cargos políticos por um período por ocasião da implantação de sua Fábrica de cerâmica.

⁴¹² BARBOSA, Francisco de Assis, João Pinheiro e sua liderança em Minas. **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, v. 5, n.2, maio/ago. 1990.

em 1896.⁴¹³ Sem Antônio Olinto e sem Cesário Alvim, Silviano Brandão começou a alcançar o status de principal político de Minas Gerais.

Antônio Olinto ainda tentaria, uma última vez, disputar influências com Silviano Brandão. Vejamos: no âmbito do Partido Republicano Federal destacavam-se dois nomes: Prudente de Moraes, então no comando da nação, e o paulista Francisco Glicério (ligado ao florianismo). Prudente e Glicério se desentenderam e o segundo recebeu, imediatamente, apoio de Antônio Olinto e de seus partidários para uma eventual candidatura à Presidência da República. Devido à ligação de Francisco Glicério com os jacobinos florianistas, ele recebeu apoio também dos radicais da Zona da Mata, os mesmos que Silviano Brandão já começara a arregimentar por ocasião da eleição de Bias Fortes.⁴¹⁴

A situação de Silviano Brandão ficou complicada, dependendo de como se posicionasse em relação à política nacional perderia o apoio dos mineiros que apoiavam Glicério ou dos mineiros aliados de Prudente de Moraes. Mais uma vez, Silviano deu mostras do tipo de política que marcaria a hegemonia sul-mineira: ele se declarou neutro e escreveu a seus correligionários recomendando que também o fizessem. A manobra surtiu efeito, uma vez que Silviano Brandão foi eleito posteriormente, com enorme vantagem, ao governo de Minas Gerais. Seguiu-se uma série de conchavos para eliminar os últimos oponentes, sempre que possível na base da associação.

A forte tendência de abrir mão de antigas crenças em nome de adesões de políticos outrora oponentes encabeçada por Silviano Brandão já foi assinalada por Resende, que a descreveu pela facilidade com que muitos se acomodavam à nova situação, em troca de favorecimentos temporários e/ou econômicos. Os maiores oponentes foram cooptados, a exemplo de Francisco Bressane, João Luís Alves (o mesmo do Congresso de 1903) e Américo Werneck.⁴¹⁵

Eleito presidente de Província em 1898, Silviano Brandão foi responsável pela criação da base da hegemonia sul-mineira, seguido pelo salismo (de Francisco Salles, sob o governo do qual foi feito o Congresso de 1903).

No período da referida hegemonia sul-mineira, o único presidente que não era do sul do estado foi João Pinheiro, no entanto, já demonstramos suas ligações com Francisco

---

⁴¹³ Para maiores detalhes da disputa pelo partido ver: RESENDE, M. E. L. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906**. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982.

⁴¹⁴ Idem.

⁴¹⁵ RESENDE, M. E. L. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906**. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982.

Salles nos capítulos anteriores, o que incorpora também o seu compromisso com a política que garantiu a referida hegemonia.

Resende já tratou da política de subordinação das municipalidades à política estadual durante a hegemonia sul-mineira. Uma das medidas para fazê-lo foi a extinção das Assembleias Municipais, o que minava a ascensão de opositores da referida hegemonia.⁴¹⁶

Como estratégia para a manutenção da hegemonia, multiplicaram-se as eleições fraudulentas e foram alteradas as regras das convenções e indicações partidárias. Mas o grande trunfo para a referida hegemonia foi mesmo a cooptação: “o que se verificou foi a culminância de um processo de falseamento do sistema representativo condicionado por um novo axioma político criado pela oligarquia, o da incompatibilidade das ideias liberais com a realidade social”.⁴¹⁷

Vejamos o exemplo de Campanha. Silviano Brandão ali tinha oposição. A solução foi desmembrar Campanha, emancipando Águas Virtuosas e Lambari, o que representava mais da metade do território daquela; providência aprovada em setembro de 1901. O esvaziamento da oposição foi inevitável. Aliás, Silviano criou doze novas cidades: Jacutinga, Guaranésia, São Caetano da Vargem Grande (Brasópolis), Caxambu, Itaúna, Santa Rita da Extrema (Extrema), Vila Nova de Resende (Nova Resende), Vila Platina (Ituiutaba), Campos Gerais, Águas Virtuosas (Lambari), Santa Quitéria (Esmeraldas) e Silvestre Ferraz (Carmo de Minas).

Depois de opor-se a Silviano Brandão e discursar em prol de uma República que desse poder aos históricos, Américo Werneck mudou-se para Águas Virtuosas (então parte de Campanha) e ali iniciou negócios em estância balneária. Ali Werneck conseguiu, aos poucos, inserção entre os políticos locais que viam na presença de uma pessoa de maior vulto a oportunidade para também se destacarem. Werneck poderia, enfim, fazer frente a Silviano, mas nesse período o silvianismo já crescia e dominava porções consideráveis de Minas Gerais. Fazer oposição à situação poderia dificultar, em muito, investimentos econômicos em terras de recursos balneários. Assim, Américo Werneck passou de inimigo político a correligionário e, em troca, foi indicado, em 1909 prefeito e administrador da estância de Águas Virtuosas.⁴¹⁸

⁴¹⁶ RESENDE, M. E. L. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906**. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982.

⁴¹⁷ RESENDE, M. E. L. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906**. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982, p. 153.

⁴¹⁸ CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Américo Werneck: o Haussman de Águas Virtuosas. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho de 2011.

Desde então, Águas Virtuosas recebeu grande quantia de investimento, superando o recebido pelas outras três estâncias juntas. Ao que parece, até o ano de 1910, o gasto com todas as estâncias (Cambuquira, Caxambu e Poços de Caldas) fora 2.919:121\$734 e, desse valor, significativos 2.100:000\$000 foram destinados a Águas Virtuosas.⁴¹⁹

A prefeitura comprou o local (terreno e casas) onde se construiu um cassino luxuoso e todo um complexo balneário no tempo recorde de 02 anos, embora o projeto fosse de 04 anos (o dobro do tempo). A decoração veio de várias partes do mundo, em luxuosas acomodações cercadas por um extenso lago, para o qual vieram dez gôndolas de Veneza:

As salas do Cassino, encontravam-se distribuídas cada uma conforme a sua função: salão de honra, salão de visitas ou sala japonesa, salão restaurante, sala de jogos de diversão para senhoras e salas de jogos para homens. Nelas, por sua vez, dispunham-se os mais variados aparelhos de jogos, obras de arte, móveis e objetos, ricos em um liberalismo estético. Mesclavam-se nos espaços: cadeiras austríacas *Thonet*, cadeiras metálicas, mobília de assento e encosto estofados, cadeiras de braço e encosto de palhinha ou bambú, *cache-pots* ricos de metal, com respectivas colunas de madeira; piano pianola *schubert* de *Nova York*, de armário, piano de cauda inteiro do fabricante *Steinway*; escarradeiras de ferro e louça esmaltado policromadas, aparelhos de ginástica e esportivos (raquetes, tacos, argolas, bastões, bolas, cordas), balanços comuns e em forma de cadeira, velocípedes para crianças, *guignol*, capachos, tapetes e máquinas caça níquel. Dos aparelhos de jogos, prescriam-se mesas para jogos de baccarat, roleta e boule, e, cristais finos, aparelhos de louça para jantar, café e chá compunham parte dos bens do restaurante.

Para a decoração dos interiores foram trazidas peças do Japão e da China, harmonizando-se com os lustres, tapetes e móveis europeus, além dos quadros encomendados a um artista contratado especialmente para retratar as paisagens naturais da cidade. Os desenhos à grafite¹⁷ já propunham a presença de dragões, fênix, jarrões e estatuetas de gueichas em porcelana, quadros e espelhos em madre-pérola e ônix, entalhes em madeira reproduzindo plantas e animais do oriente, móveis em bambu, cortinas e estofados de seda bordados manualmente. Os *chinesismos* irão se inserir nos detalhes das varas que serviam de suporte para as cortinas, demonstrando águias, dragões e elefantes em suas extremidades e no centro, além dos quatro grupos de painéis do salão nobre narrando as quatro estações na ilha japonesa.⁴²⁰

⁴¹⁹ **Relatório do Presidente da Província**, Wenceslau Brás, 1910.

⁴²⁰ SILVA, Francislei Lima. Das influências estéticas à idealização da “Europa Brasileira”: o desenho urbano e os melhoramentos da cidade de Lambari no início do século XX. In.: **XV Encontro Regional de História**. São João Del Rei: Seção e Minas Gerais da Anpuh. 2006.

Além do Cassino (**Foto 1**), havia o farol (**Foto 2**), o lago e o Parque Wenceslau Brás. Depois de inaugurado, o governo de Minas Gerais resolveu arrendar todas as instâncias minerais, sendo a de Águas Virtuosas atribuída a Werneck por um tempo muito maior do que normalmente se acordava na época. Em troca, ele se comprometia a fazer inúmeros melhoramentos e administrar tudo. Várias construções foram cedidas a Werneck para que ele aumentasse a estação balneária. No entanto, os próximos prefeitos municipais entraram em conflito com Werneck, num processo judicial que se arrastou até julho de 1913 quando o contrato foi suspenso e o governo Delfim Moreira decidiu cessar os serviços de melhoramentos em todas as estâncias balneárias.

Por ocasião do litígio, Américo Werneck argumentava que estranhava a atitude dos poderes públicos, segundo ele repentinamente mudadas. Afinal, ainda alegava Werneck, ele tinha sido Secretário da Agricultura dos governos de Silviano Brandão e Wenceslau Brás, bem como era amigo do então presidente de Estado Júlio Bueno Brandão.

FOTO 1 : Águas Virtuosas – Vista do Cassino

Fonte: site oficial da administração de “Águas Virtuosas de Lambari”.

Foto 2: O Farol representando o “republicanismo” de Américo Werneck

Fonte: site oficial da administração de “Águas Virtuosas de Lambari”.

Bom, o fato é que a cooptação de Werneck por Silviano, no período da hegemonia sul mineira, acabou com a oposição que ainda restava a Silviano Brandão do tempo da proclamação. A enorme quantidade de dinheiro destinada a Águas Virtuosas e não a outras estâncias balneárias foi empreendida porque foi precedida de inúmeros estudos que atentaram para a situação mais promissora de desenvolvimento de Lambari em relações a outras localidades? Não há indícios desse fato. A explicação mais plausível é a de que os investimentos em Águas Virtuosas e seu desmembramento de Campanha integra um planejamento político, mesmo que em sacrifício das finanças públicas estaduais.

E essa parece ter sido a tônica de toda a política no período da hegemonia: beneficiar os interesses políticos. Na medida em que a oposição ia sendo cooptada, apareciam outros líderes nas regiões com maior urbanização e, para também incorporá-los entre os correligionários, a ideia era conceder-lhes favorecimentos econômicos, o que, muitas vezes, traduziu-se em transportes e comunicações, conforme já explicitamos. O crescimento das condições de transportes e comunicações favoreceu as regiões e produtos mais desenvolvidos (maior competitividade), por outro lado minou a industrialização/

produção em regiões até então protegidas pelo isolamento. A Zona da Mata, por exemplo, beneficiada com o crescimento dos transportes, na medida em que se desenvolvia gestava novas lideranças que, mais uma vez, precisavam ser cooptadas. Assim, foi permanente os incentivos ao escoamento da produção local que se destinava, sobretudo, ao mercado interno mineiro. Insistimos: possibilitar que a Zona da Mata vendesse o café que não podia exportar (em virtude da concorrência com o oeste paulista) agradou os possíveis opositores do silvianismo naquele local, mas não fez somente isso: gerou concorrência com a industrialização que existia em outras porções do território mineiro, notadamente o Centro-Norte já mencionado. Por outro lado, como também já vimos, a chegada da ferrovia foi aclamada nas regiões antes isoladas e estimulou o desenvolvimento de outros produtos (como a pecuária).

Nota-se que João Pinheiro, eleito depois do Congresso de 1903, tinha estreita ligação com a Zona da Mata, o que era bom para as pretensões silvianistas. Ele já havia defendido o protecionismo e a diversificação dos investimentos mineiros, tentou várias medidas, mas tinha os compromissos políticos para honrar.

Tratando das especificidades da estrutura industrial mineira e do pouco investimento do estado no desenvolvimento do setor, José Heraldo Lima já chamou a atenção para o problema de Minas Gerais. Segundo o autor (utilizando o Censo de 1907), Minas Gerais contava com 531 estabelecimentos fabris (em segundo lugar, já que o primeiro era o Distrito Federal com 670), contra os 326 de São Paulo, os 314 do Rio Grande do Sul, os 207 do Rio de Janeiro, os 118 de Pernambuco e os 78 da Bahia. No entanto, quando o critério deixava de ser o número de estabelecimentos e passava para o valor do capital empregado na indústria, Minas Gerais passava para o último lugar.⁴²¹

O que queremos é enfatizar que a atenção dos políticos mineiros estava voltada para a construção de uma bancada forte e o mais hegemônica possível, no sentido de permanecerem fiéis à composição governamental do estado mineiro. Não houve tempo, tampouco possibilidade política de colocar em prática o acordado no Congresso de 1903. Assim, consideramos que, além da competição com São Paulo, com o Rio de Janeiro e/ou com quaisquer outros produtores, foram também as construções políticas constituídas dentro do próprio estado que impossibilitaram que Minas Gerias se desenvolvesse

---

⁴²¹ LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais: 1870-1920**. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Dissertação de Mestrado, 1977, p.79-86.

colocando em prática as ideias do Congresso de Belo Horizonte, que mais tarde subsidiaram o próprio desenvolvimento nacional.

Considerações Finais

Nos Capítulos que compuseram esta investigação, tratamos do pensamento econômico de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves. A esta altura, o leitor certamente sabe que não se tratou de uma biografia, mas do resgate da formação e da experiência política como formadora do pensamento dos indivíduos. No nosso caso, as três personagens foram estadistas mineiros que muito contribuíram para o conceito de desenvolvimento em Minas Geras e que deixaram suas concepções registradas nos Anais do Congresso Agrícola, Comercial e industrial de 1903, evento realizado em Belo Horizonte.

Pela documentação localizada e analisada, percebe-se em Francisco Salles nítida preocupação com incentivo à produção e a sua diversificação. Tais preocupações aparecem, inicialmente, no período em que foi Secretário da Fazenda; nascem de uma preocupação fiscal, dependência de poucos produtos e necessidade de aumento da receita do estado mineiro, principalmente devido ao fato de o principal produto viver em crise (café). A ideia de diversificação também se encontra arraigada na própria experiência como produtor, em fazenda mista, onde exercia atividades agrícolas, pecuárias e até pequenas experiências industriais (mais adequadamente classificadas como artesanato). Sua experiência ao longo dos cargos públicos vai apontando a necessidade de o governo apoiar e incentivar o setor privado, seja por meio de medidas fiscais ou via incentivos diretos, chegando mesmo a uma maior intervenção direta, como no caso do Convênio de Taubaté (e as medidas e sugestões antecedentes que coloca em prática). Assim sendo, a classificação de Salles como protecionista e incentivador da produção e da intervenção do Estado na economia é adequada, embora a diversificação por ele proposta seja mais especificamente relacionada à produção rural (a palavra “indústria” é na maioria das vezes utilizada no sentido de produção), embora não restrita a ela.

Das ideias de João Pinheiro destacam-se os elementos formadores do que mais tarde chamaríamos de desenvolvimentismo. Um desenvolvimentista de seu tempo, como se dizia, da ordem e do progresso. Alguns até sugerem a inversão, mais do progresso do que da ordem. Para ele, as duas andavam juntas, inseparáveis. Defendia a nova ordem, não só republicana, mas uma nova ordem econômica, a consolidação da transição do trabalho escravo para o livre, a afirmação da burguesia e do capitalismo, mas sem sobressaltos, sem jacobinismos ou desrespeito a ordem democrática. Essa era uma questão cara a ele e foi um

dos focos de seu “afastamento” da política (época de Floriano Peixoto). No discurso da transmissão (recepção do cargo de Presidente de Minas) destacava qual seria sua prática política (que seria criticada, pois contrária a usual manipulação dos resultados das urnas e das votações em favor dos correligionários). Anunciando que começaria a execução de seu plano de governo, apontou: “que devo declarar que começarei pela prática da mais essencial de todas as liberdades que é a liberdade das urnas”. Continuava ele “ter medo da liberdade política, num regime republicano, constitui uma afirmação monstruosa e absurda”. Mas o discurso nem sempre corresponde à prática.

Mesmo assim, dois aspectos são fundamentais do pensamento econômico de João Pinheiro: (a) os avanços em relação ao conceito de indústria, cada vez mais entendido como indústria de transformação (sem, no entanto, abandonar a ideia de estímulo à produção e diversificação agropecuária) e a necessidade de seu estímulo; e (b) o protecionismo.

João Luís Alves chama a atenção para a importância do protecionismo à indústria nascente, visto que, algumas vezes, além de isentas, as mercadorias estrangeiras eram preferidas em compras governamentais, o que gerava uma concorrência desleal e predatória.

As ideias desses pensadores anteciparam algumas das formulações econômicas das décadas seguintes, relativas à industrialização e desenvolvimento. Simultaneamente elas induziram, conduziram e deram coesão ao Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903. Mas ao mesmo tempo dele se nutriram. Mais importante, o Congresso se insere numa tentativa de Minas Gerais se firmar na Federação.

Minas pleiteava e se organizava para fazer valer seu prestígio político, que crescia naquele momento, em virtude da hegemonia sul-mineira. E essa hegemonia também foi, a nosso ver, o que impediu que muitas das ideias do Congresso se concretizassem. Esperamos ter demonstrado como as necessidades de manutenção de coesão política impediram que os políticos mineiros tomassem várias medidas econômicas que eles sabiam essenciais para o desenvolvimento de Minas Gerais.

Fontes

Impressas

ALVES, João Luis. **Trabalhos Parlamentares**. Rio de Janeiro, 1923.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

Annuário estatístico do Brazil (1872-1912). Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1912.p.251 Exemplar disponível na Biblioteca do IBGE/ Unidade estadual de Minas Gerais.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **Ideias políticas de João Pinheiro**. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados. Brasília/ Rio de Janeiro: Senado Federal/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **João Pinheiro**: Documentários sobre sua vida, n. 1. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966.

COELHO, Copérnico Pinto (org.). **Coletanea do Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva**. Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1960.

Collecção dos Decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Geraes: expedidos desde 3 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1890. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1903.

Collecção das leis e decretos do Estado de Minas Geraes, Belo Horizonte, Imprensa Official de Minas Geraes, 1905.

COLEÇÃO MINEIRIANA. João Pinheiro e o ensino profissional de Minas. Belo Horizonte, 1970.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Reforma Constitucional. Discursos proferidos pelo Deputado Dr. João Luiz Alves. Sessão de 1902. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1902.

Fontes para o estudo da industrialização no Brasil, 1889/1945. Campinas, Unicamp, s/d.

HOMEM DE MELLO, Francisco. **Atlas do Brasil**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Companhia, 1909.

PESSOA, Reynaldo Carneiro (org.). **A República no Brasil através dos documentos: textos para seminários**. São Paulo: Alfa-Omega, 1973.

População, superfície e densidade territorial do Brasil (1912) com o crescimento médio anual (1872-1912) In: *Anuario estatístico do Brasil (1872-1912)*. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1912.p.251 Exemplar disponível na Biblioteca do IBGE/ Unidade estadual de Minas Gerais.

RIBEIRO, João Coelho Gomes. **A capital federal e a constituição da república: apelo ao Congresso Nacional**. São Paulo: Typografia Falcone, 1907. Localização: Biblioteca do Congresso nacional, seção de Obras Raras.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Tomo Especial: Consagrado ao primeiro Congresso de História Nacional. Parte IV: Theses apresentadas à 5ª. Secção (Historia Parlamentar) e à 6ª. Secção (História Economica). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

SILVA, Antônio Delagado. **Coleção de Legislação portuguesa**. Lisboa: Tipografia de Luiz Correa da Cunha, 1842, v.(1750-1762) e (1763-1790).

SILVA, Hélio. **Os Presidentes**. Afonso Pena, 6º Presidente do Brasil. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.

TAMM, Paulo. **João Pinheiro**. s/l, s/d.

Jornais e Periódicos

Jornal **Minas Geraes**: de 14 de julho de 1902 a 29 de fevereiro de 1908

Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais: de 1895 a 1911

Arquivo Público Mineiro

João Pinheiro. Carta de 10 de fevereiro de 1883, endereçada ao tio Luís Antônio Pinto. Arquivo Público Mineiro, Doc. N.21, 1883, caixa 2, p.2.

Carta a Calógeras. APM doc. n. 1620, 25 de fevereiro de 1905, p. 8, caixa 12.

Jornal *O País*, n. 8.019, Caixa 32, caderno n.1, p. 31/ n. 43, ano 1906, 17 de setembro.

Obras Literárias

AZEVEDO, Artur. **Contos fora da moda**. 5. ed. Rio de Janeiro: Prado, 1955.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Esaú e Jacó**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

Referências Bibliográficas

ABREU, Ilva Ruas. **A influência das lideranças políticas no processo de criação das Instituições Federais de Ensino Superior de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2006. Tese de Doutorado.

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AGUIAR, Pinto de. **Rui e a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975.

ALBINO, Washington. Perspectivas Atuais da Economia Mineira. **Segundo Seminário de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte, 1956.

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti; NICOL, Robert. **Economia agrícola**. São Paulo: McGraw Hill, 1987.

ALMEIDA, Carla M. de Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: 1750-1850**. Niterói: ICHF/UFF, 1994 (Dissertação de Mestrado).

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **O Ensino Jurídico, a Elite dos Bacharéis e a Maçonaria no século XIX**. Universidade Gama Filho: Rio de Janeiro, 2005. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Direito, Estado e Cidadania. 180 fls. Disponível em: <http://ebooksbrasil.org/adobeebook/bachareis.pdf>. Acesso em 11 de junho de 2012.

ANDRADE, Leandro Braga de. **Senhor ou camponês? Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana 1820-1750**. Belo Horizonte: UFMG, 2007. (Dissertação de Mestrado).

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e Política Agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BDMG. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. **A indústria têxtil em Minas Gerais** – Condições e reequipamento, 1965.

BARBOSA, Francisco de Assis. João Pinheiro e sua liderança em Minas. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Análise e Conjuntura**. O centenário da República 1889/1989. v.1, n. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1986, pp.49-64.

BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **Idéias Políticas de João Pinheiro**: cronologias. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa (MEC), 1980.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, Humberto. **O Pensamento Industrial no Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1952.

BATISTA, Felipe de Alvarenga, BARBOSA, Lidiany Silva Barbosa, GODOY, Marcelo Magalhães. **Transportes, modernização e formação regional**: subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução Marcos Penchel. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. Tradução Sílvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 1993.

_____. **As origens da urbanística moderna**. 2 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: Um lírico no auge do capitalismo. Tradução José Martins Barbosa e Hemerson Baptista. São Paulo, Brasiliense, 4ª Edição, 1994 (Obras Escolhidas 3).

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BORGHT, Van der. **Política econômica**. 3 ed. Barcelona: Editorial Labor, 1949.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Seis interpretações sobre o Brasil”. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v.5, n.3, 1982, pp. 269-306.

CANO, Wilson. Alguns Aspectos da Concentração Industrial. In: **Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização**. São Paulo: Saraiva, 1978.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARDOSO, Sérgio. Que República? Notas sobre a tradição do “governo misto”. In: BIGNOTTO, Newton (org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: UFMG, 2008, pp. 27-48.

CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)**. Rio de Janeiro: São Paulo: Difel, 1977.

CARONE, Edgard. **O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827-1977)**. Rio de Janeiro: CIRJ/Cátedra, 1978.

CARVALHO, Daniel de. **Francisco Sales: um político de outros tempos**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1963.

CARVALHO, Daniel de. **Estudos e depoimentos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

CARVALHO, Daniel de. **Notícia histórica sobre o algodão em Minas**. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1916.

CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados: escrito de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CARVALHO, José Murilo. **A escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

CARVALHO, Laura Barbosa. **Diversificação ou especialização: uma análise do processo de mudança estrutural da Indústria brasileira nas últimas décadas**. Rio de Janeiro: BDNES, 2010.

CARVALHO, Orlando M. **O rio da unidade nacional – O Rio São Francisco** (Reportagem Ilustrada). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. (Brasiliana, Série 5ª., v.91).

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Américo Werneck: o Haussman de Águas Virtuosas. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho de 2011.

CHANG, Há-Joon. **Chutando a Escada: A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica**. São Paulo: Unesp, 2004.

CHAVES, Cláudia M. das Graças. **Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas**. São Paulo: Anablume, 1999.

COMTE, Augusto. **Curso de Filosofia Positiva**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CORRÊA, Maria Letícia. **As Ideias Econômicas na Primeira República**: Serzedelo Corrêa, Vieira Souto e Nilo Peçanha. Rio de Janeiro/Niterói, UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 1996. (Dissertação de Mestrado).

CORREIA, Serzedelo. **O problema econômico do Brasil (1903)**. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa/MEC. (originalmente publicado pela Imprensa Nacional em 1903).

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). **Os caminhos do ouro e a Estrada Real**. Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. São Paulo: Unesp, 2008.

COSTA, Emília Viotti. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Ciências Humanas. São Paulo: 1982.

CROCE, Marcus Antônio. **O Encilhamento e a economia de juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura**. Juiz de Fora: Funalfa edições, 2008.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n.278, p. 105-170.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

DOIN, Evaldo José de Mello. **O Capitalismo Bucaneiro: Dívida externa, materialidade e cultura na saga do café**. Tese (Livre Docência - História) Faculdade Estadual Paulista, 2 volumes, Franca, 2001.

DOIN, José Evaldo de Mello et al. **A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização do mundo do café (1852-**

1930) – a proposta do CEMUNC. **Revista Brasileira de História**, v.27, n.53, São Paulo, jan./jun. de 2007.

_____. Olhar, desejo e paixão: Lazer e prazeres nas terras do café (1864 – 1930). **Revista Art Cultura**, Universidade Federal de Uberlândia, NEHAC, nº2, volume 1, pág. 40-53. Uberlândia, 2000.

DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FARIA, Maria Juscelina. O arquivo privado de João Pinheiro. **Análise & Conjuntura**, v.1, n.1, Belo Horizonte, 1996.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: _____ (dir). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III – O Brasil Republicano, pp. 191-248.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Presença, 1977.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e Precursores do Desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate**. São Paulo, v.15, n.2.

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. **Homens de grossa ventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988;

_____; FLORENTINO, Manolo Garcia. **O arcaísmo como projeto** – mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro – 1790-1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um estadista da República**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

FRANCO, Augusto. **Dr. João Pinheiro**. Ensaio Biográfico e Político. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerias, 1906.

FRANCO, Gustavo. "A primeira Década Republicana". In: ABREU, M. P. **A Ordem do Progresso**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FURTADO, Celso. **Formação econômica da Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio**: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

FURTADO, Júnia Ferreira. Historiografia mineira: tendências e contrastes. **Varia História**, Belo Horizonte, nº 20, p. 45-59, Mar/1999.

GALVÃO, Olímpio de Arrouxelas. A integração regional: um estudos dos efeitos da integração econômica e so comércio sobre as desigualdades regionais (parte 1). **Revista Pernambucana de Desenvolvimento**, v.7, n.1, janeiro/julho de 1980;

_____. A integração regional: um estudos dos efeitos da integração econômica e so comércio sobre as desigualdades regionais (parte 2). **Revista Pernambucana de Desenvolvimento**, v.7, n.2, julho/dezembro de 1980.

GIROLETTI, Domingos. **Fábrica: convento e disciplina**. 2 ed. Brasília: UnB, 2002.

GONÇALVES, André Lisly. **Algumas perspectivas da historiografia sobre Minas Gerais: História e documentação**. Mariana: História e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e Trabalho**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GUIMARÃES, Eduardo. Língua nacional, sujeito, enunciação. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (orgs). **Discurso, memória e identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2000.

GUSTIN, Fádua Maria de Sousa; LANNA JR, Mario Cléber Martins. **Memória Política de Minas Gerais – Nelson Coelho de Sena**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Fapemig, 2006.

HANSEN, Cláudia Regina Salgado de Oliveira. **Para além dos muros da Companhia Brasileira de Energia Elétrica: os Guinle no Centro Industrial do Brasil e na Associação Comercial do Rio de Janeiro**. Disponível em: http://www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/346_abstract.doc. Acesso em: 11 de junho de 2012.

HOBBSAWM, Eric J. **Revoluções: Europa (1778-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HODDER, B. W. **Economic Development in the Tropics**. London: Methuen & Co, 1968.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II – O Brasil Monárquico, v. 2 – Dispersão e Unidade. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III – O Brasil Republicano, v. 1 – Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III – O Brasil Monárquico, v. 3 – Reações e Transações. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **A Época Colonial**: administração, economia, sociedade. Tomo I, Volume 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960, p. 259. Col. História Geral da Civilização Brasileira.

IMBS, J.; WACZIARG, R. Stages of diversification. **American Economic Review**. v. 93, n. 1, 2003, p. 63-86.

INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (orgs.). **Discurso, memória e identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2000.

IGLÉSIAS, Francisco. **Política Econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

LAGE, Ana Cristina P. **Professores políticos e alunos grevistas**: a Escola Normal e o Movimento Separatista, Campanha (MG), 1892. In: Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas, Campinas. **Anais do VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas**. Campinas: Unicamp, 2006. p. 15-36.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. “Vadios e indolentes”. **Revista de Estudos Econômicos**, 2007.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da corte na formação política do Brasil: 1808-1848; 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice, 1988.

LESSA, Simone Narciso. Montes Claros – uma cidade nas principais vias do sertão. **Caminhos da História**. v.4, n.4, Montes Claros: Unimontes, 1999.

LESSA, Simone. **Trem de ferro**: do cosmopolitismo ao sertão. Universidade de Campinas, 1993 (Dissertação de Mestrado).

LEWIS, Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada da mão-de-obra. In: ARGAWALA, A. N.; SING, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro-São Paulo: Forense, 1969.

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Eduardo F. **A escravidão no Brasil: relações sociais, acordos e conflitos**: São Paulo: Moderna, 2000.

LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. Petrópolis: Vozes, 1981.

LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais: 1870-1920**. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Dissertação de Mestrado, 1977.

LIMA, Heitor Ferreira. **História do pensamento econômico do Brasil**. Companhia Editora Nacional. Coleção Brasileira, v.360, apêndice.

LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Alfa ômega, 1978.

MARIUTTI, Eduardo Barros; NOGUEIRÓL, L.; NETO, M. D. Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Fragoso e Manolo Florentino. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 31, n. 2, pp. 369-393.

MARTINS, R. **A economia Escravista em Minas Gerais no Século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1982,

MARTINS, R; MARTINS, A. "Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited" **Hispanic American Historical Review**, n. 63, v.3, 1983, p. 537-568.

MARTINS, Marcos Lobato. A presença da fábrica no "grande empório do norte": surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. **IX Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina, agosto-setembro de 2000, pp. 281-304.

MARTINS FILHO, Amilcar V. **O Segredo de Minas: A origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)**. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

MARTINS FILHO, Amilcar V. **A economia política do café com leite (1900-1930)**. Belo Horizonte: UFMG, 1981.

MASCARENHAS, Nelson Lage. **Bernardo Mascarenhas – o surto industrial de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1954.

MATA-MACHADO, Bernardo. O poder político em Minas Gerais: estrutura e formação. **Análise e Conjuntura**, v.2, n.1. Belo Horizonte, jan./abr. de 1986, pp.91-124.

MATA-MACHADO, B. Notas para uma história do capitalismo em Minas Gerais. **Fundação João Pinheiro**, Belo Horizonte, v.15, n.7 e 8, setembro/dezembro de 1985, pp.73-92.

MELLOR, J. W. **The Economics of agricultural development**. Ithaca: Cornell University Press, 1966.

MENDONÇA, Sonia Regina. O Convênio de Taubaté e a Economia Agrícola Fluminense. **II Encontro Brasileiro de História Econômica e 3ª Conferência Internacional de História das Empresas**. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1997.

MONTEIRO, Norma de Góis. **Dicionário biográfico de Minas Gerais**. v.2, Belo Horizonte: UFMG, 1994.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777/1808)**. São Paulo: Hucitec, 1985.

OLIVEIRA, Luís Carlos Ferreira de Souza (Coord.). Diagnóstico da Cachaça de Minas Gerais. **Relatório SEBRAE**, Belo Horizonte, Julho de 2001, Anexo 1.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. João Pinheiro da Silva, um Desenvolvementista nos Primórdios da República? Um diálogo com as fontes. **Revista de História e História Econômica**, Ano 5, n.5. Dezembro de 2008, pp. 51-105.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **O processo de Desenvolvimento em Montes Claros (MG) sob a orientação da SUDENE (1960-1980)**. Universidade de São Paulo, 1996 (Dissertação de Mestrado).

_____; Caetano, Ana Carolina Ferreira. A trajetória de um propagandista no início da República: o discurso de João Pinheiro da Silva em prol do desenvolvimento. **Temporalidades**, v.1, n.1, março de 2009, pp.147- 172.

OLIVEIRA, M. T. **The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: Beginnings and Early Development, 1868-1906**. PhD. Thesis, London: University College, 1991.

OTONI, Teófilo. **Notícia sobre os selvagens do Mucuri**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do Século XX**. 1996. 228f. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 1996.

PAIVA, C. A; GODOY, M. M. Território de Contrastes: Economia e Sociedade nas Minas Gerais do Século XIX. **Anais do X Seminário de Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR, 2002.

PAULA, Hermes de. **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

PAULA, João Antonio de. Raízes do desenvolvimentismo: pensamento e ação de João Pinheiro. **Pesquisa & Debate**. v.15, n.2, São Paulo, 2004, pp.257-282.

PEREIRA, Laurindo M; OLIVEIRA, Marcos F. Produção de alimentos, abastecimento e mercado interno no Brasil Colônia. **Revista Alpha**, Patos de Minas, Unipan, n.5, 2004, pp.265-274.

PESSOA, Carneiro Reynaldo (org.) **A ideia republicana no Brasil, através dos documentos**: textos para seminários. São Paulo: Alfa Ômega, 1973.

PIMENTA, Demerval José Pimenta. **Caminhos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Bancos**: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930. Universidade de São Paulo – USP, 2004 (Tese de Doutorado).

PIRES, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira – 1850/1930. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. vol.3, nº 2, mai/ago de 2007. Disponível em: <http://www.rbqdr.net/022007/especial.pdf>. Acesso em: 28 de mai. de 2012.

PIRES, Antônio Olinto dos Santos. A Proclamação da República em Minas Gerais – o 15 de novembro em Ouro Preto. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano XXI, 1927, Faz. II, abril-junho, Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **A Economia Política das Reformas Econômicas da Primeira Década Republicana**. Disponível em: <<http://cac-php.unioeste.br/cursos/toledo/historiaeconomica/eeb1-2.pdf>>. Acesso em: 12 de junho de 2012.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. Commercial Capital, Domestic Market and Manufacturing in Imperial Brazil: The Failure of Brazilian Economic Development in the XIXth Century, Ph.D Thesis, Univeristy of London, 1991.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

QUEIROZ, Suelly R. R. de. **Escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Ática, 1987.

RACHE, Pedro. **Homens de Minas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

REIS, Flávia Maria da Mota. **Entre faisqueiros, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano das Minas do século XVIII (1702-1762)**. Belo Horizonte: UFMG, 2007. (Dissertação de mestrado).

REIS, Milton. **A trajetória do Poder: de Cesário Alvim a Aécio Neves**. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2008.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

RIBEIRO, João Coelho Gomes. **A capital federal e a constituição da república: apelo ao Congresso Nacional**. São Paulo: Typografia Falcone, 1907. Localização: Biblioteca do Congresso nacional, seção de Obras Raras.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Revista Alea**, v.7, n. 2. Rio de Janeiro, UFRJ, julho-dezembro de 2005, pp. 305-322.

RODRIGUES, André Figueiredo. **A fortuna dos inconfidentes: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850)**. São Paulo: Globo, 2010.

RODRIGUES, R. V. **A propaganda republicana**. Curso de introdução ao pensamento político brasileiro. Brasília, DF: Ed. UnB, 1982.

RODRIK, D. **Industrial policy for the twenty first century**. John H. Kennedy School of Government, Harvard University, 2004. Disponível em www.ksg.harvard.edu/rodrik. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Angela Vianna. Verbete Capitania das Minas Gerais. **Dicionário Histórico das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ROMERO, João Prates. **Desenvolvimento econômico e mudança estrutural: teoria e vivência a partir de um enfoque multisetorial**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. (Dissertação de Mestrado).

SAES, Alexandre Macchione (*et. al.*). Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o século XX.

XIV Seminário de Economia Mineira. s/d, pp 1-24. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A021.pdf. Acesso em 01 de abr. de 2012.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891).** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Estudos brasileiros; v.86).

SENNA, Caio Nelson. **João Pinheiro da Silva, sua vida, sua obra, seu exemplo. 1860 a 1908.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1941.

SILVA, Márcia P.; DAMÁZIO, Crhistophe B. S. Os retratos do São Francisco e a população ribeirinha vista por Teodoro Sampaio. **Caminhos da História**, v.14, n.1. Montes Claros, Unimontes, 2009, pp.115-131.

SIMOSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil (1500-1820).** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SOLA, Lourdes. **Ideias econômicas, decisões políticas.** São Paulo: USP/FAPESP, 1998.

SOUZA, Laura de Mello. **Os Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

SOUZA, Laura de Mello. **A pobreza mineira no século XVIII.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

STEIN, Stanley. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba.** São Paulo: Brasiliense, 1969.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira – Origem e Desenvolvimento.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

THOMPSON. Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa.** 3 vol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **A miséria da teoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THIEL, Janice Cristine. **Pele silenciosa, pele sonora: a construção da identidade brasileira e norte-americana na literatura.** Universidade Federal do Paraná, 2006. Tese de Doutorado.

VALVERDE, O. O Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 20, nº1, pp. 3-82, Rio de Janeiro, jan/mar. de 1958.

VAZ, Alisson Mascarenhas. **Bernardo Mascarenhas**: Desarrumando o arrumado. Um homem de negócios do século XIX. Belo Horizonte: Cedro, 2005.

VAZ, Alisson Mascarenhas. **Cia. Cedro e Cachoeira – história de uma empresa familiar – 1883-1987**. Belo Horizonte, 1990.

VAZ, Alison Mascarenhas. A República como princípio. In: **Os Governadores**. História de Minas Gerais. Coleção Hoje em Dia. Belo Horizonte: Lastro, 2008.

VERGUEIRO, Laura. **Opulência e miséria das Minas Gerais**. São Paulo: Brasiliense, 1981;

VERSIANI, Maria Teresa. Texto para discussão n. 88. “Proteção Tarifária e o crescimento industrial brasileiro dos anos 1906-1912”. Fundação Universidade de Brasília, março de 1982.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERSIANI, Maria Teresa. “A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição”. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, J. R. Mendonça de. **Formação Econômica do Brasil**: a experiência da industrialização. São Paulo: Saraiva, 1978.

VERSIANI, Maria Teresa. **Proteção tarifária e crescimento industrial brasileiro dos anos 1906-1912**. Brasília: Fundação UnB, 1982.

VIANNA, Urbino de Souza. Monographia do Município de Montes Claros. **Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1916.

VILLALTA, Luiz Carlos. **A criação do Seminário de Mariana, a Contra-Reforma e as elites de Minas**. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/acriacaodo-seminariodemarianacontrareformaeaselitesdeminas.pdf>>. Acesso em: 17 de junho de 2012.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico, CD-RUN dos **Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas**, Curitiba: ABPHE, 1999.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A nova Minas da “Velha República”. In: **Os Governadores**. História de Minas Gerais. Coleção Hoje em Dia. Belo Horizonte: Lastro, 2008.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República. **Locus**: Revista de História. Juiz de Fora, v. 5, n. 2, jul.-dez. 1999.

VISCARDI, C. M. R. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da política do café com leite. Belo Horizonte: Arte, 2001.

WIRTH, Jonh. D. **O fiel da Balança**: Minas Gerais na federação, 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Minas e a nação**: um estudo de Poder e Dependência regional (1889 – 1937). In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo 3, v.1. São Paulo: Difel, 1975.

ZEMELLA, Mafalda O. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 2 ed. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1990.